

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani
Sônia Caldas Pessoa
Luiz Alex Silva Saraiva

Afetos e Experiências

Da, Na e Para a Universidade

Volume 2



AFETOS E EXPERIÊNCIAS DA, NA E PARA A UNIVERSIDADE

VOLUME 2



Comunicação, Discursos & Experiências

Diretores

Profa. Dra. Sônia Caldas Pessoa

Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva

Universidade Federal de Minas Gerais

Comitê Editorial

Profa. Dra. Ângela Cristina Salgueiro Marques

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Profa. Dra. Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Dominique Ducard

Université Paris-Est Créteil Val de Marne, França

Profa. Dra. Graciela Martínez Matías

Universidad Nacional Autónoma del México, México

Profa. Dra. Ida Lucia Machado

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil

Prof. Dr. Daniel Martín Pena

Universidad de Extremadura, Espanha

AFETOS E EXPERIÊNCIAS DA, NA E PARA A UNIVERSIDADE

VOLUME 2

Organizadores

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

Sônia Caldas Pessoa

Luiz Alex Silva Saraiva



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhual 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M293 Afetos e experiências da, na e para a universidade [recurso eletrônico]
 / Camila Maciel Campolina Alves Mantovani, Sônia Caldas
 Pessoa e Luiz Alex Silva Saraiva (orgs.). – Cachoeirinha : Fi,
 2024.

v. 2 ; 301p.

Série Comunicação, Discursos & Experiências.

ISBN 978-65-85958-82-0

DOI 10.22350/9786585958820

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Universidade – Comunicação – Afetos. I. Mantovani, Camila
Maciel Campolina. II. Pessoa, Sônia Caldas. III. Saraiva, Luiz Alex Silva.

CDU 378:159.93

SUMÁRIO

Prefácio 7

Maria Aparecida Moura

Apresentação 11

O que podem os afetos?

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

1 17

O olhar, o cuidado e o encontro: acessibilidade afetiva, aparência e diferença no contexto organizacional de uma universidade pública

Rita Cristina da Silva

Rennan Lanna Martins Mafra

2 43

“Nós” cabe em “eu”: perspectivas afetivas na construção do conhecimento

Marcelle Jardim Verissimo

Sônia Caldas Pessoa

3 61

Grupos vulneráveis na cidade: como pesquisá-los sem usá-los?

Elisângela Prado Furtado

Luiz Alex Silva Saraiva

4 83

Ser e sentir no manguê: reflexões decoloniais sobre o corpo-território de pescadores artesanais em Pernambuco

Aline Melo de Oliveira

5 103

Afetações em falas negras: um ensaio sobre necropolítica e violência policial no caso João Pedro

Maria Fernanda de Oliveira Ruas

Abraão Filipe Marques de Oliveira

Rennan Lanna Martins Mafra

Eu existo e me movo: acessibilidade cultural e afetos em movimento*Sônia Caldas Pessoa**Camila Maciel Campolina Alves Mantovani**Ângela Cristina Salgueiro Marques**Marcelle Jardim Verissimo**Rafael Souza Silva***Nuh: um laço entre as 'nossas' experiências e a produção de afetos políticos na cena universitária***Marco Aurélio Máximo Prado**Igor Ramon Lopes Monteiro***Comunicação e diversidade: uma reflexão sobre políticas e práticas de inclusão do público LGBTQIA+ nas startups***Patrícia Pedras dos Santos**Camila Maciel Campolina Alves Mantovani***Agenda específica ou ações práticas: reflexões sobre vivências e desafios de pessoas LGBTQIA+ no futebol mineiro***Rafaela Cristina de Souza***Pesquisa que é costura sem molde: considerações de um corpo que vive com HIV e exige ser outro***Matheus Henrique da Silva Salvino**Sônia Caldas Pessoa***Pesquisa afetiva a partir da dor: notas sobre tempo e reconhecimento nas grafias de vidas em sofrimento***Patrícia Prates***Ciências da dança: o fluxo das diferenças em ensaio espiral***Graziela Andrade***Sobre as organizadoras e o organizador****Sobre as autoras e os autores**

PREFÁCIO

*Maria Aparecida Moura*¹

Nós - todas e todos nós na Terra - vivemos em tempos perturbadores; tempos confusos, turvos e desconcertantes. Nossa tarefa consiste em nos tornarmos capazes de responder conjuntamente e em toda nossa abundância espevitadas de tipos. Nossos tempos confusos transbordam de dor e alegria - com padrões vastamente injustos de dor e alegria, com matanças desnecessárias da continuidade, mas também com o necessário ressurgimento. A missão é formar parentescos em linhas de conexão inventivas como uma prática para aprender a viver e morrer bem uns com os outros em um presente espesso. Nossa tarefa é criar problemas, suscitar respostas potentes a eventos devastadores, e também acalmar águas turbulentas e reconstruir lugares tranquilos. (Haraway, 2023, p. 13).

Produzir conhecimento nos dias atuais demanda reconhecer que estamos imersos em uma era definida pela compreensão inescapável de nossa interdependência planetária. Nesse cenário, todos somos afetados, em maior ou menor grau, por densidades, vestígios, violências, políticas de morte, brutalismos e uma infinidade de refúgios.

Diante desse contexto, torna-se crucial promovermos diálogos francos que desafiem a concepção de uma modernidade asséptica, homogênea e alheia às questões sociais contemporâneas. Nesse sentido, dialogar sobre e a partir das vulnerabilidades sociais resultantes da vida em sociedades desiguais significa romper com as epistemologias coloniais que ainda hoje asfixiam, perpetuam a desigualdade e demarcam, no ato de conhecer, os sujeitos centrais e aqueles condenados às franjas da periferia.

Bona (2020), em "Cosmopoéticas do Refúgio", nos lembra da necessidade premente, nos tempos atuais, de "reaprender e reinventar

¹ Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais.

tudo". No contexto das vulnerabilidades sociais, especialmente, o aprendizado crucial é reconhecer que os sujeitos em situação de vulnerabilidade têm o potencial de gerar conhecimento em diálogo com a ampla gama de estudos e questões sociais contemporâneas. Isso porque o conhecimento é situado, transcende a mera visualização científica e se conecta a diferentes cosmovisões no território.

É notável que a excessiva centralidade conferida às teorias dissociadas da realidade e de suas questões têm contribuído para legitimar o avanço do racismo, da aporofobia, das discriminações relacionadas à condição física, ao gênero e à sexualidade, bem como dos conflitos políticos em nossos territórios. Isso pode ser considerado um limiar em que a própria noção de humanidade é posta à prova diante das barbáries vivenciadas em diferentes contextos.

Observa-se que a centralidade dos espaços coletivos e públicos dedicados ao ensino, à pesquisa e à extensão, que abrangem as dimensões afetivas dos saberes, continua a ser um antídoto crucial na promoção do estímulo à imaginação combativa, aos conhecimentos que emancipam e à busca pela justiça social como um princípio que se contrapõe ao desconforto causado pelos "conquistadores sem rostos" - cada vez mais evidentes, tentaculares e intrusivos na persistente presença da colonialidade e da injustiça em nossas vidas.

Os textos reunidos no volume 2 de "Afetos e Experiências: Da, Na e Para a Universidade" convocam-nos a ocupar coletivamente a arena epistêmica pública, oferecendo um espaço vital para os afetos. Eles desafiam-nos a conter o avanço da barbárie, que busca emergir como uma força social relevante. Nesse âmbito, esses textos auxiliam-nos na construção de uma cartografia existencial que vá além das ideologias e limitações que tentam nos condicionar como sujeitos socialmente insuficientes em face das vulnerabilidades que nos atravessam.

REFERÊNCIAS

HARAWAY, D. **Ficar com o problema**: fazer parentes no chthluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023.

BONA, Dénèten Touam. **Cosmopoéticas do refúgio**. Tradutora Milena P. Duchiede – Florianópolis, SC: Cultura e Barbárie, 2020, 80 p.

APRESENTAÇÃO

O QUE PODEM OS AFETOS?

*Camila Maciel Campolina Alves Mantovani*¹

Quando consideramos o impacto dos afetos na pesquisa, no ensino e na extensão universitária, deparamo-nos com uma mobilização que altera a maneira como vemos, percebemos e pensamos as coisas. Essa mobilização nos conecta com o outro de maneira profunda, tornando-nos vulneráveis e permitindo que as interações nos transformem, modificando nosso pensamento e nossa capacidade de agir no mundo. Afinal, trabalhar com os afetos em pesquisa, configurando metodologias ou formas de produzir novos saberes, significa alterar quadros de interpretação e produção de sentido, tornando visível, e/ou legível, não apenas conceitos, mas também formas de vida.

Nesse contexto, parece-nos fundamental manter um diálogo contínuo com pesquisas, projetos e práticas que busquem não apenas consolidar o conhecimento existente, mas também explorar novas perspectivas e abordagens. As dinâmicas turbulentas que, atualmente, nos atravessam, sejam as crises socioambientais, as guerras e/ou as microagressões cotidianas, e que incidem mais fortemente sobre sujeitos vulneráveis, exigem da ciência agilidade, sensibilidade e criatividade para pensar métodos de investigação que consigam lidar com questões complexas e desafios sociais. Acreditamos, portanto, numa universidade que incentive uma formação não apenas técnica,

¹ Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É jornalista e doutora em Ciência da Informação pela UFMG. É co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências. Atualmente, é diretora adjunta do Espaço do Conhecimento UFMG e coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design do museu.

mas também cidadã, reconhecendo e desempenhando o seu papel como agente de transformação social, comprometida com a garantia de direitos e deveres.

Os capítulos que aqui se apresentam formam um conjunto interdisciplinar, no qual diferentes modelos, conceitos e metodologias interagem visando encorajar práticas acadêmicas cada vez mais envolvidas. Instigados pelas provocações que se iniciaram no primeiro volume desta obra, seguimos, autores e autoras, na reflexão sobre quem somos e como lidamos com os afetos em nosso cotidiano acadêmico (Pessoa, 2023).

Esperamos que este livro possa ser uma fonte de inspiração para novas reflexões e possibilidades, incentivando uma contínua experimentação dos afetos na universidade e de suas reverberações em nossa jornada acadêmica e pessoal. Vamos, então, aos bons encontros com os textos presentes neste Volume 2 do Afetos e Experiências: Da, Na e Para a Universidade.

Rita Cristina da Silva e Rennan Lanna Martins Mafra, no capítulo “O olhar, o cuidado e o encontro: acessibilidade afetiva, aparência e diferença no contexto organizacional de uma universidade pública”, narram o aparecer de uma mulher com deficiência ao entrar em interação sistemática com os ambientes organizacionais de uma universidade pública. Tendo por base a abordagem metodológica dos afetos, as narrativas apresentadas permitem compreender o olhar, o cuidado e o encontro como disposições essenciais para a vivência da acessibilidade afetiva nos contextos organizacionais.

Em “‘Nós’ cabe em ‘eu’: perspectivas afetivas na construção do conhecimento”, Marcelle Jardim Veríssimo e Sônia Caldas Pessoa revisitam conceitos e processos de construção de uma pesquisa em dimensão afetiva para refletir sobre seus desafios e possibilidades.

Tensionadas pela possibilidade e uma escrita de “nós” a partir do “eu”, costuram o texto diante do(s) Outro(s), que se revela(m) em materialidade e complexidade. Ao pôr em diálogo a identidade cultural e a acessibilidade, a partir da interação com obras da literatura não surda e surda, as autoras buscam acessar e compreender as afetações que atravessam as múltiplas vivências das pessoas com deficiência.

Com o objetivo de enfatizar cuidados e impasses da pesquisa com grupos sociais vulneráveis na cidade, Elisângela Prado Furtado e Luiz Alex Silva Saraiva reforçam, no capítulo “Grupos vulneráveis na cidade: como pesquisá-los sem usá-los?”, o quanto as dimensões ética, política e epistêmica são inerentes a qualquer produção científica. Ao abordar grupos vulneráveis, os autores apontam a necessidade de considerar diversos fatores, tais como a dinâmica social que leva tais grupos a essa condição, a habilidade de o pesquisador perceber criticamente a sociedade, o grupo social que pesquisa, a ciência e a si próprio, bem como as contribuições de seu trabalho para as organizações estudadas.

No capítulo “Ser e sentir no Mangue: Reflexões Decoloniais sobre o Corpo-Território de Pescadores Artesanais em Pernambuco”, Aline Melo de Oliveira busca dar visibilidade às muitas maneiras pelas quais um determinado grupo compreende seu território. Do encontro com pescadores artesanais da colônia Z-7, no município de Rio Formoso, PE, a autora nos conta, a partir de uma perspectiva decolonial, como, para esses indivíduos, o manguezal é percebido como território de vínculo cultural e afetivo ao longo da vida.

Em “Afetações em Falas Negras: um ensaio sobre necropolítica e violência policial no caso João Pedro”, Maria Fernanda de Oliveira Ruas, Abraão Filipe Marques de Oliveira e Rennan Lanna Martins Mafra colocam-se diante de um assassinato. João Pedro Mattos, um adolescente negro de 14 anos, foi assassinado pela polícia civil, dentro

da casa de sua família, em contexto pandêmico. A ausência transforma o luto em luta, levando os autores a refletir sobre os atravessamentos e tensões que emergem das situações de violência racial, a partir de uma escrita em dimensão afetiva.

O capítulo “Eu existo e me movo: acessibilidade cultural e afetos em movimento”, de Sônia Caldas Pessoa, Camila Maciel Campolina Alves Mantovani, Ângela Cristina Salgueiro Marques, Marcelle Jardim Verissimo e Rafael Souza Silva, aborda a acessibilidade cultural e suas possibilidades, a partir da vivência de pessoas com deficiência. A experiência apresentada é fruto de atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas pelo Afetos – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências.

Partindo também de experiências que entrelaçam o ensino, a pesquisa e a extensão, Marco Aurélio Máximo Prado e Igor Ramon Lopes Monteiro, no capítulo “Nuh: um laço entre as ‘nossas’ experiências e a produção de afetos políticos na cena universitária”, buscam retratar parte dos percursos e das histórias do Nuh – Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. Remetendo aos primeiros projetos institucionais aprovados, os autores buscam apontar o contexto-ambiente acadêmico da época e, assim, situar sua aproximação das trajetórias trans.

No capítulo “Comunicação e diversidade: Uma reflexão sobre políticas e práticas de inclusão do público LGBTQIA+ nas startups”, Patrícia Pedras dos Santos e Camila Maciel Campolina Alves Mantovani refletem sobre como aspectos da cultura organizacional das *startups* incidem sobre questões de diversidade, em especial a sexual e de gênero, tendo por base a perspectiva de profissionais atuantes nesse mercado em setores diretamente ligados à gestão da diversidade e inclusão. Diante de um aparente esforço para a construção de um ambiente mais

acolhedor, a ausência de diversidade em cargos estratégicos reforça a existência de barreiras estruturais para que haja uma efetiva política em prol da diversidade sexual e de gênero nas organizações.

Rafaela Cristina de Souza, no capítulo “Agenda específica ou ações práticas: reflexões sobre vivências e desafios de pessoas LGBTQIA+ no futebol mineiro”, discute a diversidade e o futebol, a partir de suas experiências no estádio de futebol Mineirão. Ao refletir sobre ações dos clubes de futebol contra o preconceito e a favor da diversidade de gênero, a autora busca compreender quais são os espaços efetivamente ocupados pelo debate sobre a LGBTQIAP+fobia, nas dimensões comunicacionais e práticas dessas organizações.

Partindo do princípio de que a narrativa é um tipo de costura, e que pesquisar é costurar narrativas, Matheus Henrique da Silva Salvino e Sônia Caldas Pessoa assumem que a pesquisa em dimensão afetiva é uma combinação entre processo e resultado final, sendo que o último não tem primazia sobre o primeiro. Sendo assim, a partir de pesquisa desenvolvida no mestrado, os autores falam sobre o circuito de afetos do HIV e da aids, as alteridades envolvidas em uma guerra contra o vírus e os caminhos da escrita performativa na pesquisa.

Ainda nos traçados da pesquisa em dimensão afetiva, Patrícia Prates revisita o processo de elaboração de sua dissertação de mestrado. No capítulo “Pesquisa afetiva a partir da dor: notas sobre tempo e reconhecimento nas grafias de vidas em sofrimento”, mergulhamos no percurso acadêmico da autora, que trabalhou com violência, gênero, experiência e afetos, em busca de novos fluxos de ações.

Encerrando o livro, Graziela Andrade nos conduz pelo “Ciências da Dança: o fluxo das diferenças em ensaio espiral”. Neste breve ensaio, a autora busca colocar em perspectiva o seu processo de formação na técnica somática Spiral Praxis, fundada pelo bailarino e físico

nipocanadense Yuji Oka, entrelaçando experiências de pesquisa, de artes, de maternidade, de deficiências e a própria noção de Experiência. Ao texto se integram questões sobre a Dança na Universidade, afecções pessoais, relatos de ensino-aprendizado e clássicas discussões filosóficas envolvendo o corpo, episteme e os dispositivos.

De maneiras distintas, as autoras e os autores deste livro se engajam em reflexões potentes sobre práticas de ensino, pesquisa e extensão, que permitem vislumbrar transformações significativas no ambiente universitário. Portanto, é com entusiasmo que lhes convidamos a mergulhar nas páginas deste livro, buscando perceber a universidade sobre um olhar crítico e sensível.

Boas leituras!

REFERÊNCIAS

MORICEAU, Jean-Luc. Afetos na pesquisa acadêmica. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2020.

PESSOA, Sônia; MANTOVANI, Camila; SARAIVA, Luiz Alex (org). Afetos e experiências: da, na e para a universidade, volume 1. Porto Alegre: Editora Fi, 2023

PESSOA, Sônia Caldas; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos (Orgs.). Afetos, teses e argumentos. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2021.

Sônia Caldas Pessoa

SARAIVA, Luiz Alex; PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, Camila (org). Metodologias Vulneráveis. Porto Alegre: Editora Fi, 2023.

1

O OLHAR, O CUIDADO E O ENCONTRO: ACESSIBILIDADE AFETIVA, APARÊNCIA E DIFERENÇA NO CONTEXTO ORGANIZACIONAL DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA ¹

Rita Cristina da Silva ²

Rennan Lanna Martins Mafra ³

INTRODUÇÃO

Os contextos organizacionais do Estado, do Mercado e da Ciência se apresentam como espaços nucleares à construção da vida, a partir da instituição da modernidade (Mafra, 2021). Tal constatação, ao contrário de uma exaltação, anuncia complexos desafios à construção de existências sociais contemporâneas, uma vez que a própria modernidade, já amplamente criticada no campo das humanidades, institui-se enquanto projeto violento, imperialista e colonizador, a partir da instituição de parâmetros idealizados de universalidade, igualdade e liberdade, postos a serviço de lógicas homogeneizadoras do tempo, do espaço e da construção da vida social.

¹ Este texto apresenta parte dos resultados do projeto de pesquisa “AS ORGANIZAÇÕES MODERNAS E O CONTEMPORÂNEO: tensões entre diferenças, comunicação e acessibilidade afetiva”, contemplado pelo Edital PIBIC/UFV 2021-2022/II, com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), no qual Rita Cristina da Silva foi bolsista de iniciação científica, orientada pelo Professor Rennan Lanna Martins Mafra do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

² Bacharela em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), pesquisadora vinculada ao DIZ – Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença e ao Pólen – Laboratório de Experimentação em Comunicação e Organizações, rita.c.cristina@ufv.br.

³ Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV), pesquisador do DIZ – Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença e líder do Pólen – Laboratório de Experimentação em Comunicação e Organizações, rennan.mafra@ufv.br.

A partir disso, Estado, Mercado e Ciência se apresentam como estratos relacionais hegemônicos, por meio dos quais a própria instituição do projeto moderno torna-se possível - na medida em que organizações de toda a sorte, vinculadas a estes três estratos, se apresentam como *epicentros relacionais* (Mafra, 2021) no modo como estruturamos nossos projetos de vida, nossas lembranças e nossos futuros. Em meio a isso, uma atmosfera que acaba por validar a suposta legitimidade de tais estratos é estimulada a partir da ideologia do progresso: com foco num futuro ideal, e supostamente sempre melhor, as organizações modernas tentam construir a legitimidade do próprio projeto racionalizador da modernidade, justificando o desejo pela estratégia, pelo controle e pela pasteurização de vidas, corpos e padrões - mobilizando, inclusive, uma ideia basilar de igualdade como suposta premissa liberal desse novo período histórico.

Entretanto, a constatação da falência de tal projeto é anunciadora de novas composições, matizes e possibilidades à existência contemporânea, em meio à qual uma noção se torna cara à compreensão de tal falência: as diferenças. Tomadas enquanto focos a inúmeras áreas de conhecimento, sobretudo nas humanidades, diferenças podem ser vislumbradas, em última análise, como pontos focais na realidade concreta de produção da vida, que anunciam fraturas, fissuras e impossibilidades ao discurso e à prática estabelecidos pela modernidade. Hannah Arendt (2007) torna-se uma das intelectuais mais expressivas com relação ao desenvolvimento de tal noção, ao inverter as lógicas modernas calcadas na igualdade: a autora toma a diferença como a condição central que nos torna humanos, e enxerga no espaço público a possibilidade de construção da autorrealização e da dignidade - a partir do momento em que, publicamente, uma diferença pode aparecer e atualizar a mesa dos negócios humanos, indicando prejuízos

e necessidades de modificação nas estruturas relacionais postas pela vida social moderna.

Dentre as inúmeras possibilidades de estudo com relação às diferenças, podemos tomar, nos últimos anos, a emergência de um conjunto de estudos e de práticas que visam atualizar as existências de pessoas com deficiências na contemporaneidade. Ainda que tal tema esteja em definição - e inclusive também esteja em constante atualização a partir de demandas terminológicas -, deficiências têm sido, mais ou menos, aceitas como termos capazes de anunciar diferenças de corpos que não conseguem se adaptar aos padrões de normalidade impostos pelo projeto moderno. Para muito além de um adjetivo ou de um juízo de valor negativo, as deficiências emergem como palavras de luta e de marcação identitária, frente a necessidades de atualização dos espaços e das lógicas que produzem a vida, tendo em vista a necessidade primeira de consideração de tais corpos e de suas especificidades como critérios centrais na construção da dignidade, da autorrealização e da justiça, reunidos, sobretudo, em torno de uma noção guarda-chuva, capaz de apreender e reunir inúmeras demandas: a acessibilidade. Tal noção tem sido, inclusive, posta como norte central a inúmeras legislações, ações e práticas que precisam ser atualizadas nos ambientes relacionais das organizações modernas - Estado, Mercado e Ciência -, com vistas à construção de espaços mais dignos e potencialmente abertos à inclusão de corpos e de sujeitos inicialmente excluídos de suas possibilidades de acesso.

São nesses percursos e espaços que Pessoa (2019) mobiliza uma questão relevante a ser investigada: como seria possível pensar a acessibilidade nos contextos organizacionais para além de uma visão instrumental ou meramente física? Como problematizar, a partir das diferenças de pessoas com deficiência, a acessibilidade, atualizando,

inclusive, tal noção para muito além de uma obrigação vazia ou de um discurso muitas vezes projetado pelas organizações, embora descolado de muitas práticas relacionais que se dão nesse ambiente? É nesse sentido que esse texto admite a noção de acessibilidade afetiva de Pessoa (2019) e busca, para isso, relacioná-la a uma compreensão arendtiana da diferença, posicionando-a junto a uma abordagem estética. Em linhas gerais, buscamos problematizar como a acessibilidade, que emerge como demanda nos ambientes relacionais das organizações modernas, se apresenta como disposição afetiva e estética, para muito além de se anunciar como prática unicamente dada a partir de uma adaptação de espaços físicos e arquitetônicos. Para isso, buscaremos apresentar como a acessibilidade afetiva pode ser vislumbrada a partir do modo como interações sistemáticas passam a ser estabelecidas entre uma organização moderna - a Universidade Federal de Viçosa - e uma mulher com deficiência - primeira autora deste texto -, a partir de narrativas evidenciadoras de modos afetivos pelos quais um processo inclusivo aconteceu e permitiu a abertura de outros processos e composições.

Sendo assim, esse texto adota, como metodologia central, a abordagem dos afetos, proposta por Moriceau (2019, p. 41), que a toma

não primariamente como uma proposição ontológica (há afetos e são importantes na comunicação), nem mesmo uma estratégia epistemológica (uma maneira de acessar o que não poderia ser de outra forma). Antes disso, a virada afetiva define uma ética e uma política.

Dessa forma, o autor nos diz que uma pesquisa dos/com/pelos afetos coloca pesquisadores não em posições unicamente de estudo, “mas de comunicação e essa comunicação precisa ser considerada eticamente” (Moriceau, 2019, p. 41). Quanto a isso, em outro trabalho, o autor completa:

se escrevemos sob o impulso dos afetos, é precisamente porque fomos afetados, ou seja, fomos surpreendidos, tocados, transformados - não porque buscávamos ver algo definido *a priori*, ou porque quiséssemos provar que tínhamos razão, ou ainda porque queríamos seguir uma teoria. Eis que algo nos intriga, nos perturba, nos deixa com raiva. Sentimos que há algo sobre o que podemos testemunhar, algo que nos obriga a pensar (Moriceau, 2021, p. 18).

De tal sorte, assumindo tal abordagem como guia metodológico, este texto se organiza em algumas partes. Inicialmente, na fundamentação teórica, buscamos problematizar, na perspectiva de Pessoa (2019), a acessibilidade afetiva, estabelecendo diálogos com as discussões de aparência e diferença (Arendt, 2007) e adotando uma perspectiva estética cunhada por Gumbrecht (2010) e retomada por Mafra (2021) para problematização dos contextos relacionais das organizações modernas. Em seguida, a partir de uma experiência singular e significativa da primeira autora deste texto com os ambientes organizacionais da UFV no ano de 2017 - a partir de uma visita de uma professora e de quatro estudantes do Curso de Graduação em Enfermagem em sua residência, no contexto de uma atividade de ensino no campo da saúde coletiva -, o artigo caminha para um estilo de relato de experiência, na primeira pessoa do singular, a partir do qual a acessibilidade afetiva organizacional será expressa narrativamente, considerando sua vivência com tal professora e com suas estudantes da universidade. Por fim, serão tecidas breves considerações, com o intuito de retomar as principais questões abordadas neste texto, com indicativo à continuidade de estudos futuros.

A ACESSIBILIDADE AFETIVA

Experiências de pessoas com deficiências aparecem em meio aos cotidianos organizacionais a partir de múltiplas tensões. Segundo

Pessoa (2019), problematizar sujeitos com deficiências, para muito além de quaisquer teorizações, é reconhecer a necessidade de produção de uma linguagem hospitaleira, como ponto de partida: por este gesto, a autora propõe discutir “como alguns imaginários, que ainda estão cristalizados em culturas organizacionais, reduziram o universo de possibilidades de tratarmos pessoas com deficiência como cidadãos como os demais” (*Ibidem*, p. 211). Nesse momento, a autora compreende a linguagem hospitaleira como

uma possibilidade de tratamento discursivo acolhedor, respeitando os modos como as próprias pessoas com deficiência gostariam de ser nomeadas, evitando-se categorização e juízos de valor. Tratam-se de modos discursivos que acolhem as demandas das pessoas com deficiência, respeitando-as em suas necessidades de identidade e de reconhecimento social (...). Mais do que “discursos politicamente corretos”, estariam no campo de discursividades atentas ao afável, ao receptivo, ao confortável para o outro (Pessoa, 2019, p. 213).

Nesse movimento, Pessoa (2019) propõe um gesto de imaginar como tal linguagem pode ser capaz de produzir redes de relações organizacionais, pautadas por uma acessibilidade afetiva, contrárias a uma ideia de compaixão:

compaixão no campo da espiritualidade estimularia uma participação na “infelicidade” alheia, algo que suscitaria um impulso altruísta alcançando afetos supostamente positivos, tais como a ternura com o “sofredor”. (...) A compaixão apresenta-se como uma armadilha se as palavras-chaves que a guiam são piedade, tragédia pessoal e sofredores, por exemplo (*Ibidem*, p. 211).

Nesse desafio, tanto a arquitetura de espaços quanto a emergência de uma linguagem hospitaleira só fazem sentido a partir de tentativas de se produzir um acesso cotidiano à experiência do outro, na medida em que “modos de sentir, perceber e narrar as histórias e as nossas posturas nas organizações deslocam as responsabilidades individuais,

necessárias e fundamentais, para a constituição de culturas organizacionais coletivas” (Pessoa, 2019, p. 213), já que

estamos falando de sujeitos que sim, trazem consigo histórias surpreendentes aos olhos dos demais e doses significativas de inquietações que potencializam o sofrimento. Mas antes de serem considerados sofrendores, dignos de piedade, querem assumir seus papéis de protagonistas das próprias histórias e das próprias narrativas (*Ibidem*, p. 213).

É nesse momento que Pessoa (2019, p. 217) pergunta-se, incomoda-se e propõe ser possível

pensar em acessar o outro, não de modo unilateral, egoísta para satisfazer o meu desejo de me sentir bem por me importar... Para dizer que tenho compaixão ou que sou empático... Trata-se de acessar o outro para que ele acesse o mundo de modo diverso ao que lhe é imposto.

Na toada desse incomodar, esse texto busca, portanto, questionar: como as organizações modernas lidam com pessoas com deficiências? Em meio a seus cotidianos, projetos e âmbitos de ação, há espaços para a emergência de experiências de acessibilidade afetiva, como propostas por Pessoa (2019)? Neste momento, recorreremos à compreensão da acessibilidade afetiva como uma disposição estética, vislumbrada a partir do pensamento de Arendt (2007) e de Gumbrecht (2010), autores que nos auxiliam a compreendê-la nos contextos relacionais das organizações. Tal movimento conceitual será apresentado a seguir.

APARÊNCIA, DIFERENÇA, LATÊNCIA: MOVIMENTOS ESTÉTICOS PARA COMPREENDER A EMERGÊNCIA DA DEFICIÊNCIA

Como uma pessoa com deficiência aparece, no mundo, a partir das/com as suas diferenças? Como pode ser vista, percebida, localizada, num mundo que, de partida, não é preparado e aberto a acolher as diferenças que existem em sua própria presença no mundo? Como a

comunicação pode ser um campo que auxilia a pensar o modo como uma diferença aparece e ganha existência, sobretudo em contextos organizacionais?

Segundo a abordagem pretendida, toda troca comunicativa, realizada em público, é, de algum modo, regulada por um fenômeno (uma emergência), mobilizada pela aparência (algo que se apresenta e ganha existência) a partir da diferença, na medida em que se desenrola a partir da vida política como aquela que é organizada pela vivência do cotidiano, e só é possível pela relação entre os homens. A ideia de política, no entanto, não pressupõe necessariamente sua formalização, sendo que as regras por ela colocadas aos sujeitos aparecem muitas vezes internalizadas, apreendidas pela experiência e convencionadas em meio às relações sociais (Telles, 1990; Magalhães, 2009).

No primeiro parágrafo deste tópico, é possível identificar uma primeira expressão da aparência, na perspectiva de Arendt (2007) como “aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos — constitui a realidade” (Arendt, 2007, p.59). Nesse sentido, o que aparece se espalha não apenas numa dimensão experiencial pública, mas é força que também nos mobiliza, como aponta Telles (1990), nos maiores recônditos da intimidade. Assim, qualquer situação de comunicação, em maior ou menor medida, que emerge contextualmente junto a pessoas com deficiência já pressupõe a presença de elementos que deslocam olhares, espaços e expectativas em relação a um corpo que possui características diferentes - para as quais o mundo moderno não se encontra, de partida, capaz de acolhê-las.

Além disso, é possível verificar a aparência de corpos com deficiência a partir da instância material do espaço público — “é o espaço do aparecimento e da visibilidade” (Telles, 1990, p.4), de modo que “tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos”

(Arendt, 2007, p. 59); “e, se isso importa, é porque essa visibilidade pública é que constrói a realidade” (Telles, 1990, p.4). De modo geral, o público não é um lugar delimitado fisicamente: é instância que emerge pela linguagem, a partir de um pensamento movido pelo fenômeno da diferença - um gesto provocador que busca considerar, em última análise, possibilidades de ação e de discurso de tal diferença, em meio ao mundo comum até então compartilhado pelos sujeitos, embora sem considerá-la, até então, também como parte equânime deste mesmo mundo. Dito isso, a presença da diferença busca um compartilhar deste mundo, como nos esclarece Telles (1990, p. 4): a partilha comum, portanto acontece “quando as coisas podem ser vistas por muitas pessoas, numa variedade de aspectos, sem mudar de identidade, de sorte que os que estão à sua volta sabem que vêem a mesma coisa, na mais completa diversidade”. Por esses termos, o espaço público é uma instância conectada com as esferas íntima e privada: o pensamento arendtiano aponta que nenhuma autorrealização é possível se uma vida é levada em segredo e não pode aparecer, em sua diferença, no espaço público.

A teoria postula em Arendt (2007) que ter direitos significa “pertencer a uma comunidade política na qual as ações e opiniões de cada um encontram lugar na condução dos negócios humanos” (Telles, 1990, p.8); ela indica que nos tornamos membros de um grupo, “por força de nossa decisão de nos concedermos mutuamente direitos iguais” (Arendt, 1974 a, p.380 *apud* Telles, 1990, p.9). Por tudo isso, Telles (1990, p. 5) nos esclarece que “este mundo tem que ser pensado não apenas como aquilo que é comum, mas como aquilo que é comunicável”. A partir disso, podemos questionar: o que corpos com deficiência comunicam aos contextos das sociedades modernas? Como recebem

forças e vulnerabilidades que os tornam passíveis de visibilidade ou de invisibilidade?

Entendemos que o filósofo alemão Hans Ulrich Gumbrecht (2010) nos auxilia consideravelmente a compreender que os gestos estéticos de aparência nem sempre irão emergir a partir da comunicação de um desejo explícito de existência no mundo comum: a partir do que é imposto como padrão pelas instituições modernas do Estado, do Mercado e da Ciência, a emergência de tais corpos pode indicar a aparência não propriamente de suas diferenças; trata-se paradoxalmente da aparência de latências - demandas e desejos impedidos de aparecerem, embora impossíveis de serem apagados ou extirpados dos próprios horizontes de autorrealização que atravessam tais corpos com deficiência. Por esse caminho, uma primeira expressão da latência pode ser compreendida pela clandestinidade como gesto que “de algum modo, aponta diferenças em relação ao status social estabelecido e garantido pelo Estado e revela repressões políticas e possibilidades de não-existir (...) frutos de experiências incompletas e não-explícitas” (Silva; Mafra, 2020, p. 279).

Assim, a própria situação de comunicação diante de um corpo com deficiência não é suficiente para que esse corpo apareça: latências podem permanecer em relação, sobretudo nos modos frustrantes e violentos que determinam, pela modernidade, como esse corpo pode ser localizado, visto, pronunciado e aceito - antes mesmo de ser ouvido e considerado como parte da mesa dos negócios humanos. Dessa forma, a presença de um corpo com deficiência pode ser também a presença de inúmeras latências experimentadas por tal corpo, incapazes de serem ditas e consideradas nos contextos da vida moderna.

Somado ao domínio das convenções contratuais, os contextos presentes podem, portanto, ser indicadores de gestos muito violentos,

desconfortáveis e insensíveis, em meios aos quais “um clima de estagnação parece atrofiar os futuros e tornar difícil a abertura de horizontes” (Mafra, 2021, p. 11). Neste prisma, tais corpos, imantados por feridas e violências, produtos de relações opressoras modernas, podem não encontrar espaço para elaborar publicamente seus passados - enquanto temporalidade presente constituída “por outros conjuntos de sentidos (ou realidades, compreensões, perspectivas)” (Rangel, 2016, p. 129), os quais, por algum motivo, foram obscurecidos em prol de sentidos hegemônicos. Tristemente, este gesto revela, portanto, e ao mesmo tempo, o fechamento de uma futuridade, “pois nenhuma ação poderá ocorrer onde não houver lugar para projetar a sua realização”. (Gumbrecht, 2015, p. 16). Contudo, tal movimento torna-se, muitas vezes, difícil de ser percebido e notado, sendo corpos com deficiência tomados, pela modernidade, como instâncias que, supostamente, não possuem, de partida, espaços de ação e de discurso no espaço público. Neste íterim, recorremos novamente ao pensamento de Gumbrecht (2014):

é impossível dizermos com precisão de onde nos vem a certeza dessa presença, tampouco sabermos afirmar exatamente onde está agora aquilo que é latente. E, porque não conhecemos a identidade do objeto ou da pessoa latente, nada nos garante que reconheceríamos essa entidade se alguma vez viesse a revelar-se diante de nós (Gumbrecht, 2014, p. 40).

Nesse sentido, um corpo com deficiência anuncia sua própria diferença ao aparecer e buscar alterar os modos como determinados comportamentos, imagens, espaços e relações acontecem. Isso porque, inspirados pelo pensamento gumbrechtiniano, podemos tomar os contextos contemporâneos como instâncias pautadas por inúmeras latências frente a diferenças não contempladas, ignoradas, violentadas - gesto este que revela climas de estagnação, uma vez que a latência

impede que uma diferença exista e siga para um futuro. Sendo assim, as organizações tornam-se espaços essenciais seja para a aparência da diferença, seja para a perpetuação da latência. Nesse lugar, movimentos comunicacionais com relação à diferença de pessoas com deficiência, na perspectiva de Pessoa (2019), nos inspiram a pensar como eles são capazes de romper as membranas da latência em contextos organizacionais, na medida em que se ancoram numa linguagem hospitaleira, em meio à qual processos de escuta possam impactar alterações em suas culturas organizacionais e promover processos de inclusão.

Por tudo isso, ao considerar a emergência de um corpo com deficiência junto a interações deflagradas em contextos organizacionais, podemos tomar que a aparência de sua diferença - suas demandas, singularidades e historicidades - produz-se por uma acessibilidade afetiva na medida em que três gestos tornam-se parte de suas próprias culturas organizacionais: o olhar, o cuidado e o encontro. O olhar inicia-se no momento em que o outro é deslocado pela visibilidade pública que irrompe nas relações daquele mundo comum; o cuidado inicia-se no momento em que tal olhar, capaz de deslocar o que até então era estabelecido naquele contexto, abre-se ao cuidado com tal diferença, permitindo que esse outro acesse o mundo de modo diverso ao que lhe é imposto, como aponta Pessoa (2019); e o encontro inicia-se no momento em que a escuta organizacional é capaz de atribuir, à pessoa com deficiência, o direito inalienável de narrar sua própria história - de assumir-se como integrante da mesa dos negócios humanos, e, em sua diferença, tomar assento como ocupante equânime da possibilidade de existir naquele mundo comum - como qualquer outro sujeito, também em sua diferença.

ALGUMAS REFLEXÕES METODOLÓGICAS: A PRODUÇÃO AFETIVA DO RELATO DE EXPERIÊNCIA

Pretende-se, aqui, investigar como a aparência de um corpo com deficiência se constituiu no contexto de uma organização: a Universidade Federal de Viçosa (UFV). Quando nos referimos a tal contexto, consideramos não apenas os espaços físicos da UFV, mas, sobretudo, as relações que ela fomenta, seja em suas sedes, seja em outros contextos nos quais ela atua. Sendo assim, a partir da abordagem metodológica dos afetos (Moriceau, 2019), o texto narra o aparecer de uma mulher com deficiência ao entrar em interação sistemática com os ambientes organizacionais da Universidade Federal de Viçosa.

Convém trazer uma breve exposição a respeito da tomada de decisão em relação ao caminho metodológico a ser utilizado para o desenvolvimento deste trabalho. Nas palavras de Jean-Luc Moriceau (2019, p. 41), “colocando afetos no centro da pesquisa, a virada afetiva oferece uma possibilidade privilegiada para estudar a comunicação, incluindo questões de gênero, vulnerabilidade e desigualdade”. De acordo com o intelectual francês, uma relação de comunicação, tomada enquanto cerne da pesquisa de temas sensíveis, exige que as experiências e os contextos do pesquisador sejam incorporados, numa posição de comunicação com o mundo - e não meramente de estudo (Moriceau, 2019).

Dessa forma, para a construção deste relato de experiência, o primeiro passo foi a definição do tema. Dentre as várias possibilidades nesse contexto, a decisão escolhida foi a de produzir um relato sobre o modo como a UFV se apresentou à primeira autora deste texto: a partir da presença da professora Deíse Moura de Oliveira, do Departamento de Medicina e Enfermagem da UFV, junto com suas estudantes: Ana Luiza, Carolina Dalfior, Isabella Almada e Aline Godinho, quando foram em sua

residência para realizarem um trabalho de saúde coletiva. Tal trabalho aconteceu no ano de 2017, visitando famílias na comunidade, e incluía a busca por percepção de demandas, na região, por uma intervenção em saúde coletiva. Ao perceberem a situação da primeira autora - uma mulher com deficiência, que tinha finalizado o Ensino Médio e estava em casa, sem perspectivas de entrar num curso superior -, o grupo de saúde coletiva percebeu que tentar trabalhar essa questão com ela se referia a um ato que buscava a sua própria saúde, a partir da sua presença no mundo.

Em seguida, foi necessário definir a angulação, ou seja, qual seria o foco do relato de experiência. Nesse sentido, três perguntas foram construídas, às quais a primeira autora deste texto tentou utilizar para escrever um relato narrativo:

1. Quem era a Rita até o momento do encontro com o grupo de prática de saúde coletiva? A proposta seria buscar como era, para uma mulher com as suas características, conviver com a deficiência; as questões de preconceito vivenciadas; o seu desejo latente de estudar comunicação social. A proposta seria relembra as diversas vezes em que ela tentou o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e a sua falta de confiança naquele momento;
2. Como foi para a Rita receber a professora com as alunas? A proposta seria apresentar como foi a experiência de ter sido acompanhada pelo grupo;
3. Qual o impacto da atuação daquele grupo de saúde coletiva para a sua vida?

A partir dessas questões, apresentamos, a seguir, um relato narrativo, escrito sobre esse processo. Ele foi finalizado no Dia do Professor, em 15 de outubro de 2022, embora tenha iniciado sua composição desde novembro de 2021⁴. A partir desse momento, até

⁴ Como apresentado na introdução do texto, este artigo é resultante de uma pesquisa de iniciação científica, que aconteceu entre os meses de novembro de 2021 e outubro de 2022, financiada pelo Edital PIBIC/UFV 2021-2022/II PIBIC/FAPEMIG.

antes das considerações finais, o texto ganha um caráter bastante afetivo, recorrendo, à primeira pessoa do singular, como estratégia narrativa para a construção da pesquisa com os afetos. Aqui, o olhar, o cuidado e o encontro apareceram como disposições estéticas fundamentais ao rompimento das latências e à instituição de um espaço público nos modos como um corpo com deficiência passou a tomar assento na mesa dos negócios humanos, com suas diferenças.

TONALIDADES AFETIVAS INICIAIS: NARRATIVAS DE UM SENTIR TRANSFORMADOR

Hoje, Dia do Professor, rendo honras à Deíse Moura de Oliveira⁵. Enfermeira. Docente do Departamento de Medicina e Enfermagem da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Ela me ajudou a abrir as portas do mundo interior. Semeou a curiosidade inicial, lançou as bases de tudo o que me permitiu pensar, sentir e conhecer o Ensino Superior. Ela é como uma jardineira, cuidando de sementes, mudas, plantas... adubando, colocando água, cuidando... E, por mais que uma jardineira tenha o seu valor (ela foi aprendendo ao longo da vida a também acolher esse valor, a reconhecer, na justa medida - nem mais, nem menos), a beleza é da planta. Por mais que consigamos explicar as coisas, há um mistério no crescimento da semente: a força, a recepção da água, o enraizamento na terra, o amadurecimento, as flores e os frutos não são nunca (nunca mesmo!) da jardineira, mas desse mistério da vida. E que alegria tê-la como protagonista do capítulo deste livro, um marco

⁵ Doutora em Ciências pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (2013). Professora do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e do Programa de Pós Graduação em Ciências da Saúde, também da UFV. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Enfermagem com Abordagens Fenomenológicas (EEUSP), líder do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Saúde (UFV) e também líder do Grupo de Pesquisa e Práticas em Saúde Coletiva (GRUPPESC).

importante em minha trajetória acadêmica no Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa.

Obrigada por ser acaento!

Obrigada por ser presença!

Obrigada por ser esperança!

Obrigada por sonhar meu sonho comigo: entrar na UFV!

O OLHAR, O CUIDADO E O ENCONTRO: O ACESSO AFETIVO À UFV

É exatamente sobre o olhar à diferença que decidi falar neste relato de experiência. Parece que foi ontem. O ano era 2017. Eu não tinha noção do que me esperava e se daria conta de encará-la. Meu pensamento pairava pelo ar enquanto me deslocava para a sala. Como seria uma experiência em saúde coletiva? Como seria encontrar alguém que sequer conhecia?! Quem estaria por lá? Quais olhares eu receberia? O que significaria entregar o diagnóstico para aquela enfermeira que viria à minha casa, e que eu desconhecia? Muitas perguntas, nenhuma resposta.

À frente da coordenação de um campo de prática em saúde coletiva, visitando minha casa, avistei-a! Olhos luminosos, sorriso marcante, cabelo ruivo que se destaca de longe, armação de óculos no mesmo tom – ainda com pequenas estampas nas laterais. Suas unhas pintadas em esmalte metálico – V-E-R-M-E-L-H-O – cuja tonalidade me remete à uma MAÇÃ DO AMOR, entram em harmonia com o jaleco branco – a cor da sua roupa transmite a paz – acompanhado pelo brasão da instituição – é a segunda melhor do Estado de Minas Gerais – e a 13ª do país de acordo com o Ranking Universitário da Folha (RUF) de 2017.⁶ Eis que chegava junto com ela, à minha residência, a Universidade Federal de Viçosa.

⁶ Notícia publicada em 19 de setembro de 2017, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Disponível em: <https://www2.dti.ufv.br/noticias/scripts/exibeNoticiaMulti.php?codNot=27890>

Minha pequenez! Eu tinha medo de injeção quando era criança. Sutilmente! Eu ouço uma voz, bem perto a chamar, vem de dentro de mim. Ela me diz: – Vem! Ela me diz: – Vem! Ela me diz: – Vem! Eu vou além! – É só uma picadinha, Rita! Não dói nada!⁷.

Embora tenha sido desconfortável carregar um envelope abarrotado de características específicas de um corpo com deficiência e mover pela sala, assim interpretei que era a maneira de eu ser acolhida ‘pela *lady in red* do GRUPPESC’ da UFV⁸! Ela não teve medo de ir ao encontro de uma aluna diferente. Fui abraçada pela professora de enfermagem da UFV!

Ela não usa um tom superior de voz. É calma em meio à tempestade. É música boa. É parceria de vida. É cúmplice da alma. Encostando-me! Pouco a pouco! Corpo a corpo! Meu corpo em seu corpo! Eu ouço uma voz embalando meu coração, vem cantando em meu ouvido uma canção: – Vai passar! – Vai passar! – Vai passar! – Eu sei que vai passar! Silêncio! Invernia! – Você está sentindo frio, minha querida?! É assim, o cuidado que recebe um bebê prematuro a caminho da incubadora, que tenho agora a honra de contar sobre sua primeira autora, e as lágrimas despencam em meio ao rascunho escrito à moda antiga de uma jornalista⁹.

⁷ Essa é a história de uma menina que teve que passar por muitas dores enquanto crescia. Obviamente, nem a agulha, nem a injeção nunca existiram - são apenas metáforas. Situações traumáticas, advindas da infância, adolescência e fase adulta com profissionais da saúde: enfermeiros, fisioterapeutas, médicos entre outros. Muitas eram as dúvidas antes da sua chegada na minha casa. Medos, inseguranças, esperança e ansiedade se misturavam ao sentimento transformador que ela me fez sentir, já no primeiro encontro.

⁸ Deise Moura de Oliveira é conhecida, carinhosamente, como ‘*lady in red* do GRUPPESC’ por estudantes de graduação, pós-graduação e docentes que integram o grupo, conforme uma publicação na rede social Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CNSMhQXhyYA/>

⁹ Sonho de criança: ela me acolheu em seus próprios braços, me acalmando em seu peito, um repouso no abraço do seu abraço. E com sua doçura, vem meu sono despertar. Saindo dos meus sonhos, de um simples desejo que tive a vida inteira de encontrá-la.

Sentia-me esgotada. Não havia Raimundo. Meu pai morreu. Ele faleceu em 2014, vítima de um acidente de carro. Não havia o alicerce da minha família. Não havia o ouvinte assíduo do programa: “Nossa Terra, Nossas Canções”, na Rádio Viçosa 95 FM – com a apresentação de Divino Amaral¹⁰. Minha vida virou de ponta cabeça.

Eu não decidi ficar. Eu não percebi cair. Ouvimos juntas o som do envelope ao chão! Diagnósticos despencados! É a gentileza desobrigada! É mão amiga, é coragem, é sensibilidade. Ela inclinou-se, recolhendo o envelope diante de mim, como quem faz reverência.

Eu estava certa! Ela já sabia de tudo quando veio ao meu encontro! Desde o parto prematuro, a ruptura entre o desejo de ser a filha “perfeita” de um casal, e a realidade de ter nascido com Paralisia Cerebral, diplegia espástica¹¹.

Eu preenchia os requisitos para ser a vítima. O corpo torto, por vezes, não obedecia, caminhava mal. A mim, o mundo reservava apenas um destino: o de ser coitada. Me perguntavam sobre a educação básica de uma pessoa com deficiência. Em resposta: – Eu estudei em escola pública.... – Eu não mudei de escola.... – Eu nunca fui reprovada.... E mesmo assim, não tinha conseguido ser aprovada na UFV, depois de tentar várias vezes. Então, seria meu destino ficar em casa?

Seus olhos atentos viram uma menina que já se arriscou como cantora soltando a sua voz em um casamento. Se essa rua fosse minha foi a canção escolhida.¹² É uma emoção forte falar de um dos momentos mais importantes da minha vida, em que pude me ver como alguém não

¹⁰ O programa radiofônico Nossas Terras Nossas Canções, veiculado na rádio Viçosa 95 FM, em Viçosa, cidade localizada na Zona da Mata mineira, no Brasil. Disponível em: <https://www.radiovicosafm.com.br/>

¹¹ Parto prematuro, sofrimento fetal, atraso no desenvolvimento motor. CID: Paralisia cerebral diplégica espástica (G801).

¹² Se essa rua fosse minha. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/cantigas-populares/134098/>

reclusa, como alguém que pode existir e aparecer, em meio aos outros. Esse registro é de uma fase que marcou profundamente a minha infância. Tenho lembrança dos ensaios, da ansiedade, da alegria da noiva e do noivo me esperando no altar e de ouvir o Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho¹³ pronunciar meu nome antes de entrar e cantar. Lembro-me das rosas, dos aplausos e dos cumprimentos ao final da cerimônia, na Igreja Matriz Santa Rita de Cássia¹⁴.



Figura 1: Rita Cristina da Silva cantando no casamento de Elaine e Ernando, na Paróquia Santa Rita de Cássia, na cidade de Viçosa - MG, em 09 de novembro de 2002.
Fonte: Arquivo pessoal da primeira autora.

¹³ Acadêmico da AML, o jornalista, professor e cônego José Geraldo conversa sobre sua vida. Disponível em: <https://www.jornalismo.ufv.br/narrativas/2018/06/04/academico-da-aml-o-jornalista-professor-e-conego-jose-geraldo-conversa-sobre-sua-vida/>. Produzido por: Marco Túlio de Miranda, Francielle da Paixão, Rita Cristina da Silva (primeira autora) e Stefany Peron. Professor orientador: Ricardo Duarte.

¹⁴ História da Paróquia de Santa Rita de Cássia, na cidade de Viçosa - MG. Disponível em: <https://santaritavicoso.com.br/pagina-historia>

Eu estava sem a perspectiva de estudar, e agora diante da professora (e de suas alunas), todas elas me tratando de igual para igual. Deíse Moura, em particular, expressava também, naquele momento, a dor e a tristeza pela partida de seu próprio pai. Quem trouxe afago num daqueles momentos que se apresentavam como um dos mais angustiantes do luto: “É uma sensação comum. O choque é um fenômeno que diminui a oxigenação do corpo, faz o pulso enfraquecer, os olhos perderem o brilho e a pressão arterial baixar” (Nogueira, 2022, p. 10).

O estranhamento inicial foi se transformando em confiança, alegria, entrega e reciprocidade. Quantos aprendizados e desaprendizados! Deíse Moura chegou como uma professora do Curso de Graduação em Enfermagem, como Universidade Federal de Viçosa. Mas o contato que ela manteve comigo foi para muito além: ela não manifestou medo, ao se deparar comigo. Não houve fotografia, não houve filmagem, não foram emitidas perguntas constrangedoras. Ela não me tratou com distância, nem unicamente com técnica. Ela me tratou como pessoa: me senti, antes de tudo, ouvida e considerada. Eu estava diante de alguém e, nesse momento, eu aparecia, junto com a minha condição, mas não era resumida a ela. Ela me lembrou o que tenho de bom e, naquele momento, eu não tinha mais dezoito anos, sem a expectativa de entrar na universidade. Mas eis que a magia parece ter se dado: a partir de conversas e vários outros encontros, me senti encorajada, recebendo apoio do grupo para estudar para o Enem; recebi olhares, conversas e afeto.

Pensar em Ana Luiza¹⁵, Carolina Dalfior¹⁶, Isabella Almada¹⁷ e Aline Godinho¹⁸, é lembrar de uma prosa prolongada, boas risadas e recordações que diminuíram a distância geográfica, e o tempo que nos separa e da participação colaborativa na elaboração do plano de estudos, do empréstimo de apostilas e de videoaulas e das orientações no sofá de casa.

Naqueles encontros, recebi *hospitalidade*. E, a partir dela, a UFV se abriu para mim, antes mesmo que, em 2018, eu tivesse a notícia de que tinha sido aprovada no ENEM. Naquele instante, minha vida seria alterada de forma singular. Recebi essa mensagem das quatro estudantes de enfermagem, após a minha aprovação. Desse gesto, nunca me esquecerei:

Ana Luiza:

Estou muito feliz!!!! Você é muito merecedora!! Parabéns pelo seu empenho, você é muito inteligente, e ainda terá muito sucesso pela frente!!! Não tenho dúvidas... Estamos sempre à disposição, qualquer dúvida, ajuda que precisar, não deixe de falar! Sério mesmo, estamos aí pra isso!!! Parabéns!

Carolina Dalfior:

Ah, linda! Muito obrigada você, pelos ensinamentos de vida que nos deu. O que precisar pode contar com a gente, tá?!

Isabella Almada:

Parabéns, Rita! Você merece demais, e vai ser uma ótima profissional. Precisando da gente pode falar, estamos à disposição. Muito sucesso nessa nova caminhada!!! E obrigada por acolher tão bem o nosso grupo.

Aline Godinho:

Que linda! Rita, você merece tudo de melhor na sua vida! Parabéns!
(Messenger, 2018)

¹⁵ Concluiu o Curso de Graduação em Enfermagem na UFV, em janeiro de 2020.

¹⁶ Concluiu o Curso de Graduação em Enfermagem na UFV, em janeiro de 2020.

¹⁷ Concluiu o Curso de Graduação em Enfermagem na UFV, em janeiro de 2020.

¹⁸ Concluiu o Curso de Graduação em Enfermagem na UFV, em janeiro de 2020.

E da *Deíse Moura*, recebi essa mensagem. Inesquecível:

Querida Rita, assino embaixo em tudo o que as meninas falaram. Enxergamos muita luz e inteligência em você e desejávamos que você também pudesse reconhecer isso em você. O caminho para o sucesso depende da forma como acolhemos nossas limitações e principalmente nossas potencialidades, que podem ancorar nossos sonhos e nos dar esperança de dias melhores para sempre. Você é super merecedora de tudo o que alcançou e que ainda alcançará nessa jornada. Somos gratas a Deus por ter colocado você e sua família no nosso caminho. Muito mais aprendemos do que deixamos algo e ficamos muito felizes pelo fato de esse pouco deixado ter mediado uma ponte para a realização do seu sonho profissional. Conte sempre conosco! Calouro tem sempre muitas dúvidas e as meninas em especial, por terem passado por essa experiência, poderão te ajudar. Vou visitar vocês em breve. Um abraço apertado para a caloura da UFV mais especial de todas! Sucesso!!!!!!!!!!!!!! (Messenger, 2018).

Eu estava no curso que sempre sonhei, e vivenciando várias outras experiências com a instituição, em meio às quais meu corpo marcado por diferenças estaria a desafiar e a buscar atualizações em toda aquela experiência organizacional - não somente para mim, mas para professores, estudantes e corpo técnico da instituição. Assim, pude ter acesso àquela organização - UFV - e agora como uma de suas integrantes. Diante da aparência de minha diferença, pelo olhar que me considerou; pelo cuidado que me encorajou; e pelo encontro com minha própria possibilidade de narrar meus passados e meus desejos por novos horizontes, eis que estive diante de uma linda, marcante e transformadora experiência de acessibilidade afetiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, buscamos problematizar como demandas por acessibilidade a pessoas com deficiência emergem nos ambientes relacionais das organizações, com foco nos contextos de uma

Universidade Pública. Para isso, o texto buscou compreender o quanto a noção de acessibilidade afetiva, a partir da ideia de hospitalidade cunhada por Pessoa (2019), pode ser observada a partir de três disposições estéticas nos contextos comunicacionais das organizações: o olhar - o modo como a aparência da diferença emerge; o cuidado - as formas como o outro é tratado, em consonância com seu próprio desejo de tratamento; e o encontro - os modos como a aparência dispõe a diferença na mesa dos negócios humanos, e busca construir a possibilidade de uma existência inclusiva, justa e digna. Isso porque a presença de um corpo com deficiência junto aos ambientes relacionais das organizações não é necessariamente parte de um gesto de aparência: tal corpo pode estar num lugar e suas diferenças podem ser tomadas como latentes - ou seja, elas se encontram no lugar; mas, por não serem pronunciadas, a partir da linguagem, acabam se tornando desconsideradas e clandestinas.

Como metodologia, o texto lançou mão da abordagem afetiva de Moriceau (2019), como proposta que busca comunicar os afetos de quem pesquisa como guia narrativa fundamental para a verificação e a apresentação dos próprios dados de pesquisa. Sendo assim, o gesto de comunicação ganha protagonismo e ancora a própria explicação, sobretudo quando se trata da pesquisa com temas sensíveis, como é o caso dos estudos sobre e com a deficiência.

Como resultados, o artigo relata as experiências da primeira autora do texto, a partir de uma sensibilidade narrativa que busca lançar mão das suas próprias vivências, junto aos conceitos e discussões teóricas anteriormente trabalhadas. Nesse sentido, o relato narrativo busca olhar para a aparência como um gesto inclusivo frente a uma organização pública - a UFV -, a partir de uma inscrição que se inicia nos próprios modos de abordagem dos corpos, movimento este que define horizontes

(ou os retira), a partir de uma lida inevitável com passados. Nesse caso, a linguagem hospitaleira e o próprio ato de hospitalidade protagonizados por um grupo formado por uma professora e quatro estudantes de enfermagem da UFV foram gestos capazes de produzirem confiança, a partir de um reconhecimento da singularidade da experiência da autora, e da produção de uma aparência, reverenciada como possibilidade inclusiva a uma mulher, reverenciando-a como alguém que pode contrariar todo o destino social imposto sobre ela e sobre seu corpo. Sendo assim, o relato narrativo revela que a hospitalidade é movimento comunicacional pautado pela reinvenção - a potência que surge no imprevisto, a vitalidade que colore a violência, o horizonte que se abre, mesmo que o passado tenha se imposto com o impossível.

De tal sorte, esta pesquisa de iniciação científica abriu possibilidades para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)¹⁹ da pesquisadora-bolsista, que investiu na narrativa de outras situações que revelam seu contato com a Universidade Federal de Viçosa, com vistas a comunicar nuances afetivas a partir das sensibilidades que aparecem (ou permanecem latentes), a partir do momento em que seu corpo com suas diferenças adentra os espaços interacionais de tal organização.

Por tudo isso, problematizar a acessibilidade, nos ambientes relacionais das organizações, torna-se gesto urgente, sobretudo nos contextos contemporâneos em que pessoas com deficiência, a partir de uma luta histórica por equidade, dignidade humana e justiça, têm sido

¹⁹ No dia 18 de dezembro de 2023, o professor Rennan Lanna Martins Mafra (orientador), a professora Mariana Ramalho Procópio Xavier (UFV), a professora Camila Maciel Campolina Alves Mantovani (UFMG), sob a presidência do primeiro, compuseram a banca de avaliação da monografia apresentada ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo, intitulada: ACESSIBILIDADE AFETIVA, COMUNICAÇÃO E DIFERENÇA: experiências de uma mulher com deficiência nos contextos organizacionais de uma Universidade Pública, de autoria de Rita Cristina da Silva.

priorizadas como públicos por novas institucionalidades e legislações recentes. Entretanto, nas narrativas apresentadas, foi possível compreender o quanto o aparecer de um corpo sensível faz também aparecer inúmeras latências nos ambientes organizacionais quanto aos horizontes mínimos à produção de uma hospitalidade às pessoas com deficiência, confirmando as formulações de Pessoa (2019). Por isso, a pesquisa aponta que a presença (ou a ausência) da acessibilidade afetiva é gesto comunicacional que define os modos de existências dignos (ou violentos) de uma pessoa com deficiência nas organizações modernas - Estado, Mercado e Ciência.

Com relação ao contexto investigado, a pesquisa também conclui que a universidade pode se configurar como um espaço frutuoso de trocas e de descoberta do diferente não apenas pela sua abertura em receber corpos sensíveis em seus espaços, mas na medida em que tais espaços sejam capazes de produzir uma disponibilidade para o olhar, para o cuidado e para o encontro em suas relações cotidianas - como gestos essenciais para a vivência transformadora da acessibilidade afetiva, e para a existência pública e íntima, em sua condição humana, de uma pessoa com deficiência.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença** – o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed-Puc Rio, 2010.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945**: latência como origem do presente. São Paulo: Editora Unesp, 2014.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Nosso amplo presente** – O tempo e a cultura contemporânea. 1ª Edição, São Paulo: Ed. Unesp, 2015.

- MAFRA, R. L. M. As organizações modernas e o contemporâneo: notas para uma leitura comunicacional do presente. In: XXX Compós, 2021, São Paulo. Anais do XXX Compós, 2021.
- MAGALHÃES, Theresa Calvet. Somos do mundo e não apenas no mundo. In: CORREIA, Adriano; NASCIMENTO, Mariângela (orgs.). **Hannah Arendt** - Entre o Passado e o Futuro. Juiz de Fora, UFJF, 2009, pp. 73-88.
- MORICEAU, Jean-Luc. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. In: PRATA, Nair. PESSOA, Sônia (orgs). **Desigualdades, gêneros e comunicação**. São Paulo: Intercom, 2019. pp. 41-49.
- MORICEAU, Jean-Luc. Escritura e afetos. In: PESSOA, Sônia; MARQUES, Ângela C. S.; MENDONÇA, Carlos M. C. (orgs). **Afetos, teses e argumentos**. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021. pp. 17-32.
- NOGUERA, Renato. **O que é o luto: como os mitos e as filosofias entendem a morte e a dor da perda**. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2022. 208 p.
- PESSOA, S.C. Acessibilidade Afetiva? Da linguagem hospitaleira às redes de relações em organizações. In: Ângela Cristina Salgueiro Marques; Daniel Reis Silva; Fábria Pereira Lima (Org.). **Comunicação e Direitos Humanos**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2019. pp. 209-217
- RANGEL, M. M. Melancolia e história em Walter Benjamin. **Ensaaios Filosóficos**, v. XIX, p. 126-137, 2016.
- SILVA, João Luiz P.; MAFRA, Rennan Lanna Martins. A emergência de latências no Youtube: a experiência pública das ocupações secundaristas no Brasil. In: Heloisa Raimunda Herneck; Silvana Claudia dos Santos; Caio Corrêa Deross. (Org.). **Experiências, narrativas e histórias: percursos pós-críticos nas pesquisas educacionais**. 1ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2020, v. 1, p. 276-298.
- TELLES, Vera da S. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social**; Rev. Social. USP, S. Paulo, v. 1(1), 1990.

2

“NÓS” CABE EM “EU”: PERSPECTIVAS AFETIVAS NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

Marcelle Jardim Verissimo ¹

Sônia Caldas Pessoa ²

INTRODUÇÃO (DO TEXTO, DA ESCRITA ACADÊMICA, DA VIDA EM PESQUISA)

- “*Se é um texto em ‘nós’, como escrevo em ‘eu’?*”

De Mestranda para Orientadora, surgiu a questão que não poderia ser silenciada, quando o convite para a escrita deste capítulo foi feito. Após algumas recomendações de leitura e noções de pesquisa afetiva, ficou nas entrelinhas que, nesta dimensão, da escrita ou da vida, não se trabalha com o estar distante - do *eles*, do *nós*, do *eu*.

Narrar a vivência desse(s) Outro(s) foi experiência central da pesquisa monográfica que produzimos em 2022. Intitulado “Espelho, espelho meu: existe algum livro como eu? Discussões sobre identidade cultural e acessibilidade na Literatura Surda”, o Trabalho de Conclusão de Curso se propôs a abordar a literatura e seus encontros com a receptividade e mundos sociais (Hall, 2003), por meio de entrevistas com dez sujeitos - que não são concebidos aqui como objetos, mas sim como pessoas colaboradoras na construção do conhecimento, proposta que vem sendo

¹ Mestranda em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG) na linha de pesquisa em Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades; Bolsista FAPEMIG no projeto “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência” do Afetos: Grupo de pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências. marcellejev@ufmg.br.

² Professora do Departamento de Comunicação Social (PPGCOM/UFMG), Bolsista Produtividade do CNPQ (Bolsa PQ); Bolsista Capes-Print como professora visitante no Institut Mines-Telecom (2023/2024). Co-Coordenadora do Afetos: Grupo de pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências; do Laboratório de Experimentações Sonoras (LES/FAFICH UFMG) e da Rádio Terceiro Andar (UFMG). Coordena o projeto “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência”, que tem financiamento da Fapemig. soniacaldaspessoa@gmail.com.

adotada em diversos projetos de pesquisa e textos produzidos no âmbito dos Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências (Pessoa, Saraiva e Mantovani, 2023; Saraiva, Pessoa e Mantovani, 2023).

Importa justificar que a escolha por esta denominação não foi em vão. O título vai além da frase comum às obras analisadas - “Branca de Neve” (Brasil, 2020) e “Branca de Neve Surda” (Tedesco, 2020), explicadas adiante - e dialoga com as possibilidades de expressão e identificação cultural. Afinal, mais que um objeto físico e uma superfície refletiva, o espelho pode significar aproximação e afetação, na medida em que mostra características do Outro que se revela pelo rosto - que “me chama às minhas obrigações e me julga” (Lévinas, 1980, p. 193).

Tal estudo logo produziu uma sensação inicial de desconforto - é preciso dizer.

De uma parte porque estar consciente de “mim” pode, em um primeiro momento, parecer simples, já que estou em “mim”; mas, para viver a consciência da presença, do ser e do estar do “outro”, precisaria presenciar, ser e estar “nele” (Lévinas, 2007).

De outra parte, do corpo em pesquisa, põe-se que entrevistar pessoas surdas ou com deficiência auditiva sumariamente exigiu uma abordagem afetiva, em que foi necessário 1) expor-se à experiência, abrindo mão do que seria uma hipótese imperativa; 2) questionar-se quanto aos meios e métodos e; 3) mergulhar-se em reflexão, indagando a si e à aplicação prática das teorias (Moriceau, 2020).

Além da investigação científica em si, da abordagem para as entrevistas e outras necessidades metodológicas, o próprio texto nos exige uma narrativa performativa, que dê conta da experiência em pesquisa, que vai muito além da simples escolha se escrevemos na primeira, segunda ou terceira pessoa (Moriceau, Marques e Pessoa, 2022). Falar de um corpo social que, apesar das tensões coletivas é

também individual, é, no mínimo, conflitante, desconfortável. No entanto, esta posição não configura uma queixa. Estar em incômodo, nesse contexto, é também estar em movimento. Dessa forma, é vivenciar enfim o Outro, colocar-se ao lado e compreender que a deficiência que existe no mundo é a que postulamos - com barreiras atitudinais, arquitetônicas, culturais, digitais e tantas complementares.

COMO O OUTRO ME CONSTITUI?

Desapegar-se da individualidade profunda que rege o eu moderno sem, no entanto, considerar as subjetividades, propõe aproximar o que antes era um horizonte longínquo, afirmando a plena humanidade de qualquer um *em* e *além* de mim. Nesse ponto, refletiu-se: “como o Outro me constitui?”.

Para pensar sobre este aspecto, é preciso dizer do primeiro Outro que atravessou esta pesquisa e o corpo que a sustenta. Andreza Jardim é mãe de Marcelle, uma das autoras deste capítulo, e entende-se como uma pessoa surda, mulher, preta, periférica e marcada por outros atravessamentos que não cita para não ser ainda mais reduzida. Além do próprio contato genético que constitui esta relação, vem dela a afetação primária que pavimentou a trilha deste estudo, que traz este breve relato de narrativa de vida (Marques, Pessoa e Martino, 2022). Dois Acidentes Vasculares Cerebrais (AVCs) a acometeram aos 29 anos - enquanto a filha tinha quatro anos -, ocasionando principalmente a surdez. Abruptamente, um corpo oralizado, alfabetizado até a oitava série e criado (negligentemente) por pessoas não surdas percebeu-se mudado, urgente de novas formas de viver o seu mundo.

Então, mãe e filha cresceram juntas. Como duas crianças que aprendem a se comunicar, expressar suas vontades, conflitos, e viver

em coletivo. Esse movimento tem um acrônimo que permite a geração de uma certa identificação: CODA (*Child of Deaf Adults* ou filha de adultos surdos, em tradução livre).

Identificar-se, a partir da vivência da Outra, então, conduziu uma vida de afetos latentes da, na e para a universidade (Pessoa, Saraiva e Mantovani, 2023) - nos inspirando no título do presente livro. A identidade, então, prova-se configurada de forma autônoma e relacional, primordialmente conectada

(...) com um núcleo imutável e atemporal, ligando ao passado o futuro e o presente numa linha ininterrupta. Esse cordão umbilical é o que chamamos de ‘tradição’, cujo teste é o de sua fidelidade às origens, sua presença consciente diante de si mesma, sua ‘autenticidade’. É, claro, um mito - com todo o potencial real dos nossos mitos dominantes de moldar nossos imaginários, influenciar nossas ações, conferir significado às nossas vidas e dar sentido à nossa história (Hall, 2003, p. 29).

AS NARRATIVAS EM “BRANCA DE NEVE” E “BRANCA DE NEVE SURDA”

A partir da perspectiva e das motivações apresentadas, a pesquisa aqui descrita concentrou-se em pôr em diálogo a identidade cultural e a acessibilidade, a partir da interação das pessoas entrevistadas com obras da literatura não surda e surda: “Branca de Neve” (Brasil, 2020) e “Branca de Neve Surda” (Tedesco, 2020), respectivamente.

Cabe tratar do contexto dessas histórias e explicar que, da primeira citada, tem-se uma adaptação, oferecida pelo governo do Brasil, de um conto de fadas popular, cuja autoria é atribuída aos Irmãos Jacob e Wilhelm Grimm - linguistas e poetas alemães do século XIX. Na história, que inspirou posteriormente o roteiro homônimo dos Estúdios Disney em 1937, uma princesa era invejada pela madrasta por sua beleza. Também descrita como uma figura sobrenatural (bruxa), esta última questiona diariamente ao seu espelho mágico: “Espelho, espelho

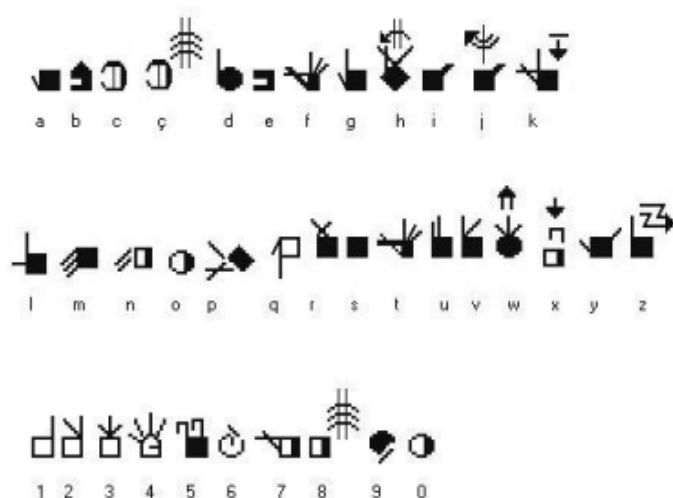
meu, existe alguém mais bela do que eu?” (frase referenciada no título). Furiosa ao descobrir que não é a mais bela, ordena a um caçador que conduza a morte da princesa. Ao recusar-se a matá-la, o homem a instrui a fugir, o que a leva à casa dos “sete anões”. A madrasta, ao descobrir seu paradeiro, se metamorfa em uma senhora que vende maçãs e oferece uma fruta envenenada à princesa, que, na primeira mordida, desfalece. Aqui, o conto encontra diferentes possibilidades de encerramento, sendo o mais comum o despertar de Branca de Neve após o beijo de seu príncipe encantado – que, como de praxe nesse estilo de narrativa, casam-se e vivem felizes para sempre.

A versão de 2020 fornecida pelo Ministério da Educação, órgão responsável pelo sistema educacional do Brasil, advém de um período em que o Presidente da República compôs um governo de direita, que influenciou produtos culturais e pedagógicos como a obra aqui referida. Nesta edição, a personagem é salva com o tropeço de uma outra, de forma que a redoma de vidro na qual estava deitada se inclinasse e com que o pedaço da maçã rolasse de sua boca. Inserida nas propostas de revisão da Política Nacional de Alfabetização (PNA) a obra e todas as demais que pertencem à mesma coleção, “Conta pra mim”, baseia-se em “valores estéticos e impactos ideológicos que a referida versão transmite ou silencia” (Santos e Silva, 2021), uma vez que se preocupa em suavizar e evitar situações que envolvam beijos ou trocas afetivas, numa tentativa de omitir narrativas e impor valores considerados mais dignos e morais do que outros.

Na segunda narrativa, “Branca de Neve Surda”, tem-se uma personagem baseada na anterior. No trabalho de Paulo Tedesco, escritor, editor e consultor em projetos editoriais, com tradução para o *SignWriting* — um sistema de escrita gestual, que independe do intermédio da língua falada — realizada por Fernando Carneiro, mestre

em Educação e intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Branca de Neve, ainda que com pele alva e cabelos escuros, não foge do palácio por ser invejada por sua beleza. Foge por não ser compreendida, já que se comunica única e exclusivamente por meio da Libras. Dada a fuga, ao se perceber na casa dos “sete anões”, que a recebem de forma compreensiva, em um dia é assustada e afugentada por uma senhora que tenta levá-la para casa. Nessa empreitada, choca a cabeça em uma árvore e só é encontrada pelo amigo lenhador, nomeado Valente e filho da senhora citada. Ele é o único que se comunica também por Libras e oferece uma maçã ao encontrá-la. O personagem a descobre porque reconhece os galhos e folhas amassados, por onde a princesa percorreu, já que gritos não têm valia. Ao voltar para casa, é recebida com alegria - mas não há beijos e príncipes para completar seu final feliz.

Aqui, condensadas as histórias, parte-se para a vivência da pesquisa. Tem-se, a princípio, a compreensão da literatura surda como uma ferramenta de reconhecimento, que se baseia na produção textual em língua de sinais (Karnopp, 2006) - no caso analisado, o *SignWriting* ou Escrita de Sinais. Tal escrita foi desenvolvida em 1974, na Universidade de Copenhague (Dinamarca), a partir de um processo de registro de movimentos de dança. Idealizado pela coreógrafa e ex-dançarina estadunidense Valerie Sutton, o *SignWriting* comporta, atualmente, mais de 900 símbolos, divididos em dez categorias: configurações de mãos, contato das mãos, faces, movimentos do corpo e da cabeça, ombro, membros, inclinação da cabeça, localização, movimento de dinâmicas e pontuação (Silva, 2018, p. 5). Seu par linguístico Inglês-ASL/Português-Libras é configurado no Brasil pela Profa. Dra. Marianne Rossi Stumpf (UFSC), conforme Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Alfabeto *SignWriting* em Português

Fonte: Stumpf, 2005, p.92.

#PraCegoVer: Imagem com fundo branco, contendo em três linhas o alfabeto ocidental, listado de A a Z e de um a zero, da esquerda para a direita horizontalmente, com seu correspondente símbolo em *SignWriting*, abaixo da letra. Fim da descrição.

Criada sem a intenção de rivalizar com a literatura ouvinte, a literatura surda viabiliza outras representações do sujeito, abordando sua singularidade. Convém ressaltar a diferença entre a literatura surda e a literatura em Libras, que, por sua vez, compreende produções nesta língua sem necessariamente articular a vivência social de pessoas surdas. (Gomides et al, 2021, p. 736).

Nesse ínterim, a pesquisa foi atravessada por Afetos, enquanto tentativas de apresentar nossas perspectivas, dispondo de vulnerabilidades particulares como meio de enriquecimento da coletividade (Moriceau, 2020). De certa maneira, a própria essência do estudo não seria concebível sem a Outra (Andreza Jardim, mãe de uma

das autoras deste capítulo) mencionada. A proposta estudou, ainda, a ideia de surdez, que parte de paradigmas médicos, sociais e pós-sociais, que tratam da constituição das premissas acerca das deficiências (Bisol et al, 2017).

Para elucidar essa questão, parte-se da ideia de que o primeiro paradigma, advindo de concepções positivistas e iluministas do século XIX, preza pela racionalidade e a existência de um homem-modelo. Há um padrão e tudo o que foge desse enquadramento é descartável ou necessita de “reparos”. Ainda hoje, essa formulação médica rotula como inábil e passível de tratamentos corretivos corpos com deficiência. No Brasil, tal formulação serve, ainda, como critério para a obtenção de direitos, como aqueles inerentes à seguridade social (Brasil, 1993, Art. 20, §§ 2º e 6º) e a gratuidade do transporte público (Brasil, 2012, Art. 2º), uma vez que exigem a apresentação de laudo médico por parte do solicitante.

No século XX, a partir de movimentos da contracultura e de lutas pela democratização do acesso a recursos, um novo modelo, em crítica ao anterior, pautava-se no materialismo histórico e no Marxismo para abordar os efeitos do corpo social no corpo individual. O pressuposto do modelo social da deficiência, então, baseava-se em discursos contra a opressão e a construção de barreiras.

Mais recente e, por fim, o modelo pós-social (também nomeado por crítica ao modelo social, segunda geração do modelo social e modelo pós-moderno) do século XXI vai além e articula interseccionalidades e atravessamentos como raça, gênero e classe, entre outras, partindo de um prisma multidisciplinar e produtor de políticas de significação que interagem com lógicas de inclusão e participação. Tais interseccionalidades configuram-se como ferramentas para compreensão dos aparelhos sociais, da complexidade das relações e das

vivências humanas, por meio de marcadores de diversidade e assimetrias da vida ordinária, cotidiana (Collins e Bilge, 2020, p. 16).

Cabe registrar que também ordinários são os Afetos impulsionadores da nossa pesquisa e seus desdobramentos - como este capítulo. A compreensão do senso comum ou da doxa é rapidamente desdobrada como torpe, vulgar ou mesmo imoral mas, neste contexto, refere-se ao que é rotineiro, comum aos dias e presente a todo tempo (Pessoa, Mantovani e Sousa, 2019).

IDENTIDADE CULTURAL E ACESSIBILIDADE EM MOVIMENTO: COMO AS LITERATURAS AFETAM?

Concebemos as experiências metodológicas que constituem este trabalho como vulneráveis, abertas ao senso comum e de caráter qualitativo, a partir de um modelo de entrevistas que se valeu de roteiro com questões semiestruturadas e em formato semiaberto, tentando acessar a afetação das pessoas entrevistadas, advinda de observações pessoais. Estipulamos abordar tais sujeitos a partir de suas autodescrições e em conformidade com sua escolha por uma abordagem anônima ou nominativa e, dessa forma, a seguinte relação foi desenvolvida:

Figura 2 - Relação de Pessoas Entrevistadas

Relação de Pessoas Entrevistadas (continua)						
Pessoa	Gênero	Raça	Idade	Nacionalidade	Estado Civil	Particularidade
Entrevistada 1	Mulher Cis	Branca	21	Brasileira	Solteira	Se identifica como pessoa com perda auditiva parcial. Usa leitura labial.
Entrevistado 2	Homem Cis	Negro/ Preto	16	Brasileiro	Solteiro	Se identifica como pessoa com baixa audição (direito). Usa leitura

						labial.
Andreza Teixeira Jardim Verissimo	Mulher Cis	Negra/ Preta	46	Brasileira	Casada	Se identifica como pessoa surda; Usa aparelho auditivo e leitura labial.
Rafaela Cristina França	Mulher Cis	Negra/ Parda	33	Brasileira	Solteira	Se identifica como pessoa com perda auditiva severa (direito) e moderada (esquerdo) e como pessoa com deficiência visual total.
Ana Emília Araújo Silva	Mulher Cis	Branca	33	Brasileira	Solteira	Se identifica como pessoa surda; Usa Libras.
Heverton Daniel Ferreira Mendes	Homem Cis	Amarelo	25	Brasileiro	Solteiro	Se identifica como deficiente auditivo moderado / severo; Usa aparelho auditivo e leitura labial.
Marcelo Gomes de Sousa	Homem Cis	Branco	52	Brasileiro	Casado	Se identifica como pessoa com surdez severa (esquerdo) e leve (direito); Usa aparelho auditivo e leitura labial.
Monalisa D'Ávila Pinto	Mulher Cis	Branca	50	Brasileira	Solteira	Se identifica como pessoa com deficiência auditiva de moderada a severa devida ao nanismo e como pessoa com nanismo; Usa óculos e aparelho auditivo bilateral.
Emanuelly da Costa Fernandes	Mulher Cis	Negra / Parda	20	Brasileira	Solteira	Se identifica como pessoa com deficiência auditiva; Usa aparelho auditivo e leitura labial.
Cleusa Fonseca Coelho	Mulher Cis	Negra/ Parda	40	Brasileira	Casada	Se identifica como pessoa com perda auditiva e pessoa com deficiência visual; Usa aparelho auditivo.

Fonte: Monografia “Espelho, espelho meu: existe algum livro como eu? Discussões sobre identidade cultural e acessibilidade na Literatura Surda”, 2022.

#PraCegoVer: Tabela contendo relação de pessoas entrevistadas.

Figura 3 - Fotos de Pessoas Entrevistadas

Fonte: Monografia “Espelho, espelho meu: existe algum livro como eu? Discussões sobre identidade cultural e acessibilidade na Literatura Surda”, 2022.

#PraCegoVer: Montagem de fotos em fundo azul-marinho. Título em branco “Pessoas Entrevistadas”. Arabesco branco no canto superior esquerdo e no canto inferior direito. Do canto superior esquerdo adiante: Entrevistada 01, representada por uma silhueta de mulher; Entrevistado 02, representado por uma silhueta de homem; Andreza Jardim, preta, cabelos crespos presos em coque, usando óculos de grau com armação vermelha e regata bege; Rafaela França, parda, pessoa com deficiência visual total, usando blusa rosa e cabelos castanhos na altura dos seios; Ana Emília Silva, branca, usando jaleco azul marinho e cabelos castanhos curtos, sinalizando em Libras a palavra “comunicar”; Heverton Mendes, amarelo, usa cabelos castanhos curtos e moletom cinza; Marcelo Sousa, branco, usa terno preto e cabelos grisalhos curtos; Monalisa D’Ávila, branca, pessoa com nanismo, usa suéter amarelo, calça jeans e bengala, com cabelos castanho-claros, na altura dos ombros; Emanuelly Fernandes, parda, usa camisa azul e cabelos castanhos presos com tiara branca; Cleusa Coelho, parda, pessoa com

deficiência visual, segura um cachorro de pelo branco e usa camiseta azul com estampa de flores brancas. Fim da descrição.

Curioso pensar, após seis menções ao uso de aparelhos auditivos entre dez pessoas entrevistadas, a etimologia dessa palavra: aparelho. Originária do Latim *appariculu*, possui bases em *apparicare* e *apparare*, que constituem “aparelhar”. A etimologia de ambas, então, está também associada a “dispor convenientemente, preparar, organizar, arranjar” (Ferreira, 1986, p. 138). Assim, uma interpretação possível, que se encontra à luz do modelo médico da deficiência, é pensar o uso deles com a intenção de ajuste ou reparo - o que reforça a ideia secular de que há um padrão a ser almejado e conquistado. Longe de apresentar uma crítica ao seu uso, essa observação parte de uma intenção reflexiva, quando o interpretante determina o signo que representa o objeto (Santaella, 2005).

Adiante, quando percebida por um prisma polifônico (Bakhtin, 1998), isto é, a partir de diálogos plurais e contracenados, a pesquisa se valeu de recursos intertextuais e assumiu a existência simultânea de vozes múltiplas, essenciais para sua realização. Isso porque, postos em análise, depreende-se que os discursos se originam na sociedade, mas são reconfigurados, re-imaginados e reestruturados a cada novo modo de uso. A interação entre os textos, afetados pelas vivências de cada pessoa entrevistada, então, exemplifica a dialética e sua lógica de produção social associada aos usos individuais.

Dessas experiências particulares, como posto na Relação de Pessoas Entrevistadas apresentada anteriormente (ver “Figura 2”), priorizou-se aquelas que se entendem por pessoas surdas ou com deficiência auditiva, ao longo do processo de seleção para as entrevistas. Porém, surpresa foi compreender que, para alguns, o que era prioridade na pesquisa não era prioridade na vida. Dizendo de outro modo: em

certos casos, para algumas pessoas entrevistadas, a surdez ou a deficiência auditiva é apenas um dos marcadores de vivência - sequer é um elemento central. Outras características como cegueira, nanismo e idade são mais relevantes em vivências como a de Cleusa, Monalisa e Marcelo, respectivamente. Nesses casos, alude-se aos princípios da interseccionalidade (Collins e Bilge, 2020) para que se compreenda que corpos são políticos à sua maneira. Rotular e enquadrar, então, produz desvio - em uma singularidade positivamente abraçada pelo método vulnerável adotado - que encontra abrigo nas possibilidades do ser e do existir.

Em dado momento, por este método, foi preciso articular-se e adaptar-se a partir das necessidades específicas das pessoas entrevistadas. Para a realização das entrevistas, foi preciso lançar mão do apoio de intérpretes de Libras, da leitura ativa em voz alta (no caso de pessoas com deficiência auditiva e ou que utilizam leitura labial) ou da leitura silenciosa e individual. Tais recursos não intentaram surtir efeito desviante no lócus da pesquisa, uma vez que foram acionados devido às singularidades de cada pessoa entrevistada. Assim, garantiu-se a equidade e o acesso ao campo.

À frente, partindo dessas vivências na pesquisa, deu-se a relevância da Escrita de Sinais (*SignWriting*) - ainda que nenhuma das pessoas entrevistadas utilizasse em seu dia a dia esta ferramenta - para promover uma narrativa que independe do intermédio de línguas orais. No entanto, os sujeitos divergiram nos níveis de afetação, principalmente no que tange aos ideais de representação positiva e identificação.

Os mundos sociais destes se encontraram integralmente, parcialmente ou de maneira alguma com as obras analisadas. Para alguns, “Branca de Neve Surda”, com seu uso exclusivo da Libras e pelas

exclusões sofridas ao longo da narrativa, é a figura em que podem se espelhar. Para outros, a identificação acontece de forma parcial, com uma segunda personagem: a madrasta má, que nega afeto à personagem surda e perpassa sua trajetória, em ambos os livros. Para a terceira e última parcela, há algo de superficial nas adaptações que impedem a sobreposição de sua vivência com a obra. Nestes casos, outros meios de acessibilidade foram percebidos como prioritários e ausentes, como é o caso de audiodescrições, redirecionamentos digitais (como códigos escaneáveis) para vídeos em Libras, legendas e Braille (sistema tátil de leitura e escrita para pessoas cegas ou com baixa visão).

“ENTÃO FORAM FELIZES PARA SEMPRE” - SERÁ POSSÍVEL?

Assim, de uma vida e de uma pesquisa em afetos, não foi possível dobrar a quarta capa e findar a história em “felizes para sempre”. Inúmeras e incontáveis barreiras continuam a existir, insistindo em mostrar ao rosto que fita o espelho uma versão em julgo, que impõe seu lugar e o reduz aos aparelhos que usa. Por isso, esta pesquisa se desdobra e encontra possibilidades de perpetuar sua polifonia, evoluindo para uma busca *stricto sensu*. As metodologias vulneráveis (Saraiva, Pessoa e Mantovani, 2023) e a vivência dos afetos adotadas no trabalho permitiram um reenquadramento das cenas e viabilizaram a ideia de que, tendo a liberdade como substância, os afetos podem guiar a pesquisa e o corpo que a tutela, num movimento constante de busca pela ampliação de acessos e pluralidades.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1998.

BISOL, Cláudia. Alquati, PEGORINI, Nicole Naji & VALENTINI, Carla Beatris. **Pensar a deficiência a partir dos modelos médico, social e pós-social**. Cadernos De Pesquisa, 24 (1), 87–100, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v24n1p87-100>. Acesso em 14 de maio de 2023.

BRASIL. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em 04 de junho de 2023.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Alfabetização. **Branca de Neve**. Brasília, DF. MEC/Sealf, 2020.

BRASIL. Portaria GM-MT nº 261, de 03 de dezembro de 2012. **Disciplina a concessão e a administração do benefício de passe livre à pessoa com deficiência, comprovadamente carente, no sistema de transporte coletivo interestadual de passageiros, de que trata a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994**. Brasília, DF: Ministério dos Transportes [2023]. Disponível em: <http://www2.transportes.gov.br/BaseJuridica/Detalhe.asp?Codigo=11885>. Acesso em 04 de junho de 2023.

COLLINS, Patrícia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz; CARVALHO, Gilcinei Teodoro; ROCHA, Terezinha Cristina da Costa. **Literatura surda e percursos sócio-históricos de formação de dois professores surdos**. Trabalhos em Linguística Aplicada [online]. 2021, v. 60, n. 3, pp.

735-747. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103181311071011520211025>. Acesso em 14 de maio de 2023.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

KARNOPP, Lodenir Becker. **Literatura Surda**. ETD - Educação Temática Digital, 2006.
Disponível em: <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ss0ar-101624>. Acesso em 14 de maio de 2023.

LÉVINAS, Emmanuel. **Ética e infinito**. São Paulo: Edições 70, 2007.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Lisboa: Edições 70, 1980.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; PESSOA, Sônia Caldas; SÁ MARTINO, Luis Mauro.
Relatos, histórias, testemunhos: modalidades da produção de narrativas autobiográficas a partir de seu contexto político e situacional. Revista do NUPEM, v. 14, p. 22-40, 2022.

MORICEAU, Jean-Luc. **Afetos na Pesquisa Acadêmica**. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG, 2020.

MORICEAU, Jean-Luc; SALGUEIRO MARQUES, Ângela Cristina; PESSOA, Sônia Caldas.
Textes performance: affecter, ré-envisager, transmettre. Communication, v. vol.39, p. 1-20, 2022.

PESSOA, Sônia Caldas; SARAIVA, L. A. S.; MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves (Org.). **Afetos e experiências: da, na e para a universidade**. 1. ed. Cachoeirinha: Editora Fi, 2023. v. 1. 332p.

PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, C. A. ; SOUSA, S. B. B. F. . **A dimensão dos afetos: movimentos entre corpus sensível e gestos de pesquisa**. In: Bruno Guimarães Martins; Maria Aparecida Moura; Sônia Caldas Pessoa; Graziela Mello Vianna Valadares. (Org.). Experiências metodológicas em textualidades midiáticas. 1ed.Belo Horizonte: Relicário Edições, 2019, v. 1, p. 51-65.

SARAIVA, L. A. S.; PESSOA, Sônia Caldas (Org.); MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves (Org.). **Metodologias Vulneráveis**. 1. ed. Cachoeirinha: Editora Fi, 2023. v. 1. 320p.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica?** São Paulo: Brasiliense, 2005.

SANTOS, Adriana Cavalcanti dos; SILVA, José Nogueira da. **Branca de neve: por que (não) conta pra mim?** São Paulo: Revista Brasileira de Alfabetização (14), 200-215. 2021.

Disponível em: <https://doi.org/10.47249/rba2021475>. Acesso em: 06 de novembro de 2022.

SILVA, Alan David Sousa, et al. **Os sistemas de escrita de sinais no Brasil**. Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade 1 (2018): 01-30.

STUMPF, Marianne R. **Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo sistema SignWriting: Língua de Sinais no papel e no computador**. Porto Alegre: 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/5429>. Acesso em 02 de novembro de 2022.

TEDESCO, Paulo. **Branca de Neve Surda**. Rio Grande do Sul: Consultor Editorial, 2020.

VERISSIMO, Marcelle. **Espelho, espelho meu: existe algum livro como eu? Discussões sobre identidade cultural e acessibilidade na Literatura Surda**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Publicidade e Propaganda) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2022.

3

GRUPOS VULNERÁVEIS NA CIDADE: COMO PESQUISÁ-LOS SEM USÁ-LOS?

Elisângela Prado Furtado ¹

Luiz Alex Silva Saraiva ²

INTRODUÇÃO

Neste capítulo se tem como objetivo problematizar a pesquisa em organizações sociais de grupos vulneráveis nas cidades. Sua motivação é oriunda de uma pesquisa recentemente concluída, realizada em uma comunidade quilombola urbana (Silva, 2019), e que apresentou uma enorme complexidade não apenas metodológica, como política e ética, que resultou neste texto.

Investigar as formas de organização destes grupos é necessário e tem havido um crescente no âmbito de pesquisadores de Estudos Organizacionais nesse sentido em razão tanto da necessidade de uma noção de organização alternativa à grande empresa capitalista

¹ Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Fundação Dom Cabral. Coordenadora Pedagógica da FDC – Educação Social Dom Cardeal Serafim. É líder da área temática Universidade, Sociedade e Estado na Contemporaneidade da Divisão de Estudos Organizacionais do Encontro da Anpad (EnANPAD). É coordenadora adjunta da área Temática Administração Pública, Governo, Estado e Sociedade e Terceiro Setor (ENANGRAD) desde 2020. É filiada à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), à Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO) e à Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR). É professora, cientista, pesquisadora, orientadora em temáticas relacionadas aos Estudos Organizacionais, Diversidade, Equidade e Inclusão, Sustentabilidade, ESG, Universidade, Movimentos Sociais, Sistemas de Produção e Disseminação de Conhecimentos. Contato: elisangela.furtado@fdc.org.br.

² Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Associado do Departamento de Ciências Administrativas e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Administração (2023-2025). Líder do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS). Editor-Chefe da Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade. Bolsista Produtividade (Nível 2) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É Professor, Pesquisador, Extensionista, Gestor e Orientador em perspectivas interdisciplinares reflexivas com foco organizacional relacionadas a Cidades, Tecnologias, Diferenças e Vida Social Organizada. Contato: saraiva@face.ufmg.br.

industrial quanto pelo próprio papel das universidades, que tem incorporado a gestão como dimensão fundamental das possibilidades de emancipação. Todavia, as boas intenções da academia ainda resvalam em questões sérias, como a preponderância de discussões teóricas em detrimento de soluções em um contexto de desigualdades sociais e econômicas marcantes (King, 2003), as inferências estigmatizantes sobre os grupos vulneráveis, e dados estatísticos superficiais, que pouco retratam o cotidiano de tais pessoas. Com isso, é generalizada a noção de que os pesquisadores “usam” as comunidades, extraindo informações que serão publicadas em eventos, periódicos e livros, sem uma contrapartida à altura para a reversão dos problemas presentes naqueles contextos.

Em boa parte dos casos, esse quadro é decorrente do uso de lentes teóricas concebidas sob um ideal de processo civilizatório no qual o parâmetro de desenvolvimento é associado a povos europeus, enquanto os demais são considerados menos civilizados, “os outros” examinados no que lhes falta para atingir o ideal, uma visão que esbarra em estereótipos, hierarquização entre sociedades e, principalmente, na difusão de respostas para perguntas que sequer foram feitas naquele contexto específico. As consequências são a manutenção e o agravamento da desigualdade social, como observado por King (2003).

Organizações de grupos sociais vulneráveis são aquelas marcadas por diferenças ligadas a gênero, a raça ou ainda a classe social, por exemplo (Wodak, 2008; King, 2003). A diferença é inerente às pessoas, mas algumas são vistas em uma lógica que as hierarquiza. Assim, algumas características compartilhadas por um grupo social organizado por ser um marcador de opressão. Esses grupos possuem especificidades em relação aos demais e a abordagem desses grupos também apresenta peculiaridades. As questões enfrentadas por tais

grupos têm sido abordadas em diversos estudos, os quais procuram interrogar as condições, as formas, consequências e possibilidades de mudança social. Questionar as práticas de pesquisa social pode ser considerado importante em função de que sua problematização não acompanha o volume de trabalhos realizados. A falta de reflexão no fazer científico pode ser caracterizada por uma miopia que impede o pesquisador de perceber fatores importantes relacionados ao fenômeno no qual está debruçado, o que consequentemente, estará refletido na qualidade dos achados dos estudos.

Autores como Ladson-Billings (2006) e Fine *et al.* (2010), apontam que uma das consequências da falta de reflexividade na realização das pesquisas é a produção e o reforço das lógicas que marginalizam esses grupos. Ultrapassar a reprodução da lógica que estigmatiza e marginaliza determinados grupos sociais é um desafio para a comunidade acadêmica. Um fator que tem proporcionado avanços no desenvolvimento da pesquisa é a noção ampliada de fenômenos organizacionais, vista sob a forma de elementos tais como sociabilidade e territorialidade, presentes e observáveis a partir da dinâmica das cidades (Fantinel; Fischer, 2012).

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

Mesmo sob o signo científico, o conhecimento não é produzido de forma homogeneizada, pois ele vale-se de concepções anteriores a si e que norteiam sua produção e, consequentemente, o critério de verdade a ser utilizado. A esse respeito, Triviños (2011) identificou três critérios de verdade, que dizem respeito à forma como ela é produzida, podendo ser por meio da autoridade, da persuasão ou, ainda, pela prática social. No âmbito científico, os critérios de verdade norteiam a realização do

trabalho, os quais devem ser satisfeitos para que ele possa ser legitimado enquanto uma produção científica. Além dos fundamentos que se constituem premissas a serem observadas para a realização da pesquisa, existem nuances na sua confecção e, mesmo que não sejam evidenciadas pelo pesquisador, estão presentes e refletem intencionalidades e coerências discursivas. Assumi-las é, após toda a reflexão teórica, uma forma de demonstrar de onde o trabalho emerge e a que se propõe.

Adotar novos sistemas de conhecimento, como as epistemologias de povos fora do eixo euro- americano, intituladas de cosmovisão, são uma alternativa para demonstrar o modo com que a realidade dos outros tem sido distorcida por um grupo hegemônico, já que empregam estratégias diversas para a manutenção do *status quo* (Wodak, 2001), ou ainda, dito em outras palavras, que os grupos marginalizados assim permaneçam (Ladson-Billings, 2006). A distorção do real é fruto de ótica que centraliza determinados processos civilizatórios na medida em que marginaliza outros. Essa distorção está associada à produção dos trabalhos, as verdades por eles produzidas e refletem intencionalidades.

O termo epistemologia é usado para referir-se à teoria da ciência ou filosofia da ciência e pode ser entendido como a forma como se conhece o mundo (GARCÍA, 2006). Conhecer, para Hessen (1999, p. 97), “significa apreender espiritualmente um objeto”. A apreensão do objeto pode ocorrer de diversas formas. Essa forma irá determinar o modo que se utiliza para descrever e analisar o real, modo que caracteriza a produção do conhecimento. Por muito tempo, a epistemologia refletia de forma preponderante o ideal europeu de produção de conhecimento.

A análise do conhecimento científico é outra forma de compreender a dimensão epistemológica, os pressupostos filosóficos, os objetos de estudo possíveis, os valores implicados na produção do

conhecimento, a lógica estrutural do corpo teórico mobilizado para elaborar explicações, os métodos usados nas investigações, bem como as formas de interpretação dos resultados (BRIONES, 2002). Todos esses fatores estão ligados às formas e possibilidades com que um dado saber no interior da ciência pode ser produzido e, nos últimos tempos, têm sido objeto de problematização visando alargar a diversidade epistemológica reconhecida e utilizada no mundo (Santos, 2011).

Ao observarem-se grupos sociais majoritários, King (2003) e Wodak (2008) compartilham a ideia de que esses grupos desenvolveram estratégias discursivas racistas e preconceituosas sofisticadas, que procuram naturalizar os processos sociais opressores. Os trabalhos que abordam grupos sociais vulneráveis interrogam as manifestações e os reflexos oriundos da lógica estigmatizante. No entanto, a discussão sobre as peculiaridades na pesquisa desses grupos tem sido escassa.

A ciência é considerada um *locus* privilegiado de produção do conhecimento, porém essa hegemonia tem sido tensionada por fatores ligados à produção das pesquisas. Os estudos como comunidades quilombolas, por exemplo, desestabilizam a pretensão hegemônica da ciência. Essas comunidades representam formas de saberes e conhecimento que reforçam a inexistência de uma verdade absoluta e que compreenda todos as pessoas da sociedade. Por mais que os pesquisadores não tratem das implicações de dimensão ética, política e epistêmica para citar algumas, em seus trabalhos, elas são inerentes a qualquer produção. Tal como para a construção de uma casa, existem diversos processos e instrumentos possíveis para a estruturação de um trabalho acadêmico. Um desses processos é a pesquisa e os métodos científicos, os instrumentos necessários à realização do trabalho. As escolhas metodológicas devem demonstrar critérios que justifiquem

sua seleção e devem evidenciar pertinência entre os níveis epistemológico, teórico, político e ético do estudo.

Os estudos em Ciências Sociais norteados pelo positivismo refletem uma influência do processo do fazer científico hegemonicamente existente nas Ciências Naturais, que opera na lógica de que há “uma realidade externa que pode ser examinada com objetividade, pelo estabelecimento de relações causa-efeito, a partir da aplicação de métodos quantitativos de investigação, que permitem chegar a verdades universais” (Terence; Escrivão-Filho, 2006). A busca da “visão interpretativa nos estudos organizacionais” não pode ser resolvida unicamente pelo confronto reducionista entre métodos quantitativos e qualitativos (Godoi; Balsini, 2004). O que se deve ter em mente são outros fatores, como a coerência epistemológica, justamente um dos achados no estudo de Vergara e Peci (2003).

Ao discorrerem sobre esse fenômeno, as autoras afirmam que “o status do cientista e os métodos tradicionais de fazer ciência perpetuam o conhecimento adquirido. Os esquemas de poder da Academia influenciam, embora inconscientemente, as escolhas dos autores” (Vergara; Peci, 2003, p. 24). Elas questionam quais as implicações da orientação positivista empregada nas pesquisas sob a ótica dos grupos pesquisados, reflexão não tão evidenciada nos trabalhos.

A pesquisa qualitativa é empregada como método de “investigação”, e o posicionamento empático e simpático dos pesquisadores não impede que “as pesquisas, de qualquer natureza que sejam, podem servir de pretexto, consciente ou não, para o exercício de um maior controle sobre as populações pesquisadas” (Poupart *et al.*, 2012, p. 221). Essa prática configura uma questão ética e política para com os grupos pesquisados, tendo sido utilizada inclusive com objetivos colonizadores, segundo o autor.

O pensamento de Poupart encontra respaldo em Michele Fine, já que, “grande parte da pesquisa qualitativa tem reproduzido, quando cheia de contradições, um discurso colonizador sobre o outro” (Fine, 2006, p. 116). Respeitado o tempo transcorrido desde a realização do estudo por Vergara e Peci (2003) até o presente momento, que pode significar, inclusive, uma mudança no que se refere à orientação adotada nos Estudos Organizacionais, é importante destacar que a questão que as autoras tratam não é inovadora e tampouco ultrapassada.

Para Ladson-Billings, o pesquisador que adota a pesquisa qualitativa para produzir estudos sobre a Teoria Crítica da Raça, deve agir de modo “auto-revelador para reconhecer a dupla (ou múltipla) consciência na qual está agindo”. As consciências de que trata a autora são as que o pesquisador carrega nessa qualidade, seja intelectual, política, ética e outras. A Teoria Crítica da Raça parte da noção naturalizada do racismo na sociedade, dessa forma os estudos podem refletir a luta antirracista, antiliberal ou tantos outros posicionamentos políticos voltados ao debate da condição de grupos subalternos na sociedade (Ladson-Billings, 2006).

Refletir sobre as questões tratadas pela autora revela a importância do nível de consciência necessário para realizar estudos de grupos sociais marginalizados. Não obstante, é válido reconhecer que o pesquisador tem o poder de deliberar o que fazer dos conhecimentos e informações adquiridos com a pesquisa e que dizem respeito a seu posicionamento político. Não assumir um posicionamento não implica a ausência política do trabalho, mas remete à escolha de não se problematizar essa dimensão.

Fala-se aqui de um nível de reflexividade enunciado por Ladson-Billings (2006), em que o pesquisador tem consciência que o conhecimento gerado na universidade pode assumir diversos papéis,

dentre os quais pode citar a promoção do desenvolvimento social ou a manutenção de lógicas opressoras. O desenvolvimento social não se confunde com a dimensão econômica, e está associado ao pensamento de Wodak (2003), já que acredita, em última instância, que pesquisadores com abordagem crítica devem ser capazes de construir processos de desnaturalização da opressão, por meio da realização de estudos científicos e retorno às comunidades participantes das pesquisas.

AS DESIGUALDADES NA PRÁTICA SOCIAL

A relação entre modos de ser e viver não ocorre de forma harmônica, pois existem sistemas culturais que se pretendem hegemônicos e universais ao mesmo tempo que conferem status marginal aos demais, em escalas hierarquizadas considerando-se a distância em que se encontram-se do que é considerado como parâmetro. Dessa forma, a sociedade moderna criou as escalas globais de exclusão. O estabelecimento de uma grande narrativa universalista oprime quem não se encontra no perfil, sendo o parâmetro o homem branco, heterossexual cisnormativo. Qualquer elemento a menos neste perfil significa possibilidades menores a que os sujeitos terão acesso.

Como forma de incluir-se, os não brancos e homossexuais transsexuais, submetem-se a condições de vida precarizada com relação ao grupo de referência, o que Sawaia (2001) chama de inclusão perversa. Os efeitos dessa situação são lastimáveis, pois mantêm e aprofundam as desigualdades sociais, o que significa pobreza, má qualidade de vida e perda para toda a sociedade em termos de possibilidades de desenvolvimento. A política é o campo social que permite refletir sobre a ocorrência desse processo, bem como em possibilidades que visem amenizar e reverter esse quadro (Böhm, 2006).

As questões são múltiplas e complexas no âmbito político, já que cada grupo social por si só, já é *locus* de uma multiplicidade de visões e interesses. Böhm (2006) afirma que uma possibilidade é a busca de uma identidade social, marcada pelo compartilhamento dos problemas vivenciados no cotidiano, pela difusão das mudanças conquistadas e pelo uso de recursos simbólicos. Segundo o autor, o compartilhamento de uma identidade influencia na construção da realidade, ampliando a noção política.

Outra reflexão necessária é a de que a apropriação de debates com origem em outros grupos é algo importante para enriquecer as perspectivas a respeito dos fenômenos sociais. Porém, algumas ressalvas fazem-se necessárias. Há quem critique a apropriação de conceitos ativistas no campo acadêmico, já que não se tratam de conceitos construídos com o rigor científico. É importante, em primeiro plano, dizer que se tratam de esferas diversas, cada uma com suas especificidades e que a produção de uma não invalida a de outra. De acordo com Böhm (2006), as pesquisas possuem uma dimensão política e, nessa condição, evidenciar esse posicionamento nos trabalhos não pode ser reduzido a militância.

Contudo, valer-se de conceitos criados em um contexto diferente do acadêmico, como o político, exige grande esforço reflexivo, no sentido de compreender em que circunstâncias algo foi dito. Nesse sentido, um exemplo de “má” aplicação por pesquisadores de conceitos é o uso do termo “vitimismo” para criticar discursos antirracistas, o que pode gerar interpretação inadequada, já que esse argumento é justamente usado para desqualificar as denúncias da manifestação racista (Arandas, 2010).

Outro ponto polêmico é o ideal essencialista abordado por Hall (2001). Como aponta Bhabha (1998), as lógicas binárias consideradas

como mutuamente excludentes estão ligadas à concepção de que a valorização da estética, saberes e referências europeus necessariamente implicam desvalorização das não brancas. A ausência de reflexão e problematização pode estimular a lógica contrária como ideal e, nesse aspecto, o radicalismo é uma possibilidade não rara nesse campo, como pessoas que acreditam que negros não devem relacionar-se com brancos ou vestir-se e portar-se como eles.

Tais inferências distanciam-se das questões que realmente se configuram como excludentes, para determinados grupos sociais. É válido questionar os padrões eurocêntricos, heteronormativos e toda narrativa totalizante, como forma de promover a desnaturalização de processos sociais excludentes. Também é oportuno dizer que a alternativa à opressão causada por narrativas que se pretendem universais, como é o caso da noção binária de gênero, que condiciona a sexualidade a uma noção biologizante, não é substituí-la por outra, mas, conhecer e valorizar outras possibilidades, proporcionando às pessoas quadros amplos que possam representar as diferenças existentes na sociedade.

Bhabha (1998) e Böhm (2006) expõem fatores presentes nas pesquisas sociais que representam reprodução da lógica desigual presente na sociedade. Os binarismos usados para simplificar a complexidade do real, terminam por reduzir e apagar as diferenças que são inerentes aos grupos sociais. Já o ideal político de manutenção do *status quo* termina por invisibilizar e com isso naturalizar os processos sociais que contribuem para a marginalização e exclusão sociais. Aderir aos conceitos e discussões políticas presentes na sociedade também não dissolve a complexidade da dimensão política das pesquisas. Diante desses fatores, abordar grupos sociais vulneráveis possui nuances específicas.

IMPLICAÇÕES DA PESQUISA NA ABORDAGEM DE GRUPOS SOCIAIS VULNERÁVEIS

A realização do estudo possibilitou perceber uma intensificação de interesse de instituições de ensino pelas comunidades quilombolas, organizações sociais consideradas vulneráveis. Isso está refletido no número crescente de artigos publicados e também nas frequentes visitas organizadas por escolas de nível fundamental e médio às comunidades. O fato positivo decorrente desse interesse é que as comunidades têm conseguido visibilizar a situação por eles enfrentada e com isso mobilizar um grande número de pessoas, que se tornam aliados políticos.

Outro ponto a se destacar é o desenvolvimento de projetos educacionais e pedagógicos que reforçam aspectos positivos do legado das comunidades africanas trazidas para o Brasil, fugindo das representações de pessoas escravizadas e passivas à opressão da escravização. Isso pode gerar nas crianças e jovens uma influência positiva, já que muitos deles são atravessados por questões sociais que também são percebidas nas comunidades e que dizem respeito à interseccionalidade (Crenshaw, 2002). No que se refere aos estudos realizados por instituições de ensino superior, pode-se destacar o debate no nível acadêmico dos problemas enfrentados pela comunidade por meio de estudos que tanto denunciam situações de injustiça e opressão, quanto procuram apontar soluções para questões vivenciadas pelos grupos sob os mais diversos enfoques.

Ocorre que esse crescente interesse, principalmente nas comunidades urbanas em função da proximidade, tem sido tratado de formas distintas pelos grupos sociais pesquisados. Na comunidade que estudamos, a maior parte dos quilombolas trabalha e recebe pessoas

curiosas, de modo frequente e inesperado e é algo que demanda disponibilidade. Essa comunidade é considerada receptiva e acolhedora, inclusive conta com uma estrutura denominada Quadradão, que é justamente voltada às interações coletivas envolvendo visitantes. Mas há comunidades em que a abordagem é amplamente diferenciada. Em Belo Horizonte, tivemos contato com uma comunidade quilombola onde há uma tabela de preços definida para demandas de alunos e professores. Já que as visitas demandam disponibilidade, a comunidade definiu que atender os visitantes configura uma prestação de serviços e que o pagamento por eles é uma forma de remunerar tanto a pessoa quanto a comunidade pelos serviços prestados, que podem ser uma reunião, entrevista, visitação, realização de fotos e filmagem, esse último sendo o serviço mais caro. Os valores cobrados também levam em consideração o nível educacional dos interessados, sendo os menores valores aplicados às demandas do ensino fundamental e os maiores valores voltados a professores de nível superior.

Durante a realização da pesquisa, ouvimos de forma sistemática queixas envolvendo acadêmicos. Por muito tempo pessoas da comunidade receberam visitas, forneceram informações e concederam imagens e não tiveram retorno sobre os resultados finais do trabalho e nem de como foram utilizadas as informações. Há inclusive a desconfiança de que as informações prestadas pelas comunidades compõem obras comercializáveis e que eles não têm acesso à contrapartida.

Esse comportamento de retirar dos grupos sociais as informações de interesse, sem a preocupação com o retorno é algo infelizmente histórico na Academia. Para citar um estudo analisado, podemos destacar o trabalho de Landes, que foi produzido a partir de uma pesquisa realizada em 1939, na Bahia, foi publicado em 1941 nos Estados

Unidos e somente foi traduzido para o português em 1967. Os 28 anos decorridos desde a realização da pesquisa e a publicação do material final indicam que muitas pessoas que receberam a antropóloga estadunidense e que com ela compartilharam suas vidas, não tiveram a oportunidade de ler o trabalho.

Se conceder acesso às pesquisas já é um fator não considerado com frequência pelos pesquisadores, levar em consideração a posição da comunidade ante as análises feitas é algo ainda mais raro. Essa discussão tem relação sobre autoridade, autorização e a autoria dos trabalhos acadêmicos e que são abordados por Certeau (2000), Ladson-Billings (2006), Spivak (2010) e Fine *et al.* (2006). Essas dimensões dizem respeito à legitimidade e legitimação dos estudos realizados com pessoas oriundas de grupos sociais vulneráveis, sem que elas sejam objetificadas ou alienadas do processo de construção do conhecimento, inclusive o científico (Ani, 1994).

Outro fator revelado como o estudo que realizamos foi o dilema que parecia impossibilitar a conciliação entre o posicionamento político e o fazer científico. A realização da pesquisa apontou dados pouco abordados na literatura quilombola e que são pontos críticos e que poderiam ser usados para enfraquecer o discurso quilombola. Boyer (2015) acredita que grande parte das pesquisas realizadas são de pesquisadores sensíveis à causa e, em geral, produzem trabalhos em que as comunidades quilombolas são vistas como uma metanarrativa de um grupo minoritário que é oprimido por grupos externos. Evidentemente, essa concepção apresenta um reducionismo severo. Contudo, após a análise da literatura quilombola, foi possível perceber que determinados pontos não são abordados nos trabalhos, justamente aqueles que representam pontos sensíveis para as comunidades. Uma razão para isso pode ser a impressão de que, expor e tratar de tais

pontos poderia ser algo negativo para as comunidades e para a causa política e social que esses grupos representam.

Tal como previsto por Wodak (2001), foi evidenciado na pesquisa realizada que o conflito é um fator presente na dinâmica social dos grupos vulneráveis. Esse conflito não se resume ao embate do “nós” contra “eles”, já que também diz respeito a dinâmica interna desses grupos. Se a abordagem de um grupo vulnerável está ligada a um posicionamento político do pesquisador comprometido com a emancipação social, seu trabalho não pode resumir-se a construção e a reprodução da metanarrativa simplista mencionada por Boyer (2015).

As pesquisas podem ser vistas em um *continuum* entre os extremos de ausência da problematização política e ética na realização da pesquisa para o posicionamento político tão marcado que impossibilita o tratamento de determinados achados considerados incongruentes com o posicionamento adotado pelo pesquisador. No trabalho de observar e compreender grupos vulneráveis, a falta de consciência sobre as implicações do posicionamento adotado pelo pesquisador pode influenciar negativamente no estudo.

Realizar pesquisas sobre processos sociais que levam à segregação de determinados grupos por meio de mecanismos de invisibilização, requer do pesquisador consciência ontológica, epistemológica e política, pois do contrário, ele incorre no risco de que sua obra produza mais invisibilidade ao adotar paradigmas e ferramental construídos em contexto de apagamento de humanidades (Miranda, 2017). Um exemplo é o fato de que vários estudos europeus foram realizados adotando brasileiros como objeto. É possível observar que muitos desses trabalhos levaram em consideração muito mais os aspectos culturais entendidos como “espetáculos” do que a dimensão filosófica presente nas manifestações sociais. A esse respeito, Quijano (2005, p. 129) revela

que, considerando-se especificamente a história da América Latina, “a perspectiva eurocêntrica de conhecimento opera como um espelho que distorce o que reflete”. Um exemplo dessa visão hierarquizante é a classificação da literatura produzida por pessoas não brancas, como folclore (Ladson-Billings, 2006).

É necessário resolver o dilema ontológico que permeia a crítica aos processos excludentes, como mostra Böhm (2006). O que se busca com a realização do trabalho é reforma ou revolução? Cada uma dessas alternativas possui percursos e estratégias próprias para tornarem-se efetivas. O que é necessário é ter consciência dos ideais almejados e o que representam para os grupos sociais que participam dos estudos. Tal posicionamento não deve ser confundido como visão romanceada da ciência ou assistencialismo: antes, porém, deve ser fruto de um processo de um ensino crítico de formação dos pesquisadores, de posição reflexiva sobre as nuances ligadas as escolhas dos pesquisadores em relação as comunidades pesquisadas.

Contudo, a ausência do posicionamento adotado pelo pesquisador não significa a produção de um trabalho apolítico. Essa dimensão está presente em toda produção (Böhm, 2006) e desconsiderar sua importância pode significar a perda do controle sobre os desdobramentos dos trabalhos

Os estudos de Böhm (2006), Ladson-Billings (2006) e Wodak (2001), indicam a necessidade de se pensar criticamente a realização das pesquisas de grupos sociais vulneráveis e como os resultados serão vistos e compreendidos pelos grupos participantes da pesquisa. As questões aqui elencadas justificam o exercício cuidadoso nas escolhas necessárias à construção das pesquisas, de modo que os estudos não reproduzam opressão aos grupos assim tratados historicamente. Ladson-Billings afirma não existir consenso sobre quais metodologias

utilizar: o que é comungado pelos estudiosos é o esforço em compreender o “regime de supremacia branca e a subordinação das pessoas não brancas a estes ocorreram e se mantiveram [...] e alterar o elo entre a lei e o poder racial” (Ladson-Billings, 2006, p. 274).

As considerações da autora fortalecem a tese de que a abordagem de grupos vulneráveis não pode ocorrer na crença ingênua de que as ferramentas de pesquisa disponíveis são plenamente capazes de compreender os fenômenos aos quais esses grupos estão sujeitos. Os grupos vulneráveis se encontram nessa condição justamente em função de um contexto em que determinadas práticas sociais marginalizam pessoas e a produção científica por muito tempo foi desenvolvida sob um ideal que reforçou esse processo. Isso significa que diversas teorias e métodos de pesquisas podem não ser sensíveis as questões que esses grupos estão sujeitos.

Tendo em vista o amplo debate a respeito dos limites do positivismo em dar conta da complexidade dos fenômenos sociais (Vergara; Peci, 2003), as decisões que nortearão a realização das pesquisas devem representar mais que uma adoção primária ao *mainstreaming*. Porém, a consciência das questões envolvidas não isenta o pesquisador de incoerência nos vários níveis de análise presentes no trabalho. Mas, sem essa reflexão, isso se torna algo quase inevitável, dada a complexidade dos grupos e a dinâmica social em que estão envolvidos.

CONCLUSÃO

A discussão aqui tratada procurou demonstrar as questões que permeiam a pesquisa de organizações sociais de grupos vulneráveis. O número de trabalhos que abordam esses grupos tem crescido, no

entanto, pouco se discute sobre as especificidades que as pesquisas com essa proposta possuem. A ausência do posicionamento dos autores não pode ser entendida como a realização de trabalhos apolíticos. Essa ausência pode indicar a inconsciência do pesquisador sobre as peculiaridades que esses grupos apresentam, o que compromete sua capacidade de avaliar criticamente seu fazer científico e os resultados das pesquisas.

A abordagem de grupos vulneráveis precisa levar em consideração alguns fatores. O primeiro deles é o de que a dinâmica social que os leva a essa condição, na qual a ciência e o ferramental para a realização das pesquisas também estão imersos. Diversas concepções que geram opressão tais como racismo, sexismo, homofobia, eurocentrismo para citar algumas, nortearam teorias e metodologias. Logo, a adoção de determinadas lentes teóricas e métodos podem evidenciar ou invisibilizar questões a que esses grupos estão sujeitos.

Outro fator importante diz respeito à capacidade do pesquisador criticar sua própria condição. Suas crenças, valores e suas questões estão impressas em seu trabalho. O pesquisador deve ser capaz de compreender como sua posição influencia no fenômeno observado. O argumento do posicionamento isento e neutro pode ser uma solução simplificada, mas não resolve a implicação do pesquisador em sua produção. Já o pesquisador que aborda tais organizações sociais por ser sensível e apoiar a dimensão política deve cuidar para que seu posicionamento não o leve à produção de um trabalho que romanceia o lugar de opressão. Essa nuance demonstra a complexidade que permeia as práticas sociais e nesse sentido, a adoção de um ideal essencialista ou de uma lógica binária implica em severos reducionismos.

As organizações de grupos sociais vulneráveis estão inseridas em contexto social dinâmico, marcado por antagonismos e contradições e

desse modo. Assim, esses grupos também possuem antagonismos e contradições e classificá-los em uma metanarrativa simplista oblitera a observação e a compreensão dos fenômenos pelos pesquisadores.

O posicionamento empático e sensível, visto como essencial para pesquisar tais grupos, não se confunde com omissão de informações e achados considerados negativos para esses grupos. Nessa situação, cabe o pesquisador ciente de seu posicionamento político, ético, epistemológico e outros inerentes à pesquisa, compreendê-las e analisá-las. Nesse processo está incluído a habilidade de o pesquisador, diante de seus achados e do contexto, perceber criticamente sociedade, o grupo social que pesquisa, a ciência e a si próprio.

A pesquisa é uma situação em que sujeito dispõe de condições favoráveis para compreender e analisar questões sociais. Se os dados apontam algo negativo, é papel do pesquisador debruçar-se e encontrar explicações para os eventos. É justamente nesse processo que os grupos sociais podem se valer das pesquisas para rever práticas e crenças que contribuem para sua opressão, algo que favorece a emancipação social. O pesquisador com esse compromisso, também deve ser capaz de responder em que seu trabalho contribui para as organizações de grupos sociais vulneráveis. Pesquisas realizadas sem essa preocupação podem refletir uma relação em que ciência é usada para extrair e produzir conhecimento a partir dos grupos sociais, sem, contudo, oferecer retorno dos trabalhos. O retorno não se resume a comunicação de achados aos grupos participantes, mas em desdobramentos da pesquisa que possam contribuir para o desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

- ANI, M. Y. **An African-centered critique European cultural thought and behavior.** Thenton: Africa Worl Press, 1994.

- ARANDAS, W. S. **O racismo institucional contra os negros na Polícia Militar**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BÖHM, S. Depositioning organization: the politics of resistance. In: BÖHM, S. **Repositioning organizations theory: impossibilities and strategies**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2006. p. 104-137.
- BOYER, V. Misnaming social conflict: ‘identity’, land and family histories in a quilombola community in the Brazilian Amazon. **Journal of Latin American Studies**, v. 46, n. 3, p. 527-555, 2015.
- BRIONES, G. **Epistemología de las ciencias sociales**. Bogotá: ICFES, 2002.
- CERTEAU, M. **Heterologies: discourse on the other**. London: University of Minnesota Press, 2000.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- FANTINEL, L.; FISCHER, T. Organizações e contextos urbanos: os cafés e as sociabilidades. **Gestão e Sociedade**, v. 6, n. 15, p. 280-307, 2012.
- FINE, M.; WEIS, L.; WESEEN, S.; WONG, L. Para quem? Pesquisa, representações e responsabilidades sociais. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 115-139.
- GARCÍA, R. Epistemología y teoría del conocimiento. **Salud Colectiva**, v. 2, n. 2, p. 113-122, 2006.
- GODOY, A. S. M. Rui Barbosa e a polêmica queima dos arquivos da escravidão, 2015. Recuperado em 28 dez. 2018, de <https://www.conjur.com.br/2015-set-13/embargos-culturais-rui-barbosa-polemica-queima-arquivos-escravidao>.
- HALL, S. Que negro é esse na cultura popular negra. **Lugar Comum**, n. 13/14, p. 147-159, 2001.

HESSEN, J. **Teoria do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KING, K. R. Racism or sexism? Attributional ambiguity and simultaneous membership in multiple oppressed groups. **Journal of Applied Social Psychology**, v. 33, n. 2, p. 223-247, 2003.

LADSON-BILLINGS, G. (2006). Discursos racializados e epistemologias étnicas. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 259-279.

LANDES, R. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967.

MIRANDA, S. A. **Educação e quilombos: dinâmicas e impasses na pesquisa – processo histórico de apagamento de humanidade**. Belo Horizonte: FaE/UFGM, 2017. 10 pp. (Notas de aula)

POUPART, J. ; DESLAUIERS, P. ; GROULX, L. ; LAPERRIERE, A. ; MAYER, R. ; PIRES, A. P. **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

SANTOS, B. S. Epistemologías del sur. **Utopía y Praxis Latinoamericana: Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social**, n. 54, p. 17-40, 2011.

SAWAIA, B. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 7-13.

SILVA, E. J. F. **Entre vivências e lembranças de um quilombo urbano: história, memória e discurso**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: UFGM, 2010.

TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, XXVI, 2006. **Anais...** Fortaleza: ABEPRO, 2006.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

VERGARA, S. C.; PECL, A. Escolhas metodológicas em estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, v. 10, n. 27, p. 13-26. 2003.

WODAK, R. The contribution of critical linguistics to the analysis of discriminatory prejudices and stereotypes in the language of politics. In: WODAK, R.; KOLLER, V. (Ed.). **Handbook of communication in the public sphere**. Berlin: De Gruyter, 2008. p. 291-315.

WODAK, R. The discourse-historical approach. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Ed.). **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2001. p. 63-94.

4

SER E SENTIR NO MANGUE: REFLEXÕES DECOLONIAIS SOBRE O CORPO-TERRITÓRIO DE PESCADORES ARTESANAIS EM PERNAMBUCO

*Aline Melo de Oliveira*¹

INTRODUÇÃO

Torna-se pescador artesanal pelo pescado e pelo método? Em primeira instância, pensar sobre a pesca artesanal em sua funcionalidade como atividade econômica, fonte de renda para a comunidade tradicional de pescadores, e principalmente no “produto” que é o pescado, parece encerrar as perspectivas sobre a atividade. Mas, quando nos referimos às ferramentas confeccionadas pelos pescadores, definimos como artes da pesca, atribuindo um valor artístico. Indo além, existem representações de pescadores artesanais como artesãos do mar ou povos da água, aprofundando outras conotações da pesca artesanal que não só ultrapassa o enfoque econômico, mas supera uma percepção centrada em aspectos capitalistas do trabalho.

A pesca artesanal, de fato, é a fonte de renda e de subsistência para pescadores artesanais e marisqueiras. Essa noção é fundamental para compreender determinadas vulnerabilidades sociais e econômicas que atingem comunidades tradicionais de pescadores, que normalmente trabalham de forma autônoma, e até mesmo a luta pela garantia de direitos que protegem os povos das águas, durante o exercício da profissão. Porém, não se deve delimitar e encerrar o sentido da pesca artesanal em sua funcionalidade prática.

¹ Mestranda na linha de Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades no PPGCOM da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: alinemelow15@gmail.com

Enquanto a maré está baixa no mangue, é tempo de pescar. Marisqueiras e pescadores artesanais aprendem, desde a infância, como fabricar apetrechos e reproduzir técnicas de pesca, um conhecimento tradicional passado de geração em geração de forma oral. A relação estreita dos pescadores artesanais com o manguezal pode ser entendida também como o corpo extensão do território, um sentido que foge da perspectiva colonialista e extrativista da terra. Se o manguezal é afetado, o pescador também é diretamente atingido, não só na sua fonte de renda, mas em todas as dimensões que envolvem a pesca artesanal. Dessa forma,

A partir da definição mais tradicional de território – o território como alcance geográfico da soberania estatal – enfatiza-se a reprodução de classes sociais ligadas ao sistema moderno colonial hegemônico e aos interesses econômicos do grande capital. Embora ainda hoje bastante disseminada, essa interpretação está longe de expressar um pensamento latino-americano sobre o território. (Haesbaert, 2020b)

No mesmo direcionamento define Gago (2020) sobre o termo corpo-território, observando que o território se expande como possibilidade de construção de memórias afetivas e trajetórias de vida, não só do indivíduo, mas também de um horizonte comum e compartilhado de experiências, sendo inconcebível dissociar a história do corpo do território que ocupa em sua existência. Assim, podemos considerar que pescadores artesanais:

[...] produzem e situam o corpo como território extenso: ou seja, não como confinamento da individualidade, limitado às margens do corpo próprio entendido como “propriedade” respaldada por direitos individuais, mas como matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias (Gago, 2020, p. 109).

À vista disso, este capítulo tem o objetivo de analisar como os pescadores artesanais da colônia Z-7, no município de Rio Formoso,

Zona da Mata Sul de Pernambuco, compreendem o manguezal como território de vínculo cultural e afetivo ao longo da vida. Partindo do entendimento de que a finalidade econômica da pesca artesanal é apenas uma das várias dimensões de sentido que a atividade produz, a premissa é de que o manguezal se torna um espaço compartilhado de sentidos e afetos desde a infância, no qual as relações e afetações de pescadores e marisqueiras são mediadas pelo território do estuário ao longo da vida.

A abordagem pela experiência estética e pelos afetos de pescadores artesanais e marisqueiras é o caminho metodológico que mais se aproxima da finalidade deste artigo, que não busca concluir ou encerrar o que é sentido pela comunidade pesqueira sobre o mangue, mas sim compreender parte de suas afetações a partir dele, principalmente na construção das relações afetivas.

A abordagem pelos afetos, precisamente, começa com uma fenomenologia do contato sensorial, atenta às luzes, cores, sons, gostos, cheiros, toques produzidos em nós. Experiências estéticas podem ter a possibilidade de jogar com os nossos sentidos e, assim, frustrar o nosso movimento em paisagens congeladas. (Moriceau; Mendonça, 2016)

Para isso, foram analisadas entrevistas, realizadas entre 2020 e 2021, com pescadores artesanais de Rio Formoso, produzidas pelo projeto de extensão “Percepção dos Pescadores Artesanais de Rio Formoso sobre as Mudanças Globais”, realizado pelo Laboratório Misto Internacional (LMI) Tapioca, grupo de pesquisa interdisciplinar sobre dinâmica física, biogeoquímica, ecológica e humana do Atlântico Sul, ligado à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), à Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e ao *Institut de recherche pour le développement* (IRD France).

O projeto foi iniciado em 2020 e finalizado em 2021 como extensão da UFPE, com o objetivo de compreender vivências e experiências na pesca artesanal e como pescadores artesanais têm acompanhado as mudanças no estuário, considerando os contextos socioeconômico e ambiental. Fiz parte da produção e gravação das entrevistas analisadas neste capítulo enquanto ainda estava na graduação em jornalismo na UFPE. A partir da afetação desse encontro com a comunidade pesqueira do município, surgiu minha intenção de pesquisa no mestrado do PPGCOM da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os vídeos foram publicados entre 7 de dezembro de 2020 e 21 de junho de 2021 no canal do LMI Tapioca no YouTube.

ARTE DE PESCAR: DIMENSÃO SOCIOAFETIVA DA PESCA ARTESANAL

A colônia de pescadores Z-7 fica localizada no município de Rio Formoso, também conhecido como a “Terra dos Manguezais”, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. A região possui um extenso e preservado estuário de manguezal que é território de pesca para comunidades tradicionais. Muitas vezes considerada apenas como atividade econômica, a pesca artesanal tem sua dimensão social, cultural e afetiva marginalizada frente ao pensamento colonial e capitalista:

A pesca artesanal é mais que uma atividade econômica, pois significa, antes de tudo, um modo de vida, de representações sociais, de sociabilidades, de práticas e valores culturais, que se traduzem na ciranda, nas festas religiosas marítimas (São Pedro, São Gonçalo, Iemanjá), na culinária, nas simbologias que envolvem os mares e rios, num tipo de conhecimento tradicional, de vínculos afetivos com os ambientes litorâneos (manguezais, mar, estuário, etc.), de autonomia, arte, liberdade para aqueles(as) que a exercem historicamente. A sua provável paralisação, em virtude dos vazamentos, será o silenciar desse rico conjunto de significados e experiências socioculturais históricas. (Ramalho, 2019, p. 5)

A pesca artesanal se configura não só como uma fonte de subsistência, mas uma forma de ver e sentir o mundo. Na busca pela compreensão do sentir dos sentidos dos pescadores artesanais, Ramalho (2011) identifica que “o corpo é o território sobre o qual ele se torna pescador”.

Por território, tratamos aqui da conotação simbólica do termo, o espaço que é vivido em uma “apropriação subjetiva e/ou cultural/simbólica” (Haesbaert, 2004). A partir dessa interpretação, a territorialidade é vista como uma dimensão simbólica do território e/ou uma “identidade territorial”.

Como decorrência desse raciocínio, é interessante observar que, enquanto "espaço-tempo vivido", o território é sempre múltiplo, "diverso e complexo", ao contrário do território "unifuncional" proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especialmente através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade sobreposição de jurisdições e/ou de territorialidades (Haesbaert, 2020a)

Dessa forma, a definição de território em que tratamos neste capítulo foge da visão eurocêntrica de propriedades políticas-jurídicas. Propõe-se uma visão ontológica do território (Escobar, 2018) como espaço de vida e extensão de existência, na qual a compreensão do ser é intrínseca ao entendimento do território em que ocupa, para pensar na relação que pescadores artesanais desenvolvem desde a infância com e dentro do mangue.

Aqui a experiência estética é indissociável do território. O pescador afeta e é afetado pelo mangue desde a infância. O corpo não é indiferente ao espaço onde se cresce, alimenta, experimenta diversos sentimentos e cria sentidos coletivos.

Ter um corpo é aprender a ser afetado, que significa ‘efetivado’, movido, colocado em movimento por outras entidades, seres humanos ou não-humanos. Se você não está envolvido neste aprendizado você se torna insensível, mudo, você cai morto. (Gregg; Seigworth, 2010, p. 11)

Deixar-se afetar pelo mangue, então, é uma relação fundamental para quem vive da pesca artesanal, se não primordial, antes mesmo do entendimento como recurso para se obter renda. Indo além da construção de relações afetivas com humanos, toda parte não-humana do mangue constitui o existir do pescador no mundo. As festividades, a culinária, as crenças e outras bases da tradição e cultura pesqueira são compartilhadas em sentidos e presenças permeados pelo mangue. Essa abordagem afetiva:

Refere-se, principalmente, a uma qualidade da presença no mundo: aparece como o tato, o paladar, a possibilidade de realmente ouvir/escutar. Um deixar-se afetar: sentir essa marca, essa reação, o momento que o mundo construiu em nós [...]. (Moriceau; Mendonça, 2016)

Por isso, o pensamento decolonial sobre a concepção de território na América Latina se torna essencial na compreensão das relações sociais, afetivas e culturais que pescadores artesanais desenvolvem com o estuário de manguezal. O mangue não é apenas um instrumento para se obter renda, para se extrair recursos e obter lucro. O ecossistema abriga em si todo um imaginário socioafetivo para as comunidades tradicionais que vivem da pesca. Escobar (2018) enfatiza essa relação não apenas de uso instrumental, na qual os elementos do meio ambiental fazem parte também da comunidade.

Cuando se está hablando de la montaña como ancestro o como entidad sintiente, se está referenciando una relación social, no una relación de sujeto a objeto. Cada relación social con no-humanos puede tener sus protocolos específicos, pero no son (o no solo) relaciones instrumentales y de uso. Así, el concepto de comunidad, en principio centrado en los

humanos, se expande para incluir a no-humanos (...). Consecuentemente, el terreno de la política se abre a los no-humanos. (Escobar, 2018)

Propomos, então, pensar sobre as relações de afeto dos pescadores artesanais sob o entendimento de corpo-território. De acordo com Haesbaert (2020), esse conceito é “uma epistemologia latino-americana e caribenha feita por e desde mulheres de povos originários e inclui suas posições dentro do que denomina novos olhares ecofeministas desde o Sul”.

A noção de corpo-território que guia este artigo é definida por Gago (2020), que enfatiza uma vivência comum de sentidos não só entre as pessoas da comunidade, mas também da comunidade com o território, que é uma continuidade política, social e afetiva do corpo coletivo, na qual não existem individualidades, mas sim singularidades que se unem.

A conjugação das palavras corpo-território fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem. Corpo e território compactados como única palavra desliberaliza a noção do corpo como propriedade individual e especifica uma continuidade política, produtiva e epistêmica do corpo enquanto território. O corpo se revela, assim, composição de afetos, recursos e possibilidades que não são “individuais”, mas se singularizam, porque passam pelo corpo de cada um na medida em que cada corpo nunca é só “um”, mas o é sempre com outros, e com outras forças também não humanas (Gago, 2020, p.107).

Assim, o corpo-território do pescador artesanal e da marisqueira, que trabalham no estuário de manguezal, revela-se nas memórias, nos conflitos e nos afetos mediados por esse ecossistema. Uma vez que o “fazer-se pescador é, gradativamente, adquirir consciência cada vez mais sofisticada do próprio corpo, de suas possibilidades de aprimoramento, de autocriação” (Ramalho, 2011) dentro do mangue, a

consciência construída por essa relação se configura em uma concepção do corpo como território.

‘MEU CORAÇÃO SE ABRE PARA IR PRO MANGUE’: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas analisadas fazem parte do podcast “Dentro da Pesca Formosa”, produzido pelo projeto LMI Tapioca, com cinco episódios no total. Neste capítulo, são analisados apenas quatro episódios, que são focados em entrevistas com pescadores artesanais, não incluindo o quinto e último episódio por ser centrado na perspectiva de pesquisadores. As entrevistas estão disponíveis no Spotify e no YouTube, mas nos atemos a analisar apenas os vídeos publicados na segunda plataforma para observar também o cenário. Ao todo, são analisadas sete entrevistas com pescadores artesanais e marisqueiras.

No primeiro episódio “Contos de Rio Formoso”, publicado em 7 de dezembro de 2020, assistimos a um trecho de entrevista de um minuto e cinquenta e quatro segundos com uma das lideranças da colônia de pescadores Z-7, Francisco de Santana Assis, também conhecido como Seu Chico, que conta acontecimentos históricos do município, a luta dos pescadores pela preservação do mangue e conflitos ambientais no estuário.

Se fizer uma retrospectiva do pescado de 20, 25 anos atrás, a extinção foi grande. Não temos ferreiro, barbudo, o bagre amarelo, a pescada amarela. Tudo isso foi causado pelo uso de agrotóxicos. Não só pela pesca predatória usada por alguns pescadores para matar o peixe e pegar com mais facilidade, mas também pela monocultura da cana-de-açúcar. [...] eles pulverizam lá no alto, chove, e as águas levam todo esse veneno para o rio, que emborca no estuário. (Seu Chico)

O relato de Seu Chico sobre o impacto que a monocultura de cana-de-açúcar em Pernambuco tem nos estuários de manguezais da região

se relaciona diretamente com a observação de Muñoz e Villarreal (2019, p. 314) ao constatarem que “o extrativismo afeta a vida, o corpo e o território das mulheres, tanto na promoção de projetos de mineração quanto na expansão da monocultura ou outras atividades de exploração intensiva dos recursos naturais”. Neste caso, analisamos o impacto não só nas mulheres que pescam, mas em toda a comunidade tradicional de pescadores.

A descrição de Seu Chico também revela uma dinâmica colonial muito antiga na região Nordeste com o ciclo da cana-de-açúcar, como constatou Freyre em 1963:

O monocultor rico do Nordeste fez da água dos rios um mictório. Um mictório de caldas fedorentas de usinas. E as caldas fedorentas matam os peixes. Envenenam as pescadas. Emporcalham as margens. A calda que as usinas de açúcar lançam todas as safras nas águas dos rios sacrifica cada fim de ano parte considerável da produção de peixes do Nordeste (Freyre, 1963, p. 35).

Além de compreender como as agressões à terra afetam ainda mais mulheres que fazem parte de populações vulneráveis, é importante pensar esse impacto também sob o recorte racial, uma vez que, além de ser uma comunidade tradicional vulnerável, a população de pescadores artesanais, em algumas localidades do estado, é formada por cerca de 90% de pessoas negras e indígenas (Pena et al., 2020).

Publicado em 22 de dezembro de 2020, o segundo episódio “Mulher de Maré” contém duas entrevistas com pescadoras artesanais do local. Dona Cícera, presidente da colônia pesqueira Z-7, que trata sobre as dificuldades que as mulheres encontram no trabalho da pesca artesanal, e a pescadora Marileide Ferreira, também conhecida como Galega, que compartilha sua história e os ensinamentos de sua mãe até as mudanças no pescado que ela notou. No YouTube, apenas um trecho de um minuto

e quarenta e quatro segundos da entrevista com Marileide Ferreira foi publicado, por isso, apenas esta parte é analisada neste capítulo.

Eu pesco porque eu gosto mesmo, eu tenho aquela emoção de tá na maré. Parece que o dia fica totalmente diferente do que você tá numa rua sem fazer nada e lá eu tô ocupada em alguma coisa. Quanto mais eu entro na maré pra tirar um balde de sururu, mais eu tenho vontade, aquela alegria, aquele prazer. [...] Quanto mais você pesca, mais tem vontade. Eu entro de manhã e só vou sair quando a maré tiver cheia não, se amostrando, porque não tem mais jeito de você pescar. Mas enquanto a maré tá baixinha, você tá pescando. (Marileide)

Nesse relato, a relação de Marileide com o manguezal fica em evidência. O estuário não é apenas um local para extrair alimento e renda. É um espaço que abarca diversos sentimentos e emoções. Também não é uma atividade feita por obrigação, apenas para se sustentar. Pescar é, sobretudo, uma prática que confere prazer e alegria para a pescadora. A atividade só encerra quando a maré estiver cheia.

A comunidade quilombola do Engenho Siqueira, localizada na Zona Rural de Rio Formoso, é o tema central do terceiro episódio, que traz a pescadora Maria José de Paula, que compartilha as mudanças que sente no estuário desde que começou a atividade e sua experiência na pesca artesanal, e o relato de Moacir Correia, pescador artesanal que gerencia o Museu Quilombola do Engenho, sobre o impacto que o derramamento de óleo cru em 2019 teve na comunidade.

O episódio foi publicado por completo no YouTube em 9 de junho de 2021 e tem um pouco mais de onze minutos. As entrevistas são divididas em dois minutos e dezesseis segundos (0:52 - 3:24) com a pescadora Maria José, um minuto e dezessete segundos (4:24 - 5:41) de entrevista com o pescador Moacir sobre o museu e outros três minutos e dezesseis segundos (6:24 - 9:40) também de entrevista com Moacir sobre como o derramamento de óleo afetou o engenho.

O Engenho Siqueira foi a primeira comunidade a ser reconhecida como quilombola na Zona da Mata Sul de Pernambuco pela Fundação Cultural Palmares em 2005. Cerca de 80 famílias vivem no Siqueira, resultando em 440 habitantes, sendo 60% mulheres (Gonçalves, 2011). O conflito de terra em relação à monocultura da cana-de-açúcar, assim como citado pelo Seu Chico no primeiro episódio, também já foi identificado no Engenho Siqueira, que mantém um ritmo e uma relação com o território contrária à indústria canavieira, que é extrativista.

Há na comunidade uma territorialidade, um "sistema de lugar", isto é, formas de se identificar e se diferenciar que podem não significar necessariamente uma "filiação" à identidade quilombola, mas que delinea um modo de vida próprio, que tem preservado hábitos, costumes e modos de conviver com a natureza que são muito diferentes das outras áreas circundantes, que se encontram sob o domínio do sistema de *plantation* da cana-de-açúcar. (Araújo, 2012)

A pescadora Maria José é entrevistada na frente de sua casa junto com seus três netos, que interagem com as perguntas que a avó responde.

Faz muito tempo que eu pesco, desde os sete anos de idade que eu sou pescadeira. A minha vida é essa no dia a dia, estar em um canto e outro pescando. Fico feliz né. Quando eu pego eu fico contente, quando eu não pego também fico contente, porque a gente não botou nada lá, a gente traz o que Deus dá. (Maria José)

O pescado em si não é a circunstância de felicidade para ir ao mangue, no relato de Maria José. Distanciando-se da lógica extrativista, ao retornar do mangue sem o pescado, a pescadora afirma que continua contente, pois só “traz o que Deus dá”. Existe uma relação de respeito e agradecimento com a terra e o que ela pode oferecer ou não. Se nada é oferecido, é preciso respeitar.

Ao falar de um dos netos, Maria demonstra orgulho não só por ter ensinado a arte da pesca para a criança, mas também das habilidades corporais que o neto desenvolve no contato com o mangue. Apontando para o neto, diz: “Esse aqui sabe pescar muita moreia. Tem oito anos. Ele tira perdigão, tira sururu. Foi eu que levei ele mesmo, eu levo meus netos tudinho pro mangue”. Durante a entrevista, Maria demonstra como assobiar para chamar aratu no mangue, ao passo que o neto reproduz o mesmo som ensinado pela avó.

O tempo de avó e neto é mediado pelo manguezal. Ensinar as técnicas de pesca e mariscagem é o que aproxima os dois, atribuindo um sentido comum e compartilhado na relação. Na entrevista, os netos demonstram gostar de ir ao mangue com a avó não só para pescar, mas também para nadar no estuário, brincar e participar da rotina dos adultos. Assim, o mangue vira lugar de brincadeira e imaginação para as crianças.

Moacir Correia fala sobre o impacto do derramamento de óleo cru, que atingiu todas as zonas costeiras do Nordeste em 2019, um dos maiores crimes ambientais no Brasil.

O impacto foi muito agressivo dentro da nossa vida, para o meio ambiente e também para o próprio quilombo como fonte de sobrevivência, haja vista que é uma comunidade pesca, é aquilo que a gente sabe fazer durante gerações (Seu Moacir)

A saúde física e mental dos pescadores artesanais e marisqueiras foi duramente afetada pelo petróleo derramado. Impactos como este, de desastres no meio ambiente, não são distribuídos de forma “democrática” na população e atingem muito mais grupos que já são vulneráveis na sociedade, como é o caso da comunidade pesqueira. Considera-se, assim, um caso de racismo ambiental, como pontua Pena (2020):

O racismo ambiental surge com a negligência não apenas do pescador, mas de toda a arte da pesca artesanal, excluindo e não reconhecendo quem trabalha na maré e supervalorizando apenas o seu produto (pescado), amplamente vendido como uma iguaria nos mercados, bares e restaurantes da cidade do Recife. (Pena et al., 2020)

O quarto episódio da série trata sobre “Ancestralidade” e também foi publicado completo no YouTube em 21 de junho de 2021 com quase nove minutos de duração. Dona Nininha, Seu Raminho e Dona Moça são os pescadores entrevistados e contam como iniciaram a profissão de pesca e as expectativas para o futuro da atividade no município. Assim como outros pescadores e marisqueiras entrevistados, Dona Nininha conta que a sua vida “sempre foi mangue”, desde a infância. Porém, a pescadora denuncia a situação precária em que viveu como pescadora artesanal.

Acabaram com tudo. A minha vida sempre foi mangue. Tirava marisco, tirava sururu, pescava siri, pescava aratu, de tudo a gente fazia. Agora, para quê? Mais para comer, que naquela situação precária mesmo, trazia mais para comer. Quando ia vender um pratinho para comprar um fubá, comprar um quilo de farinha. Precária, a vida era precária. (Dona Nininha)

Nas entrelinhas do relato de Dona Nininha, que aparece no primeiro minuto do vídeo, é possível identificar a desvalorização que a comunidade pesqueira sofre na profissão. A falta de políticas públicas para saúde e auxílios financeiros para pescadores e marisqueiras torna a vida precária e difícil, enfraquecendo a continuidade de tradições na pesca artesanal. Quando a pescadora diz que “acabaram com tudo”, refere-se à poluição e a diminuição da quantidade de pescado no estuário onde pesca, em relação ao tempo em que ela ainda se iniciava como pescadora.

Aos 81 anos, Dona Moça, relembra que aprendeu a pescar marisco com a mãe e peixe com o irmão no trecho de entrevista com duração de

dois minutos e vinte e dois segundos (4:56 - 7:26). Assim como Marileide cita no episódio “Mulher de Maré”, a cidade e/ou a casa não é o local de encontro.

Minha mãe quem me ensinou a pescar de tudo. Aratu, peixe, siri, caranguejo, tirar ostra, sururu, marisco, perdigão, que chama marisquinho. Tudo ela me ensinou a pescar. Depois meu irmão me ensinou a pescar peixe [...] tudo era meu ganha pão de cada dia. Fico alegre quando vou. Quando eu tô em casa não. Quando eu vou pro mangue parece que o meu coração se abre. (Dona Moça)

A relação com a mãe não é a única citada por Dona Moça. O espaço e o tempo do mangue são compartilhados também com o seu sobrinho ainda criança, que a convida para pescar: “Eu saio daqui com o meu sobrinho pequeno, desse tamanho assim, ia mais ele pescar. Ele dizia: 'Tia Moça, bora pescar hoje?'. Ia por aqui mais ele em uma canoa, no remo”.

A entrevista com Seu Raminho dura dois minutos e quinze segundos (2:18 - 4:33), enquanto ele confecciona uma rede de nylon, uma produção que dura cerca de 3 a 4 meses para finalizar. Desde que se aposentou como pescador, não só continuou pescando e fabricando ferramentas de pesca, como dedica ainda mais tempo na maré.

Desde os 12 anos de idade que eu faço rede. [...] A minha vida agora é só maré. Gosto de pescar de dia, gosto de pescar de noite, tenho uma canoa, tenho um barquinho pra pescar, foi eu mesmo que fabriquei. Eu mesmo que aprendi. (Seu Raminho)

O relato de Seu Raminho dialoga com o processo de tornar-se pescador, percebido por Ramalho (2011), quando ele conta que aprendeu a construir barcos manualmente a partir da observação do pai, que também era pescador. Nem todos os saberes são verbalizados.

Pescadores artesanais do Porto de Suape, situado também no Litoral Sul de Pernambuco, entre os municípios de Ipojuca e Cabo de

Santo Agostinho, têm essa percepção que a pesca artesanal é um trabalho que se diferencia do ritmo de produção capitalista, onde a pessoa precisa trabalhar para sobrevivência, como já registrado por Ramalho (2007):

A existência de uma cultura do trabalho ancorada em valores não subvertidos pela plenitude do capital parece emergir aqui, na pesca suapense, com força. Sem dúvida, a história e o cotidiano dos trabalhadores do mar revelam aspectos singulares de exercício do trabalho e da existência peculiar de um modo de ser e de existir dos pescadores artesanais de Suape (Ramalho, 2007, p.117)

A aposentadoria, nesse sentido, pode ser entendida como uma segurança financeira e a garantia de uma renda que não depende de condições climáticas e ambientais para acontecer, como é o caso da pesca artesanal. Na liberdade de ir para o manguezal sem depender da sua extração para se ter uma renda, o pescador pode pescar para lazer, consumo próprio ou para comercializar, se assim preferir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retornando à pergunta inicial, compreendemos, a partir das entrevistas, que se tornar pescador artesanal não se encerra no método e no pescado. As primeiras memórias de infância envolvem a relação com familiares dentro do mangue. O primeiro contato com a pesca artesanal, ainda quando criança, dá-se, então, pelas relações afetivas, sociais e culturais que estão envolvidas, antes mesmo de se ter a compreensão de necessidade do dinheiro para sustentar-se no mundo. Pescadores aposentados, como Seu Raminho e Dona Moça, continuam no mangue pescando não pela lógica produtiva e extrativista do sistema capitalista, mas por ser um modo de vida com uma dimensão sociocultural e afetiva própria, vindo da pesca artesanal.

Nas entrevistas, fica evidente também como a dimensão socioafetiva da pesca artesanal. Mediada pelo território do mangue, expande-se de tal forma na existência do pescador, que excede o sentido de pertencimento na cidade e na própria casa, como menciona Dona Moça. O local do pescador artesanal, neste caso, é o mangue.

Por último, analisar o recorte de gênero e de raça é fundamental quando se trata de pescadores artesanais. O próprio termo “corpo-território” é um enfrentamento de mulheres de povos originários na América Latina e Caribe que são atravessadas por uma sobreposição de violências. Ao compreender que o território é parte fundamental do modo de vida da comunidade pesqueira, na qual não é possível dissociar o corpo da terra em que se vive, enxergamos também que as alterações afetam todas as instâncias da vida de pescadores artesanais e marisqueiras, desde a renda até a saúde. Por ser uma comunidade tradicional, majoritariamente composta por pessoas negras ou de povos originários, as mudanças ambientais, causadas pela crise climática e outros fatores externos, como despejo irregular de dejetos industriais, podem ser compreendidas dentro do conceito de racismo ambiental.

Da mesma forma, quando falamos em afetações na saúde, entendemos que meninas e mulheres estão mais vulneráveis em comunidades que enfrentam problemas como insegurança alimentar devido à responsabilidade de cuidado com as outras pessoas que, muito fortemente, é associada ao gênero feminino. A sobrecarga desse cuidado é maior com alterações ambientais que fragilizam a saúde da comunidade.

Como o manguezal também se constitui, ao longo das gerações, um lugar vital para estreitamento de laços afetivos, seja ao repassar os conhecimentos da pesca artesanal para a nova geração, seja na companhia durante a atividade, há indícios, nesses relatos, de que essas

relações também se enfraquecem quando o território é afetado, principalmente, na continuidade da tradição para os mais jovens da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Marli G de. A comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: territorialidade, identidade quilombola e potencialidade da agroecologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá, vol. 21, no. 1, 2012, pp.99-114, Jan/Jun 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281822849008>. Acesso em: 23 jun. 2023.
- CABNAL, Lorena. Acercamientos a la contrucción de la propuesta de pensamiento epistemológico de mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya-Yala. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**, Las Segovias, p. 11-25, 2010. Disponível em: <https://porunavidavivible.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lorena-cabna.l.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- DENTRO da pesca formosa – Episódio 01: Contos de Rio Formoso. Gravação de Karla Albuquerque. Rio Formoso: LMI Tapioca Outreach, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BjSTMOF08_8. Acesso em: 21 jun. 2023.
- DENTRO da pesca formosa – Episódio 02: Mulher de Maré. Gravação de Aline Melo. Rio Formoso: LMITapiocaOutreach, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g5ab5ya-Vww>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- DENTRO da pesca formosa – Episódio 03: Engenho Siqueira. Roteiro: Aline Melo. Fotografia de Karla Albuquerque. Gravação de Moacir Correia; Aline Melo. Rio Formoso: LMI Tapioca Outreach, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IgZ56lQj5-E&t=585s>. Acesso em: 21 jun. 2023.
- DENTRO da Pesca Formosa – Episódio 04: Ancestralidade. Roteiro: Aline Melo. Gravação de Moacir Correia; Karla Albuquerque; Aline Melo; Ricardo Lemos. Rio Formoso: LMI TapiocaOutreach, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pr9cvuExkGg&t=304s>. Acesso em: 21 jun. 2023.

ESCOBAR, Arthur. **Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia**. Medellín: UNAULA, 2018.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 3a edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963

GAGO, Verónica. **A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo**. Editora Elefante, 2020.

GREGG, M., & SEIGWORTH, G. J. (2010). **The Affect Theory reader**. Duke University Press.

GONÇALVES, Monica Nunes. Comunidade quilombola do Engenho Siqueira: Uma contribuição da extensão rural agroecológica para o desenvolvimento local. **Cadernos de Agroecologia**, Fortaleza, v. 6, ed. 2, 2011. Disponível em: <https://revistas.aba-agroecologia.org.br/cad/article/view/12355>. Acesso em: 23 jun. 2023

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **Geographia** (UFF), v. 22, p. 75-90, 2020a.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, University of Texas Press, v. 19, n. 1, p. 141-151, Janeiro 2020b. Disponível em: <https://www.univale.br/wp-content/uploads/2018/11/Territorios-numa-perspectiva-latino-americana.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MORICEAU, Jean-Luc; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. In: MENDONÇA, Carlos Magno Camargos; DUARTE, Eduardo; FILHO, Jorge Cardoso (org.). **Comunicação e Sensibilidade: pistas metodológicas**. 1. ed. Belo Horizonte: PPPGCOM UFMG, 2016. p. 78-98. Disponível em: <https://seloppgcomufmg.com.br/publicacao/comunicacaoe-sensibilidade/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

MUÑOZ, Enara Echart; VILLARREAL, Maria del Carmen. Women's struggles against extractivism in Latin America and the Caribbean. **Contexto Internacional**, v. 41, n. 2, p. 303-325, 2019.

PENA, Paulo Gilvane Lopes et al. Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], jan 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/338946683_Derramamento_de_oleo_bruto_na_costa_brasileira_em_2019_emergencia_e_m_saude_publica_em_questao. Acesso em: 1 mai 2023.

QUINTERO WEIR, J. A. **Fazer comunidade: notas sobre território e territorialidade a partir do sentipensar indígena na bacia do Lago de Maracaibo, Venezuela**. Porto Alegre: Deriva, 2019.

RAMALHO, Cristiano WN. **Embarcações do encantamento: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE**. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2007.

RAMALHO, Cristiano W. N. O sentir do sentido dos pescadores artesanais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 54, ed. 1, p. 315-352, janeiro-junho 2011. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41825786?casa_token=Qlnc0Y_Sl8UAAAAA%3AnBOb98Uitjn_J-EM-_uoaXvf2mGrZ1Gd7zuj8oF4D0LBymh_GBZjZE9EwSWOrIGiPFVnr_vzq90QmOS3_9hd1LWpz4r2IU4mdxbIfntCgfk3M-vpZDqLGI. Acesso em: 20 jun. 2023.

RAMALHO, Cristiano W. N. **Os possíveis impactos dos vazamentos de óleo nas comunidades pesqueiras artesanais em Pernambuco: um breve e provisório balanço**. Recife: Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR) – PPGS/UFPE, p. 1-5, 2019.

AFETAÇÕES EM FALAS NEGRAS: UM ENSAIO SOBRE NECROPOLÍTICA E VIOLÊNCIA POLICIAL NO CASO JOÃO PEDRO

*Maria Fernanda de Oliveira Ruas*¹

*Abraão Filipe Marques de Oliveira*²

*Rennan Lanna Martins Mafra*³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu a partir de episódio que, a priori, pode ser lido como uma aleatoriedade: uma conversa, tomada por muita indignação e angústia, que preencheu com um clima melancólico e reflexivo a nossa sala de estar, em uma quinta-feira gelada, de Belo Horizonte, Minas Gerais. Há alguns anos, temos apostado nossos esforços em compreender, com alguma profundidade, situações de violências raciais que envolvem, nos mais diversos contextos, crianças e adolescentes.

Com isso, temos empenhado certa atenção no caso da garota de São Mateus-ES, que foi molestada sexualmente por seu tio desde seus 6 anos de idade. Aos 10 anos, o familiar da vítima a engravidou e o caso se tornou público. Após conseguir o direito ao aborto, a menina sofreu uma série de violências por parte do Estado, liderada pela ex-Ministra,

¹ Bacharela em Comunicação Social/Jornalismo, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Mestranda em Comunicação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – amaferuas@gmail.com

² Bacharel em Comunicação Social/Jornalismo, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Mestrando em Comunicação, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – abfilipe@gmail.com

³ Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Docente efetivo na Universidade Federal de Viçosa (UFV) e no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – rennan.mafra@ufv.br

Dameres Alves, e pelo movimento conservador impregnado no Brasil, dificultando a realização do procedimento. Ainda, dedicamo-nos à investigação do caso do menino João Pedro Mattos, um adolescente negro de 14 anos, morador de São Gonçalo-RJ, que foi assassinado por um tiro (em meio aos mais de 70) de fuzil disparado pela polícia civil, dentro da casa de sua família, em contexto pandêmico. Marcados pela imersão em acontecimentos tão sensíveis, chegamos até aqui.

Na manhã (quase tarde) daquela quinta, enquanto nos preparávamos para almoçar, na nossa casa havia um grande silêncio – como se fosse habitada por dois estudantes que precisam de certa calma para se concentrar em leituras e coisas que a vida acadêmica demanda. Abraão, com sua mania de marcar as datas em voz alta, me lembra: “*Mafê, é 18 de maio de 2023. Sobreviventes, né? Estamos vivos!*”. Naquele momento, uma série de coisas passaram na minha cabeça, a começar pelo fato de ele ter razão; depois, busquei por aniversariantes do dia (ou das redondezas) e, como num sopro, meu coração foi tomado por uma neblina que se formava para chover/chorar, mais uma vez, a morte de João Pedro, que foi assassinado naquele mesmo dia, só que em 2020.

Comentávamos sobre o assunto. “Como será que está aquele pai, Abraão?”, perguntei como alguém esperançosa por notícias e o meu melhor amigo, da mesma forma que eu, nada de novo sabia. Abraão sai da cozinha, vai até à sala, como se tivesse urgência em seu coração. Seus olhos me buscam e, rapidamente, voltam para o seu celular. Ali, ele dá dois tapinhas no sofá, me convidando para ir junto em busca de saber as novidades acerca do que aconteceu e, frente ao grande conteúdo/atualizações encontradas sobre o caso, deparamo-nos com vídeos, entrevistas e textos que nos deixaram sem ar.

A morte de João Pedro diz da perda de todas as crianças negras vítimas de violência policial, em contextos periféricos; diz de um

contexto de intensificação da precariedade, no qual todos corríamos riscos e tínhamos nossos lares como referência de espaço seguro a uma pandemia; e diz, também, da negligência, imprudência e do descaso do Poder Público com as nossas crianças. João Pedro foi retirado da casa de sua família e colocado em um helicóptero, que, teoricamente, o levaria até ajuda médica. Após a decolagem, o adolescente ficou desaparecido por 17 horas e o seu corpo foi encontrado em um IML de uma cidade próxima à que ele vivia. Sabemos que nunca vamos alcançar a dor daquela família, daqueles pais, mas é impossível ficar indiferente, frente ao desespero dos entes do adolescente; frente à possibilidade de ser, a qualquer momento, um dos nossos; e à tamanha perversidade com um ser tão vulnerável.

Diante da ausência física de João Pedro, seus familiares e demais envolvidos têm transformado o luto em luta⁴. A partir disso, tomados por afetos partilhados por nós e por tantas outras pessoas que têm acompanhado o caso do menino, este texto busca compreender: *quais afetações têm surgido e ganhado espaço público, frente ao que aconteceu?*

Com isso, inicialmente, colocamo-nos a compreender a política de morte, arquitetada pelo racismo, em ambientes periféricos, como a que João Pedro foi morto (Foucault, 1976; Mbembe, 2017; Almeida, 2020; Carneiro, 2005); para, em seguida, explicitar os percursos metodológicos do trabalho (Moriceau, 2019; 2020; 2021; Gumbrecht, 2010; Pessoa, 2018); e, por fim, apresentar as análises produzidas, a partir do nosso fenômeno empírico, além das considerações finais.

⁴ “Do luto à luta” é uma frase que marca o trabalho das mulheres do movimento Mães de Maio – uma rede de mães e demais entes das vítimas da violência do Estado brasileiro (principalmente, a que parte da Polícia). O movimento foi formado, inicialmente, no estado de São Paulo, frente aos crimes de maio de 2006, e é fruto da dor e do luto gerados pela perda desses e dessas jovens. Conheça mais sobre a ação em: <https://www.fundobrasil.org.br/wp-content/uploads/2016/07/livro-maes-de-maio.pdf>

CENÁRIO DE MORTE: NECROPOLÍTICA, RACISMO E TERRITORIALIDADE

Nesta seção, buscamos refletir sobre os modos nos quais políticas de organização social são influenciadas pela historicidade do território em que elas são estabelecidas, resultando em condições de existência que dizem de projetos que objetivam a manutenção da vida de grupos específicos, ao passo em que visam a morte de outros coletivos. Com isso, como ponto de partida para essa discussão, consideramos como fundamentais três termos cunhados por Michel Foucault (1976). São eles: soberania, biopolítica e biopoder. Em seguida, beberemos do esforço intelectual desenvolvido por Achille Mbembe (2017), ao postular o conceito de necropolítica; e, por fim, ao pensar em como essas lógicas são reproduzidas no Brasil, a pesquisa tem como ponto de parada o que explica Silvio Almeida (2020), ao pensar o “racismo à brasileira” enquanto fator estrutural e institucional.

Assim, ao discutirmos o termo *soberania* (Foucault, 1976), expressão elaborada em contexto europeu e pré-industrial, dizemos acerca de uma figura soberana que detém o poder de tirar a vida, atuando com princípios voltados à promoção de condições que visavam “fazer morrer e deixar viver” (Foucault, 1976, p. 286). Desse modo, essa prática tem como base uma política que busca a integridade da nação, mesmo que isso custe a vida de seus súditos, que, aqui, só tem sentido em detrimento à vida da figura soberana (Foucault, 1976). Nesse sentido, Mbembe (2017), com base na teoria de Foucault, explica que a maior expressão de soberania emerge com a elaboração de normas generalizantes, feitas por um grupo formado por pessoas que vivem em liberdade e que se percebem como iguais. Esses sujeitos são percebidos como completos, aptos de autoconhecimento, autoconsciência e, também, de autorrepresentação.

Ainda pelas óticas de Foucault (1976), a partir do século XIX, com a emergência da Revolução Industrial na Europa e a aparição das transformações socioeconômicas resultantes da estruturação e consolidação do sistema capitalista, os modos de pensar soberania são substituídos por mecanismos de poder que se apropriam do papel já atribuído a essa figura nas lógicas de manutenção da vida, tornando perseguida a ideia de “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 1976). Nesse momento, as atenções do poder soberano/estatal são voltadas ao objetivo de prolongar a vida, porque a ausência do Estado implicaria na permissão da morte de um grupo (ou grupos).

Desse modo, as estruturas de poder que regem a vida comum deixam de ser centradas na unicidade do sujeito, que existe para garantir a existência do soberano, e são atualizadas (Foucault, 1976): deixando de ser um poder que exerce controle da mortalidade, olhando agora para a manutenção da vida (Mbembe, 2017). A partir disso, Foucault (1976) chama de *biopoder* um movimento que traz, além da disciplina do poder soberano, a condição reguladora sobre quem vive (Almeida, 2020), ao passo que a *biopolítica* é entendida enquanto um conjunto de métodos capazes de gerir esse modo de governar. Sendo assim, para o filósofo francês, o biopoder pode ser definido como uma tecnologia na qual o Estado opera, de modo a assegurar e prolongar a vida dos que dependem dele (Almeida, 2020).

Apesar de não acreditar que o racismo teve início no século XIX, o intelectual francês expressa que, a partir das lógicas do biopoder, tal violência foi inserida entre os mecanismos de ação do Estado, enquanto uma ferramenta fundamental. Por essa perspectiva, torna-se possível o entendimento de que é, praticamente, impossível o funcionamento do Estado Moderno, sem que, “em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo” (Foucault, 1976, p. 304).

No mesmo raciocínio, ainda considerando tal processo discriminatório como instrumento estatal, é importante refletir sobre duas principais funções do racismo. São elas: a) a função de diferenciar biologicamente a humanidade, de modo a demarcar, entre o eu e o Outro, quem deve morrer e quem deve viver e; b) o papel de atuar enquanto “legitimador”, que estabelece uma relação positiva com o assassinato – por exemplo: para a manutenção da nossa vida e da vida dos nossos, podemos matar o que é diferente de nós, a fim de garantir que possamos viver mais e em melhores condições (Foucault, 1976). Ou seja,

A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (Foucault, 1976, p. 305).

No mesmo percurso, o autor promove uma discussão que toma o holocausto como ponto central em torno da problemática do racismo, frente à apropriação de tal violência, para promover políticas de morte sobre a vida de uns, em detrimento à vida de outros. Com um outro olhar, Almeida (2020) argumenta que, apesar do tamanho da atrocidade do holocausto, tal acontecimento não é a gênese da associação entre o Estado e as políticas de morte contra grupos raciais. Essa relação teve início durante o colonialismo (Almeida, 2020) e a ausência dessa discussão, para o intelectual, sinaliza diferentes tratamentos dados a massacres que ocorrem em diferentes territórios, contra diferentes grupos minoritários.

Movido pela trama teórica proposta por Foucault, Mbembe (2017) argumenta que, com base na filosofia moderna, contextos coloniais são lidos enquanto territórios em que a soberania se derrama como um poder que é exercido acima da lei. Desse modo, mesmo a ideia de paz defende uma constante guerra, que toma o povo colonizado como

inimigo (Mbembe, 2017). Sendo assim, o conceito de *necropoder* (Mbembe, 2017) diz de uma dimensão onde a morte não perturba leis e o Estado não interfere no direito de matar, de modo que

A peculiaridade do terror colonial é que ele não se dá diante de uma ameaça concreta ou de uma guerra declarada; a guerra tem regras, na guerra há limites. Mas e na ameaça da guerra? Qual o limite a ser observado em situações de emergência, em que sei que estou perto da guerra e que meu inimigo está próximo? Não seria um dever atacar primeiro para preservar a vida dos meus semelhantes e manter a “paz”? É nesse espaço de dúvida, paranoia, loucura que o modelo colonial de terror se impõe (Almeida, 2020, p. 119)

A *necropolítica* (Mbembe, 2017), enquanto política de morte, surge intimamente ligada aos conceitos de terror e, conseqüentemente, de contra terror, que emergem com base no princípio da alteridade (Mbembe, 2017). Essa relação, apesar de não sinalizar um processo recente, é atualizada, em contextos coloniais. Se o terror provoca o medo e o colapso no imaginário social, ameaçando bases profundas de certa sociedade, Mbembe (2017) indica que o contra terror defende veementemente o argumento de que medidas tomadas pela exceção, nas quais o Estado pode matar irrestritamente, são as únicas capazes de conter esse mal. A partir disso, a suspensão de direitos e o fim das garantias que protegem os colonizados são as únicas possibilidades capazes de manutenção de direitos civis. Então,

Não se trata somente do biopoder e nem da biopolítica quando se fala da experiência do colonialismo e do apartheid, mas daquilo que Achille Mbembe chama de *necropoder* e *necropolítica*, em que guerra, política, homicídio e suicídio tornam-se indistinguíveis (Almeida, 2020, p. 72)

Frente às teorias imbricadas nesse estudo, o Estado brasileiro, assim como os demais países da América do Sul, se apresenta como território alicerçado sobre matrizes coloniais. A partir disso, considerando as violências experienciadas neste período e os impactos

herdados, desde então, é possível refletir sobre os modos nos quais a necropolítica aparece no cotidiano de minorias raciais. Esse modelo de governança só é possível por meio de mecanismos de verdade, ferramentas legitimadas moralmente e institucionalmente.

Da mesma forma, o imaginário em torno do negro criminoso representado nas novelas e nos meios de comunicação não poderia se sustentar sem um sistema de justiça seletivo, sem a criminalização da pobreza e sem a chamada “guerra às drogas”, que, na realidade, é uma guerra contra os pobres e, particularmente, contra as populações negras. (Almeida, 2020, p. 52)

Desse modo, para Almeida (2020), esses movimentos só são colocados em prática, porque têm origem em instâncias que possuem o respeito da sociedade, são estruturadas em uma ideia de bem comum e bebem da ideologia do progresso (Marques; Mafra, 2019). Sendo assim, as teorias que sustentam a ação do Estado-moderno-liberal são postas enquanto verdades neutras e absolutas, justificadas pela razão universal. Frente a esses pressupostos, as normas que regem a vida comum em contextos brasileiros tendem a se distanciar do debate crítico acerca das disposições raciais, ao considerar o racismo uma irracionalidade, um problema individual e não estrutural (Almeida, 2020).

Ainda em diálogo com Foucault, Sueli Carneiro (2005) lança mão do conceito de dispositivo de racialidade, no qual, de modo análogo ao de sexualidade (Foucault, 1976), por meio da diferenciação do Outro, atua como ferramenta fundamental no estabelecimento da norma, do belo, do normal, frente a um arquétipo que deriva dos padrões fenotípicos europeus (Carneiro, 2005). Desse modo, “podemos afirmar que o dispositivo de racialidade também será uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação” (Carneiro, 2005, p. 42).

Ainda para a autora, essa noção é capaz de produzir espaços de habitação “propícios” para certos grupos raciais, como fica claro em contextos de favelas, quilombos, bairros de classe alta, etc.

É o que se expressa por exemplo, na diferenciação do elevador de “serviço” do elevador “social”; no ter o “pé na senzala” ou “na cozinha”, conotando por vezes pertencimento de classe, outras de raça e na maioria delas se referindo a ambas. (Carneiro, 2005, p. 69)

A partir disso, compreendendo a ação desse dispositivo enquanto um diferenciador que produz marcações nos modos de existir e, aqui, lendo essa instrumentalização como um movimento produtor de violência racial, cabe resgatar a segunda função do racismo expresso por Foucault (1976) e retomado por Carneiro (2005), que faz menção ao ato de tornar “aceitável” o assassinato do Outro, desde que justificado pela busca da manutenção da vida. De modo complementar a essa ideia, Denise Ferreira da Silva (2019) conta que pessoas negras têm sido vítimas de assassinatos ou negligência, por parte da Polícia, e outras instituições responsáveis pela aplicação da lei. Para a autora, em grande parte, os tribunais de justiça não têm registrado esses casos como crimes, emitindo decisões que utilizam a raça (das vítimas ou dos locais onde ocorreram os eventos) como evidência que justifica o emprego da violência como resposta lógica a uma situação de perigo mortal; ou seja, tomam como argumento “o fato de que os que dispararam os tiros se encontravam diante de um corpo negro ou num território negro” (Silva, 2019, p. 35).

PERCursos E REFLEXões METODOLóGICAS: EM PRESENÇA COM OS AFETOS

Agora, nesta seção, iremos explicitar o caminho trilhado ao longo do trabalho para as análises produzidas. Inicialmente, vamos elucidar a

metodologia afetiva da pesquisa em comunicação proposta por Moriceau (2019; 2020; 2021), para, em seguida, resgatar a proposta de Gumbrecht (2010) a respeito das “materialidades da comunicação”; a fim de ler o objeto da presente pesquisa – a saber, um vídeo que compõe o especial “Falas Negras”, em trecho referente ao caso já apresentado na introdução – enquanto uma materialidade que carrega dimensão estética: ou seja, que pode produzir efeitos de sentido e, sobretudo, efeitos de presença. Sendo assim, estamos lendo o material audiovisual como um *corpus sensível* (Pessoa, 2018) capaz de afetar os sujeitos em pesquisa e desvelar outras realidades engajadas com o vídeo em questão, como os familiares do menino João Pedro, no luto pela partida (ou melhor, brutal assassinato) do adolescente de São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

Nossa inspiração parte da *abordagem afetiva da comunicação*, desenvolvida pelo professor e pesquisador francês Jean-Luc Moriceau. Segundo ele, pensar os afetos e a Comunicação não é um movimento que se realiza colocando tais elementos como polos distantes: pois afetos são propriamente comunicação e a comunicação se dá nos e pelos afetos (Moriceau, 2020). Nessa perspectiva, há a possibilidade de juntar o estético, o ético e o político para pensar a pesquisa acadêmica enquanto esforço que visa humanizar os envolvidos, ao relacionar as experiências e os quadros de conhecimento. Essa é uma forma de abordagem propriamente fruto da *virada afetiva*, nas Ciências Humanas.

De acordo com Mendonça (2021), a virada afetiva emerge no contexto das transformações ocorridas nos campos científicos, durante o século XX. De modo específico, esses estudos surgem em meados dos anos 1990, nos Estados Unidos, trazendo uma outra perspectiva para a pesquisa acadêmica, ao reivindicar a dimensão sensível da realidade, as experiências e vivências cotidianas e dando lugar central ao *corpo*:

Desse ponto de vista, as intersubjetividades são, antes de mais nada, o intercâmbio entre os corpos e não apenas uma interconexão entre os intelectos. Interpretamos o mundo em que vivemos de maneira afetiva, o significamos a partir dos afetos. Ascendemos ao mundo através de estados afetivos e não somente pelas vias cognitivas (Mendonça, 2021, p. 43).

Nesse cenário, Moriceau (2019, p. 41) propõe considerar a virada afetiva, antes de tudo, como a definidora de “uma *ética* e uma *política*”. Baseado no pensamento do filósofo Alphonso Lingis, ele destaca como a pesquisa em Comunicação, por uma abordagem afetiva, é um gesto que nos convoca a estar em percurso, imersos no campo, em relação com todos os interlocutores envolvidos: pois, “na virada afetiva, os participantes da pesquisa (observadorxs, pesquisadores, leitores, etc.) são considerados em sua capacidade de afetar e ser afetados” (Moriceau, 2019, p. 41).

Logo, essa virada nos leva a compor uma trajetória que evita explicar, racionalizar ou sistematizar, mas que busca, por sua vez, comunicar os atravessamentos: as afetações que perpassam e “são importantes na comunicação” (p.41), antes de se tornarem elaborações conceituais. Dessa forma, tal proposta visa compreender e incluir os *aprendizados*, as *experiências incorporadas*, bem como o contexto, o corpo e a narrativa de si do pesquisador, na relação com a diferença, com o campo estudado e com os futuros possíveis leitores – “um arranjo de afetos para colocar o leitor em movimento” (p.47).

Esses aspectos dinâmicos se entrelaçam e se dão, de acordo com o autor, numa *ética*: do *encontro*, da *surpresa*, do *aprendizado* e da *responsabilidade*. Um deslocamento que, de certa forma, se dá no âmbito metodológico, mas o ultrapassa, pois carrega dimensão existencial: “Nos passos de Lingis, a virada afetiva [...] é um jeito de viver.” (Moriceau, 2019, p. 49).

Nessa mesma toada, em ressonância com Moriceau, parece fundamental resgatar a proposta estética do pensador alemão Hans Gumbrecht (2010). O intelectual faz um movimento que compreende a materialidade da comunicação como um tipo de mídia/produto/suporte/textualidade, que produz, além de efeitos de sentido, efeitos de *presença*. Sua noção de “materialidades da comunicação” está vinculada a uma linhagem de pensamento que vai considerar o seguinte, de maneira resumida: os elementos comunicacionais que emergem, interacionalmente, em determinada situação, têm/carregam dimensão material (ou seja, possuem dimensão de presença – reivindicando um tempo e um espaço), capaz de afetar os corpos envolvidos naquele contexto relacional.

De acordo com Mafra (2022), essa

matriz epistemológica seguida pelo intelectual alemão [Hans Gumbrecht] guia-se pela proposta de se buscar uma relação (inclusive uma relação acadêmico-científica) com as coisas do mundo não apenas a partir de um gesto de interpretação, mas também a partir de um gesto de presença, naquilo que ele define como a busca por conceitos não-hermenêuticos. Nesse lugar, o autor, que inicialmente aventurava-se pelo campo da teoria literária, flerta e acaba também dialogando ousada e criativamente com as Humanidades, sendo lido, especialmente, pelos campos da história, das artes, da filosofia e da comunicação (p.104).

Então, conforme explica Mafra (2022), o programa filosófico e científico de Gumbrecht, ao se guiar por um paradigma ético-político-existencial, traz uma potente contribuição para as Humanidades, fazendo com que a investigação no nosso campo da Comunicação ganhe dimensão outra, se distanciando das pretensões explicativas e dando atenção à presença das materialidades, por uma análise estética (Gumbrecht, 2010).

O que significa dizer que, nessa concepção, as análises não buscam unicamente interpretar os sentidos, mas se dão a partir de uma forma de presença (Gumbrecht, 2010), isto é, do modo como esse sentido emergiu, apareceu e se apresenta aos pesquisadores, em relação ao fenômeno empírico em questão. Afinal, em convergência com Moriceau (2019), somos corpos em pesquisa que estão se relacionando com outros corpos – existências reais, com memórias, histórias e seus desafios cotidianos.

Toda essa discussão nos leva para o recorte empírico de nosso trabalho, inspirado na ideia de *corpus sensível* (Pessoa, 2018):

Corpus sensível é aquele que além de despertar, no pesquisador, emoções e afetos diversos que influenciam diretamente no gesto epistemológico, exige dele posicionamento e escolhas que tragam a centralidade da investigação para os sujeitos, tanto os pesquisados quanto os pesquisadores. (Pessoa, 2018, p. 22)

Em nosso caso, estamos tomando, enquanto objeto de análise, o “Falas Negras”: um especial produzido pela Globo, no ano de 2020, e exibido no Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, após a novela das nove⁵. O projeto – que foi dirigido por Lázaro Ramos e teve, ao todo, 57 minutos de duração – contou com a dramatização da história de 22 pessoas reais que participaram dos movimentos civis, em todo o mundo, pelo fim do racismo e combate à segregação racial. Entre os personagens apresentados estava Neilton Matos Pinto, o pai do adolescente João Pedro, interpretado pelo ator Silvio Guindane.

É preciso pontuar que assistir àquele especial, no horário nobre da TV aberta, em um ano marcado pelo isolamento da pandemia e por tantos eventos de extermínio físico de pessoas negras, foi arrebatador.

⁵ Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/9041205/?s=0s>>. Acesso em: 13 mai. 23.

O que apareceu no material audiovisual nos afetou profundamente (Moriceau, 2020), numa dimensão existencial, gerando sensações de desconfortos, choros, uma sensibilização para ação em comunidade, enfim, produziu presença real sobre nós, sobre nossos corpos. E é com (e a partir de) esse lugar social que pretendemos elaborar nossas interpretações, esboçando algumas análises, no próximo tópico, em diálogo com nossos referenciais teóricos.

Além do mais, enxergar aquele trecho do filme (que ganhou circulação em diversas plataformas de mídia, como o Twitter (atualmente “X”), Instagram, entre outros) enquanto uma materialidade de comunicação (Gumbrecht, 2010) é identificar, na performance daquele personagem, outras vozes, em presença: o próprio pai do João Pedro⁶, as denúncias históricas do Movimento Negro pelo fim do extermínio de crianças e jovens da periferia⁷, enfim, um conjunto de corpos afetados e mobilizados.

Portanto, diante do objetivo de compreender as afetações que têm surgido e ganhado espaço público, frente ao caso de assassinato do menino João Pedro, tomamos o trecho da fala de Neilton Matos Pinto (no intervalo entre 46’58” e 50’01” do especial) como *corpus sensível*, um produto audiovisual capaz de afetar os sujeitos em pesquisa ao desvelar outros sujeitos e realidades envolvidas com o vídeo em questão, tais

⁶ “Pai de João Pedro, morto pela polícia: ‘Os sentimentos do governador não trarão de volta meu filho’” – título da matéria jornalística disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-21/pai-de-joao-pedro-morto-pela-policia-os-sentimentos-do-governador-nao-trarao-de-volta-meu-filho.html>>. Acesso em: 10 jun. 23.

⁷ Conferir: <<https://mundonegro.inf.br/movimento-negro-organiza-ato-nacional-pela-morte-de-joao-pedro/>>. Acesso em: 10 jun. 23. Além da nota produzida pela Coalizão Negra por Direitos, disponível em: <<https://www.facebook.com/coalizaonegra/photos/o-assassinato-de-jo%C3%A3o-pedro-nos-revolta-e-n%C3%A3o-ser%C3%A1-em-v%C3%A3o-brasil-dorme-e-acorda/2309383316037892/>>. Acesso em: 10 jun. 23.

como os familiares do menino João Pedro, engajados no luto pelo assassinato brutal da criança.

ANÁLISES

Após as discussões teóricas e metodológicas desenvolvidas nos itens anteriores, vamos agora explorar alguns pontos, a partir do fenômeno empírico do presente trabalho.

Desde já, localizamos que o especial “Falas Negras” foi construído com base nos depoimentos e discursos reais produzidos, em vida, por essas figuras históricas – que vão desde a rainha Nzinga Mbandi (relatos que datam de 1626) até a recifense Mirtes Souza, mãe do menino Miguel (morto em junho de 2020, após cair de um prédio de luxo, por negligência de Sari Corte Real, dona da casa onde Mirtes trabalhava). Assim, essa organização do roteiro busca colocar tais existências lado a lado, no sentido de ressoar as vozes em conjunto, ato que se afirma, em si, como uma denúncia antirracista, mas que aponta, sobretudo, para um arco de re-existência coletiva de toda uma comunidade (hooks, 2019).

A 20ª fala apresentada é a de Neilton Pinto (personagem apresentado no GC⁸ como “Trabalhador autônomo e pai de João Pedro”), que vai resgatando os fatos que se sucederam naquele dia 18 de maio de 2020.

À medida que escutamos o relato, fica explícita a emoção que nos leva diretamente à cena. Segundo os registros, helicópteros sobrevoavam a região do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo-RJ, e os soldados entraram nas casas, numa operação conjunta das polícias Civil e Federal. Neilton, que estava “fazendo um bico” na casa do sobrinho, a 1,5 km de distância, recebe informações sobre a proximidade

⁸ Conceito utilizado para definir as legendas que descrevem com nome, profissão e demais informações importantes as pessoas/personagens de produtos jornalísticos ou audiovisuais.

da operação do ambiente onde estavam as crianças, fica preocupado e vai correndo para o local. Ao se deparar com a cena, ele começa a passar mal: “Cadê o João Pedro? Cadê o João Pedro? [...] Foi baleado? Mas levaram ele pra onde? Cadê meu filho?”, questiona Neilton. Segundo o seu depoimento, os policiais não responderam nada.

Chama fortemente a nossa atenção a explicitação da conduta específica da Polícia: em sua ação (Silva, 2019) e sua omissão (Carneiro, 2005). A Polícia não só se sentiu confortável de invadir aquela residência e disparar mais de 70 tiros de fuzil em direção à casa de um civil, como também, posteriormente, se recusou a prestar socorro ao corpo do adolescente baleado – que foi levado e colocado no helicóptero pelos demais garotos ali presentes.

É difícil mensurar a dor, a relação com o viver e o habitar de um território, quando estamos dizendo de um cenário de guerra; retrato cotidiano de um lugar marcado por uma operação de morte, por parte do Estado (Mbembe, 2017), recaindo justamente sobre as existências negras (Almeida, 2020). Como essa violência é autorizada? Como o corpo pode ser lido de maneira tão banal, descartável? Em plena pandemia? Em um local que está (pelo menos legalmente) coberto pelo aparato jurídico-democrático do que se chama República Federativa do Brasil? O fato de serem crianças e adolescentes sensibiliza a quem? São indagações que nos tomam, a partir do relato desse pai, e nos emudecem.

Corta para o segundo frame. A câmera filma o personagem de costas. Neilton, agora, tem uma fala mais compassada e menos acelerada. Sua dicção, porém, permanece com a mesma assertividade e firmeza. “Eu só fui achar o João Pedro no dia seguinte, no IML morto, com um tiro de fuzil na barriga...”.

Vale citar que, neste momento, recordamos de outro percurso de pesquisa trilhado anteriormente (entre setembro de 2020 e agosto de

2021), em que pudemos investigar que, naquelas 17 horas, intensas mobilizações e cobranças foram acionadas pela sociedade civil (por parte de parentes de João Pedro, moradores da região e demais usuários das redes sociais sensibilizados) em diversas plataformas, entre as quais chamou atenção o Twitter (X)⁹. Aqui, um ímpeto nos perturba: Quantos anos duraram aquelas 17 horas para esse pai?

A voz de Neilton parece emergir num misto de grande perplexidade e sensação de desalento. E ele ainda faz questão de pontuar sua suspeita em relação ao trabalho dos guardas, uma desconfiança que demonstra a relação que os moradores daquele lugar têm com o Estado: como pais podem confiar na maneira como a Polícia enxerga, protege e trata seus filhos?

Enquanto os dizeres de Neilton ecoam, é possível imaginar, pela sua descrição, os policiais fazendo esse papel de forjar a cena do crime, enxugando o sangue, recompondo o local com provas falsas e montadas, não cumprindo o trâmite da realização da perícia, a fim de evitar os fatos: mais um adolescente negro foi morto pelas “mãos” da instituição. Aqui, é impossível não nos imbuirmos, junto ao pai de João Pedro, em um desejo pela explicitação da veracidade dos fatos, por justiça, pela plena responsabilização dos agentes da Polícia.

Ainda sobre o assistir desse produto, nós nos pegamos diante de um encarnar de um pai que, apesar de tanta dor, insiste em acreditar numa verdade que tende a aparecer. Isso nos faz lembrar, com muito carinho, dos conselhos recebidos dos nossos pais, quando éramos crianças, sobre

⁹ A autora e o segundo autor deste artigo atuaram, respectivamente, como estudantes bolsista e voluntário no Projeto de Pesquisa “Estéticas e discursos de uma pandemia midiaticizada: a Covid-19 e as diferenças no/do contemporâneo”, sob a orientação do professor Rennan Mafra, também autor deste trabalho. Sobre isso, conferir: <<https://www3.dti.ufv.br/sia/vicosa/2021/trabalhos/15236>>. Fizemos questão de partilhar essa afetação, pois ela também faz parte do processo de interação com o caso e nos tomou com intensidade no momento em que reassistimos ao vídeo.

a não necessidade de usarmos da mentira, de sermos verdadeiros e que, caso nos fizessemos valer por ela, a mentira, mais cedo ou mais tarde, seríamos pegos/punidos/constrangidos. Esses aconselhamentos, talvez, são os que sobraram da lógica cristã, que zela por um Deus Pai, Filho e Espírito Santo, que sabe de tudo, que vê tudo, que está em todo lugar. Porém, enquanto ouvíamos/relembrávamos as falas do Neilton, estávamos em prantos e ter contato com essa esperança, engasgada por lágrimas, nos arrancou um leve sorriso, ao percebermos, juntos, que a única certeza que a favela tem é a sua fé. Se não ela, o que resta? Fé na religião, na justiça, na verdade, no trabalho que a própria Vida se encarrega de fazer, mas, no geral: fé em tempos melhores.

Almeida (2020) e Fanon (1952) nos lembram, com alguma incisividade, o quanto a nossa subjetividade é construída, também, levando em consideração o racismo. Talvez, pensar em uma fé que resiste ao assassinato brutal de um filho diga de um modo de existir que reza todos os dias para que esse sagrado proteja seus pequenos de balas perdidas que chegam às suas salas de estar; que clama à espiritualidade para que eles se lembrem de levar seus documentos, suas carteiras de trabalho; que um policial mais sensível os aborde naquele dia; e que os mais novos tenham paciência para responder, em bom som, “sim, senhor” ou “não senhor”. Talvez, essa fé chegue a um Sagrado que, de algum modo, tem propósitos maiores e que, por mais difícil que esse momento seja, está por aí trabalhando por justiça.

Ainda no trecho, nos salta aos olhos, as repetidas menções dos feitos do garoto, em vida: ele era um ótimo filho, um ótimo aluno, ele tinha muitos planos... inicialmente, deduzimos que esses não eram parâmetros de legitimação das vidas que podem/devem/merecem ser vividas (Butler, 2020) ou descartadas (Mbembe, 2017), mas, depois, frente às nossas leituras e à imersão no que aconteceu, fez muito

sentido, principalmente, na busca pela mínima dignidade preservada à memória desse garoto. Moreira (2019) nos conta que, em meio a tantos estereótipos, frequentemente, homens negros são lidos como desinteressados, acomodados e preguiçosos. Essa noção é ainda mais intensificada em territórios enegrecidos, como favelas e comunidades (Carneiro, 2005). Diante disso, nós nos perguntamos sobre quais os direitos que jovens e adolescentes negros têm de existir, em suas casas, até mesmo em meio a uma crise de saúde global.

Foucault (1976) nos traz um refinado olhar sobre as principais funções do racismo. Olhando daqui, enquanto discorreremos sobre nossas afetações neste capítulo, mais uma vez, o racismo atua como um Dispositivo (Carneiro, 2005), que tem a função de garantir a legitimidade do direito de exterminar, desde que para a manutenção da vida do *eu moderno* (Foucault, 1976). Nesse caso, a Polícia alegou que a invasão à casa do jovem se deu frente à entrada de supostos criminosos na casa da família. Apesar dos menores presentes na residência e dos vizinhos negarem essa versão, o que autoriza que mais de 70 tiros sejam disparados contra a casa de um civil em contexto pandêmico, se não o racismo?¹⁰ O que autoriza uma menina de 8 anos a ser atingida com um tiro de fuzil, em uma kombi, enquanto ela volta da escola, se não o racismo?¹¹ O que autoriza que um menino de 12 anos seja assassinado com um tiro na cabeça, enquanto volta para casa, com um amigo¹², se não o racismo?

Em seus relatos, Neilson sabe das dimensões estruturais e institucionais dessa violência (Almeida, 2020), sem precisar lê-las com

¹⁰ Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/casa-onde-joao-pedro-foi-morto-tem-72-marcas-de-tiros-diz-entidade>>. Acesso em: 26 mai. 23.

¹¹ Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/tags/agatha-felix-0>>. Acesso em: 26 mai. 23.

¹² Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/09/menino-de-12-anos-morto-durante-operacao-da-pm-no-chapadao-e-enterrado.ghtml>>. Acesso em: 26 mai. 23.

esses termos. É uma experiência sentida, de quem sabe o que esperar naquele contexto, vê relatos quase que idênticos ao que acometeu o seu pequeno e, ali, só resta torcer para que nenhum outro pai (negro) chore pelo que ele chora nos dias atuais.

“Eles não mataram só o João Pedro, eles mataram um pai, uma mãe e uma irmãzinha de 5 anos”, conta Neilton. Nos últimos anos, foram muitas as vezes que, em acervos jornalísticos, lidamos com essa frase, e é impossível ficar indiferente a essa afirmação. Quando um filho morre, atrevemo-nos a dizer que ele leva parte do coração dos seus pais. Quando um filho é morto pelo Estado, além dessa dor, a indignação surge, a partir de uma política higienista sutil, que aplica institucionalmente o racismo (Almeida, 2020) e é difícil de ser identificada, mas não deixa de ser sentida. Ela perpassa as veias, a alma, o coração e, assim como nos conta Moriceau (2020), é difícil de ser nomeada, podada, limitada, e ainda está lá: luto transformado em luta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste capítulo, foi possível experimentar uma possibilidade de ensaio que presentificasse as afetações (Moriceau, 2020; Gumbrecht, 2010). O nosso propósito foi ressoar algumas vozes, colocar em comunicação, traçar diálogos e construir relações teórico-analíticas, a fim de, tentativamente, recompor um quadro muito perverso e sensível de nosso país: a violência policial contra crianças e adolescentes negros, que habitam territórios periféricos, a partir do especial “Falas Negras”, especificamente, do trecho que ecoa e dramatiza a voz do pai do menino João Pedro.

Dessa forma, buscamos nos colocar numa postura de interlocutores, ao lado do fenômeno empírico em questão, não trazendo

sistematizações, nem respostas prontas, mas, sim, acolhendo aquilo que emerge ao(s) corpo(s) em pesquisa; juntamente com as indagações que nos tomavam, ao considerar, sobretudo, as questões *éticas* e *políticas* envolvidas, como a virada afetiva nos convidou a pensar.

Assim, acompanhamos a compreensão de que trazer a dimensão dos afetos à reflexão comunicacional é capaz de descortinar outras realidades e experiências de violência, tal qual afirma Moriceau (2019): “Colocando afetos no centro da pesquisa, a virada afetiva oferece uma possibilidade privilegiada para estudar a comunicação, incluindo questões de gênero, *vulnerabilidade* e *desigualdade*.” (p. 41, grifo nosso).

Portanto, é importante pontuar que o este capítulo é produto desse movimento de reflexividade (Moriceau, 2020), que busca colocar em relação os múltiplos afetos que emergiram nessa pesquisa, no diálogo entre o *corpus sensível* (Pessoa, 2018) e a teoria abordada.

Também reconhecemos as possíveis limitações de nossa empreitada investigativa, que não visa esgotar-se em si mesma. Ainda assim, conforme nos indicou Moriceau, não podemos nos impedir de tentar, de nos jogar em uma atitude de busca, pois, nas palavras do autor: “*Escrevemos um texto afetivo, porque não podemos deixar de escrever. Porque a escrita nunca será o suficiente. Porque é preciso transmitir. Porque é assim que nos parece certo e justo.*” (Moriceau, 2021, p. 29, grifos nossos).

Logo, para nós, esse convite torna-se imperativo: verbalizar, gritar, evidenciar como a Polícia e o Estado brasileiro se organizam, em nosso território, de maneira a autorizar a violência banal contra o povo negro, clamar por justiça, expressar, lamentar e lutar por cada corpo preto que tomba, cotidianamente.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandira, 2020.
- BUTLER, Judith. **Vida Precária**: Os poderes do luto e da violência. Trad. Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica. 2020.
- CARNEIRO. Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a30-do-outro-comonc3a30-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 23.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EdUfba, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A Vontade de Saber; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de Presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed-Puc Rio, 2010.
- HOOKS, bell. **Olhares negros**: raça e representação. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.
- MAFRA, Rennan; MARQUES, Ângela. Direitos humanos, organizações emergências: tensões entre diferenças e ideologia do progresso. In: **Comunicação e direitos humanos**. Organizadores: Ângela Cristina Salgueiro Marques; Daniel Reis Silva; Fábria Pereira Lima. – Belo Horizonte (MG): PPGCOM UFMG, 2019. p. 115-134.
- MAFRA, Rennan Lanna Martins. As organizações modernas e o contemporâneo: notas para uma leitura comunicacional do presente. **Logos**, v. 28, n. 3, p. 89, fev. 2022. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/62436>>. Acesso em: 23 mai. 23.
- MBEMBE, Achille. **Políticas da Inimizade**. Trad. de Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.

MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. *Corpos, ontologias e políticas: argumentos na pesquisa afetiva*. In: **Afetos: teses e argumentos**, (Orgs: PESSOA, Sônia C; MARQUES, ÂNGELA S; MENDONÇA, Carlos M. C). Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFMG, 2021.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Polén, 2019.

MORICEAU, Jean-Luc. A virada afetiva como ética: nos passos de Alphonso Lingis. In: PESSOA, Sônia; PRATA, Nair (orgs.). **Desigualdades, gêneros e comunicação**. Congresso Intercom, 2019, p.41-49.

MORICEAU, Jean-Luc. **Afetos na pesquisa acadêmica** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.

MORICEAU, Jean-Luc. Escritura e afetos. In: PESSOA, Sônia Caldas; MARQUES, Ângela Salgueiro; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. **Afetos: teses e argumentos**. [recurso eletrônico]. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, pp.17-31, 2021.

PESSOA, Sônia. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2018.

SILVA, Denise Ferreira da. A dívida impagável: lendo cenas de valor contra as flechas do tempo. In: **A dívida impagável**. São Paulo, Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019.

6

EU EXISTO E ME MOVO: ACESSIBILIDADE CULTURAL E AFETOS EM MOVIMENTO ¹

Sônia Caldas Pessoa ²

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani ³

Ângela Cristina Salgueiro Marques ⁴

Marcelle Jardim Verissimo ⁵

Rafael Souza Silva ⁶

Acessibilidade nos locais que eu frequento, eu sempre procuro me adaptar aos locais, tipo: procurar locais que já tenham acesso. Questões de adaptação são demoradas, então, se eu for esperar todo lugar que eu quero frequentar se tornar acessível pra mim, isso ou raramente vai acontecer ou vai demorar. Tem até aquela frase, né?: o espaço que é deficiente, eu não.

¹ O projeto Eu existo e me movo: experiências e mobilidades de pessoas com deficiência é financiado pelo Edital Universal da Fapemig 2018 e este capítulo foi produzido com apoio da fundação.

² Professora do Departamento de Comunicação Social (PPGCOM/UFMG), Bolsista Produtividade do CNPQ (Bolsa PQ); Bolsista Capes-Print como professora visitante no Institut Mines-Telecom (2023/2024). Co-Coordenadora do Afetos: Grupo de pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências; do Laboratório de Experimentações Sonoras (LES/FAFICH UFMG) e da Rádio Terceiro Andar (UFMG). Coordena o projeto Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência, que tem financiamento da Fapemig. soniacaldaspessoa@gmail.com.

³ Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É jornalista e doutora em Ciência da Informação pela UFMG. É co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências. Co-coordenadora do projeto Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência (Fapemig). Atualmente, é diretora adjunta do Espaço do Conhecimento UFMG e coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design o museu. Contato: camilam@ufmg.br

⁴ Professora Associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Integra os grupos de pesquisa MARGEM (UFMG); DIZ (UFV) e Grupo de Pesquisa Corpo, imagem e sociabilidade (UTP). Co-coordenadora do projeto Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência (Fapemig). Pesquisadora colaboradora do Grupo LITEM, Université Évry Val d'Essone, Institut Mines-Télécom et Université Paris-Saclay. Agradecemos o apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e da Fapemig. Contato: angelasalgueiro@gmail.com.

⁵ Mestranda em Comunicação Social na linha de pesquisa "Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades" da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bacharel em Publicidade e Propaganda pela mesma instituição, integrante do Grupo Afetos e bolsista do projeto Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência (Fapemig). Contato: marcellejv@ufmg.br.

⁶ Graduando em Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Bolsista do projeto Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência (Fapemig) Contato: souza.rafael568@gmail.com

Crislândia Silva,
estudante de Jornalismo da UFMG

ENTRE MOBILIDADES E IMOBILIDADES – UMA INTRODUÇÃO

O “Eu existo e me movo: experiências e mobilidades de pessoas com deficiência”⁷ é um projeto de ensino, pesquisa e extensão desenvolvido pelo Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências desde 2017. Algumas etapas já foram realizadas a partir da ideia do deslocamento e da mobilidade de pessoas com deficiência em espaços físicos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Estes deslocamentos são sempre acompanhados pela equipe do projeto, que vai sendo atualizada a cada ano, de acordo com a participação de bolsistas e voluntários e de aprovações em editais de fomento.

A ideia principal do "Eu existo e me movo" é promover uma articulação teórico-metodológica que toma por base a natureza intrinsecamente interdisciplinar das atividades da universidade, que buscam associar ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, o projeto articula sala de aula, produtos midiáticos e atividades de pesquisa, promovendo, sempre que possível, a participação de pessoas com deficiência em todas as etapas: concepção, desenvolvimento e divulgação. É importante dizer que esta participação nem sempre é possível, devido a uma série de fatores como a disponibilidade das pessoas com deficiência em participar, sua vontade de falar abertamente sobre temas relacionados à deficiência, entre outras questões que se conectam à própria experiência delas e às tensões que decorrem da sua presença na instituição.

⁷ <https://radioterceiroandarufmg.wordpress.com/eu-existo-e-me-movo-experiencias-e-mobilidade-de-pessoas-com-deficiencia/>

Esse não foi um projeto pré-concebido e organizado a partir de um planejamento estratégico das professoras. Ele surgiu como ideia em discussões suscitadas pela presença de pessoas com deficiência em reuniões do nosso Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências, a partir de 2017, vislumbrou possibilidades de vingar, provocou a união da equipe, estimulou a participação de pessoas com deficiência e se concretizou em um universo no qual ainda somos crianças a tatear espaços escorregadios.

O caminho é longo e contou com o apoio de recursos para bolsistas de agências de fomento. O primeiro financiamento se deu a partir do Edital PIPA, do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da Universidade Federal de Minas Gerais, no qual o projeto "Eu existo e me movo: experiências e mobilidades de pessoas com deficiência" foi contemplado e premiado, conforme explicaremos adiante.

A partir de 2021, a presente proposta passou a integrar a Chamada Interna Prograd No 2/2021 - Programa para o Desenvolvimento do Ensino de Graduação (PDEG). Ela se insere no conjunto de experiências de acessibilidade e inclusão desenvolvidas pelos atores parceiros da proposta em sala de aula, em projetos de ensino, pesquisa e extensão, em orientação de pós-graduação ou em atendimentos de estudantes com deficiência. O projeto então passou a contar com a participação do Colegiado do Curso de Graduação em Jornalismo, em parceria com o Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Inclusão, Núcleo de Acolhimento e Diálogo (NAD/FAFICH), Diretora de Governança Informacional (Ouvidora da UFMG), Formação Transversal em Acessibilidade e Inclusão da UFMG, Rádio Terceiro Andar e Temporona: Coletivo de Ações em Temporalidades e Narrativas. Em 2022, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) liberou recursos para o mesmo projeto, que havia sido aprovado em 2018, mas por contenção de investimentos em pesquisa, havia sido incluído na fila de espera para ser atendido. (Entrevista com Sônia Pessoa, coordenadora do projeto)

Desde o início do projeto, buscamos refletir sobre as questões da acessibilidade, a partir das experiências das pessoas com deficiência e do trabalho com sujeitos e corpus sensível (Pessoa, 2015, 2018) e das contribuições teóricas e metodológicas do paradigma da mobilidade (Urry, 2007), do conceito de vulnerabilidades em Butler (2011, 2016), das narrativas de si (Rago, 2013), narrativas de vida (Machado, 2013; 2020),

testemunhos (Das, 2020), de reflexões teóricas ancoradas na teoria dos afetos (Moriceau, 2014; Stewart, 2007) e pesquisas científicas consolidadas com metodologias afetivas (Pessoa, Mantovani e Saraiva, 2023; Pessoa, et al. 2023; Saraiva, Pessoa e Mantovani, 2023). Além da pesquisa científica em si, o projeto, em sua primeira fase, consistiu no registro da experiência dos deslocamentos das pessoas com deficiência pelo campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), resultando na produção de material audiovisual que foi veiculado em plataformas de áudio e vídeo. Na segunda fase, o projeto abarcou a experiência da acessibilidade em dinâmicas culturais. Para isso, o Espaço do Conhecimento UFMG, museu situado na Praça da Liberdade, foi o local escolhido para pensar e vivenciar essas questões.

Quais os principais problemas de acessibilidade enfrentados em espaços públicos de Belo Horizonte, por pessoas com deficiência, a partir da experiência dessas pessoas? Como o registro e a reflexão teórico-metodológica da experiência de deslocamento contribuem para uma sociedade inclusiva? Essas foram questões iniciais sobre as quais nos debruçamos e que nos levaram a pensar os deslocamentos das pessoas com deficiência a partir de movimentos físicos e reflexivos. Para tanto, buscamos vivenciar, junto a essas pessoas, os espaços pelos quais elas circulam. Na primeira fase do projeto, elegemos o campus Pampulha e, posteriormente, o Espaço do Conhecimento UFMG. Nesse processo, nós nos colocamos em relação e diálogo com estudantes, docentes e técnicos administrativos em educação que concordaram em estar conosco no projeto.

Este capítulo, inspirado nas experiências e presença de pessoas com deficiência no Afetos, nosso grupo de pesquisa, e em conceitos-chave acima citados, busca apontar caminhos possíveis para a discussão de acessibilidade. Além disso, mostrou-se como uma oportunidade de

retomarmos reflexões importantes que emergiram do “Eu existo e me movo: experiências e mobilidades de pessoas com deficiência” e que reverberaram em salas de aula, pesquisas, livros, artigos, palestras e produtos comunicacionais.

Nesse sentido, destacamos que o projeto já teve 17 episódios audiovisuais veiculados nas redes sociais da Rádio Terceiro Andar, vinculada ao Laboratório de Experimentações Sonoras da Fafich (LES), ao Afetos e ao Temporona: Coletivo de ações em temporalidades e narrativas. Os episódios também foram transmitidos pela Rádio UFMG Educativa, parceira da Terceiro Andar, compondo uma rede de divulgação de produtos midiáticos que discutem acessibilidade. Durante a pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022, o projeto concentrou as suas atividades em reflexões teórico-metodológicas, reuniões para discussão de textos e conceitos, revisão bibliográfica e outras atividades que não demandavam a presença física de pessoas com deficiência, tendo em vista que muitas delas compunham um grupo vulnerável e de alto risco para a Covid-19. Em 2023, os deslocamentos foram retomados, dando sequência às produções para a Rádio Terceiro Andar.

Vale destacar que, no nosso projeto, a articulação entre mídia e deficiência visa não somente uma reflexão teórico-conceitual acerca das representações midiáticas sobre a deficiência, mas também a criação de produtos audiovisuais acessíveis e de metodologias vivas com a participação de pessoas com deficiência.

A ESCUTA E OS AFETOS – OS PROCESSOS CRIATIVOS DO “EU EXISTO E ME MOVO”

O registro destas experiências em produtos audiovisuais, com acessibilidade, permite uma reflexão para as pessoas pesquisadoras e sociedade sobre ambientes e contextos mais hospitalares à deficiência.

Além disso, torna possível a elaboração de propostas de comunicação e acessibilidade a partir das necessidades apontadas pelas próprias pessoas com deficiência, respeitando o seu lema “nada sobre nós, sem nós”.

Refletindo acerca das dinâmicas da primeira fase do “Eu existo e me movo”, a experimentação se deu a partir das demandas apontadas pelas próprias pessoas com deficiência em articulação com as reflexões teórico-metodológicas. A equipe, composta por estudantes, pessoas pesquisadoras e técnicos, deslocou-se pelo campus, acompanhando pessoas da comunidade acadêmica com deficiências motora, visual, auditiva, intelectual, mobilidade reduzida, entre outras, sem interferir em seus deslocamentos, mas registrando os desafios e embates cotidianos vivenciados por elas. Assim, foi possível construir um sentido de forma partilhada e não hierarquizada. Entendemos que o projeto proporcionou um deslocamento importante. Menos do que realizar uma pesquisa sobre sujeitos, nos propusemos a compreender e assumir, em conjunto, que os sujeitos participantes não estavam ali como objetos. Eles foram parceiros na construção da pesquisa. Neste sentido, há um movimento de dupla afetação, no qual a pessoa pesquisadora e o sujeito da pesquisa se deixam afetar, transportar e transformar pelo que estudam. Deixar-se afetar é acolher em nós aquilo que estudamos e reconhecer a capacidade de afetar também o fenômeno que se estuda. Deixar-se afetar pode nos levar a repensar e reconstruir nossa posição, nossas convicções, nossa ideia de justiça e sociedade inclusiva. Nesta proposta, há ainda uma importante reflexão ética que possibilita às pessoas pesquisadoras e às colaboradoras na pesquisa um diálogo profícuo a partir de questionamentos provocados pela vida ordinária das pessoas com deficiência em tensão com as reflexões teóricas.

Um aspecto importante do projeto relaciona o movimento e a acessibilidade. Nesse sentido, é preciso destacar que a mobilidade é

percebida e vivenciada de diferentes maneiras. Enquanto para alguns sujeitos o movimento é mais fluido e frequente, seja por condições físicas e/ou por condições sociais e econômicas, para outros, mover-se é algo bastante complexo. Na discussão aqui proposta, interessa-nos observar, mais detidamente, as questões de mobilidade e acessibilidade que se apresentam para a pessoa com deficiência. Para esses sujeitos, a relação entre fluidez e resistência (imobilidade) pode ser percebida nas mais distintas esferas da vida, tanto em relação ao movimento físico (de observação por vezes mais óbvia), quanto em relação aos que se dão nas redes com e sem fios.

Diante desse contexto, conforme mencionado anteriormente, nossa proposta foi olhar para acessibilidade de pessoa com deficiência (Pessoa et al, 2023), em espaços pertencentes à Universidade Federal de Minas Gerais, localizados em Belo Horizonte, a partir das contribuições teóricas e metodológicas corpus sensível (Pessoa, 2015, 2018) e das contribuições teóricas e metodológicas do paradigma da mobilidade (Urry, 2007), do conceito de vulnerabilidades em Butler (2011, 2016), das narrativas de si (Rago, 2013), narrativas de vida (Machado, 2013; 2020), testemunhos (Das, 2020), de pesquisas científicas reflexões teóricas ancoradas na teoria dos afetos (Moriceau, 2014; Stewart, 2007) e pesquisas científicas consolidadas com metodologias afetivas (Pessoa, Mantovani e Saraiva, 2023; Pessoa, et al., 2023; Saraiva, Pessoa e Mantovani, 2023). Neste sentido, nós voltamos nossas reflexões para os sujeitos diante das vulnerabilidades sentidas e percebidas pela sua condição de pessoa com deficiência nesses espaços. Conforme pontuado por Goggin (2016), ainda que as discussões em torno da mobilidade e da deficiência estejam no início, é possível perceber o enorme potencial dessa reflexão, visto que as interfaces entre esses estudos podem lançar luz não apenas sob questões centrais que se colocam para a pesquisa em

mobilidade, como também podem contribuir na ampliação de nosso entendimento sobre a deficiência, a partir da dimensão do humano e suas relações com o outro e com o ambiente.

Uma pesquisa e um método de trabalho que privilegiam os afetos permitem vários níveis de leitura e apontam a complexidade e riqueza da empiria. É preciso conferir aos atores que colaboram com a pesquisa a maior parte da responsabilidade de confeccionar sua representação. A pessoa pesquisadora deve se aproximar de uma expressão mais bruta de suas falas e relatos, considerando a justeza de sua própria maneira de se expressar e contar a si mesmos, sem esconder os paradoxos ou contradições nas falas. É importante não ficar buscando uma representação mais “adequada”, mas sim visar uma abertura a várias possibilidades de produzir sentido acerca das falas dos pesquisados, compartilhando com os leitores o trabalho de compreensão e de fabricação de seus próprios textos.

Segundo Moriceau (2016), na pesquisa acadêmica com sujeitos, é preciso pensar em outras formas de deixar o outro falar e de ser afetado por ele que não podem ser contidas nos modos tradicionais da representação do conhecimento e dos resultados de pesquisa. Podemos, por exemplo, alternar entre a descrição dos afetos desencadeados pelo trabalho de campo e momentos de reflexividade, sem procurar representar a cultura estudada ou os sujeitos estudados por meio de seus enunciados. Para Moriceau (2014), a representação distancia da experiência, paralisa as dinâmicas, fixa os lugares, as posições, impõe uma perspectiva ou narrativa e atribui papel central à pessoa pesquisadora. Nesse caso, há uma reflexão ética por trás da pesquisa que questiona o falar por ou em nome de, tentando construir uma possibilidade de a pessoa pesquisadora falar com os sujeitos de sua pesquisa. Assim, pode-se construir o sentido de forma partilhada, não

hierarquizada. Desloca-se a pessoa com deficiência do seu lugar de “objeto” de análise e constitui para ele um lugar de interlocutor, parceiro simétrico na construção da pesquisa.

Nesse deslocamento, a pessoa pesquisadora e a pesquisa se deixam afetar, transportar e transformar pelo que estudam. Ter uma experiência como essa não significa afrouxar os limites da cientificidade, ou mesmo pôr em xeque o papel da pessoa pesquisadora, mas nos diz de um contato autêntico, marcado pelo encontro transformador com a alteridade. Se deixar afetar pode nos levar a repensar e reconstruir nossa posição, nossas convicções e nossa ideia de justiça. Esse encontro também convida a nos engajarmos com o contexto e os sujeitos da pesquisa, contribuindo para modificar (ao menos um pouco) sua percepção de si mesmos e sua relação com o mundo.

A vulnerabilidade vivenciada pelas pessoas com deficiência relaciona-se, sobretudo, à exposição à injúria e rejeição, ou negação do status moral de um indivíduo como participante de relações recíprocas de diálogo. A reflexão de Butler et al. (2016) salienta uma definição de vulnerabilidade distanciada de uma disposição ou característica subjetiva, ou mesmo uma condição existencial. Nessa perspectiva, a vulnerabilidade nomeia um conjunto de relações com um campo de objetos, forças, processos vitais, instituições e seres que incidem sobre nós e nos afetam de alguma maneira. A vulnerabilidade, assim entendida, revela-nos um modo de estar no mundo que não mostra quem somos e que não se deixa controlar, agindo entre nossa passibilidade (somos afetados) e nossa capacidade de agência.

Diante das relações que configuram a vulnerabilidade, temos diferentes modalidades e graus de passibilidade e resposta, que operam juntas, implicando sobretudo nosso corpo político. Este não é o corpo como algo singular, autossuficiente e isolado, mas a corporalidade

performativa e relacional, incluindo a dependência de condições infraestruturais e dos legados de discursos institucionais (que nomeiam e classificam) e do poder, que nos precedem e condicionam nossa existência.

Butler (2011) desenvolve o argumento de que a precariedade da vida pode se manifestar sobretudo no modo como o espaço de aparência (frequentemente marcado pelos enquadramentos midiáticos), formas diferentes de distribuir a vulnerabilidade fazem com que algumas populações e grupos estejam mais sujeitos à violência e a opressões que outros. Diante desse quadro, Butler aposta nos relatos de si como forma de resistência à precariedade. Os *relatos de si* (Rago, 2013; Butler, 2015) auxiliam os indivíduos a perceberem-se a si mesmos como sujeitos políticos, dotados de capacidade expressiva e de escuta, uma vez que passam a prestar atenção aos próprios movimentos e respostas, a escutar-se e escutar o outro de forma mais sistemática, buscando encontrar aquilo que os define, que define o outro e que nomeia problemas e sofrimentos.

Nesse sentido, o relato de si é uma das maneiras de se examinar os próprios passos para adquirir uma firmeza de orientação em direção a um projeto autônomo de vida. Esse exercício possibilita a criação de relações consigo e com os outros que forneçam um contexto de lutas por reconhecimento em uma comunidade. o relato de si não se resume a um registro objetivo dos fatos que aconteceram na vida da pessoa, mas apresenta um relato daqueles episódios que se fazem marcantes para a constituição desse sujeito que fala de si. Relatar-se a si mesmo tem uma dimensão político-afetiva marcada por duas propriedades principais: i) a construção, aprimoramento e domínio de uma linguagem e um vocabulário próprio para moldar seu próprio mundo e as possibilidades que vêm com ele; ii) a oportunidade de exercer a autoexpressão e a

escuta, situando a importância do outro na constituição do relato de si. Essa segunda dimensão, comunicacional e relacional, traz diante de nós o tema dos afetos e de como nos deixamos tocar pelos outros, pela alteridade, permitindo-nos uma abertura ao acolhimento e reconhecimento do outro e de nosso próprio eu.

Em nosso projeto, acreditamos que as narrativas sobre mobilidade e as experiências contadas por pessoas com deficiência que “existem e se movem” no espaço urbano, podem nos fornecer dados importantes para refletirmos acerca do papel que os relatos de si desempenham na autorrealização desses sujeitos e na constituição de sua autonomia física, política e relacional.

Na experiência que trazemos neste capítulo, os relatos de si se desdobram de visitas realizada ao Espaço do Conhecimento UFMG. Seguindo os mesmos preceitos que guiaram a produção dos primeiros episódios do “Eu Existo e Me Movo”, o episódio trazido aqui tem por base a experiência de deslocamento, de pessoas com deficiência, pelo museu, com o intuito de perceber as relações que ali se estabelecem para promover (ou não) a acessibilidade cultural. Foram ouvidas também pessoas que trabalham no Espaço do Conhecimento UFMG e que pensam a acessibilidade nas atividades cotidianas e nos produtos veiculados nos canais de comunicação do museu.

ESPAÇO DO CONHECIMENTO UFMG: MOBILIDADE, ACESSIBILIDADE E CULTURA

Localizado na Praça da Liberdade – um dos cartões-postais de Belo Horizonte, Minas Gerais –, o Espaço do Conhecimento UFMG abriga exposições e atividades que visam a promoção das ciências e da cultura. Foi inaugurado em 2010 pela Universidade Federal de Minas Gerais

(UFMG) e pelo governo do Estado e é apoiado por parceria público-privada, por meio de leis de incentivo à cultura. Com funcionamento de terça-feira a domingo, o museu oferece oficinas, visitas, exposições, apresentações que buscam levar a uma reflexão

Neste contexto, repleto de possibilidades interpretativas e saberes partilhados, a última edição do projeto “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência” tomou o Espaço do Conhecimento UFMG como um lugar interessante para se pensar questões de acessibilidade a partir da perspectiva do direito de acesso à cultura e ao lazer pelas pessoas com deficiência. Sendo assim, o museu se tornou o cenário dos Episódios 16 e 17, do “Eu Existo e Me Movo”, onde pudemos estabelecer diálogos acerca da acessibilidade cultural, tanto em termos teóricos quanto práticos.

O lazer e a cultura são direitos garantidos no Brasil por meio da Constituição Federal, sendo assegurados como essencial ao bem-estar dos povos. Sob esse prisma, compreendemos que é dever das instituições facilitar e promover o acesso de todos ao lazer e à cultura, viabilizando vivências positivas. A acessibilidade cultural é algo tão importante e essencial como a acessibilidade em contextos e serviços que chamamos essenciais (saúde, educação, direito). Sendo assim, quando falamos em acessibilidade cultural, estamos falando também de democratização do acesso e isso significa garantir o direito de acesso à cultura para todos os cidadãos em igualdade de condições, conforme prevê a constituição brasileira.

Porém, ainda existem inúmeras barreiras que inviabilizam ou dificultam o pleno acesso a esse bem cultural e por isso muitos são os que não podem usufruir deste direito, como as pessoas com deficiência ou que têm o acesso dificultado por barreiras arquitetônicas e atitudinais. Garantir a participação das pessoas com deficiência em

atividades culturais e artísticas deve ser ou pelo menos deveria ser um compromisso coletivo. Isso porque a arte e a cultura são elementos importantes para constituição da nossa subjetividade.

Na Lei Brasileira de Inclusão, a acessibilidade cultural é mencionada em consonância ao direito ao esporte, ao turismo e ao lazer. Do artigo 42 ao 45, da referida lei, está disposto de forma clara o direito da pessoa com deficiência à cultura em igualdade de oportunidade com as demais pessoas. E, nesse sentido, a acessibilidade não se refere apenas ao acesso aos locais de importância cultural, mas se estendem aos bens culturais, que devem ser acessíveis.

Segundo Sarraf (2017), para além de a acessibilidade cultural ser um direito do cidadão, presente, inclusive, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento de 1948, que afirma no artigo 27: “Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”, há que se pensar nos ganhos da acessibilidade para a sociedade como um todo, pois:

As adequações promovidas pelo conceito de acessibilidade não são necessidades exclusivas das pessoas com deficiência física, visual, auditiva, múltipla e intelectual. Acessibilidade significa: garantia do direito de alcançar, perceber, usufruir e participar de tudo que é oferecido com respeito, dignidade e sem barreiras físicas, de comunicação, de informação e de atitude. A aplicação da diretriz em ambientes, ações culturais, serviços e produtos promove o acesso livre de barreiras nos espaços culturais e nos centros de memória. (Sarraf, 2017)

No que concerne à experiência no Espaço do Conhecimento UFMG, importa observar que o ambiente é equipado com elementos indicadores de acessibilidade, tais como: elevadores; rampas; piso tátil; intérprete de Libras; transcrições para Braille em placas, comunicações, mapas e sinalização em cores vibrantes para portas, paredes, janelas e

expositores de vidro. Embora a estrutura tenha elementos de acessibilidade, algumas questões foram apontadas pelas pessoas entrevistadas como, por exemplo, a dificuldade no uso dos elevadores com a cadeira de rodas e a ausência das audiodescrições e do Braille nas peças expostas. Para essas pessoas, tais carências surgiram como embargos passageiros e, apesar da melhoria possível ser perceptível, esses problemas não configuraram como ponto absoluto e negativo que pudesse tornar a participação impossível ou impraticável. João Ventura, graduando em Jornalismo pela UFMG e pessoa com deficiência visual, relata essa vivência no episódio 17, do projeto, intitulado “Acessibilidade Cultural: a experiência no Espaço do Conhecimento UFMG”:

Eu gostaria de frequentar mais museus, porém, eu acho quase todos que eu vou muito inacessíveis, sem a acessibilidade devida, por isso que eu não frequento tanto. Igual de fotografia mesmo. A gente precisa de alguém para descrever a fotografia aí já não faz tanto sentido para a gente. Agora quando tem peça mesmo, a gente pode tocar, saber como que são...

Essas questões que se apresentam como barreiras para a fruição da experiência no museu, impactando na experiência do visitante, foram comentadas por diferentes entrevistados que, de outra parte, atuam como mediadores e assistentes do Espaço. Para eles, os desafios da acessibilidade não são exclusivos do Espaço do Conhecimento UFMG, mas ocorrem também em outros museus e instituições que, assim como o Espaço, têm o papel de fomentar a cultura, como comenta Christopher Mourão, mediador museu e graduando em psicologia pela UFMG, no episódio acima citado:

A gente tem que admitir: não são todos que estão preparados para isso; não existem psicólogos em todos os museus, não existem TOs [profissionais em terapia ocupacional] em todos os museus, não existem pessoas capacitadas para estarem elaborando isso junto com a equipe de expografia em todos os Museus. Eu acho que isso falta, isso peca, porque isso fere a acessibilidade.

Assim, a presença de profissionais capacitados para a recepção e o atendimento das pessoas com deficiência, bem como os investimentos em tecnologias assistivas podem mitigar as barreiras percebidas pelos visitantes com deficiência. É importante destacar que a presença das pessoas com deficiência nos espaços de cultura é um dos principais incentivadores para que as organizações comecem a pensar estratégias de inclusão.

Eu vejo que tem uma mudança bem significativa nos últimos anos, isso muito devido às leis de acessibilidade, então, as pessoas começaram a sair de casa assim, né, porque a gente tem uma geração de famílias que escondiam as pessoas com deficiência em casa. Então, com a inclusão dessas pessoas nas escolas regulares e as possibilidades de acessibilidade e inclusão, dentro dos espaços culturais, essas pessoas começaram a sair, a ser vistas, então, elas estão nos espaços. Então, hoje, a gente tem um crescimento do número de pessoas, assim, que já tem uma consciência realmente da importância da inclusão, da importância da acessibilidade para diversas pessoas. (Dinalva Martins, intérprete de Libras do Espaço do Conhecimento UFMG)

O fato de o museu pensar a acessibilidade de forma contínua em seus projetos foi mencionado pelos mediadores. Em suas falas foi possível perceber que a acessibilidade é entendida como um elemento fundamental e constituinte das diversas ações do Espaço, porém, não menos desafiador no sentido de sua efetiva implementação.

Durante o ano inteiro a gente desenvolve diversos projetos de acessibilidade aqui em conjunto com os outros núcleos, né. Quando as exposições são montadas, a gente faz diversas reuniões com a expografia, tentando pensar como aquele conteúdo pode ter uma linguagem mais clara, mais objetiva. [...] E acessibilidade também a gente vê muito a acessibilidade estrutural, mas acessibilidade não é só o que a gente tá vendo né, é o jeito que a gente conversa com as pessoas que chegam, o jeito que a gente conta as histórias. Tudo isso influencia em como aquilo vai ser acessível para a pessoa que está escutando. Então, com todas as neurodivergências, deficiências, todo mundo tem que conseguir enxergar aquilo que tá sendo passado ali né,

sentir, presenciar, experienciar não só museu, mas qualquer coisa na escola, né, enfim, qualquer lugar ela tem que ter a mesma oportunidade para outras pessoas. (Lorraine Silva, mediadora do museu e estudante de terapia ocupacional na UFMG)

Todos os nossos mediadores passam por uma noção da necessidade de aprendermos Libras, por exemplo, e outros conceitos que eu acho que, às vezes, passam quase despercebidos na graduação, por exemplo, mas o museu tenta trazer isso mais firme para gente. Então a acessibilidade é exatamente essa ideia de que as pessoas, independente de qualquer característica, vão ter acesso aquilo porque elas merecem ter direito a ter acesso aquilo você não independente de classe independente de condição financeira, de lugar onde mora, porque às vezes a dificuldade de transporte é uma dificuldade de acessibilidade. (Christopher Mourão, mediador do museu e estudante de psicologia na UFMG)

No caso das pessoas entrevistadas, existir e mover-se, enfim, tornaram-se verbos possíveis no Espaço do Conhecimento UFMG, ainda que obstáculos tenham sido identificados.

Ainda nesse contexto, a “Mundos Indígenas” - exposição temporária que convidava o público a conhecer as histórias dos povos originários Maxakali, Pataxóop, Xakriabá, Yanomami e Ye'kwana -, e a “Demasiado humano” - exposição permanente do museu que tematiza a gênese da humanidade e os dilemas do conhecimento, a partir de uma perspectiva humanista e transdisciplinar -, configuraram-se como exercícios factíveis, na medida em que os convidados puderam visitar e vivenciar tais exposições.

Conectar-se às experiências culturais e artísticas pode ser bastante desafiador e, em muitos momentos, significa transpor barreiras de acessibilidade. Para Crislândia Silva, estudante de jornalismo na UFMG e cadeirante, a questão da mobilidade pelo ambiente é algo que, por vezes, toma o protagonismo da experiência.

Acessibilidade nos locais que eu frequento, eu sempre procuro me adaptar aos locais, tipo: procurar locais que já tenham acesso. Questões de adaptação são demoradas, então, se eu for esperar todo lugar que eu quero frequentar se tornar acessível pra mim, isso ou raramente vai acontecer ou vai demorar. Tem até aquela frase, né?: o espaço que é deficiente, eu não.

Eu fico mais preocupada em adaptar a minha cadeira ao espaço do que a aproveitar a experiência. Eu tô sempre procurando lugares que tenham acesso para mim, do que procurando essa militância que também é importante, mas para que eu possa frequentar lugares, e eu sei que essas coisas de acessibilidade, do espaço se adaptar é mais demorado, então, fico procurando me adaptar ao espaço, ao invés do contrário.

Além das questões referentes às das limitações de acesso e de liberdade de movimento para pessoas que tem mobilidade reduzida e/ou fazem uso de cadeiras de rodas ou outros artefatos, como andadores, há também outros desafios. Destacamos aqui aqueles relativos à acessibilidade para pessoas com deficiência visual que desejam interagir com obras e exposições que se pautam, muito fortemente, pela visualidade como elemento gerador de engajamento e fruição.

Para João Ventura, caminhar pela exposição “Mundos Indígenas” foi bastante desafiador, devido a ausência de uma audiodescrição. Nesse caso, foi necessária a presença de um mediador para realizar a audiodescrição durante a sua visita. Nesse sentido, João chama a atenção para a questão de a acessibilidade precisar ser algo mais presente, tanto em produtos culturais como livros e filmes, quanto em espaços. Ele ainda ressalta o fato de que, num possível dilema entre estética e acessibilidade, a acessibilidade deve prevalecer, afinal, é preciso pensar em todo mundo, promovendo, assim, a inclusão.

A prática (deveria) ser de o livro já sair em formato acessível, para você não ficar correndo atrás, pedindo para alguém adaptar para você. É o filme ter audiodescrição, você entrar no cinema e já ter tudo arrumado; é você chegar no museu e o pessoal não se preocupar com a estética: “Não vou colocar um

braille ali, que vai modificar a estética do que eu tô querendo”; eu não vou colocar um fone ali, porque ele não vai ficar estético [...]. Incluir uma pessoa não é só jogar no espaço e dizer que está sendo incluída. Você tem que recepcionar aquela pessoa, você tem que atender as particularidades dela, não desprezando o todo, mas atender a particularidade de cada um [...] não é todo mundo igual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões que se apresentam para a discussão da acessibilidade cultural nos fazem refletir sobre em que medida as experiências, eventos e instituições culturais estão abertos e disponíveis para todas as pessoas. Num ambiente como o do Espaço do Conhecimento UFMG, pensar a acessibilidade cultural envolve considerar vários aspectos que visam tornar o museu acolhedor e inclusivo para todos os visitantes. E isso implica garantir, em primeiro lugar, a acessibilidade física, que inclui para além do acesso a rampas, elevadores e banheiros, que se projetem as exposições e atividades oferecidas com espaço suficiente para que os visitantes possam transitar e fruir confortavelmente. No que se refere às atividades e conteúdos, as práticas de design centrado no usuário permitem que as exposições e demais atividades sejam concebidas tendo a acessibilidade em mente desde o princípio, isso significa pensar em experiências multissensoriais, que envolvam os visitantes, sejam eles pessoas com ou sem deficiência. Essa multisensorialidade pode incluir exposições táteis e audiodescrição para visitantes com deficiência visual e/ou exposições interativas, que recorrem a diferentes sentidos. É importante também oferecer materiais educacionais em vários formatos para acomodar diversos estilos de aprendizagem e preferências de idioma. Sendo assim, é importante oferecer materiais em vários idiomas, inclusive em Libras, além de audioguias e recursos digitais com opções de audiodescrições e

traduções. Para além disso, faz-se necessário o treinamento da equipe do museu, tendo em vista a interação com públicos diversos. Pensar em abordagens sensíveis e engajadas, para acolher visitantes com deficiências, é fundamental para garantir uma experiência satisfatória nos ambientes de cultura e lazer.

Acreditamos que os museus, assim como outros espaços de cultura, podem criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor, onde todos os visitantes têm a oportunidade de se engajar com as exposições e experiências culturais oferecidas. Nesse sentido, com base nas vivências do projeto “Eu existo e me movo”, a presença das pessoas com deficiência, para além da categoria de público, atuando como gestores e agentes da cultura é fundamental para que a acessibilidade nos espaços de cultura se amplie. Promover a acessibilidade cultural não melhora apenas a experiência para aqueles possuem algum tipo de deficiência, mas também enriquece a sociedade como um todo, promovendo uma visão coletiva de responsabilidade e consciência para garantir acessibilidade e inclusão para todas as pessoas.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- BUTLER, J.; GAMBETTI, Z.; SABSAY, L. **Vulnerability in resistance**. Duke University Press, 2016.
- DAS, Veena. Vida e Palavras. A Violência e sua Descida ao Ordinário. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.
- GOGGIN, Gerard. Disability and mobilities: evening up social futures. **Mobilities** v.11, n.4, 2016, 533-541pp

MACHADO, Ida Lucia. Percursos de vida que se entremeiam a percursos teóricos. I **Jornada de Estudos (Auto) Biográficos e de narrativas de vida**: a escrita de si e do outro, São João Del Rey, 21 de agosto de 2013.

MACHADO, Ida Lucia. **Narrativas de vida**: Saga Familiar & Sujeitos Transclasses. Coimbra: Grácio Editor, 2020.

MORICEAU, Jean-Luc. Une approche affective de la communication organisationnell, **Revue française des sciences de l'information et de la communication** [En ligne], 9 | 2016.

MORICEAU, Jean-Luc. Tout contre la représentation. Et si le but de la recherche n'était pas de représenter ?, in **Société de Philosophie des Sciences des Gestion (dir), Les Prêts-à-penser en épistémologie des sciences de gestion**, Paris : L'Harmattan, 2014, pp. 61-79.

PESSOA, Sônia Caldas. **Estética da diferença**: contribuições ao estudo da deficiência e das redes sociais digitais como dispositivos de *mise en scène*. Disponível em <http://150.164.100.248/poslin/defesas/1634D.pdf>. 2015. 330p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte.

PESSOA, Sônia Caldas. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência**: experiências e partilhas. 1. ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018. v. 1. 120p.

PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves. **Experiências, cenas, corpos e afetos na era da covid-19**. REVISTA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO ORGANIZACIONAL E RELAÇÕES PÚBLICAS, v. 19, p. 18-27, 2022.

PESSOA, Sônia Caldas; MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. **Afetos, teses e argumentos**. Belo Horizonte, MG: Fafich/Selo PPGCOM/UFGM, 2021.

PESSOA, Sônia Caldas et al. **Comunicação e acessibilidades**: um guia para práticas hospitalares. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2023. v. 1. 134p.

PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves; SARAIVA, Luiz Alex Silva. **Afetos e experiências**: da, na e para a universidade. Cachoeirinha: Fi, 2023. v. 1; 332p.

MORICEAU, Jean-Luc; SALGUEIRO MARQUES, Ângela Cristina; CALDAS PESSOA, Sônia.

Textes performances: Affecter, réenvisager, transmettre. **Communication**, v. vol.39, p. 1-20, 2022.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Unicamp, 2013.

SARAIVA, Luiz Alex Silva (Org.); PESSOA, Sônia Caldas (Org.); MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves (Org.) **Metodologias Vulneráveis**. 1. ed. Cachoeirinha: Editora Fi, 2023. v. 1. 320p.

SARRAF, Viviane. Acessibilidade em Museus e Centros de Ciência. **Anais da 69ª Reunião Anual da SPBC**. Belo Horizonte, 2017.

URRY, John. **Mobilities**. London: Routledge, 2007. 335p.

7

NUH: UM LAÇO ENTRE AS 'NOSSAS' EXPERIÊNCIAS E A PRODUÇÃO DE AFETOS POLÍTICOS NA CENA UNIVERSITÁRIA

Marco Aurélio Máximo Prado ¹

Igor Ramon Lopes Monteiro ²

INTRODUÇÃO

“Abaixa a calça!”... eu abaixei e ela viu que eu estava de calcinha. Ela [a diretora] falou: “Eu quero a sua mãe aqui porque eu não quero essas coisas estranhas na minha escola não. Você usa sutiã também?” Ela enfiou a mão que até rasgou a minha blusa. Aí eu peguei as minhas coisas e fui embora. A menina da portaria não queria deixar eu ir embora. **Eu falei chorando: “Eu quero ir embora!”**. Ela falou: **“você não vai embora”**. Daí eu comecei a chutar o portão e dizer que queria ir embora. Os alunos chegaram nas janelas e começaram a gritar: **“veado, veado, olha o veado fazendo show!”**. Aí eu fui ficando nervosa e bati na diretora na frente de todo mundo. Comecei a gritar e enfiar o dedo na cara dela. Aí eu falei com a menina: “Abre senão é você!”. Eu fui embora correndo [para a casa ...]. Meu tio estava lá [...]. Ele me perguntou por que eu estava chorando e com a blusa rasgada. [...] contei tudo pra ele e meu tio contou pra minha mãe [avó].

Afeto e experiência são termos extremamente caros para nós (Ahmed, 2014). Porém, por ora, vamos correr o risco de *tomar* essas palavras sem que elas necessariamente adquiram um sentido conceitual, delimitado ou preciso.

Fornecer uma definição nos parece tentador, mas, por enquanto, não o faremos. A proposta será outra: iremos trabalhar com essas palavras como se estivéssemos compartilhando uma fotografia. As noções

¹ Doutor em Psicologia Social pela PUC/SP, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Coordenador do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGHBT+ | Nuh. Bolsista CNPq. mamprado@gmail.com

² Doutor em Psicologia pela UFMG. Integrante da equipe de coordenação executiva do Nuh/UFMG, lopes.igm@gmail.com. Pós-Doutorando junto ao Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGHBT+ UFMG.

estarão presentes, farão parte da paisagem, mas serão elementos de um roteiro específico.

Elas nos auxiliarão a compor a imagem difusa de nossas *memórias*, histórias e *acontecimentos* nesses últimos quinze anos de convivência no Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBTQ+, o Nuh.

Os termos nos darão suporte para a produção deste texto-capítulo em tom de *relato*, pessoalidade, conflito e interlocução. Um registro escrito cuja função será a compartilhar alguns processos que experimentamos enquanto fazíamos nosso trabalho na academia.



Figura 1- Encontro Nuh Centro Cultural UFMG

Serão aproximadamente quinze páginas. Uma narrativa partida, uma esquina quebrada (Benedetti, 2009) e pequenas doses de instabilidade serão propositais aqui. Assim, ao contar o que imaginamos ter se passado, tentaremos deixar espaço para que reflitam conosco; tentaremos deixar margens para que avaliem os possíveis limites vinculados às nossas posições, preocupações e percursos parciais.

“A parcialidade e não a universalidade é a condição para ser escutado” [...] nenhum grupo possui a perspectiva total da dominação, e cada um oferece uma perspectiva relevante sobre a mesma. (Bachiller, 2007, p.158, tradução nossa)

O IMAGINÁRIO DE UM NÚCLEO ACADÊMICO

Poderíamos iniciar a história do Nuh em 2007. Naquele ano, por meio de um convênio com a antiga Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, o Núcleo foi oficialmente instituído: sala, equipamentos e um grande projeto. Em geral, é assim que nos apresentamos quando estamos diante de marcos discursivos formais.

Entretanto, há uma perspectiva - mais próxima de nós - que gostaríamos de dividir aqui, nela o relato começaria antes dessa institucionalização. O ‘Núcleo’ apareceria entre 2003 e 2004. Sem uma data precisa. Sem uma reunião oficial. Sem registro dos fatos.

Nesta outra história, menos que oficialidade, o mais apropriado seria falar em processos de constituição. A ideia de um espaço foi se forjando no cotidiano: a partir de conversas, de trocas e do reconhecimento mútuo entre pesquisadoras e pesquisadores vinculados aos temas de gênero e diversidade sexual na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.

Nos recordamos, por exemplo, das “quartas homoeróticas”: um ambiente de diálogo interdisciplinar sobre trabalhos acadêmicos e ativistas acerca das questões da diversidade de gênero e sexualidades. Naquele período, não eram muitas pessoas que participavam. Eram poucas, mas havia o desejo e a disposição para a realização de ações conjuntas³.

³ Ação conjunta com o Prof. Bruno Sousa Leal do Departamento de Comunicação Social.

Nesse sentido, menos que um grupo institucionalmente estabelecido, diríamos que o Nuh foi se constituindo como uma proposta. Como um lugar de encontro, um lugar de imaginários. Ele aparece em função do reconhecimento de um campo de práticas e embates políticos a serem articulados entre si. Foi um coletivo que existiu - e só permanece existindo - porque ainda há pessoas dispostas a ficarem juntas e a continuarem uma conversa iniciada (mas não necessariamente projetada) antes. E havia algo mais.

Havia também uma gramática que proporcionava a possibilidade desses encontros. A noção histórica e renovada de Direitos Humanos, a noção de cidadania e as vidas LGBT(s)+ faziam parte desse quadro. Tudo isso era imprescindível para a construção de um lugar-comum entre nós.

Se precisássemos nos expressar teoricamente sobre esse aspecto, diríamos que algo a nos unir era um certo horizonte democrático radical (Laclau & Mouffe, 2015). Compartilhávamos um imaginário em que as palavras liberdade, igualdade e pluralismo compunham a tríade da nossa utopia prático-acadêmico-política.

Além disso, também havia um foco. Uma de nossas grandes questões eram as 'identidade' lésbicas, gays, bis e trans/travestis. Ao olhar para as vidas, as experiências ou as trajetórias dessas pessoas, um problema sensível, e um grande conflito, era imediatamente instaurado: quando politicamente situadas, essa parcela da população parecia não poder fazer parte (Rancière, 1996) daquilo que nomeamos como um campo de direitos e de cidadania.

No centro de nosso imaginário democrático, no cerne daquilo que entendíamos como democracia, visualizávamos que a noção de pluralismo tinha fronteiras bem delimitadas. Ao direcionar o olhar para as relações de gênero e sexualidade, víamos um cenário de exclusão. Esse, aparentemente, era um problema difícil de ser falado, difícil de ser

visto, difícil de ser escutado, difícil de ser tocado (Junqueira, 2009; Venturi & Bokany, 2011), mas não eram experiências distantes para nós.

Tínhamos trajetórias marcadas por violações - e agressões institucionais - no próprio âmbito da Universidade. Trotes homofóbicos, xingamentos, humilhações, desconfianças de campos temáticos de pesquisas, subordinação de autores e temas que estivessem vinculados às expressões da diversidade de gênero e sexualidade são alguns tópicos que podem ser mencionados. A injúria, assim, fazia parte da gramática em nosso horizonte de direitos (Prado, Arruda e Tolentino, 2009).

O início das atividades no Núcleo esteve marcado tanto por este contexto, como pela tentativa (antagônica) de encontrar modos para alterar esse regime sensível-político das percepções e, naquele momento, se tratou de um percurso de resistência catalisado pelo Estado. Na primeira década dos anos 2000, o governo federal estava proporcionando condições para que o trabalho com essas temáticas tivesse alguma legitimidade no campo das políticas públicas (Prado, Maracci & Monteiro, 2021). Tal medida governamental viabilizou tanto a institucionalização do Núcleo na UFMG como a execução do nosso primeiro grande projeto: o Educação Sem Homofobia (Monteiro, Tolentino & Prado, 2013).

EXTENSÃO OU EDUCAÇÃO SEM HOMOFOBIA?

Assim como a ‘história’ do Nuh, o Projeto Educação sem Homofobia (ESH) também poderia ser retratado por diferentes pessoas, em distintos tempos, ângulos e espaços (Rocha, 2012; Nuh, 2015; Valério, 2017).

Uma versão que ainda poderia ser escrita, uma perspectiva que gostaríamos que fosse contada seria aquela em que a formação aparece

vinculada às experiências dos coletivos universitários em defesa da diversidade sexual (Amaral, 2013). Os movimentos feitos por estudantes foram muito importantes na UFMG. Sem sua presença, sem suas ações, temos dúvidas se o Núcleo existiria⁴.

No entanto, ao vasculhar as memórias, acabamos nos lembrando de um registro mais singular. Algo bem específico. Um ponto de vista que talvez valha a pena ser ressaltado para situar o ambiente.

Naquela ocasião, era necessário publicidade. Com aquele interlocutor, precisávamos enfatizar que o ESH não era apenas mais um curso de capacitação de professores e professoras. A atividade era descrita como projeto. Com P maiúsculo. Como um plano de ações articuladas. Algo constituído e efetivado por professores, pesquisadores, doutores e mestres altamente qualificados. Uma equipe multidisciplinar com enorme prestígio em seus respectivos campos de atuação.

Quando li o trecho pela primeira vez, estava entrando no campo. Era 2009. Não me sentia pertencente àquele grupo. Não me reconhecia como *expert*. Eu era apenas mais um. Um entre vários estagiários e estagiárias. *Receio, medo, vergonha* e muita *insegurança* teórica eram palavras que rondavam. Me via deslocado do debate. Gostava de política, de democracia, mas, academicamente, era a minha primeira experiência com o tema das relações de gênero e sexualidade. Naquele contexto, notei que minha maior competência, minha maior qualidade, era o desejo de aprender. Só isso. Não era um *expert*.

Se efetivamente quisesse contribuir de algum modo para o projeto, entendia que meu papel era ler os textos e acompanhar as aulas. Eu

⁴ Tanto o GUDDS! - grupo universitário em defesa da diversidade sexual no âmbito da UFMG e, posteriormente, do estado de Minas Gerais através da rede RUDS, como o próprio ENUDS - encontro nacional de universitários pela diversidade sexual foram fundamentais naquele momento.

adorei este período. Participei do curso junto com profissionais da educação. Aprendi durante o próprio projeto em que eu era parte da equipe. Na prática. No cotidiano. Ali realmente aprendi.

E por que essa pequena nota [afetiva] sobre o ESH nos parece relevante? Não é possível dizer ao certo. Não há uma resposta precisa. Não há grandes razões. Achamos que a menção é importante apenas porque se trata de uma lembrança e, talvez, de um fio condutor neste texto. Vamos nos explicar.

O Educação Sem Homofobia era um projeto para discutir machismo, sexismo e homofobia nas escolas. Era uma proposta que buscava tematizar processos de preconceito e discriminação. Em sua primeira versão, já havia ficado muito explícito que, para isso, não bastariam encontros tradicionais em sala de aula. Era necessário outros investimentos. Naquela proposta, a noção de formação não era sinônimo de transferência de conhecimentos ou teorias. Os termos *reflexividade* (Heller, 2000) e *experiência* (Lauretis, 1984) também faziam parte do processo.

O ESH, era um desafio, foi construído tentando-se articular percurso teórico, atividades vivenciais e projetos de intervenção. A equipe, bem diversificada, era composta por pessoas ligadas à academia, aos movimentos sociais e à gestão pública. As perspectivas não estavam alinhadas. Com frequência, esses distintos lugares e posições sociais apresentavam visões contrapostas entre si. Foi um projeto bastante intenso: um convite polêmico à experiência reflexiva de ensino, aprendizagem, troca, diálogo e dissenso. Uma aposta que parecia fazer sentido em alguns casos:

À medida que ia me aprofundando teoricamente na temática do curso, experimentava conviver na diversidade e compartilhava minhas aulas e vivências fora de sala, por exemplo, com lésbicas e travestis [...].

Pensando em meu percurso de aprendizado, posso dizer que foi especialmente a partir do contato com tais pessoas que consegui compreender melhor o problema da heteronorma, uma vez que elas colocavam em xeque a coerência das teses desse sistema; com sua presença, com seus relatos singulares repletos de significações, elas me possibilitaram um novo olhar sobre as relações de gênero e, em certa medida, reconheço que isso foi fundamental para que eu me engajassem e passassem a assumir, como um dos meus projetos pessoais, a ideia de “Saúde Sem Homofobia”. (Kelly Guimarães, in: Nuh, 2015, p. 122 - 134)

Refletindo retrospectivamente, além de problematizar hierarquias e processos de inferiorização; além de estimular a discussão desses tópicos intra e extramuros universitários, o percurso do ESH talvez tenha nos deixado um legado metodológico que ainda estamos tentando nomear... algo que, neste texto, funcionaria como uma espécie de fio condutor (e roteiro) da narrativa que estamos montando.

Ao trabalhar com fenômenos como machismo, sexismo e LGBTfobia, estamos compreendendo que o desafio político-acadêmico não é meramente informar acerca de conhecimentos historicamente construídos e sua relação com os contextos sociais, mas também desenvolver processos participativos e de construção coletiva, respeitando e valorizando diferenças ao mesmo tempo em que se enfrentam as desigualdades (Brasil, 2008).

Naquele período, foi justamente esse percurso metodológico-democrático-extensionista que nos aproximou das trajetórias trans. Havia uma travesti na coordenação do Educação Sem Homofobia. Ela não tinha formação acadêmica. Havia travestis e mulheres trans convidadas para o curso de formação. Poucas possuíam trajetória universitária. Havia pessoas trans nos movimentos sociais. Havia um outro registro de experiências muito perto de nós. Conversávamos no Núcleo, debatíamos em sala, fazíamos almoços coletivos; assistíamos a

filmes nas *casas*, andávamos juntos na rua. Estávamos partilhando, assim, uma nova sociabilidade.

Grande parte dos resultados dessa caminhada não se traduz em relato ou em produtos, mas (imagine como são as pessoas na academia...) essa proximidade acabou surtindo efeitos. Ela instigou nosso pensamento, ampliou nosso desejo de legibilidade do campo social, abriu a possibilidade de compreendermos os fenômenos por outros olhos, por outras sensibilidades, por outros enquadramentos.

Nossos relatórios indicam que produzimos dois documentários. Em equipe, iniciamos um campo de estágio e, ao fim, acabamos montando um novo projeto de pesquisa e extensão. Seu título ainda guarda a ambivalência das nossas preocupações: “Direitos e violência na experiência de travestis e transexuais”.

TRAJETÓRIAS TRANS:

... há um sério perigo em se romantizar e/ou apropriar a visão dos menos poderosos ao mesmo tempo que se alega ver desde a sua posição. Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que “nós” “naturalmente” habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. **Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; [...] As perspectivas dos subjugados não são posições “inocentes”. Ao contrário, elas são preferidas porque, em princípio, são as que têm menor probabilidade de permitir a negação do núcleo crítico e interpretativo de todo conhecimento.** (Haraway, 1995, p. 23, grifos nossos)

... não há “todos somos iguais” quando uma travesti entra em uma padaria. (Barretos, 2021)

Estamos chegando a um momento importante deste texto: um encontro improvável. Uma construção incomum e em comum. A imagem que abre este capítulo dialoga com o que estamos tentando apontar aqui.

É uma espécie de *acontecimento*: são poucos nossos registros fotográficos, juntos, como equipe em trabalho. Naquela noite, em 2013, apesar do cansaço, parecia que estávamos contentes. Hávamos acabado de encerrar a apresentação de uma etapa da pesquisa (Prado & Freitas, 2022). Era um ciclo de debates. Aberto. Uma atividade vivencial. Academia, gestão pública, artistas, movimento social e pessoas trans discutindo em um espaço arquitetônico político qualquer, comum: o Café 104.



Foi um momento para compartilharmos parte dos desafios com os quais estávamos lidando. Depois que o banheiro foi pichado, até mesmo a equipe do Café tinha entrado para a discussão de outra forma. As intervenções de cotidiano nos pareceram muito significativas. Porém, não é propriamente o encontro no 104 que desejamos tematizar, e sim o processo de chegada até ali: se considerarmos alguns marcos temporais, se considerarmos quando o núcleo passa a ser imaginado, foram pelo menos nove anos até que produzíssemos aquela atividade.

No território chamado Direitos Humanos, passamos pela educação, cultura, saúde, trabalho, habitação, lazer, segurança, assistência social

... e, a cada passo dado, ora notávamos o significado da expressão “vidas precárias”, ora os sentidos simbólico-materiais de processos de vulnerabilidade politicamente induzida (Butler, 2015).



Com as trajetórias trans presentes em nossa rotina⁵, em nosso pensar, eventos como ir à padaria, andar pelas ruas, nomear ou ser chamada pelo nome, passavam a conotar e a expressar realidades muito díspares. Aquelas experiências, aqueles contatos, provocavam uma partitura em nossa sensibilidade-intelectual.

Caminhando juntos, em uma distância-próxima, fomos notando que justiça, liberdade, diversidade, pluralismo entre outras palavras que gozam de valor e boa reputação na gramática política contemporânea, definitivamente, não existiam em determinados âmbitos.

As marcas foram intensas. Heteroterrorismo? Quem sabe? (Bento, 2011). O fato é que havia pouquíssima probabilidade de negação de eixos

⁵ A participação e interlocução com Liliane Anderson e Anyky Lima foram fundamentais para este momento de virada dos estudos do Nuh - inaugurando um grande projeto chamado carinhosamente por nós de Projeto Trans - a produção das experiências travestis e trans na região de Belo Horizonte a partir do diálogo entre academia e ativismos.

críticos. O 7º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste, realizado na UFMG, em 2012, nos proporcionou alguns lampejos dessas outras vozes. Ali, o foco nas trajetórias trans expressava o escândalo: não existe democracia[!]; não há igualdade[!]; que liberdade é essa[!?]; limites hierárquicos estão dados! Era difícil não se chocar com alguns processos (reveladores) de violação. Era difícil não escutar sofrimento naquelas vidas. Especialmente, era difícil pensar em direito naquelas circunstâncias. Era difícil ouvir.

“Hoje em dia, o deslumbrante sol da tortura está em seu apogeu, ilumina todo o país” [escreveu Sartre]. Porém, na verdade, este sol deslumbrante nunca iluminou nada. Os corpos marcados e supliciados não iluminam. [...] O temor e a piedade não são afetos políticos. (Rancière, 2006, p. 33, acréscimos nossos)

Para nós, era (e ainda continua a ser) difícil lidar com experiências (por vezes dolorosas) de poder e violência, mas há algo que agora conseguimos compreender melhor. Conseguimos entender que não estamos diante de miseráveis desta terra. Ainda que os efeitos nos alcancem e atinjam, de maneiras distintas, às pessoas trans, hoje em dia, tentamos não destinar nossa piedade ou comiseração, e sim nosso reconhecimento. O reconhecimento de que temos problemas compartilhados. Temos um regime comum com o qual precisamos lidar.

Nesse sentido, menos que representar o lugar da inferioridade, da subalternidade, da abjeção ou o ponto mais baixo na pirâmide de uma determinada política sexual (Rubin, 2012), suas trajetórias, suas vidas, acabaram nos apontando algo de não ordinário. Produziram deslocamentos. As posições trans constituíram uma *arena*. Uma superfície de igualdade intelectual. Foi nesse encontro que começamos, nós e as pessoas trans a produzir elementos de uma justiça epistêmica ainda que precária naquele momento. Mas ali, neste encontro da pista e da academia,

esta pista acadêmica, esta academia de esquina, repleta de conhecimentos produzidos através dos testemunhos que interrogaram os conhecimentos trancafiados, é que a justiça epistêmica pode se impor como um horizonte ético de igualdade fundamental entre nós (Fricker, 2007).

...

Sem necessariamente integrarem as universidades, sem necessariamente possuírem um lugar de prestígio institucional, as pessoas trans conseguiram construir, entre nós, um campo de interlocução acadêmica possível: nos apresentaram formas de pensar, projetar e experimentar mundos e realidades menos organizadas por lógicas de dominação.

Esse lugar intelectual - transpassado por lutas, memórias, presenças e ausências inesperadas - é o que estamos tentando ressaltar desde o princípio deste texto. Foi um espaço (real e imaginado) que conseguimos construir. Foi um laço, um nó, um vínculo, realizado durante nosso percurso na universidade. Uma junção entre as nossas experiências, formas políticas de pensamento e reflexividade trans.

Para expor esse *território*, para falar disso que experimentamos, não bastaria a utilização de conceitos. Eles estão presentes, mas para apresentar aquilo que gostaríamos de fazer ver, ouvir e sentir, era necessário mais: era preciso partilhar um pouco dessa história. Apenas assim, mesmo que por um instante, o papel da universidade pública (e democrática que sonhamos) talvez pudesse se fazer perceber...

Para visualizar de relance, bastaria vincular os elementos presentes na cena universitária: nosso encontro e vínculo com as trajetórias trans foi produzido na pista acadêmica. O laço que estabelecemos foi tecido nas linhas da pesquisa, da extensão, do ensino, das esquinas e do aprendizado. O lugar onde prevalece a imagem hegemônica da excelência, a Instituição de Ensino Superior, com seu

contexto excludente, foi o espaço em que, no nosso caso, houve a possibilidade de experimentação de encontros intelectuais, sensíveis, em um horizonte de igualdade. Trata-se de uma cena rara, que, inegavelmente, nos marcou, nos afetou.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Será que este capítulo poderia se configurar como uma ilustração conceitual daquilo que concebemos como experiência afetivo-político-intelectual na Universidade Pública?

“Escrever é um exercício perigoso”... após relatar, uma dúvida permanece: como nossas palavras seriam recepcionadas? Será que notarão as ausências e a parcialidade da nossa história? Este texto chegará àqueles e aquelas que trilharam o percurso conosco? O que vão pensar? Faz tempo que não nos vemos; que não nos falamos. Como será que estão agora?

Não temos essas respostas ... e, sem recurso às reticências, tampouco saberíamos como indicar a relevância do período no Núcleo para as diversas pessoas que compuseram a equipe nesses últimos quinze ou vinte anos...

Contudo, há algo que nos parece importante dizer e reforçar ao final: este capítulo, com linhas de primavera num espelho partido, foi produzido com memórias, com afeto e com desejo de que o trajeto retratado aqui, de fato, também tenha sido compartilhado por outros e outras além de nós.

Alunos e servidores comemoram aprovação de nome social na UFMG. Resolução assegura direito a toda comunidade universitária. Decisão é tida como vitória para travestis, transexuais e transgêneros (G1, 2014)

De lá para cá, entre beijos e atividades clássicas de formação (ou mesmo mais novas como a emergência da Formação Transversal em

gênero e sexualidade: perspectivas LGBTQIA+), a universidade foi alterada. Ainda que agora estejamos em lugares distintos, ao resgatar parte das produções do período em que estivemos juntos, a sensação é que nossa utopia democrática acabou incorporando mais uma palavra: igualdade, liberdade, pluralismo e alegria. Mesmo que a universidade ainda seja um ambiente cínico e violento com as pessoas LGBT+, um tanto de política alegre, livre, justa e da igualdade se impôs nesta trajetória.

Refletindo retrospectivamente, esperamos que este último termo, essa experiência de formação acadêmico-político-intelectual, efetivamente, não tenha sido somente a nossa ficção.

REFERÊNCIAS

AHMED, Sara. *The Cultura Politics of Emission*, 2014.

AMARAL, Julião Gonçalves. **Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade:** a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. *Teoria & Sociedade*. no 21/2. julho a dezembro de 2013.

BACHILLER, Carmen Romero. **Poscolonialismo y teoría queer**. In: CÓRDOBA, David; SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco (Eds.). **Teoría queer**. Políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. 2. ed. Madrid: Egales, 2007

BARRETOS, Dayane do Carmo. **O que resta ao corpo:** disputas de sentidos em textualidades sobre assassinatos de travestis e transexuais. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2021.

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença**. *Revista de estudos Feministas*, v. 19, n.2, p. 549 559, 2011.

BENEDETTI, Mario; AGUIAR, Eliana. **Primavera num espelho partido**. Rio de Janeiro: Alfaguara, Objetiva, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015

BUTLER, Judith. **Violencia de Estado, guerra, resistencia:** por una nueva política de la izquierda; Las categorías nos dicen más sobre la necesidad de categorizar los cuerpos que sobre los cuerpos mismos. Argentina: Rústica. 2011

FRICKER, MELINDA. **Epistemic Injustice: power and the ethics of knowing.** NY: Oxford Press, 2007.

G1. **Alunos e servidores comemoram aprovação de nome social na UFMG.** Minas Gerais, 2015. disponível em <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/07/alunos-e-servidores-comemoram-aprovacao-de-nome-social-na-ufmg.html>

HARAWAY, DONNA. **Saberes Localizados:** a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu: 1995.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). **Diversidade sexual na educação:** problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília, DF: Unesco, 2009.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista:** por uma política democrática radical. São Paulo: Intermeios, 2015. 286 p

LAURETIS, Teresa de. **Semiotics and Experience.** In: Lauretis, Teresa de. **Alice Doesn't** Feminist Semiotics, Cinema. Bloomington, Michigan's University. Indiana University Press. 1984, p.158 - 186.

MONTEIRO, I.; TOLENTINO, L. L. R.; PRADO, M. A. M. . **Formação Continuada de Educadores:** O Projeto Educação Sem Homofobia. INTERFACES - REVISTA DE EXTENSÃO DA UFMG, v. 1, p. 63-70, 2013

[NUH], Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT. **Experiências em educação e diversidade sexual.** Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. [S.l.: s.n.], (Contagem, MG MJR), 2015.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso; PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Experiências em trajetórias de mulheres rurais:** engajamento sindical, feminismos e subjetividades.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2019.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MARACCI, J. G ; MONTEIRO, I. L. . **Governamentalidades e Depurações Hierárquicas dos Direitos Humanos no Brasil:** A Educação Pública e a PopulaçãoLGBT+. ARCHIVOS ANALÍTICOS DE POLÍTICAS EDUCATIVAS / EDUCATION POLICY ANALYSIS ARCHIVES, v. 29, p. 2-26, 2021

PRADO, Marco Aurélio Máximo; FREITAS, Rafaela (Orgs). **Travestilidades em diálogo na pista acadêmica.** Belo Horizonte: Autêntica, 2022

RANCIÈRE, Jacques. **O Desentendimento:** política e filosofia; tradução de Ângela Leite Lopes. - São Paulo: Ed. 34, 1996.

RANCIÈRE, Jacques. **Política, polícia, democracia.** 1 ed. Santiago: LOM Ediciones; 2006

ROCHA, Leonardo Tolentino Lima; PRADO, Marco Aurélio Máximo; NOGUEIRA, Paulo Henrique de Queiroz. **Norma de gênero e instituição escolar:** um estudo psicossocial sobre as estratégias de enfrentamento à homofobia nas escolas das redes públicas de ensino da região metropolitana de Belo Horizonte. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo:** Notas para uma teoria Radical das Políticas da Sexualidade. 2012.

VALÉRIO, Juliana Batista Diniz.; PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Homofobia:** dinâmicas do preconceito por gênero e sexualidades em experiências no cotidiano escolar. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2017.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma; **Diversidade sexual e homofobia no Brasil.** São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung: Fundação Perseu Abramo, 2011.

8

COMUNICAÇÃO E DIVERSIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE POLÍTICAS E PRÁTICAS DE INCLUSÃO DO PÚBLICO LGBTQIA+ NAS *STARTUPS*

*Patrícia Pedras dos Santos*¹

*Camila Maciel Campolina Alves Mantovani*²

INTRODUÇÃO

Gerir a diversidade nas organizações vai muito além de abrir portas para públicos internos plurais. Ter colaboradores de diferentes idades, etnias, gêneros, classes sociais, nacionalidades, condições físicas, religiões exige, não só a manutenção de práticas que assegurem sua inclusão, mas também políticas de gestão e comunicação que contemplem a diversidade de maneira a garantir que essas pessoas aperfeiçoem suas habilidades e potenciais de forma justa e igualitária (Irigaray; Saraiva; Carrieri, 2010; Siqueira; Zauli-Fellows, 2006).

O crescimento notável da observância das práticas de diversidade nas empresas brasileiras, propiciou a ampliação das discussões sobre temas ligados à identidade, à inclusão e às pautas vinculadas às minorias. Além disso, um novo modelo de negócio emergiu e trouxe consigo uma cultura organizacional mais inovadora: as *startups*. A cultura das *startups* tem demonstrado pouco vínculo com os padrões tradicionais de negócios, possuindo uma filosofia que preza pela horizontalidade e o foco no trabalho em grupo, além de, em tese, dar voz

¹ Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Contato: patriciapedras98@gmail.com

² Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É jornalista e doutora em Ciência da Informação pela UFMG. É co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências. Atualmente, é diretora adjunta do Espaço do Conhecimento UFMG e coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design o museu. Contato: camilam@ufmg.br

e reconhecimento ao trabalho de todos como parte atuante nos resultados. Segundo Bastos et al. (2007), este modelo está presente em organizações orgânicas, ou seja, organizações que possuem gestão focada em pessoas e no desenvolvimento humano, contribuindo para que esses sujeitos desenvolvam suas habilidades e contribuam de maneira positiva e saudável com a organização.

O modelo de negócio das *startups* vem inspirando empresas tradicionais a aprimorarem suas políticas de inclusão e diversidade, principalmente porque enxergaram nessas práticas a possibilidade de incrementar sua vantagem competitiva. Acreditamos que a maior atenção à questão da diversidade é capaz de promover mudanças significativas nas organizações, permitindo que elas tomem para si novos desafios e práticas que atendam demandas específicas dos vários públicos plurais presentes em seu contexto (Irigaray; Saraiva; Carrieri, 2010; Siqueira; Zauli-Fellows, 2006). Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo principal refletir sobre políticas e práticas de diversidade focadas no público LGBTQIA+ que integram as *startups*, e como tais ações tem reverberado tanto para o público em questão LGBTQIA+, no que concerne a políticas de inclusão e reconhecimento, como para a organização em termos de cultura e imagem organizacional.

Apesar de toda a evolução em prol dos direitos da população LGBTQIA+, ocorrida nos últimos anos, na ciência, na justiça e na cultura, este ainda é um grupo que enfrenta enormes dificuldades, principalmente, quando se trata de inserção no mercado de trabalho. Em muitos casos, a condição sexual e de identidade de gênero permanece sendo um empecilho para o exercício da plena cidadania, tornando as relações mais desafiadoras do que podem parecer, principalmente, as relações familiares e de trabalho (Carrieri; Aguiar; Diniz, 2013).

Partindo da compreensão de que a comunicação é fundamental para estabelecer relacionamentos dentro de uma organização, tanto em termos das informações relativas à execução de atividades, quanto às trocas referentes ao contexto interpessoal, observar as políticas de inclusão e diversidade, do ponto de vista da comunicação interna, é tão necessário quanto desafiador. Dessa forma, a tentativa de trazer a vivência do profissional que lida com comunicação interna em *startups* pareceu-nos ser bastante produtiva para auxiliar em discussões e descobertas que podem fomentar o campo das estratégias comunicacionais voltadas à diversidade.

Atualmente, as startups se apresentam como modelos de negócio inovadores, com foco no mercado digital e tecnológico. Estudos ainda apontam que elas lideram as iniciativas de inclusão e são os modelos de organização que mais colocam a diversidade em pauta. No entanto, é preciso destacar o papel da sociedade e, principalmente, dos movimentos sociais na visibilização das reivindicações do público LGBTQIA+. O fortalecimento de diversos movimentos sociais e a maior cobrança por políticas de inclusão, fizeram emergir a necessidade do posicionamento das empresas perante as práticas de gestão da diversidade.

Diante disso, nossa proposta é refletir sobre tais práticas, em especial aquelas voltadas para a promoção da diversidade sexual e de identidades de gênero existentes no ambiente das *startups*, a partir da perspectiva dos profissionais que atuam nessa área.

A reflexão aqui proposta busca abordar tanto as dimensões práticas e políticas, bem como os desafios de se gerir, do ponto de vista da comunicação, a diversidade. Sendo assim, o estudo foi conduzido de forma qualitativa, tendo como principal insumo entrevistas com profissionais que atuam na comunicação interna de *startups* com foco na gestão da diversidade.

PRÁTICAS DE INCLUSÃO E DIVERSIDADE: A PERSPECTIVA DE COLABORADORES E GESTORES

Em relação às estratégias de investigação, inicialmente, foi aplicado um questionário online, destinado ao público LGBTQIA+, para que pudéssemos conhecer suas experiências no mercado de trabalho, a fim de gerar insumos para composição da nossa segunda estratégia de investigação, que foram as entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro profissionais que atuam ou já atuaram com gestão de diversidade em *startups*. Os/as entrevistados/as dessa segunda etapa estavam localizados nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

Os dados obtidos por meio do questionário online foram trabalhados de forma qualitativa, não sendo possível fazer generalizações já que as amostras não tiveram tratamento estatístico. No questionário online houve espaço para respostas abertas, permitindo que os participantes se expressassem para além da marcação das opções de múltipla escolha. Os dados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas também foram analisados de forma qualitativa, pois neles buscamos conhecer a realidade da rotina desses profissionais, suas técnicas, estratégias, práticas e processos, estimulando-os a refletir sobre a gestão da diversidade LGBTQIA+ nas *startups*.

QUESTIONÁRIO ONLINE: PRINCIPAIS ACHADOS

A primeira amostra de pesquisa, no formato de questionário online, contou com a participação de 57 membros da comunidade LGBTQIA+. O objetivo principal desse questionário era conhecer a experiência do público LGBTQIA+ no mercado de trabalho, com a diversidade, ou a falta dela, gerando insumos para posterior entrevista com profissionais da gestão de diversidade nas organizações. O

questionário foi composto por 16 questões, sendo oito abertas e oito fechadas, que foram respondidas de forma anônima e individual.

No questionário, foi pedido que os respondentes marcassem com qual parte da sigla LGBTQIA+ eles se identificavam. Sendo que os que faziam parte do +, poderiam responder de forma aberta sua orientação sexual/identidade de gênero. Após análise dos dados levantados, foi possível concluir que a maior parte dos respondentes (92,04%) se identificavam com as primeiras três letras da sigla (LGB), portanto, pessoas cisgênero, com orientações sexuais variadas. Lembrando que o pré-requisito para iniciar o questionário, era atuar ou já ter atuado no mercado de trabalho formal. Os dois respondentes da opção 'outro', declararam ser pansexuais.

Mesmo com uma amostra pequena, chama a atenção o fato de não ter havido nenhuma resposta de pessoas trans. Vale ressaltar que o maior local de divulgação do questionário foi o grupo Lana Del Rey Vevo (LDRV), que é considerado o maior grupo do Facebook no Brasil voltado ao público LGBTQIA+ (Cabrera *et al* 2017). Como o principal objetivo do questionário era trazer elementos para as entrevistas com os profissionais, a ausência de pessoas trans no mercado se tornou um dos pontos de destaque nas conversas com esses profissionais.

Em relação à idade, 47,4% dos respondentes declararam ter entre 18 e 25 anos. 42,1% têm de 26 a 35 anos, e 10,5% estão com mais de 35 anos. A predominância de pessoas jovens no questionário pode se dar por diversos fatores, dentre eles, o local onde foi divulgado. Como a amostragem do questionário não foi tão representativa em termos de quantidade de respostas, e sua intenção não era gerar análises quantitativas, não iremos aqui fazer muitas digressões acerca dos resultados obtidos.

Aos participantes do questionário foi perguntado se enxergavam sua orientação sexual/ identidade de gênero como uma barreira no que se refere a oportunidades de crescimento profissional. Dos respondentes 33,3% disseram que sim, 36,8% disseram que não e 29,8% responderam ‘talvez’. O ‘sim’ e o ‘talvez’, portanto, formaram a maioria, representando 63,1% do total de respostas.

Dos motivos apontados pelos respondentes, os que mais apareceram foram: preconceito com a própria orientação sexual/ identidade de gênero, preconceito em relação a aparência e “trejeitos”, cobrança maior em relação aos colegas cis/ héteros, preferência por colegas cis/ héteros nas promoções e cargos de liderança, dificuldades de acesso a educação e falta de políticas de diversidade e inclusão nas empresas.

Quando questionados sobre incentivos recebidos por parte de alguém ou da própria organização em que atuam para se desenvolver profissionalmente, 47,4% dos respondentes disseram “sim”, 38,6% disseram que “não”, e 14% disseram “talvez”. Os participantes que responderam “sim”, foram convidados a relatar quais eram os incentivos recebidos e por parte de quem. A maioria respondeu que os incentivos vinham de dentro das empresas, indo do apoio moral dos colegas e gestores, até o financiamento de cursos de capacitação profissional. Houve relatos de incentivo por parte da família e amigos, e ainda relatos de quem apontou que seu principal incentivo vinha de si próprio.

Ao serem perguntados sobre já terem sofrido ou presenciado episódios de LGBTQIA+ fobia no ambiente de trabalho, 40,4% disseram que “sim”, e 59,6% disseram que “não”. Para os participantes que responderam “sim”, perguntamos se alguma atitude foi tomada pela organização, após os episódios. As respostas eram abertas, para eles pudessem relatar quais foram as atitudes. Apenas três pessoas disseram ter havido punição, por parte da empresa, para os autores da

discriminação. Uma pessoa relatou que a punição veio da própria vítima, através de um processo judicial, e duas pessoas relataram que se demitiram após serem vítimas de tais atos. Todos os demais respondentes, relataram que os atos de discriminação ficaram impunes.

Outra questão aberta que seguia a questão anterior, era se a organização onde atuam (ou atuaram) possui (ou possuía) políticas para promoção da diversidade e inclusão. Das 33 pessoas que responderam à pergunta, 19 disseram não haver, ou não conhecer nenhuma política interna nesse sentido. Dentre os 14 que disseram conhecer políticas de diversidade em seus ambientes de trabalho, surgiram relatos de ações como oficinas e discussões, eventos, palestras e campanhas sobre inclusão e/ou contra a discriminação. Também foi citado um curso EAD para colaboradores sobre direitos das pessoas trans, cartilhas sobre diversidade e inclusão e políticas de contratação que dão preferência a minorias. Houve ainda duas pessoas que disseram acreditar que as organizações onde atuam são diversas e inclusivas, pois independente de políticas internas declaradas ou não, as diferenças são respeitadas e são oferecidas oportunidades iguais a todos.

O questionário perguntou também quais seriam os melhores modelos de empresas para pessoas LGBTQIA+ trabalharem do ponto de vista dos participantes. Foram oferecidas três opções iniciais, sendo elas: Grandes empresas/ multinacionais, negócios locais e *startups*. Sendo que os participantes poderiam adicionar outras opções, de acordo com sua perspectiva e vivência pessoal. A maioria dos respondentes ficou entre as opções “grandes empresas” e “*startups*”, totalizando 83,9% das respostas. Logo na sequência está a opção “empresas locais”, com 8,9% e, em seguida algumas, opções apontadas pelos próprios participantes, somando 7,2% do total de respostas.

Quando convidados a justificar suas respostas para a questão anterior, os participantes puderam trazer suas opiniões de forma aberta. O quadro abaixo mostra as três justificativas mais relevantes que aparecem no formulário para cada categoria. Sendo elas: grandes empresas/ multinacionais, startups e outros (que se refere às respostas atípicas, adicionadas pelos próprios participantes). Não houve justificativa explícita para a opção “empresas locais”.

TABELA 1 - JUSTIFICATIVAS DOS PARTICIPANTES.

Grandes empresas/ multinacionais	Startups	Outros
“Creio que eles utilizam sua grandeza para ser exemplo para empresas menores e cumprir um papel importante para a sociedade”.	“Minha resposta foi totalmente baseada na minha experiência pessoal, em empresas maiores e locais encontrei uma resistência maior e em certos casos até tratamentos mais hostis. Enquanto em startups vi um acolhimento maior a diversidade como um todo”.	“Sou servidora de um Tribunal e há respeito pelas leis por parte dos gestores e colegas. A homofobia/transfobia passou a ser crime em 2019, e desde então o Tribunal vem adotando uma política de diversidade”.
“Porque elas têm maior verba e visibilidade, além de sofrerem influência da sociedade em sua reputação e precisarem se atualizar para se manterem relevantes”.	“Startups se constroem num ambiente jovem buscando modernidade, mas isso associado a uma lógica capitalista neo-liberal de restrição de direitos e exploração dos funcionários. Pessoas LGBTQs, muitas vezes, demandam um tratamento diferenciado por parte de RH, coisa que em uma empresa 100% voltada para o lucro e para a exploração não tem. Grandes empresas, na minha experiência, tendem a ser mais flexíveis em relação a algumas demandas lgbtqia+”.	“Porque existem áreas que são mais dominadas por pessoas que enaltecem a masculinidade e a heteronormatividade e isso pesa mais que o modelo da empresa. Por ex.: Uma Startup voltada para artigos esportivos pode ser muito mais opressora para pessoas LGBTQIA+ do que a Natura”.

“Porque muitas vezes as políticas são impostas pela matriz no estrangeiro e a filial brasileira é obrigada a seguir por conta de conformidade”.	“Acho que as startups, talvez por ter a frente pessoas de uma geração mais nova, mais diversa, acabam adotando políticas diversas. Acredito que muitas startups são iniciadas por pessoas que se sentiam excluídas e com isso buscam políticas de inclusão”.	“Pelo que vejo, as empresas de comunicação são mais abertas e acolhedoras, pelo menos na maioria”.
--	---	---

Os participantes também foram convidados a propor sugestões de medidas e iniciativas que poderiam ser adotadas pelas organizações, para que a diversidade sexual e de identidade de gênero fossem efetivamente vivenciadas no ambiente de trabalho. Algumas sugestões citadas pelos respondentes foram: a) criação de ambientes seguros de diálogo; b) cartilhas informativas; c) palestras educativas; d) campanhas de conscientização contra LGBTfobia; e) posicionamento firme da organização em tratar (como crime) e punir a LGBTfobia; f) vagas de emprego divulgadas de forma inclusiva; g) programas de qualificação para pessoas LGBTQIA+ em situações de vulnerabilidade para que tenham oportunidades de crescimento profissional equiparadas com os demais; h) ações afirmativas para pessoas trans; i) instâncias internas à organização onde possam ser realizadas denúncias de situações de discriminação ou assédio de forma segura; j) cursos e workshops.

A seguir, serão discutidos os resultados das entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais que atuam em gestão da diversidade em *startups*. O roteiro das entrevistas teve por base os insumos obtidos através do questionário anteriormente apresentado. A intenção foi levantar pontos de vista diferentes sobre as questões: o ponto de vista do trabalhador LGBTQIA+ que está no mercado, e o do profissional cujo trabalho é assegurar a presença desses colaboradores,

prezando pela qualidade de sua experiência no trabalho. O entrelaçamento dos dois pontos de vista permite refletir se eles estão em consonância, deixando em aberto um convite ao debate sobre possíveis melhorias e aperfeiçoamentos nas ações de gestão da diversidade voltadas a pessoas LGBTQIA+.

ENTREVISTAS COM PROFISSIONAIS ATUANTES EM GESTÃO DA DIVERSIDADE

A partir dos resultados do questionário, foi elaborado o roteiro de entrevistas, com 12 perguntas abertas, para profissionais que atuam (ou atuaram) com gestão da diversidade em *startups*. As entrevistas foram feitas em novembro de 2021, ainda na pandemia de Covid-19, portanto, foram realizadas via videoconferência. A todos/as os/as entrevistados/as foi dada a garantia do anonimato, sendo necessário, portanto, a atribuição de nomes fictícios a cada um deles. Os pseudônimos foram escolhidos como forma de homenagem a algumas figuras notáveis³ que contribuíram para a conquista de direitos LGBTQIA+ ao longo da história. Os pseudônimos seguiram o gênero/identidade de gênero dos/as entrevistados/as.

Em relação às empresas em que atuam (ou já atuaram) à frente da gestão da diversidade, será descrito brevemente seu modelo de negócio e algumas informações genéricas, caso sejam relevantes, mantendo os nomes das empresas também ocultos nas discussões.

³ História das figuras homenageadas disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2018/06/12-figuras-lgbt-historicas-que-mudaram-o-mundo>

TABELA 2 - OS ENTREVISTADOS.

Entrevistado	Atuação/cargo	Modelo de negócio
Michael	Formado em secretariado executivo e pós-graduado em gestão de carreiras, trabalha no setor de Recursos Humanos e fundou o comitê de diversidade da empresa em que atua.	Startup.
Virginia	Relações públicas, ex-membro do comitê de diversidade em uma startup, atual liderança do grupo de afinidade LGBTQIA + na empresa em que atua.	Primeira experiência com gestão da diversidade em uma startup, experiência atual em uma grande empresa de destaque nacional.
Frida	Comunicóloga, membro do comitê de diversidade e inclusão da empresa em que atua.	Startup.
Marsha	Design de formação, CEO e diretora de produtos. Fundadora do <i>squad</i> de diversidade na startup em que é sócia.	Startup que se autointitula ecologicamente e socialmente responsável, cujo um dos principais pilares é a diversidade.

Todos os/as entrevistados/as seguiram o pré-requisito de serem pessoas que atuam ou já atuaram diretamente com a temática de diversidade em startups. As pessoas entrevistadas possuem características profissionais variadas, permitindo diversidade de pontos de vista, tornando os resultados mais significativos. Outro aspecto relevante é o tempo que cada um atua diretamente com questões relacionadas à diversidade e inclusão. Michael atua na área há aproximadamente um ano e meio, Virginia há quase quatro anos, Frida há um ano e Marsha há mais de quatro anos.

COLABORADORES LGBTQIA +

Inicialmente, foi perguntado aos/às entrevistados/as se havia colaboradores LGBTQIA+ nas respectivas empresas em que atuam

(atuaram). Todos/as afirmaram que sim. Os/as entrevistados/as também foram questionados se havia “maiorias e minorias” entre os próprios representantes da comunidade LGBTQIA+ nas empresas em que atuam (ou atuaram). O objetivo da pergunta em questão foi avaliar se a dificuldade de acesso das pessoas não-cisgêneras, principalmente pessoas trans, ao mercado de trabalho, que foi observada no questionário, se fazia presente nas empresas dos participantes do estudo. Michael preferiu não responder, e as demais entrevistadas tiveram respostas bastante significativas.

“Esse é nosso maior desafio atualmente, inclusive dentro do nosso grupo, porque é muito dividido entre homens cis, brancos, gays e mulheres também brancas, cis e lésbicas. É muito essa divisão. E nós temos uma porcentagem um pouco abaixo que é de pessoas bis.” (VIRGINIA)

“Eu acho que hoje, é óbvio que o hétero ainda tem muito mais privilégios, mas num ambiente de startup que é ‘descolado’ ser inclusivo, na minha visão vira meio que um valor que a gente tem que ter, mas que não é inteiramente praticado, sabe? [...] Se for afeminado, ou se for uma lésbica mais masculinizada, aí já gera um estranhamento um pouco maior. Mas as outras partes da sigla são realmente invisibilizadas. [...] A diversidade dentro do LGBTQIA+ é cis. [...] o TQIA+ não tem! Sobra o L, o G e o B. Trabalhei em todas as empresas que passei com pessoas bissexuais, com mulheres lésbicas e homens gays. Eu acho, [...] e também não é verdade absoluta, mas eu acho mais fácil para o homem.” (FRIDA)

É possível notar que a entrevistada Marsha, com sua visão de dona do negócio, ofereceu um posicionamento um pouco diferente. Ela reconhece que existe a disparidade, mas prefere expor como tem sido seu processo de busca por um meio viável de incluir mais diversidade não-cis em sua *startup*, visando, é claro, a estabilidade do negócio e uma boa experiência para quem será inserido nele.

“Eu acho que a gente só vai conseguir fazer isso de uma forma acolhedora e perfeita, justamente pra não trazer pessoas tipo um ‘totem’ da empresa, a hora que a gente conseguir também reestruturar um pouco o nosso

crescimento e conseguir fazer um planejamento com pelo menos uns seis meses de antecedência. Então bom, no segundo semestre de 2022 eu quero contratar tais posições, então eu começo com a Labora (empresa especializada em recrutamento e seleção de talentos de diversidade) um trabalho em fevereiro de 2022, entendeu? Porque aí eu vou conseguir trazer uma pessoa tanto com a habilidade técnica que eu preciso, quanto dentro do perfil que a gente tá querendo incluir. E depois disso fazer um acompanhamento dessa pessoa né, pra ela não se sentir tipo *‘eles deram um check ali porque eles precisavam ter uma pessoa trans, então eu fui contratado por isso’*, sabe. Na minha sensação de empatia, se eu estivesse nesse lugar, acho que eu não gostaria de ter essa percepção.” (MARSHA)

Quando questionados/as se as pessoas LGBTQIA+ sentiam confiança e segurança para expor sua sexualidade ou identidade de gênero, tanto com os colegas quanto com os líderes, três dos/as quatro entrevistados/as disseram que sim, as pessoas LGBTQIA+ da empresa tratavam de forma tranquila e natural sua orientação sexual ou identidade de gênero. De acordo com Miranda, Santos Junior e Dias (2016), este seria um dos principais traços que caracteriza as *startups*: a acessibilidade às lideranças e a comunicação aberta e horizontal.

Apenas Virginia disse que já presenciou situações em que o colaborador preferia que seus líderes e colegas não soubessem sobre sua orientação sexual com a preocupação tanto da reação dos colegas de trabalho, quanto com receio de que a informação “vazasse” para os familiares. Esse fenômeno é conhecido como *“In closeted”*, que significa “no armário” (ZAGO, 2013). A expressão faz contraposição ao termo *coming out*, que significa “sair do armário”, ou seja, tornar pública sua orientação sexual (NUNAN, 2003). A escolha em “permanecer no armário”, muitas vezes, torna-se a opção mais fácil para as pessoas homossexuais, pois o processo de se assumir, muitas vezes, vem acompanhado da insegurança e do medo de não ser aceito por pessoas de seu próprio convívio (SEDGWICK, 2007).

Perguntados/as sobre a existência de pessoas LGBTQIA+ em cargos de liderança na empresa, um/a dos/as entrevistados/as não soube responder e os demais afirmaram existir, mas em pouca quantidade.

“De 10 lideranças a nível de gestores, nós temos tipo 2 ou 1 colaborador que é LGBTQIA +. [...] O resto é tudo homem branco cis hétero.” [...] Na [startup que trabalhou anteriormente] tinha, mas também era pouco. Alta liderança que eram os diretores, nenhuma pessoa LGBTQIA+. No cargo de gerência nós tínhamos uma pessoa em dez mais ou menos também. No cargo de coordenação a gente aumenta para [...] tipo duas pessoas (LGBTQIA +).” (VIRGINIA)

“A gente não tinha até o ano passado uma área de pessoas e cultura, então eu abri um processo seletivo pra gente ter uma pessoa para coordenar a área, e aí dentre os candidatos eu optei por trazer um homossexual pra liderar essa área. [...] A gente tem um conselho consultivo. A gente convidou duas pessoas de fora, de acordo com o perfil técnico, o conhecimento e a experiência que a gente precisava para nos aconselhar. E aí a gente fez uma ação afirmativa para que dessas duas pessoas, uma fosse mulher. [...] Só que além de trazer uma mulher, a gente trouxe uma mulher lésbica, mãe de duas filhas. Então a gente conseguiu incluir tanto a questão de gênero, sexual, quanto a questão da maternidade também. Outro grupo que a gente acolhe muito são as mães.” (MARSHA)

A entrevistada Frida, que também respondeu que há pessoas LGBTQIA+ em cargos de liderança em sua empresa, não soube dizer quantas exatamente eram. Importante ressaltar que na empresa onde Virginia disse haver aproximadamente duas a três pessoas LGBTQIA+ em cargos de liderança, há aproximadamente 100 colaboradores no total, e a *startup* de Marsha, que disse haver duas pessoas homossexuais em cargos de liderança, conta hoje com 58 colaboradores. Ou seja, em ambos os casos, o número de lideranças LGBTQIA+ não chega a ultrapassar 3% do total.

PESSOAS TRANS

Aos/às entrevistados/as foi perguntado se existiam pessoas trans no quadro de funcionários das empresas em que atuam ou atuaram. No contexto das *startups* dos/as participantes, apenas uma das entrevistadas respondeu que sim, porém, ao analisar a resposta concedida, é possível perceber que se trata de uma suposição, já que estudos demonstram que a forma com que um indivíduo se veste, não necessariamente tem relação com sua identidade de gênero. Pessoas *crossdressers*, por exemplo, se vestem de forma diferente do que é socialmente estabelecido para seu gênero, mas não se identificam como pessoas trans. Além das *drag queens* que se vestem conforme o gênero oposto de forma artística, mas continuam sendo pessoas cisgênero (Jesus, 2012). Além dos indivíduos não-binários, que podem transitar entre os gêneros ou não se identificarem com nenhum deles, adotando um visual livre, contendo elementos associados a ambos os gêneros (Lemos; Andrade; Cardoso 2020).

“No primeiro encontro do squad de diversidade, as pessoas estavam lá, a gente situou o que a gente tinha feito e tal. No segundo encontro, algumas pessoas vieram já maquiadas, da forma como elas gostam de se relacionar no meio pessoal delas, sabe, como elas nunca apareceram em outras reuniões, então ficou muito claro no grupo que a gente tem duas pessoas trans. [...] A pessoa nunca chegou pra mim e falou ‘ah, eu sou trans’, mas ela aparece toda maquiada, com unha postiça, sabe. Na reunião foram duas pessoas.” (MARSHA)

A entrevistada Virginia disse que na última *startup* em que trabalhou não havia nenhuma pessoa trans. E, ao falar sobre a grande empresa em que trabalha atualmente, afirmou que esse público representa menos de 1% do total de colaboradores. A entrevistada Frida, que também declarou não haver pessoas trans na *startup* onde atua,

acredita que o maior motivo para isso seja a falta de oportunidades que essas pessoas enfrentam.

“Eu trabalho em startup, não tem ninguém, a não ser estagiário que não tenha nível superior onde eu trabalho. E é muito difícil ter cargos que não exijam curso superior. [...] Pessoas trans no Brasil tem dificuldade de completar a educação básica. Então é muito complicado, se a gente for parar pra pensar em startup, ou em qualquer empresa que exija um nível acadêmico, uma educação superior, é muito difícil achar pessoas trans.” (FRIDA)

Os/as entrevistados/as também foram convidados a trazer seus pontos de vista sobre quais consideravam os maiores desafios no momento de atrair, contratar e manter pessoas trans ou quaisquer pessoas não-cisgêneras na equipe. Além da falta de capacitação, foram relatadas outras dificuldades, e os/as entrevistados/as puderam dizer como lidam ou lidaram com elas.

“Eu enquanto estava no time de gente e gestão [...] tive a oportunidade de trabalhar junto a esse comitê com uma vaga exclusiva para pessoas trans. E aí foi uma vaga que não deu certo assim, é... a gente teve muita dificuldade com a gestora da vaga. Ela estava muito preocupada, com muito medo, né, de como ela ia lidar com essa pessoa, de não saber lidar. [...] Mas uns pontos assim, bem legais que ficaram pra mim, é que existem questões relacionadas ao plano de saúde e todos os benefícios, não só como a gente vai receber essa pessoa, mas como essa vaga é de fato atrativa e é inclusiva em relação aos benefícios que a empresa oferece. Então por exemplo, alguns planos de saúde, você não consegue fazer procedimentos que são demandados por pessoas trans, sabe? Em outros planos de saúde a pessoa trans consegue realizar esses procedimentos. [...] O seguro de vida também, outros tipos de benefício a gente não conseguiria incluir. Então é muito doido, porque com isso abriu a nossa cabeça pra várias coisas que a gente tinha que pensar, se preparar e se adaptar para ter uma vaga exclusiva para pessoas trans.” (MICHAEL)

Os relatos demonstram a importância de se institucionalizar a não discriminação de pessoas LGBTQIA+, por meio da punição legal, com atenção especial a pessoas trans em processos de recrutamento e seleção.

LGBTQIA+FOBIA

Quando questionados se já presenciaram ou souberam de algum episódio de discriminação contra os colaboradores LGBTQIA+ no trabalho, o entrevistado Michael disse não ter presenciado nenhum caso e as demais entrevistadas deram alguns relatos que vão desde micro agressões, até casos mais graves.

“Já rolou. Na [startup] eu lembro de uma colaboradora que me procurou para falar sobre. Assim, foi mais um assédio tá, mais um assédio moral de um líder do que preconceito diretamente sobre orientação sexual. Só que como ela era uma pessoa LGBTQIA+ ela recorreu a mim para denunciar, vamos dizer assim. E a gente chegou a ir até o RH, resolveu, enfim, e a pessoa foi demitida. O líder no caso foi demitido, não ela. E aí na [empresa atual] já aconteceram alguns casos via [canal de denúncias], só que, assim, são ações que se dividem de forma muito clara. Uma onde a pessoa sofre preconceito por parte do cliente, ou seja, pessoas que estão na ponta, sofrem algum tipo de preconceito por conta de algum cliente, e pessoas que sofrem algum tipo de preconceito dentro do próprio time [...]” (VIRGINIA)

Um fato que chama a atenção, é que além do breve relato de Virgínia, sobre haver situações de LGBTQIA+fobia por parte de clientes, apareceram mais dois relatos, de Frida e Marsha, sobre atitudes e declarações discriminatórias de clientes, porém, não direcionadas aos colaboradores, mas às próprias empresas, por discordância ao posicionamento favorável a diversidade apresentado por elas.

“A gente fez uma publicação de dias dos namorados com vários casais de animais, e tinham alguns que eram, por exemplo, dois leões. Porque a gente sabe, é um fato científico, documentado e divulgado que várias espécies de animais têm relacionamentos homossexuais. E aí os comentários eram assim *“mas é um absurdo vocês levantarem essa bandeira política, são animais, às vezes são só amigos!”*. (FRIDA)

“Toda pesquisa de NPS que a gente manda tem cliente que fala que vai deixar de comprar a gente porque a gente tá usando linguagem sem gênero, que não representa a pessoa.” (MARSHA)

Nesse sentido, há de se destacar a importância do posicionamento firme da organização contra a discriminação, tanto vinda de dentro como de fora. Cabe às lideranças das organizações acompanhar de perto e se atentar a qualquer situação que sinalize atos de discriminação e homofobia, até mesmo porque é fundamental que a revisão dos conceitos e a defesa do respeito ao próximo, dentro e fora da empresa, parta do gestor (Santos; Santana; Arruda, 2017).

Ao serem perguntados/as se havia algum canal dentro das empresas para registrar denúncias de preconceito e discriminação, Michael e Frida disseram não haver qualquer iniciativa do tipo nas empresas em que atuam. Já Virgínia e Marsha afirmam a existência desses canais explicando, brevemente, seu funcionamento:

“Na [startup onde atuava] eles procuravam a gente que era do comitê, eles não iam no RH, não iam nas lideranças, eles procuravam a gente, eu acho que muito pelo fato de tipo *“você é igual a mim, e eu acho que você consegue me escutar, me acolher e não me julgar de alguma forma”*. Eu acho que eles tinham medo de ir até o RH ou às lideranças, e sofrer algum tipo de represália ou sabe? Agora na [empresa atual] a gente tem o canal confidencial né, aí o canal recebe todo tipo de denúncia, inclusive de LGBTQIA+ fobia, e dependendo da situação, eles encaminham para o time do RH, eles envolvem a gente que é do comitê e explicam a situação para que a gente junto possa resolver.” (VIRGINIA)

“Uma das iniciativas do squad de diversidade foi criar um canal de ouvidoria na nossa plataforma de people analytics que é digital e 100% confidencial. [...] A gente chama de ‘escuta positiva’ [...] porque a gente realmente quer banir esse tipo de atitude aqui dentro.” (MARSHA)

Muitas vezes, as empresas desconhecem a existência de situações de preconceito e discriminação em seu interior, pois elas acontecem de forma sutil e velada. Isso faz com que as vítimas se sintam desencorajadas a relatar as situações, considerando o fato de que ninguém - além dela e do agressor - presenciou as cenas. Além disso, Fukuda (2012) destaca que, de modo geral, as vítimas tendem a evitar,

por medo, situações que possam resultar em constrangimento, confronto direto com o agressor e exposições que podem gerar novas agressões. Com isso, se faz essencial a criação de um meio seguro para que as pessoas denunciem situações de preconceito e discriminação sofridas, sem medo de represálias. E ainda, que esses canais de denúncia surtam efeito e as atitudes cabíveis sejam de fato tomadas pela organização.

MARCOS IMPORTANTES E MELHORES LUGARES PARA SE TRABALHAR

Os/as entrevistados/as foram convidados a relatar quais teriam sido os maiores marcos e conquistas em relação à diversidade sexual e de identidade de gênero nas organizações em que atuam ou atuaram. A maioria citou que a *startup* passou a colocar em prática meios para os colaboradores exporem os pronomes com os quais gostariam de ser tratados, além da adoção, em alguns casos, do uso do pronome neutro no dia a dia da empresa.

“A gente fez uma pesquisa de diversidade dentro da empresa e a gente descobriu que tinha uma pessoa que se identificava com a não bineariedade. Então a gente focava, *‘se essa pessoa está aqui, a gente tem que aprender a usar linguagem neutra, porque a gente não sabe usar isso ainda’*. Primeiro começou pra ser algo interno, e depois a gente começou a sistematizar projetos que eram externos, por exemplo, a gente tem que aprender a descrever melhor as nossas vagas, porque a gente tá descrevendo *‘vaga para desenvolvedor’*, aí a gente teve várias conversas, vários workshops que as meninas principalmente, da equipe de desenvolvimento falaram *‘eu me sentiria mais confortável em me aplicar para uma vaga que fosse de PESSOA DESENVOLVEDORA’*” (FRIDA).

“A gente montou um guia de termos adequados para as pessoas usarem, porque às vezes a gente tem enraizado algumas expressões que são extremamente preconceituosas. Então a gente montou esse guia [...] que é uma cartilha de diversidade e inclusão. [...] E aí ainda nessa linha, a gente tentou implementar na nossa comunicação a linguagem sem gênero, isso

foi uma das coisas mais complexas que a gente fez dentro desse pacote de diversidade e inclusão.” (MARSHA)

Dentre os marcos que os entrevistados destacaram, também foi citado a promoção de ações educativas para os colaboradores com a temática LGBTQIA+. Já para Virgínia, o ponto alto entre todas as ações realizadas foi quando a empresa realizou o primeiro movimento voltado ao dia do orgulho LGBT.

Por fim, foi apresentado aos/às entrevistados/as o resultado do questionário online, onde a maioria das pessoas votou nas grandes empresas e *startups* como os locais mais acolhedores para pessoas LGBTQIA+ trabalharem. Questionados se concordavam com essa afirmação, as respostas foram, no geral positivas, mas também trouxeram críticas e reflexões.

“Eu acho que assim, o mercado de startups é composto por pessoas muito jovens né, com uma cabeça mais aberta mesmo, pessoas que interagem com muitas diversidades culturais, intelectuais, enfim. Então acaba que as lideranças das startups são pessoas um pouco mais abertas quanto a isso. E quando a gente fala de público jovem para público jovem, a gente precisa falar meio que a mesma língua da galera, né? Então como atualmente quem mais tem cobrado um posicionamento de diversidade, sustentabilidade, um posicionamento social, é a galera jovem que está no mercado de trabalho, acaba que isso também reflete dentro das startups.” (VIRGINIA)

“Eu acho que startup tem que tomar bastante cuidado, porque a maioria das startups hoje estão muito voltadas ao lucro, e elas só vão se interessar por esses assuntos a partir do momento que elas chegam no tamanho de grandes empresas. [...] Acho que eu diria que são empresas do setor dois e meio [...], é mais possível que nas empresas do setor dois e meio que são as empresas de impacto socioambiental, você consiga perceber mais a diversidade e inclusão.” (MARSHA)

Diante dos resultados obtidos, é possível dizer que as *startups* apresentam sim muitos pontos positivos e atrativos para pessoas LGBTQIA+. “Pessoas mais jovens” e de mente “mais aberta”, “espírito de

inovação”, “compromisso com o social” e “estrutura horizontal” foram apenas alguns dos aspectos que pontuaram positivamente na visão do público LGBTQIA+ e dos profissionais das startups sobre esse modelo de negócio. Entretanto, ficou muito claro, ao longo de todas as conversas, que há diversos pontos a serem melhorados e destaca-se o esforço, muitas vezes individual, desses profissionais, nesse sentido. Assim como na sociedade em geral, nas *startups* também emerge o desafio de uma mudança que é estrutural, no combate ao preconceito e à discriminação com vistas a promover a inclusão e o bem-estar dos indivíduos que se encontram à margem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões trazidas por este breve estudo demonstraram que, de maneira geral, as *startups* apresentam cenários positivos quando o assunto é gestão da diversidade. Estudos anteriores já demonstravam que este novo modelo de organização se mostra atrativo para pessoas LGBTQIA+ e, com base em todos os esforços aqui explicitados pelos profissionais entrevistados na tentativa de tornar estes ambientes mais diversos, foi possível perceber que essa atratividade é construída de dentro para fora a partir, essencialmente, de estratégias comunicacionais.

Foi possível observar ainda que um ambiente de trabalho que se movimenta em prol da diversidade e inclusão, gera identificação e admiração em uma população que enfrenta tantas dificuldades de respeito e aceitação dentro e fora do mercado de trabalho. Com relação aos dados obtidos nas duas etapas da pesquisa, destacamos as convergências entre as principais demandas apontadas pelos respondentes do questionário e o que os/as entrevistados/as que

trabalham com diversidade têm buscado suscitar em suas organizações para acolherem o público LGBTQIA+.

Dentre as ações em prol da diversidade e da inclusão em startups, que podem tornar o ambiente realmente diverso e seguro para esse público, destaca-se, por exemplo, a demanda por abertura e acolhimento. Uma das principais queixas dos respondentes do questionário, foi a falta de abertura para vivenciar de forma natural sua orientação sexual ou identidade de gênero, e, nas entrevistas, ficou muito claro como esta abertura é um ponto que os profissionais buscam efetivar e implementar com suas ações. Outro ponto em comum foram as ações apontadas pelos respondentes do questionário como sugestões para a melhor vivência de sua sexualidade/identidade de gênero no ambiente de trabalho. Muitas dessas sugestões são ações que os/as profissionais entrevistados/as já praticam em suas startups, como ações educativas, espaços de conversa, políticas internas, vagas de emprego inclusivas, entre outras. E, por fim, tanto os respondentes do questionário, quanto os entrevistados, concordam que as startups e as grandes empresas são lugares mais propícios para pessoas LGBTQIA+ trabalharem, ainda que essa concordância tenha vindo com ressalvas de ambas as partes.

Destacamos também as convergências relativas aos aspectos negativos apontados nas respostas do questionário e pelos/as entrevistados/as. No questionário, foram citadas diversas barreiras que as pessoas LGBTQIA+ têm que enfrentar para alcançarem o crescimento profissional, e a ausência dessas pessoas, em cargos de liderança, que foi um tópico muito citado nas entrevistas, vem para comprovar essas barreiras. A LGBTQIA+ fobia também foi uma triste coincidência entre as duas frentes. Ainda que, em ambos os casos (respondentes e entrevistados/as), a maioria não tenha vivido nem presenciado nenhum

tipo de discriminação, uma boa parte já teve de lidar com ela, seja como alvo ou espectador. Tais dados reforçam que ainda há um longo caminho a ser percorrido na busca pelo respeito à diversidade e no combate a homo-lesbo-bi-trans-fobia no ambiente de trabalho.

Diversas ações apontadas pelos/as entrevistados/as, ainda que incipientes, parecem estar muito à frente do que é feito pelas empresas tradicionais. Um exemplo disso é quando se observa as ações para a atração de pessoas LGBTQIA+, inclusive as não-cisgêneras, para dentro dessas organizações. É notável a quebra que as *startups* fazem com os princípios de empresas tradicionais que, em sua maioria costumam excluir essas pessoas ainda no processo seletivo. No entanto, entendemos a necessidade de um estudo específico com essas empresas para confirmar tal afirmação.

As startups são um modelo de organização capitalista, com grande foco no lucro, entretanto, elas vêm conseguindo mesclar o potencial lucrativo comprovadamente gerado pelos colaboradores diversos, com o impacto social que tem o acolhimento à diversidade. Dessa forma, elas acabam se tornando um ambiente propício à propagação de informações e à abertura para diferentes opiniões e pontos de vista, contribuindo com seu princípio base, que é promover a inovação social, econômica e cultural.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Nadja Carolline Araujo. **A inclusão das pessoas transexuais e o papel da gestão da diversidade**. Trabalho de conclusão de curso (Administração) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2017.

ASSIS, Carlos Gustavo. **Novos tempos para os gays no mercado de trabalho?**: Um estudo com homossexuais atuantes em uma startup de Belo Horizonte. Dissertação

(Mestrado em administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. 139 p

BASTOS, A. V. B. et al. Teoria implícita de organização e padrões de inovação nos processos de gestão. **Psicologia: Reflexão e Crítica** [online]. v. 20, n. 1, 2007, 157-166 pp. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000100020>>. Acesso em: 14 dez. 2021

FUKUDA, Rachel Franzan. Assédio Sexual: Uma releitura a partir das relações de gênero. **Revista Simbiótica**, v. único , n. 01, 119-135 pp., jun. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/4512/3516>>.

GRIFFITH, K. H.; HEBL, M. R. The disclosure dilemma for gay men and lesbians: "coming out" at work. **Journal of Applied Psychology**, v. 87, n. 6, 1191-1199 pp., 2002. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12558225/> Acesso em: 03 nov. 2021.

Irigaray, H. A. R., Saraiva, L. A. S., & Carrieri, A. D. P. (2010). Humor e discriminação por orientação sexual no ambiente organizacional. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 14, n. 5, 890-906 pp., 2010. <Disponível em: doi: 10.1590/S1415-65552010000500008>. Acesso em: 14 dez. 2021

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**: Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, Brasília, ed. 2ª, p. 8-41, 2012.

LEMOS, P.; ANDRADE, A.; CARDOSO, B. Subvertendo gênero: o lugar da não-binaridade numa análise discursiva de "blogs". *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 9, n. 3, p. 314-326. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.17267/2317-3394rpds.v9i3.3132>

MIRANDA, J. Q.; SANTOS JÚNIOR, C. D.; DIAS, A. T. A Influência das Variáveis Ambientais e Organizacionais no Desempenho de Startups. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 5, n. 1, p. 28-65, 2016.

NUNAN, A. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansarai, 2003.

SANTOS, J. V. M.; SANTANA, A. C.; ARRUDA, G. D. Diversidade nas organizações: inclusão social ou estratégia competitiva. *Psicologia* PT. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1170.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, v. 28, p. 19-54, 2007

SIQUEIRA, M. V. S.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P.; LIMA, H. K. B.; ANDRADE, A. J. A. Homofobia e violência moral no trabalho no distrito federal. **Revista Organização & Sociedade.**, v.16 - n.50, p. 447-461 - Jul/Set - 2009 . Disponível em <https://www.scielo.br/j/osoc/a/nKZhfrspfbWNPfRZRZhZF3D/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21 ago 2021

SIQUEIRA, M. V. S.; ZAULI-FELLOWS, A. Diversidade e Identidade Gay nas Organizações. **Revista Eletrônica de Gestão Organizacional – GESTÃO.Org**, v. 4, n. 3, nov/dez 2006, 70-79pp. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/gestaoorg/article/view/21552/18246>. Acesso em 21 ago 2021

ZAGO, L. F. Armários de vidro e corpos-sem-cabeça na biossociabilidade gay online. **Revista Interface: Comunicação, Saúde e Educação**, v. 17, n. 45, abr./jun. 2013. 419-431pp. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/zGzSs9mxVPRsPnPnKTPf8Qw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21 ago 2021

9

AGENDA ESPECÍFICA OU AÇÕES PRÁTICAS: REFLEXÕES SOBRE VIVÊNCIAS E DESAFIOS DE PESSOAS LGBTQIA+ NO FUTEBOL MINEIRO

*Rafaela Cristina de Souza*¹

INTRODUÇÃO

O que é a mudança de fato na nossa frente e o que é apenas aquele velho discurso “para inglês ver”? O que é um posicionamento válido e o que é feito apenas para não ser cobrado pelo não posicionamento? Questões como essas aparecem na minha mente - há muito tempo - quando vejo uma propaganda na TV, quando aparece uma postagem em alguma rede social de uma marca ou de uma pessoa famosa, por exemplo, se posicionando em relação aos direitos de pessoas LGBTQIA+.

Acho que é importante deixar claro que este texto não é uma tentativa de responder a esse questionamento. Na verdade, acredito que a resposta seja muito mais complexa do que sim ou não e depende de vários fatores não são possíveis de apresentar no espaço de um capítulo delivro. No entanto, longe de tentar alcançar uma resposta, este capítulo é uma reflexão sobre o que é válido ou não, especialmente em relação ao futebol mineiro, um tema importante para a minha pesquisa de Mestrado. Sob influência da virada afetiva (Moriceau, 2020), este texto é uma tentativa de falar sobre os afetos a partir de uma experiência que vivi no dia 15 de maio de 2023, no Estádio Mineirão, localizado em Belo Horizonte. Mais do que uma escrita que traz diversas

¹ Rafaela Cristina de Souza é graduada em Jornalismo e mestranda em Comunicação Social pela UFMG. Integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Culturas Esportivas (Coletivo Marta). Bolsista Proex/Capes. E-mail: souzacrafaela@gmail.com.

reflexões, experiências, relatos e afetos, é também uma tentativa de sair da “zona de conforto” e buscar novas formas de me relacionar com o meu objeto de pesquisa, não mais como um simples objeto que deve ser explorado, investigado e relatado ao final da minha pesquisa de Mestrado, mas sim como um corpus sensível, que possui vida própria e que só pode se transformar em texto, em pesquisa acadêmica, a partir do encontro, da escuta e da abertura para um contato com afetos.

A partir dessa experiência no Mineirão, que será mais bem explorada no próximo tópico, muitos outros questionamentos em relação à pesquisa surgiram. Dessa forma, busco transmitir esses questionamentos e as minhas primeiras reflexões sobre os espaços efetivamente ocupados dentro do debate sobre a LGBTfobia, sobre as dinâmicas de poder que envolvem clubes, as campanhas publicitárias dentro do ambiente esportivo e sobre os próprios discursos de quem pode ou não falar dentro desses espaços.

“MARIAS, BICHAS, VIADOS...”: PERCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS SOBRE O FUTEBOL BRASILEIRO E SEU DISCURSO MACHISTA E HOMOFÓBICO

Sinto que falar que o futebol brasileiro é marcado por violências diversas não é exatamente uma novidade. Franzini (2005), por exemplo, diz que o futebol, desde a sua origem, é configurado por um espaço predominantemente masculino, tanto do ponto de vista esportivo quanto cultural, ou seja, “os valores nele embutidos e dele derivados estabelecem limites que, embora nem sempre tão claros, devem ser observados para a perfeita manutenção da ‘ordem’, ou da ‘lógica’, que se atribui ao jogo e que nele se espera ver confirmada” (Franzini, 2005, p. 316).

Especialmente sobre a homofobia, outros estudos como os de Bandeira (2010) e Bandeira e Seffner (2013) trazem reflexões sobre como é na torcida que esses discursos homofóbicos alcançam o seu ápice. Para

além disso, partindo da minha própria experiência, não posso contar nos dedos quantas vezes estive em um jogo do Cruzeiro, meu time do coração, em que a torcida entoou cantos homofóbicos, machistas e até mesmo racistas. Em uma situação específica, num jogo que acredito que jamais vou esquecer, lá em 2019, o Cruzeiro enfrentou o Flamengo no Mineirão e estava perdendo por 2x1, placar que permaneceu até o final do jogo. Em determinado momento, a torcida começou a cantar uma música direcionada à torcida rubro-negra com tantas nuances de violências, especialmente pelo contexto de racismo e elitismo classista direcionado a essa torcida². Foi um dos dias em que saí do estádio me perguntando por que ainda gosto tanto de futebol assim.

Infelizmente, esse não foi um caso isolado. Eu poderia ficar horas ou, nesse caso, páginas e mais páginas relatando situações de violência que vi e, infelizmente, vivenciei em tantas idas e vindas ao estádio Mineirão. Em todas essas experiências, senti que o futebol, como apontam Bandeira e Seffner (2013), está inserido em um contexto em que a virilidade masculina é exaltada, ao mesmo tempo em que são manifestadas diversas formas de violência verbal e até mesmo física, a partir de diferentes gritos e cantos (Bandeira; Seffner, 2013, p. 269).

Nesses gritos, citando apenas alguns exemplos entre os tantos que temos Brasil afora, a torcida do Cruzeiro vira “Maria”, a do Atlético-MG vira “Frangas”, o símbolo do Corinthians, Gavião, vira “Beija-flor” e a torcida do São Paulo vira “bicha”. Nesses cânticos, o Outro é sempre colocado como algo que remete à performance feminina homogênea e a tudo que seria diferente daquilo que é visto como a virilidade masculina dominante, ou seja, “a homofobia, nesse contexto, é a consequência

² Diferentes autores já pesquisaram sobre o racismo direcionado aos torcedores do Flamengo ao longo da história. Gomes (2022), por exemplo, mostra como o uso do termo “mulambo” é uma demonstração de racismo contemporâneo confundida como uma “simples provocação do futebol”.

lógica de todo um processo que incita o ódio à determinada diferença” (Mendonça; Mendonça, 2021, p. 13).

Nesse sentido, entre gritos como “Ô cruzeirense, toma cuidado: o Bolsonaro vai matar viado!” (Mendonça; Mendonça, 2021) e “atirei o pau no Grêmio”, a violência tão comum em estádios brasileiros envolve grupos específicos, frequentemente direcionada às pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+ e às mulheres. Diante desse breve contexto sobre os discursos ainda vigentes, tento trazer, a seguir, algumas reflexões sobre o Seminário realizado no Mineirão e as minhas próprias afetações em relação a esta experiência, especialmente por estar ali como pesquisadora, mas, também, como torcedora, como alguém que já vivenciou violências em ambientes ligados ao futebol e que, mesmo diante de todos esses e tantos outros atravessamentos, gostaria de dialogar e contribuir por um futebol menos intolerante.

Confesso que escrever este texto não é tarefa fácil, não só por se tratar de algo que me atravessa diariamente, mas porque esta é a minha primeira tentativa de fazer uma pesquisa com afetos. Conforme aponta Sônia Pessoa (2021), compartilhar é um ato de exposição, mas também é um ato de tirar de dentro algo que, muitas vezes, nos atormenta, dando ao outro a possibilidade de questionamento, de dúvida, de provocações. Para além disso, compartilhar é: uma possibilidade de estar comigo, em pesquisa e em atitudes de vida. Talvez haja aqui um quê de crueldade, o desejo que impele alguém a fazer mal a quem amamos ou por quem sentimos comiseração” (Pessoa, 2021, p. 58).

Talvez esse texto tenha um quê de crueldade, uma reflexão sobre coisas que já ouvi, já questionei e já falei. Mas é também é a minha chance de colocar os sentimentos para fora e, de alguma forma, conseguir contribuir para que a minha pesquisa seja menos sobre mim, sentada na frente de um computador escrevendo uma dissertação sobre

as minhas próprias conclusões, e mais sobre essa troca entre o(s) Outro(s) e eu.

SEMINÁRIO DE COMBATE À LGBTFOBIA NO FUTEBOL MINEIRO: EXPERIÊNCIA DE ESCUTA E AFETOS

No dia 15 de maio de 2023, o Estádio Mineirão, localizado em Belo Horizonte, em parceria com o coletivo Marias de Minas³, realizou o “1º Seminário de Combate à LGBTfobia no futebol Mineiro: Novas perspectivas sobre diversidade e inclusão no esporte”. Pouco antes do evento, recebi um convite por e-mail para participar do evento. Esse convite só chegou até a minha caixa de e-mail porque fiz parte do coletivo há alguns anos e também acompanho o trabalho realizado pelas pessoas que fazem parte do coletivo desde 2019. Alguns dias depois, também percebi que o convite foi compartilhado no Instagram do coletivo, mas não encontrei nenhuma informação sobre o evento nos canais de comunicação do Mineirão e nem nas redes sociais das pessoas convidadas. Esse foi o meu primeiro incômodo em relação ao evento. Como dialogar sobre formas de combater a LGBTfobia sem uma divulgação maior? Sem envolver outros atores, como clubes, torcedores e demais pessoas envolvidas no contexto do futebol mineiro? Retomarei essas indagações depois de contar um pouco da minha experiência naquela segunda-feira de maio, mas acho válido ressaltar essa invisibilidade do tema que encontrei dias antes da própria realização do evento.

No meio da correria entre trabalho e mestrado, consegui chegar ao Estádio poucos minutos antes de o evento começar e, diante disso, tento trazer as minhas afetações em relação ao que ouvi e vi naquela tarde.

³ Torcida LGBTQIA+ do Cruzeiro Esporte Clube. Disponível em: <https://www.instagram.com/mariasdemg/>. Acesso em: 25 jun. 2023



Figura 2- Seminário Mineirão. Fonte: A autora (2023)

A primeira pessoa a tomar a posição central no Seminário e abrir o diálogo foi o fundador da Marias de Minas e co-fundador do Coletivo Canarinhos LGBT⁴, Yuri Senna, no painel chamado de “Vivências e desafios de uma pessoa LGBTQIA+ no futebol”. Nesse momento, Yuri trouxe diversos relatos sobre situações de violência que já vivenciou dentro do contexto futebolístico, chegando a ameaças verbais e físicas⁵ e sobre como ele não consegue mais vivenciar a experiência de ser um

⁴ O coletivo de Torcidas Canarinhos LGBTQ surgiu em 2019 com o objetivo de combater a LGBTfobia com ações, campanhas, iniciativas e sugestões de inclusão e diversidade. Disponível em: <https://canarinhoslgbtq.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

⁵ Torcedor do Cruzeiro vítima de homofobia usa vídeo discriminatório para se declarar ao namorado. Disponível em: https://www.mg.superesportes.com.br/app/noticias/ultimas-noticias/1,1208,1,10/2019/09/12/noticia_cruzeiro,2172564/torcedor-do-cruzeiro-vitima-de-homofobia-se-declara-ao-namorado.shtml. Acesso em: 25 jun. 2023.

torcedor de futebol pela falta de segurança após essas ameaças. Atualmente, ele voltou a frequentar o estádio, mas em setores específicos, como o camarote, por exemplo, e ainda sente muito medo de ser reconhecido por alguém e ser perseguido na saída do estádio. Além disso, ele disse que não tem coragem de assistir nenhum jogo em outro estádio a não ser o Mineirão, porque é só aqui que ele conhece as dinâmicas e os ambientes mais seguros, ou menos arriscados, já que, na verdade, ainda não há ambiente seguro para uma pessoa LGBTQIA+ dentro de um estádio de futebol no Brasil.

Aqui, acho importante ressaltar a fala de Yuri em relação a não poder viver a experiência de torcedor. Muitas vezes, pensamos em como essas violências são carregadas de diversos estereótipos, de discursos extremamente homofóbicos, de uma tentativa incansável de se distanciar de tudo aquilo que não representa a virilidade masculina tão louvável pela masculinidade homogênea, que nos esquecemos de violências tão “sutis” e igualmente dolorosas. Eu cresci frequentando o Mineirão, lembro do meu pai me levar junto com a minha irmã, ainda antes da reforma para a Copa do Mundo de 2014. Lembro também da felicidade que sempre foi estar ali, estar perto de pessoas que torcem pelo mesmo time do que eu, de vibrar depois de um gol, de xingar depois de uma falta ou de impedimento marcado, por exemplo. Mais velha, quando passei a frequentar o Mineirão com amigos e amigas, senti-me ainda mais feliz por encontrar essas mesmas pessoas na Esplanada do Mineirão, horas antes do jogo, só para conversar sobre a vida. Isso sem contar os abraços e os choros presentes, tanto quando ia ao estádio com o meu pai, quanto mais recentemente. Compartilhar dores e alegrias com conhecidos e estranhos é uma das coisas mais engraçadas (e bizarras) de quem frequenta estádios de futebol.

Deixando de lado todo o meu saudosismo e voltando ao relato de Yuri, é triste pensar em como essa violência nos tira até de momentos tão comuns, tão típicos do cotidiano. Para além do risco físico, vejo aqui uma violência simbólica tão agressiva que te faz ser odiado por gostar de quem você gosta, de ser quem você é, a ponto de não poder encontrar amigos antes do jogo, a ponto de não poder acompanhar sempre o seu time do coração no estádio. Assim, a experiência trazida por Yuri mostra como as relações de poder (Foucault, 1995) atuam em diferentes esferas das nossas vidas chegando, inclusive, a afetar relações e vivências tão simples e cotidianas para alguns corpos.

Outro ponto interessante da fala de Yuri foi direcionado aos clubes de futebol da capital mineira, América-MG, Atlético-MG e Cruzeiro. Nesse caso, Yuri falou sobre a própria invisibilidade e deslegitimação dos clubes em relação às torcidas LGBTQIA+, já que apenas o América-MG e o Cruzeiro reconhecem os coletivos formados por torcedores LGBTQIA+ (Foras da Toca, do América-MG, e Marias de Minas, do Cruzeiro). Segundo Yuri, esse reconhecimento é uma atitude de transformação social, que busca romper com o contexto machista e homofóbico do futebol brasileiro. Ainda em relação aos três clubes, Yuri cita duas campanhas específicas como ações que, para ele, também entram nessa categoria de transformação social. Uma das campanhas foi feita pelo Cruzeiro em junho de 2022, que divulgou um vídeo⁶ em que a torcedora Michelle fala sobre o seu amor pelo clube. Já a outra campanha citada por Yuri se trata de um vídeo publicado pelo Atlético-MG⁷ que mostra comentários homofóbicos postados por torcedores em

⁶ Contra intolerância, Cruzeiro apoia Michelle Mara: 'Mulher trans e cruzeirense'. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/sports/cruzeiro/contra-intolerancia-cruzeiro-apoia-michelle-mara-mulher-trans-e-cruzeirense-1.2690573>. Acesso em: 26 jan. 2024.

⁷ Disponível em: <https://twitter.com/Atletico/status/1277208876451074049>. Acesso em: 26 jan. 2024.

uma postagem do clube sobre o Dia da Luta Contra LGBTfobia. Nesse caso, o vídeo traz dados sobre o número de pessoas LGBTQIA+ que morreram em 2019, ano anterior à postagem, no Brasil e em Minas Gerais e termina com a seguinte frase: “O Atlético acolhe todos, seja qual for a classe, raça ou orientação sexual. Mas não acolhemos preconceito!”. Aqui, podemos ver uma tentativa de mostrar porque é importante falar sobre o tema, já que muitos comentários criticavam o posicionamento do clube, falando que se tratava de “mimimi”.

Sobre essas campanhas, uma pessoa que estava como ouvinte no Seminário, pediu a palavra e disse que não concordava com a visão de que tais campanhas e ações dos clubes, especialmente do Atlético-MG, pudessem ser vistas como atitudes de transformações sociais. É interessante observar a discordância, especialmente porque eu também compartilho da mesma ideia de que apenas campanhas em redes sociais não são suficientes, especialmente porque nos comentários as pessoas continuam com os mesmos discursos homofóbicos. Além disso, são campanhas muito pontuais, que aparecem em maio e em junho, mas somem no restante do ano, principalmente quando as próprias torcidas entoam cantos homofóbicos como os citados anteriormente.

No caso desse questionamento, a resposta de Yuri pontuou o fato de que antes não tínhamos nada, os clubes não se posicionavam, eram datas em branco. Michelle, a torcedora que citei anteriormente e que é uma mulher trans, também estava presente no evento e comentou que, antes dos posicionamentos do Cruzeiro, ela sempre entrava no Twitter e no Instagram e via as postagens de outros clubes, pensando em quando o próprio time também adotaria aquele tipo de agenda e falaria sobre o assunto. Falas como essas não são incomuns. Em uma rápida leitura na última postagem do Cruzeiro sobre o assunto no Twitter, por

exemplo, divulgada em 17 de maio de 2023⁸, Dia Internacional contra a LGBTfobia, encontrei muitos comentários exaltando o fato de que aquele tipo de postagem é muito importante.

De fato, essas inquietações sobre os posicionamentos não só de times de futebol, mas de marcas, empresas e artistas, por exemplo, perpassam não só o meu pensamento, mas as próprias investigações de outros pesquisadores⁹. Como mencionado no começo deste capítulo, minha tentativa aqui não é responder se são campanhas e posicionamentos válidos ou não, mas refletir sobre os tensionamentos desses discursos e sobre como, muitas vezes, eles são ou não aplicáveis na prática, como discuto no tópico a seguir.

“PARA INGLÊS VER”? CULPABILIDADE, RESPONSABILIZAÇÕES E DISCURSOS DE “FAZEMOS O QUE É POSSÍVEL” DENTRO DE DETERMINADOS CONTEXTOS

Dentro dessa mesma reflexão sobre os posicionamentos dos clubes, passo para o debate do segundo painel, que trouxe como convidados a diretora de futebol feminino do Cruzeiro, Kin Saito, e o diretor de negócios do Cruzeiro, Lênin Franco. Ambos falaram sobre o contexto do Cruzeiro, mas vale ressaltar aqui que Yuri, que além de relatar sobre a própria vivência, permaneceu como mediador dos demais painéis do evento, disse que Atlético-MG e América-MG também foram convidados para participar e dialogar no Seminário, mas não enviaram nenhuma resposta. A Federação Mineira de Futebol (FMF), também foi convidada e não compareceu. Acredito que essa ausência de resposta também diz da (não) importância do debate sobre a presença

⁸ Disponível em: <https://twitter.com/Cruzeiro/status/1658821593022316544>. Acesso em: 25 jun. 2023.

⁹ Bertonecello (2020), por exemplo, investiga as campanhas do Esporte Clube Bahia direcionadas ao combate da LGBTfobia.

de pessoas LGBTQIA+ no futebol para os clubes e entidades que não compareceram.

Voltando para as falas dos dois convidados que representavam o Cruzeiro, destaco o relato de Kin sobre as jogadoras do time feminino. Segundo a diretora, a demanda por participar de ações que envolvem o dia do Orgulho LGBTQIA+ e o Mês da Consciência Negra, por exemplo, parte das próprias atletas, que relataram que gostariam de participar, sendo também um momento em que muitas se posicionam como pessoas LGBTQIA+ ou como apoiadoras. É interessante observar como o ambiente do futebol de mulheres, relatado pela diretora, parece ser tão diferente do masculino. No Corinthians, por exemplo, as próprias jogadoras sempre se posicionam e foram, inclusive, importantes na demissão do técnico Cuca, acusado e condenado por cometer violência sexual contra uma criança de 13 anos¹⁰. Aqui temos, inclusive, a importância da prática para além do posicionamento em rede social. O Corinthians tem uma campanha chamada “Respeita as Minas” há alguns anos, dedicada às jogadoras que atuam no clube e, no caso do posicionamento das atletas contra a contratação de Cuca, a reivindicação pelo compromisso de respeitar as mulheres, para além do discurso, foi o ponto chave no debate levantado:

¹⁰ Jogadoras do Corinthians emitem nota sobre Cuca: “Respeita as Minas não é uma frase qualquer”. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/times/corinthians/noticia/2023/04/23/jogadoras-do-corinthians-emitem-nota-sobre-cuca-respeita-as-minas-nao-e-uma-frase-qualquer.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2023.

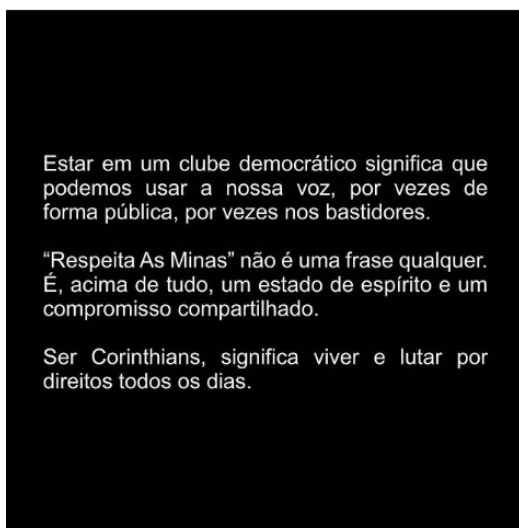


Figura 3- Imagem compartilhada por jogadoras do Corinthians sobre a contratação do técnico Cuca. Fonte: Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CrZdCQ3tqsQ/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

Recuperei esta postagem compartilhada pelas jogadoras para ilustrar como o debate em relação às violências vivenciadas por mulheres e por pessoas LGBTQIA+, dentro do esporte feminino, parece muito mais avançado do que em relação aos times masculinos. Segundo Kin, os jogadores da base do Cruzeiro participam das palestras e conversas promovidas pelo clube em relação a temas como racismo e homofobia, mas esse tipo de debate não chega ao time profissional masculino. Questionado sobre isso, o diretor de negócios do Cruzeiro, Lênin, disse que existe uma dificuldade maior em relação ao time profissional, especialmente por ser um ambiente marcado por jogadores mais velhos, que estão acostumados a ter uma visão muito mais individualista e não muito aberta a debates como esses. Lênin também disse que “o Cruzeiro não está maduro ainda para fazer ações mais efetivas, que não dá conta disso, que a saída é melhorar a base primeiro, para depois atingir outros públicos”. Essa fala é interessante,

porque surgiu justamente depois de um questionamento de uma pessoa que estava na plateia sobre ações mais práticas que vão além dos posicionamentos em redes sociais.

Aqui, percebi um “mea culpa” na fala de Lênin, que disse que entende a importância, mas que ainda não é possível pensar em coisas além do que já fazem hoje. Ele também traz o exemplo do Esporte Clube Bahia, clube em que trabalhou por anos, onde contribuiu para novos posicionamentos. O Bahia foi responsável por diferentes ações, não só no âmbito da comunidade LGBTQIA+, mas também de ações contra o racismo, machismo e violência doméstica, por exemplo. Segundo ele, no começo, a realização dessas ações foi difícil e, só depois de alguns anos, foi possível propor outras práticas mais efetivas.

Além disso, Lênin também contou uma experiência de bastidores com um jogador do Cruzeiro. Em junho de 2022, o Cruzeiro passou a jogar com uma braçadeira de capitão com as cores da bandeira do movimento LGBTQIA+¹¹. No entanto, depois de um jogo, um dos jogadores perguntou se precisaria continuar usando a braçadeira, demonstrando certo incômodo, caso fosse necessário. O clube continuou jogando com a braçadeira por mais alguns meses, mas acredito que o ponto de destaque aqui é a própria importância do jogador (ou ausência dela) em relação ao gesto, principalmente, quando lembro do relato do tópico anterior sobre a ausência de posicionamento dos times.

É interessante (e triste) ver como esses posicionamentos são vistos como avanços, já que antes havia uma invisibilidade das pautas dentro dos clubes, ao mesmo tempo em que isso é tratado de forma tão

¹¹ Orgulho LGBTQIA+: Cruzeiro joga com braçadeira e bandeira no Mineirão em mês de celebração. <https://ge.globo.com/futebol/times/cruzeiro/noticia/2022/06/08/orgulho-lgbtqia-cruzeiro-joga-com-bracadeira-e-bandeira-no-mineirao-nas-cores-de-bandeira.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2023.

“protocolar” por quem participa dessas ações. Será que o jogador que perguntou isso, que demonstrou incômodo por ter que continuar usando, realmente se importa com a causa? Será que isso realmente mudou a forma com que ele enxerga essas pessoas? É difícil responder e imaginar pelo outro, especialmente porque a grande maioria dos jogadores brasileiros são homens cis heterossexuais, mas, ao mesmo tempo, podemos perceber como as dinâmicas de invisibilidade e de violência permanecem, mesmo quando há uma tentativa de mudar discursos em datas e campanhas específicas.

Ainda sobre esse contexto de culpabilização, cito o relato dos jornalistas convidados do evento: Débora Elisa e Rayllan Oliveira, do jornal O Tempo, e Guilherme Piu, da rádio Itatiaia. No geral, os três falaram bastante sobre como é difícil divulgar e propor diálogos sobre a violência contra a comunidade LGBTQIA+ dentro do jornalismo esportivo. Aqui, percebi que os jornalistas mostraram uma sensibilização sobre a causa e se comprometeram a continuar abordando e estabelecendo diálogos sobre isso dentro da comunicação. Depois do evento, a jornalista Débora publicou uma reportagem sobre o Seminário¹², trazendo relatos e informações sobre os painéis que citei anteriormente. Sobre o papel da imprensa, a notícia trouxe que os jornalistas presentes “discutiram as maneiras que a mídia pode ser aliada no combate às discriminações, como ferramentas de denúncia e ampliação de vozes e histórias de pessoas LGBTQIA+ no ambiente esportivo” (O Tempo, 2023).

Nesse sentido, cabe mencionar a importância das instituições no combate aos diferentes tipos de discriminações. A imprensa, por

¹² Mineirão e Marias de Minas realizam seminário contra LGBTQIA+fobia no futebol. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/sports/futebol/mineirao-e-marias-de-minas-realizam-seminario-contralgbtqia-fobia-no-futebol-1.2869967>. Acesso em: 25 jun. 2023

exemplo, pode realmente ser um importante aliado quando se propõe a trazer esses debates para o centro da pauta, com falas de pessoas LGBTQIA+, com a sugestão de ações e até mesmo com um papel de vigilância em relação aos cantos homofóbicos proferidos por torcidas, por exemplo. Considerar o conhecimento e a vivência dessas pessoas é, inclusive, uma forma de mudar o cenário vigente, em busca de novas narrativas e contra diferentes tipos de invisibilidades e formas de opressão (Demétrio; Bensusan, 2019)

Além disso, outras instituições além dos próprios times são importantes nessa luta, e é justamente isso que destacou Yuri Senna em sua fala sobre o Seminário, já no final do evento. Segundo ele, o evento foi importante, mas ainda é necessário reunir mais pessoas, ter a colaboração de mais instituições, principalmente porque se trata de uma luta coletiva e que precisa de mais vozes para gerar impactos na sociedade. Yuri também citou a falta de patrocínio para o evento, que só contou com o apoio do Mineirão e que nenhuma marca deu resposta positiva para ajudar com os custos do evento. É interessante observar isso já que muitas marcas se posicionam como aliadas, mas, nesses momentos, não há um incentivo direto em ações que buscam combater a LGBTfobia não só no futebol, mas na sociedade brasileira.

Por fim, ainda sobre as instituições, cito o último painel, chamado “A importância das instituições de futebol no cenário mineiro”, que trouxe as falas da coordenadora de comunicação e marketing do Mineirão, Bárbara de Faria, e do árbitro Igor Junior Benevenuto, primeiro árbitro FIFA a se assumir gay¹³. Na fala de Bárbara, ela trouxe a própria vivência, se colocando como uma mulher negra e que faz parte

¹³ Igor Benevenuto é o primeiro árbitro Fifa a se declarar gay: “Sem filtro e finalmente eu mesmo”. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/noticia/2022/07/08/igor-benevenuto-e-o-primeiro-arbitro-fifa-a-se-declarar-gay-sem-filtro-e-finalmente-eu-mesmo.ghtml>. Acesso em: 25 jun. 2023.

da comunidade LGBTQIA+, e que se importa ativamente com o tema, buscando trazer esses debates para dentro do estádio. Bárbara citou as campanhas feitas pelo Mineirão, especialmente nos intervalos dos jogos, que mostra tanto a importância de não entoar cantos homofóbicos e racistas, quanto dados e informações sobre o futebol de mulheres praticado no Brasil e sobre o crime de importunação sexual. Aqui, é interessante observar como uma mulher com diferentes atravessamentos se posiciona em relação ao tema e busca levantar a voz, sempre que possível, para promover ações que contribuam para que os jogos no Mineirão sejam menos hostis para pessoas LGBTQIA+.

Outro ponto em destaque vem da fala do árbitro Igor, que também fala da própria vivência como um homem gay. Nesse caso, ele trouxe a visão das palestras promovidas pela CBF para que os árbitros tenham mais informações sobre como agir em caso de crimes de homofobia durante os jogos. Em ambos os relatos, acredito que houve uma preocupação maior em trazer ações mais efetivas.



Figura 4- Seminário Mineirão. Fonte: João Guilherme Arenazio / Agência i7. Disponível em: <http://estadiomineirao.com.br/o-mineirao/imprensa/noticias/seminario-discute-vivencias-e-desafios-de-pessoas-lgbtqia-no-futebol/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ENTRE O PESSIMISMO E O OTIMISMO: REFLEXÕES SOBRE UM FUTEBOL MENOS MACHISTA, RACISTA E LGBTFÓBICO

Afinal, o que é a mudança de fato à nossa frente (ou uma tentativa) e o que é apenas aquele velho discurso “para inglês ver”? Depois dos relatos, afetos e experiências compartilhados neste trabalho, chego ao fim das minhas reflexões sem conseguir responder esta questão. Na verdade, surgiram mais outros tantos questionamentos durante a minha escrita, principalmente porque escrever a partir de uma abordagem afetiva das experiências (Moriceau; Mendonça, 2016, p. 95) nos faz reviver a própria experiência relatada, abrindo margem para novas questões e novas conclusões.

Retomando Moriceau (2020), uma pesquisa com afetos envolve três momentos: o primeiro acontece a partir do contato com o campo que, no meu caso, aconteceu no Seminário promovido pela Marias de Minas e o Mineirão. O segundo é chamado de movimento, em que o que foi encontrado pode começar a promover algumas mudanças na pesquisa. Por fim, Moriceau aponta o terceiro momento como a reflexividade e a construção de um texto a partir dessas experiências vivenciadas (Moriceau, 2020, p. 26).

Nesse sentido, destaco aqui a importância desse movimento de reflexividade em uma pesquisa guiada pelos afetos como forma de repensar a nossa própria pesquisa, questionando nossas escolhas iniciais, nossas ferramentas e até mesmo as nossas próprias interpretações (Moriceau, 2020, p. 39). Assim, quando retomo minhas indagações iniciais, minhas “certezas” e minhas principais motivações para fazer esta pesquisa, vejo o quanto esse exercício de reflexividade me permitiu ter um olhar muito mais plural, menos “certo” e mais acolhedor, já que esse movimento

[...] nos permite desarticular pensamentos que se encadeavam sob certa lógica considerada “correta”, nos permite fazer tremer, mudar um pouquinho essa construção, para que outras construções sejam possíveis. Não pode haver certeza de que a segunda construção pode não seja a melhor, mas se temos diferentes possibilidades de pensar a situação, isso pode potencializar nosso gesto reflexivo. Ou seja, quando temos diferentes vocabulários para pensar, podemos ampliar o universo fabulativo e nossas ferramentas criadoras de enunciados. (Moriceau, 20, p.39).

Recuperando os principais pontos abordados ao longo deste capítulo, destaco as próprias ironias e inconclusões vindas das falas dos participantes do Seminário, que também se somaram aos meus questionamentos iniciais e me fizeram perceber que não é possível fazer uma pesquisa sobre um público tão marcado por diversas vulnerabilidades sem, de fato, ouvir o que essas pessoas têm a dizer. A vivência de Yuri, por exemplo, nos mostra como ainda há muito o que fazer em relação ao combate da LGBTfobia dentro do futebol mineiro, tendo em vista que, ainda hoje, ele sofre ameaças e não se sente seguro dentro do estádio. Acredito que os demais convidados trouxeram alguns relatos com certo tom de otimismo, abrindo o diálogo para novas narrativas na imprensa sobre as violências que ainda são vivenciadas por pessoas LGBTQIA+, por exemplo, mas ainda assim faltam atitudes mais práticas e efetivas.

Falar sobre o tema já é um grande avanço e contribui muito para a luta, mas, como o próprio Yuri e outras pessoas também questionaram, é preciso fazer mais se realmente queremos um futebol menos violento, especialmente em relação a grupos minoritários. Nesse sentido, talvez as campanhas não sejam “para inglês ver”, mas deveriam ser mais direcionadas “para todas as pessoas”. A falta de divulgação sobre o Seminário que citei como um dos meus primeiros incômodos, por

exemplo, mostra como o debate ainda precisa avançar e chegar a um público maior.

Além disso, se os gritos e cantos homofóbicos mostram como a masculinidade vivida no contexto do futebol é machista e homofóbica (Mendonça; Mendonça, 2021), o debate e o diálogo estabelecidos naquela tarde de maio também poderiam indicar novas ações práticas que vão além de posicionamentos em redes sociais. Trazendo as minhas reflexões, confesso que tenho uma forte tendência em ser uma pessoa pessimista, mas ainda acredito no papel do diálogo, da pesquisa e principalmente da educação como mediadoras da transformação social. No entanto, vejo que esses posicionamentos demonstram que a preocupação maior parece ser “até quando preciso usar essa braçadeira colorida”, “até quando posso postar um ‘Time de Todos’ no Instagram, sem de fato contribuir para que o time seja de todos”, por exemplo, e não uma tentativa de realmente propor ações efetivas em busca de um futebol menos LGBTfóbico e machista, com posicionamentos específicos em maio e junho.

Traçando um paralelo com o conceito de vidas precárias de Butler (2019), enxergo aqui um processo de desumanização, como se essas reivindicações não fossem válidas ou fossem menos importantes. Ou seja, nessa dinâmica de qual vida conta como vida, de quem é realmente humano, de quais lutas importam, parece que as lutas de pessoas LGBTQIA+, dentro do futebol, importam menos ou importam apenas os 90 minutos de uma partida, ou as 24 horas do dia 17 de maio ou de 28 de junho. É como se, depois que o árbitro apita o fim do jogo, a braçadeira colorida é retirada e as bandeiras com as cores do arco-íris voltam para o fundo do armário, assim como os debates em busca de um ambiente mais diverso e inclusivo, bem como os próprios torcedores que não podem ser quem são, não só dentro dos estádios, mas também nas dinâmicas cotidianas da vida.

Por todas essas “certezas” que eu já tinha antes mesmo de chegar ao Mineirão, confesso que senti o que Moriceau (2020) chama de algo que não é belo, algo inquietante, e que foi capaz de me paralisar em um primeiro momento. Agora, refletindo sobre essa experiência, vejo que apesar de entender a importância desse encontro no Mineirão e também desses posicionamentos nas redes sociais do clube, senti-me incomodada por ver que ali estavam pessoas que já são aliadas no combate à LGBTfobia, sendo necessário, portanto, ir além para promover ações socioeducativas e atrair outros públicos para o debate.

Essas foram reflexões iniciais, que voltam o olhar muito mais para mim do que para as outras pessoas que estavam ali. No entanto, deixando, mais uma vez, as minhas “certezas” de lado, reconheço o quão valioso foi ouvir a experiência de quem estava ali e de como várias pessoas consideraram o evento um grande avanço, especialmente porque, até pouco tempo, os clubes nem se posicionavam em relação a essas temáticas, ignorando completamente o papel social que o esporte também desempenha na nossa sociedade. Portanto, guardo e reafirmo uma pequena conclusão que tive, a partir dessa experiência e que, acredito, fará toda a diferença para a minha pesquisa: mesmo que os clubes ainda não tenham ações muito práticas, o que eles fazem já é importante para essas pessoas, que é justamente permitir que elas sejam reconhecidas, mesmo que minimamente, pelo seu clube do coração.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Vida precária**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

BANDEIRA, G. A.; SEFFNER, F. Futebol, gênero, masculinidade e homofobia: um jogo dentro do jogo. **Espaço Plural**, v. 14, n. 29, 2013.

- BANDEIRA, G. Um currículo de masculinidades nos estádios de futebol. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, 2010.
- DEMÉTRIO, F.; BENSUSAN, H. N. O conhecimento dos outros: a defesa dos direitos humanos epistêmicos. **Revista do CEAM**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 110–124, 2019. DOI: 10.5281/zenodo.3338716. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/22296>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- FOUCAULT, M. F. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel **Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315–328, dez/2005.
- GOMES, T. M. S. **Entre favelados, mulambos e urubus**: O racismo na história do Clube de Regatas do Flamengo. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2022.
- MENDONÇA, C. M. C.; MENDONÇA, F. V. K. M. “Ô bicharada, toma cuidado: o Bolsonaro vai matar viado!” Cantos homofóbicos de torcidas de futebol como dispositivos discursivos das masculinidades. **Galáxia**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-2553202146768>. Acesso em 14 jun. 2023.
- MORICEAU, J. L.; MENDONÇA, C. M. C. Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. In: MENDONÇA, C. M. C.; DUARTE, E.; FILHO, J. C. **Comunicação e sensibilidade: pistas metodológicas**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2016.
- MORICEAU, J. L. Encontro 1. Afetos e modos de pensar a Comunicação. In: MORICEAU, J. L. **Afetos na pesquisa acadêmica**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020.
- PESSOA, S. C. Inquietações que nos movem: argumento e polifonia em pesquisa de dimensão afetiva. In: PESSOA, S. C.; MARQUES, A. S.; MENDONÇA, C. M. C. **Afetos: teses e argumentos**. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2021.

PESQUISA QUE É COSTURA SEM MOLDE: CONSIDERAÇÕES DE UM CORPO QUE VIVE COM HIV E EXIGE SER OUTRO

*Matheus Henrique da Silva Salvino*¹

*Sônia Caldas Pessoa*²

POR SÔNIA CALDAS PESSOA

A tarde caía e era preciso respirar um pouco. As discussões intensas no Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências nos catapultaram para imersões em questões delicadas e, porque não dizer, profundas demais. Em algum momento, era preciso alcançar um estado de suspensão: aquele no qual interrompemos o diálogo, buscamos o jardim e falamos sobre outros temas, como se longe estivéssemos dali, para que a mente e o corpo recobrem certo distanciamento e retomem a racionalidade necessária, em meio a tantas afetações, para as reflexões teórico-metodológicas.

Pesquisar com e a partir da filosofia dos afetos é coisa perigosa, terreno escorregadio, tecido a ser costurado, quiçá, bordado com as inúmeras incertezas e os desafios incontáveis que surgem na jornada. Não controlamos variáveis, as encontramos, nos colocamos ao lado delas, negociamos, e vamos percorrendo os caminhos possíveis diante dos nossos limites.

¹ Professor, Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Mestre em Comunicação Social pela mesma Universidade. mat.salvino@gmail.com.

² Doutora em Estudos Linguísticos, Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (UFMG), Co-Coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências, do Laboratório de Experimentações Sonoras e da Rádio Terceiro Andar. Bolsista de Produtividade do CNPQ e professora visitante do Institut Mines-Telecom (França) entre agosto de 2023/2024 com bolsa Capes-Print. Coordenadora do Projeto Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência com financiamento da Fapemig. soniacaldaspessoa@gmail.com.

A sala da Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) estava cheia naquela tarde. Conseguimos realizar a reunião ali e não na modesta sala do Afetos para contemplar as pessoas com deficiência com os espaços necessários para a circulação e acomodação delas - só uma sala espaçosa nos atenderia naquele momento. Se o local era adequado e tinha acessibilidade, o jardim se apresentava sedutor.

Admirar as flores e o verde nos dá a sensação de abertura, de certa liberdade, de uma comunhão com a natureza e com nossos próprios corpos. Em busca deste respiro, olho para o horizonte, deixo os pensamentos fluírem. De repente, ao meu lado, Matheus inicia um diálogo sobre a presença do corpo dele na universidade, como sempre se sentiu não pertencente, exterior, e que, naquela hora, quase do pôr do sol, parecia estar se encontrando, algo que nunca havia sentido em seus vários anos de estudo, em mais de um curso de graduação, e em outras experiências, não aquelas relacionadas à educação propriamente dita, mas que trazem aprendizado para a vida.

A gente perde a noção daquelas frações de segundo nas quais o espaço-tempo do encontro se dá e nas quais a escritura acontece. Para mim, a escritura é um acontecimento do corpo, pura afetação que tece a nossa atividade intelectual à experiência do vivido, de onde o nosso corpo está ou esteve. Também perdi a noção da fração de segundo na qual me afetei profundamente pela fala do Matheus e quando percebi havíamos quebrado o protocolo entre orientadora e orientando durante um intervalo de reunião de pesquisa.

– Aqui é o seu lugar, sinta-se em casa, foi o que consegui dizer.

Pode ser que detalhe haja muito mais do que escrevo agora. Esta é a primeira memória nítida que tenho do Matheus. Ela não se apaga. Foi ali que o conheci. Há, talvez, um outro espaço-tempo que convém

mencionar. Ainda não era o corpo do orientando materializado para a orientadora. Mas obra do 'acaso' e, claro, ele não existe, mas nos ajuda a explicar o que não tem explicação para determinados encontros.

A orientação de Matheus chegou a mim na distribuição de projetos de pesquisa por conta do tema geral vulnerabilidades, sobre o qual me debruço. Não sou pesquisadora sobre temas como HIV e aids, por exemplo. Aceitei a orientação diante da minha disposição de aprender com ele e de poder compartilhar o que havia em afetos. O projeto inicial dele, é bom dizer, não mencionava pesquisa em dimensão afetiva. Disposição não me falta para seguir com quem deseja aprender e ensinar - orientação é o encontro da partilha. Cada um de nós dá ao outro o que há de melhor entre as nossas descobertas. É um encontro de saberes e de colaboração.

Entre vários espaços-tempos que vão sendo constituídos ao longo de uma dissertação há o que imaginamos que seja o final: a defesa. Depois dela, no entanto, apresentam-se para nós, tantos outros, como o convite que fiz a Matheus para a publicação deste texto. E acredito que inúmeros ainda virão. Ao ler a escritura deste pesquisador, a memória buscou rapidamente Clarice Lispector, em A hora da estrela: “Com esta história eu vou me sensibilizar, e bem sei que cada dia é um dia roubado da morte. Eu não sou um intelectual, escrevo com o corpo”.

E logo após, rememorei o dia em que conheci Matheus. A universidade é o lugar dele. A escritura nos faz crer que ele se sentiu em casa, com o que há de melhor e de mais desafiador em qualquer moradia: ocupá-la com respeito, usá-la, doar-se a ela, cuidar, e mostrar aos convidados.

Matheus escreve com o corpo, e é este corpo que eu convido vocês a conhecer...

POR MATHEUS SALVINO

PONTO CHULEADO OU APRENDER A COSTURAR PARA DESCOSTURAR DEPOIS

*Eu tentei compreender a costura da vida
Me enrolei, pois a linha era muito comprida*

E como é que eu vou fazer para desenrolar?

Sérgio Pererê

O ponto chuleado é técnica de costura a mão. Geralmente usado como acabamento em bainhas, esse ponto, quando do lado avesso, é invisível. Do lado direito, entretanto, tem função decorativa. O resultado, portanto, depende da posição do observador, da peça costurada e da intenção do costureiro ou costureira. Digo isso porque considero a pesquisa acadêmica em Ciências Humanas e Sociais um tipo de incômodo de quem olha para as costuras da vida e procura desenrolá-las até que os fios se tornem mais ou menos evidentes.

Há, também, quem se torna, ao mesmo tempo, pesquisador da costura e costureiro da pesquisa. Esse sujeito desfia o chuleado até que as linhas denotem a intencionalidade do artesão, mas, em paralelo, cruza novamente os fios em outra costura, outros pontos, e faz peça nova. Sendo a costura sempre intencional, esse pesquisador-costureiro não esconde as condições de seu trabalho, tampouco desejos, dificuldades e reivindicações.

Costureiro-pesquisador que me fiz, eu, Matheus, atrevo-me a desalinhar minha própria pesquisa. Falo (e costuro) a partir da pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (PPGCom) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) entre 2019 e 2021. Este texto, entretanto, não é resumo da

dissertação *Afetos e alteridades na guerra contra a aids: diálogos para além dos muros*. Diferentemente disso, na companhia da orientadora daquela jornada, Sônia, teço narrativa que nasce tal como reivindicação. Este capítulo, embora dialogue fortemente com o objeto didático resultado da pesquisa, é desvelo artesanal e enunciado político que, embora na primeira pessoa do singular, é artesanato também da orientadora tão costureira quanto eu.

Sérgio Pererê, eu não consegui desenrolar a vida. Tampouco os fenômenos do HIV e da aids. Aliás, eu seria muito pretensioso se assumisse que ao fim de uma pesquisa conseguiria fazê-lo. Isso nunca quis. Mas tentei. E, dessa tentativa, faço ver o outro lado, aquele invisível, que o leitor-observador talvez não veria em uma dissertação-costura, mas o costureiro pode, por opção, descosturar e recosturar em outra breve narrativa. Portanto, aqui, este corpo que vive com HIV (o meu) desfia sua produção anterior, furando os dedos e marcando com sangue, vivo, biológico, narrativo, simbólico, polifônico e simbiótico, os pontos outrora enredados.

As primeiras gotas de sangue costuram-se sobre uma base de guerra. Sontag (1989) traz reflexões acerca da metaforização da aids. Segundo ela, a batalha declarada contra a infecção fragiliza os corpos que vivem com HIV, sobretudo pela condenação dos ditos grupos de risco como criminosos de guerra. A essas ponderações, Waldby (2005) soma importantes contribuições. Sobretudo no que diz respeito à pretensão da ciência em posicionar-se como salvadora, o que levanta trincheiras contra dissidências sexuais. Também Safatle (2015) acrescenta e faz ver o que na pesquisa tem interesse central: os afetos. Para o filósofo, são os afetos, e não necessariamente as normas, que têm potência para formar certa coesão social. Isso é indicativo para a pergunta que faço: *que fenômenos emergem do circuito de afetos do HIV e da aids?* Nesse circuito,

parto do princípio de que certas vidas são preteridas, observando o que diz Butler (2015) e, sobretudo, Levinas (1997, 2007, 2011), de quem vem o status de reivindicação da pesquisa: *desejo ser Outro!*

Adiante, desfaço as costuras de mim próprio para, quem sabe, mostrar-me Outro, nos moldes de Levinas. Faço isso sangrando em primeira pessoa, abrindo-me e criando-me numa tentativa de escrita de si (Foucault, 1992). A essa altura, descosturo duas cartas endereçadas a Caio Fernando Abreu. As epístolas foram escritas na tentativa de me comunicar com quem evitou referir-se diretamente sobre o HIV, tentando respeitá-lo e, assim, grafando certa historicidade da aids, com base na literatura. Também nesse ponto, apresento alguns indicativos metodológicos, relacionando-os com a prática escriturária. Para isso, discuto os afetos na pesquisa (Moriceau, 2017; Stewart, 2007; Clough, 2007) e um *corpus* que considero sensível (Pessoa, 2015, 2018).

Depois, a matéria biológica com a qual a pesquisa se faz (e desfaz) recai sobre seu próprio desenvolvimento. Nesse ponto, o pronome possessivo “seu” denota intencionalmente uma confusão: “seu” de que ou de quem? Adianto a resposta: a pesquisa, e este texto por consequência, trata do desenvolvimento da pesquisa-costura, deste capítulo-descostura e da vida em si, entendida como o espaço-tempo entre o nascer e morrer e as ocorrências que se dão nesse período. Por isso, a preocupação com a matéria orgânica que tanto representa o viver — sangue, que mantém o bombear do símbolo iconográfico talvez ainda mais representativo, coração, mas também carrega os vírus que fazem parte de mim. No desvelar, entretanto, matéria não orgânica salta do *corpus* como fenômeno surpresa: Preciado (2018) demonstra a relação da farmacologia com os fenômenos do circuito de afetos do HIV e da aids.

Ainda nesta breve seção introdutória, preciso discutir algumas nuances que não caberão nas partes posteriores. Isso por si é indicativo

da costura que faço e desfaço — há, sobretudo, intencionalidade dispersa e limitada pelas formalidades acadêmicas. Note que não considero aqui “limitação” como algo estritamente negativo. Fiz (faço, costuro, descosturo e sangro) pesquisa com afetos. Esse processo foi marcado por negociação. Se pretendo enviar ao mundo um enunciado político, com política devo tecê-lo. E os moldes acadêmicos são, por vezes, necessários. Mas como relacioná-los com pesquisa (a de dimensão afetiva) cujos moldes são inexistentes senão pela negociação de seu formato?

A primeira questão formal e constitutiva que discuto é a própria autoria da pesquisa, da dissertação, da vida, da costura, da descostura. Desconheço estudo feito por uma pessoa só, embora muitas carreguem apenas um nome nas proximidades do título. Isso é, para mim, formalidade, já que alguém deverá assumir a responsabilidade por aquilo que está grafado — o que é justo. Sobretudo na pesquisa com os afetos, o autor jamais pesquisa, escreve, estuda, tece sozinho. Por isso, lá na dissertação, requisito que os agradecimentos sejam considerados como parte da feitura do todo, como pesquisa. “Não são ‘só’ agradecimentos, porque [...] não ando só’ e estou constituído em gratidão” (Salvino, 2021, n.p.). Portanto, eu mesmo estive sujeito à minha pesquisa, fiz-me sujeito dela e também reconheço a participação vital e visceral dos demais sujeitos envolvidos (sujeitos de, sujeitos a).

Além da participação de outras vozes e mãos, ressalto o viés situacional da pesquisa. Isso se deu, sobretudo, porque, como direi mais a frente, a escritura da pesquisa não foi apenas artifício para apresentá-la ao mundo. Diferentemente disso, o ato escriturário foi ele mesmo prática metodológica. Portanto, não houve necessariamente um momento em que, após “coleta de dados”, debrucei-me sobre o material “colhido” e grafiei “resultados”. Pesquisei, vivi, escrevi-costurei e descosturei a prática de pesquisa enquanto escrevia, sempre

mergulhado no *corpus sensível*. Por isso, circunstâncias do presente em que me deparava com a página em branco estão tramadas na costura da dissertação. Como exemplo, ocasião em que me foi apresentada canção que compôs o texto e tornou-se ponto artesanal: “Há alguns dias, Natália, minha afilhada, com quem partilho afetos, amizade e projeto de vida, apresentou-me à canção *Me curar de mim*, da cantora e compositora recifense Flaira Ferro” (Salvino, 2021, p. 58).

Desse viés situacional, vem a noção temporal da costura-narrativa. Para quem escreve, geralmente, é exigido o estabelecimento do tempo do texto. Os pontos são tramados no passado, presente ou futuro? Em razão disso, a literatura, por exemplo, lança mão de recursos como o *flashback*. No caso da trama-dissertação, não se tratando de objeto literário, mas de pesquisa, a escritura dá a ver reminiscências da infância e adolescência, por meio do resgate de memórias, e desejos de futuro. O desejo é ele próprio a reivindicação da narrativa — quero e peço pelo grafar da história em primeira pessoa, quiçá outra história que não a dos vencedores. O presente, além da circunstância mesma da escritura, dá-se pelos fenômenos mais amplos que constituíam meu viver naquele período. A reaproximação com o candomblé, por exemplo, e o conseqüente diálogo com filosofias africanas. Reconhecendo que

Talvez esses pequenos movimentos que tenho feito, os de conciliar outros saberes neste texto — que não necessariamente oriundos do pensamento ocidental —, sejam pequenas epifanias arbitrárias. Digo isso porque, em primeiro lugar, o pensamento africano, por exemplo, não é somente um: certamente existem filosofias africanas, no plural. Em segundo lugar, por mais que eu dialogue com autores africanos, as lentes com as quais os leio são as ocidentais (Salvino, 2021, p. 69).

Dito isto, para começar a unir retalhos com os fios de uma pesquisa outrora feita, apresento leitura que é posterior à dissertação, portanto não a constituiu formalmente. Os pontos que apreenderei a seguir estão

envoltos com a concepção de Levinas (2005) acerca da morte (e do padecimento, por consequência). Segundo ele,

A doença já é uma separação entre esses movimentos expressivos e os movimentos biológicos; já é um apelo à medicação. A vida humana é o invólucro dos movimentos fisiológicos: é a decência. É um «esconder», um «vestir», que é, ao mesmo tempo, um «despir», porque é uma «relação». (Há uma gradação enfática entre exhibir, vestir, relacionar.) A morte é a separação irremediável: os movimentos biológicos perdem toda a dependência do sentido, da expressão. A morte é decomposição: é não-resposta (2005, p. 22, tradução nossa)³.

Nesse sentido, a morte é, além do que me coloca diante do Outro, um descolamento entre movimento expressivo (este texto-descostura-costura, por exemplo) e movimento biológico (o sangue com o qual denoto a intercessão entre vida e pesquisa e o deixo respingar adiante). Logo, leitor, passe as páginas caso não tema o material biológico que as pinta. Mas, caso tema, lembre-se que eu mesmo temi desvelar narrativas de vida que por muito tempo permaneceram guardadas e, mais que isso, fiz delas problema em pesquisa. Estou certo de que o medo é inimigo da enunciação política localizada.

PONTO ZIGUEZAGUE OU CERTOS CONTORNOS PARA ENTENDER A COSTURA ENTRE HIV E GUERRA

Quanto submeti um pré-projeto à seleção para o curso de mestrado, jamais imaginaria os rumos que a pesquisa tomaria após aprovação. Naquela ocasião, embora já afetado por aquilo que chamava de “objeto”, pretendia estudo mais asséptico que, quiçá, recortasse uma

³ La enfermedad es ya una separación entre esos movimientos expresivos y los movimientos biológicos; es ya una llamada a la medicación. La vida humana es la envoltura de los movimientos fisiológicos: es la decencia. Es un «ocultar», un «vestir», que es, al mismo tiempo, un «desnudar», porque es un «relacionarse». (Hay una gradación enfática entre exhibir, vestir, relacionarse.) La muerte es la separación irremediable: los movimientos biológicos pierden toda dependencia respecto al significado, la expresión. La muerte es descomposición: es la no respuesta.

realidade com fidelidade e objetividade. Essa pretensão colidiu com as discussões do Afetos – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências, que ainda integro. Poderia eu distanciar-me daquilo que pesquisava visto que aquilo mesmo (HIV) constitui biologicamente o meu corpo? Na dissertação, respondi negativamente. Hoje, creio que há formas de aproximar-se ou distanciar-se dos fenômenos, mesmo quando eles estão envolvidos visceralmente com o pesquisador, mas escolhi pela pesquisa com os afetos.

Essa escolha, na verdade, já vinha sendo costurada antes do mestrado. Isso quando, sob orientação do professor Juarez Guimarães Dias, realizava trabalho de conclusão de curso na graduação em jornalismo, na UFMG. Optei pela confecção de um livro: *Vidas positivas: pequenos evangelhos de jovens vivendo com HIV*. Naquela ocasião, as ferramentas profissionais do Jornalismo não deram conta das experiências que eu narraria. Mais tarde, concluí que eu mesmo não estava inserido no campo como mero profissional que aplicaria técnicas a fim de “colher” histórias alheias a mim.

O que encarei como percurso natural — nem por isso mais fácil —, tendo a ver, atualmente, como escolha, embora naquele momento aquilo se colocava para mim como única opção. Daí a constatação de que a pesquisa com afetos não é necessariamente um novo tipo de estudo, mas um modo de estudar que assume em sua trama as opções do pesquisador-costureiro. Eu já pesquisava e trabalhava movido por afetos, embora desconhecesse a filosofia dos afetos.

O costureiro, aliás, na pesquisa com os afetos, está tão submerso no campo que estuda que versatilidade é palavra de ordem. Por isso, penso em minhas escolhas iniciais como em ponto ziguezague: quiçá a técnica de costura mais polivalente, aplica-se a diferentes tecidos para as mais variadas finalidades. Entretanto, a opção pelo modo como os

fios entremearão o tecido depende do conhecimento sobre o costurar. Esse conhecer, na pesquisa, deu-se primeiro na imersão no que chamei circuito de afetos do HIV e da aids.

Com efeito, antes, pensei na proposição conceitual de uma Rede de Afetos HIV/aids. Fiz isso em razão da leitura de Safatle (2015), que pensa os afetos como agregadores sociais. Na perspectiva dele, muito mais que a lei e os constructos normativos, as afetações mobilizam os sujeitos de certos modos, tornando-os coesos e politicamente alinhados ou desalinhados. Ou seja, para o autor, a mudança social depende da produção de outros modos de afetar e afetar-se:

Devemos ter sempre em mente que formas de vida determinadas se fundamentam em afetos específicos, ou seja, elas precisam de tais afetos para continuar a se repetir, a impor seus modos de ordenamento definindo, com isso, o campo dos possíveis. Há uma adesão social construída através das afecções (Safatle, 2015, p.17).

A ideia da Rede, a propósito, começou a se formar em trabalho apresentado no XII Seminário Nacional de Mídia e Cidadania (Semic), da Universidade Federal de Goiás (UFG). Intitulado *Rede de afetos HIV/aids: modos de afetar e afetar-se*, o trabalho carregou reflexões iniciais de pesquisa: “A rede sobre a qual pensamos aqui não é uma estrutura bidimensional, que reconhecemos ser um complexo de fios, mas não lhe dotamos de profundidade. Falamos de um emaranhado que, em sua metáfora, só poderia ser comparado àquilo que possui textura e relevo.” (Salvino, Pessoa, 2019, p. 365). Entretanto, a proposição se mostrou exageradamente ambiciosa mais à frente. Talvez a primeira mudança de rota, comum a qualquer pesquisa, mas potencialmente reveladora às pesquisas afetivas. O que se colocou, em vez de conceito, foi a conformação dos fenômenos da infecção no campo da linguagem. Embora as ideias de Safatle estejam em um primeiro tangenciamento do estudo.

Sabia para que olharia, o circuito de afetos do HIV e da aids, mas foi Sontag (1989) que denotou nuances mais diretas sobre o terreno no qual pisava. Segundo a autora, a partir do início do século XX, nas campanhas contra a tuberculose após a Primeira Grande Guerra, as metáforas bélicas começaram a ser frequentemente empregadas em referência às doenças. Nas campanhas acerca da sífilis, a metaforização ganhou características mais hostis. Isso porque era infecção sexualmente transmissível — e, convenhamos, sexo não é a prática mais bem vista pela moralidade ocidental —, além de chagar, àquela época, a maioria das pessoas com sequelas visíveis.

Coisa interessante da pesquisa com os afetos, que pelo menos a mim se colocou, é que a teoria (ou o ser suficientemente convencido por determinados autores) não parece suficiente sem 1) um mergulho no campo (e sobre isso falarei mais a frente) e 2) a percepção de como a teorização se entrelaça ao corpo do pesquisador. E corpo tem expressão histórica. Ele se dá sobre o mundo e em relação a ele. Então, puxei os fios de minhas memórias para questionar a própria noção que tinha sobre o que era de fato “guerra”. Lembrei-me, sobretudo, do noticiário de 11 de setembro de 2001, enquanto comia macarrão instantâneo e mirava as imagens do terrorismo anunciado. Estava declarada a “guerra ao terror”.

Em paralelo, meu corpo resgatava as mãos de papai. Elas encostaram em meu ombro assim que declarei: “Tenho aids.” A resposta do interlocutor: “Você vai vencer essa batalha.” Àquela altura, eu não sabia a diferença entre viver com o vírus HIV e manifestar a condição clínica causada por ele. Mais tarde, descobri que também desconhecia a concepção de meu pai sobre a tal “batalha”. O senso comum me obrigava a recorrer ao artifício metafórico descrito por Sontag (1989), mas aquele homem, talvez, dissesse sobre outro(s) fenômeno(s). O resultado,

entretanto, era de um soldado (eu) enviado a uma guerra (que nem sequer escolhi lutar) impossível de vencer (a do corpo sucumbido).

Que é uma guerra? Voltei então àquela “guerra ao terror” com a qual convivi por anos sem problematizar seus contornos. A resposta poderia estar nos discursos do declarante. Por isso, recorri ao que disse George W. Bush, presidente dos EUA à época dos atentados.

Estados como esses, e seus aliados terroristas, constituem um *eixo do mal*, que se arma para ameaçar a paz no mundo. Ao procurar armas de destruição em massa, esses regimes colocam um grande e crescente perigo. Eles poderiam prover armas a esses terroristas, dando-lhes os meios necessários que condizem com seu ódio (Bush, 2002 apud Leite, 2009, p. 48, grifo do autor).

Não havia ali esforço conceitual, mas indícios do que justificaria uma guerra. Bush determinava um “eixo do mal” como inimigo comum. A afirmação faz emergir, por consequência, um “eixo do bem”. A guerra é, então, nada mais que o embate entre bem e mal. Outra referência, o preâmbulo da Carta das Organizações Unidas (ONU)⁴, de 1945, também é reveladora: “Nós, os povos das Nações Unidas, determinados a libertar as gerações futuras do flagelo da guerra [...]”. Ou seja, além do embate maniqueísta, há a prerrogativa de futuro: guerreia-se *hoje*, para livrar-nos da guerra *amanhã*. Colocava-se, portanto, estranho paradoxo em que uma guerra era justificada por outra, sempre porvir.

O esforço civilizatório embebido em ideais morais da modernidade gestados na Europa (Danner, 2014), fortemente ligados à moral judaico-cristã, justificavam a guerra. No entanto, a “batalha” de papai poderia vir de outra concepção de tempo. Criado no terreiro de candomblé, Mauri Jorge, cujo segundo nome herdou do santo que no sincretismo corresponde ao Orixá da guerra Ogum, seu pai na religião, talvez

⁴ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas>. Acesso em: 04 jun. 2023.

disse do tempo cíclico Iorubá (Prandi, 2001). Nesse tempo, as batalhas são sempre pontos de aprendizado, fornecedoras de materiais e fios para a própria narrativa da vida.

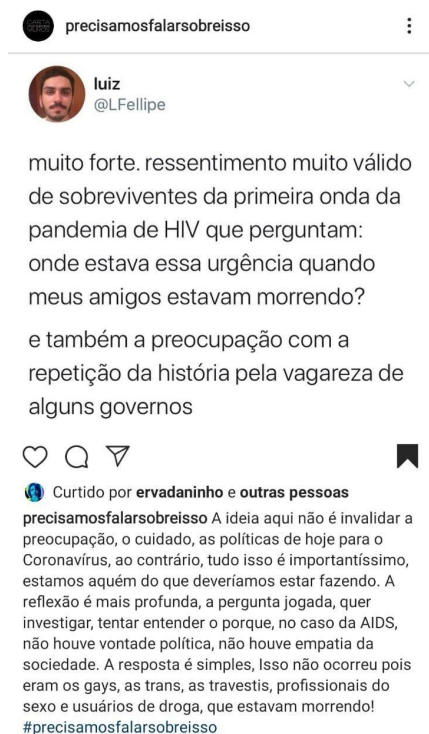
Meu pai já era desencarnado. Portanto, eu não poderia afirmar por ele quais eram suas intenções. O que se colocava, então, como interesse de pesquisa, era esse ziguezaguear dos fios que costuravam o que é uma guerra. E, dessa forma, Sontag (1989) seguia caracterizando especificamente a epidemia de HIV - agora, para mim, ainda mais ligada à noção de tempo moderno. A ideia de grupos de riscos, cunhada pela Medicina, salientou a vulnerabilização de certos corpos nessa guerra em especial ainda na década de 1980. Eram os “cinco Hs”: homossexuais, hemofílicos, haitianos, heroinômanos (usuários de heroína injetável), *hookers* (profissionais do sexo, em inglês, mais especificamente mulheres prostituídas).

Waldby (2005) atualiza, de certa forma, o pensamento de Sontag (1989). Para a australiana, a guerra travada pela medicina procurava manter o imponente status da instituição médica enquanto, ao longo do tempo, costurava no corpo de certas identidades sexuais a culpa pela epidemia. Nesse sentido, homens que se relacionam com homens, mulheres transexuais e mulheres prostituídas se transformaram discursivamente no próprio vírus. Os culpados, o “eixo do mal”, estavam declarados. Afetivamente, em relação à guerra, a chaga do inimigo que deve ser combatido atravessava meu corpo costureiro-costura-pesquisador muito mais que qualquer outra noção advinda de um tempo cíclico.

E as demais pessoas que vivem com HIV que possivelmente eu encontraria no campo? Quem são de fato as pessoas vulnerabilizadas pela guerra no circuito de afetos do HIV e da aids. Para Butler (2015), “Podemos pensar a guerra como algo que divide as populações entre

aquelas pessoas por quem lamentamos e aquelas por quem não lamentamos”. Segundo a autora, há vidas mais ou menos reconhecidas como vida de acordo com a posição que elas ocupam em certos quadros normativos. A vida tem mais potência quando o luto de sua perda é possibilidade. E, por isso, o sangue que bombeou a pesquisa tem tanta importância: porque o jorrar do sangue de alguns importa mais que outros. Nesse sentido, o *print* a seguir é revelador:

Figura 1 - publicação de *Precisamosfalarsobreisso*



Fonte: Autor

A imagem retrata um dos conteúdos da página do *Instagram Precisamosfalarsobreisso*, que compôs o *corpus* da pesquisa. A “urgência” é referência à pandemia de covid-19, doença que afetava milhões de

peças em todo o mundo enquanto eu costurava uma pesquisa sobre outra condição clínica, a aids, e o vírus que a causa. Trata-se não só da exposição de quem são as pessoas vulnerabilizadas, hoje, pelo HIV, mas também da relação estrita entre a pesquisa-costura, o pesquisador-costureiro que estuda com afetos e o fenômeno-fios no qual se entrelaça. Arrisco-me a dizer que a pesquisa afetiva tem forte potencial de se relacionar com a circunstância de sua vivência-desenvolvimento-costurar. A covid-19 não só me afetou como compôs o próprio pesquisar.

PONTO INVISÍVEL OU ROMPENDO OS PONTOS QUE COSTURAVAM MINHA BOCA

Curioso pensar que o medo, afeto tão paradigmático para Espinoza (2007), tenha atravessado meu corpo durante todo o período de realização da pesquisa. Notável, também, e principalmente, que meu estudo esteja inserido no que chamamos de Virada Afetiva das Ciências Humanas e Sociais (Moriceau, 2017; Stewart, 2007; Clough, 2007). Isso quer dizer que, metodologicamente, os afetos guiaram (e ainda guiam) minhas reflexões. Necessário, porém, não os confundir com emoções, pois “[a] emoção é algo que eu conheço, eu reconheço, eu posso nomear, eu posso dizer que tem uma significação essa emoção, é familiar” (Moriceau, 2017, informação verbal⁵).

As emoções, entretanto, não estiveram ausentes do processo. Durante a jornada que é pesquisar, estive em contato com amigos e amigas, pesquisadores competentes, que também se dedicavam à empreitada da pesquisa em dimensão afetiva. Éramos todos como que matriculados em curso de costura. Nessa classe, porém, faltava-nos os moldes. “Corte e costura” é como se costuma chamar o artesanato de

⁵ Fala proferida durante a série de palestras Os Afetos na Pesquisa Acadêmica e na Comunicação Organizacional em novembro de 2017.

dar forma a fios e panos. “Corte” corresponde ao formato, àquilo que orientará todo o processo de confecção e precede a feitura. Mas, no nosso caso, possuíamos as linhas da vida cotidiana, os tecidos das histórias de vida, as ferramentas advindas do contato com as teorias. E infinitas narrativas possíveis trancadas no céu da boca, presas com pontos invisíveis a cerrar nossos lábios.

Não. Não acredito que bom costureiro-pesquisador é só aquele que costura-pesquisa com os fios da própria vida. Há várias formas de se pesquisar, assumindo os próprios afetos ou não. No nosso caso, os alunos de corte e costura, estudávamos, todos, fenômenos que nos atravessavam peculiarmente. Essa é a razão da emoção. Não foram raras as vezes em que desabafamos, choramos, admitimos dificuldades, quase sempre relacionadas à intensidade das afetações do campo. *Sempre* relacionadas às atribulações de escrever — grafar a pesquisa — com afeto. Cada um e cada uma encontrou seus modos. Se afeto, como pensa Espinoza (2007), é potência corpórea singular, em razão do encontro, singulares também foram as táticas individuais.

O meu modo foi a própria escrita. Neste texto mesmo, procurei escrever de forma que talvez confunda alguns. Dei a ver o circuito de afetos do HIV e da aids, insinuei uma pergunta, mas, até então, o *como* pesquisei, o *que* de fato pesquisei e *como* lidei com o processo de escrita são coisas mais ou menos nubladas. A razão disso, porém, é que os “comos” da pesquisa foram resolvidos quase que por meio do ato escriturário em si, que desvelo nesta seção. Se pretendia um estudo mais ou menos nos moldes da ciência canônica, e, como contei, não elegi essa alternativa, o inexorável fluxo do tempo — esse sim cobra os pesquisadores igualmente, independentemente do tipo de estudo que façam — cobrou-me pelo popular “recorte”, aparentemente ausente da grade curricular do cursinho em que nos matriculamos.

Embora a pesquisa com afetos torne liquefeitas as fronteiras entre pesquisador e o que convencionou-se chamar de “objeto”, precisamos, os pesquisadores que assumem suas afetações, “[...] tangenciarmos limites sobre aquilo que está sendo pesquisado” (Mendonça; Medeiros; Silva, 2019, p. 42). Isso porque a pesquisa com afetos não foge ao rigor científico, tampouco a avaliações dos pares e outros elementos próprios da academia. O “recorte”, nesse caso, sem molde, ocorrerá conforme deveria ocorrer em todo o processo: em contato com a empiria. No meu caso, após conclusão de que o desejo inicial de me inserir em grupos virtuais exclusivamente formado por pessoas que vivem com HIV seria eticamente inviável, atentei-me por um perfil no Instagram, o *Precisamosfalarsobreisso*⁶. Essa página me afetou inicialmente pelo modo como tecia narrativas que considere não hegemônicas sobre o HIV.

O *Precisamosfalarsobreisso* também possuía páginas no Facebook, Twitter e Youtube. Elas, de certa forma, constituíram o *corpus* da pesquisa, mas de modo paralelo. Isso porque o Instagram funcionava como plataforma que replicava, também, conteúdos publicados nas outras Redes Sociais Digitais (RSDs) do projeto. Importante mencionar que o *Precisamosfalarsobreisso* surgiu em decorrência do documentário *Carta para além dos muros*, que compunha o catálogo Netflix. O cinema documental integrou, portanto, o *corpus*. O período de mergulho se deu desde quando tive contato mais afetivo com o perfil no Instagram até a ocasião da escritura da dissertação. Assisti ao filme diversas vezes e acessei as RSDs frequentemente, como faria qualquer outro usuário médio das plataformas. Não houve coleta sistemática de dados, mas sim capturas esporádicas de tela, bem como anotações sobre os conteúdos.

⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/precisamosfalarsobreisso/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

Quando afirmo que a escritura da dissertação foi ela mesma um indício metodológico, quero dizer que muitas das questões próprias do fazer acadêmico se deram no decorrer da costura. Talvez, um modo próprio da pesquisa com afetos seja a não separação temporal entre “momento de encarar o fenômeno”, próprio das visadas fenomenológicas, e “momento de apresentar resultados”. Nesse sentido, os vários áudios trocados com Sônia por meio do *WhatsApp*, as diversas páginas escritas enquanto assistia ao filme ou a centena de mensagens enviadas para mim mesmo quando me deparei com conteúdos no *Instagram* figuraram quase que integralmente no texto final da dissertação.

Outro elemento importante é minha costura de vida com a literatura, e o modo como ela entremeou a pesquisa. A literatura, aliás, estava presente na ocasião de meu diagnóstico positivo para HIV quando um casal que assistiu à cena me presenteou com um exemplar de *Depois daquela viagem*, romance infanto-juvenil de Valéria Polizzi sobre HIV. *Cartas para além do muro*, título do documentário que compõe o *corpus*, é também nome das crônicas de Caio Fernando Abreu nas quais o autor assume sorologia positiva para o vírus. A obra do gaúcho, a propósito, foi-me sugerida pelo professor Carlos Alberto de Carvalho, na ocasião da avaliação final do projeto de pesquisa, como *locus* para apreender certas historicidades da aids.

E foi a literatura uma de minhas principais companheiras de costura-pesquisa. Do Caio, chamei-o assim, pelo primeiro nome por muito tempo, li toda a obra já publicada, pelo menos que tenho notícia. Para ele, usando a inventividade advinda da própria literatura, escrevi duas cartas que compõem a dissertação. Fiz isso porque o autor evitava referir-se diretamente ao HIV (Bessa, 2002), e eu queria respeitá-lo. Caio me mostrou as nuances da “aids psicológica” (2014, p. 67) por meio daquilo

que escreveu. Das personagens das décadas de 1980, que personalizavam a surpresa por aquilo que refreou a esperança de toda uma geração, às figuras da década de 1990, mais existencialistas e reflexivas.

Confesso que não gosto da primeira carta endereçada a Caio. Esse experimento, da escrita epistolar em uma dissertação de mestrado, mostrou-se, para mim, demasiadamente controlado e limitado pelas formalidades próprias da pesquisa acadêmica. Escrevi, portanto, uma segunda epístola. Nessa, decidi abrir-me ainda mais. Assumi, sobretudo, a escrita de si como forma de “desentranhar do interior da alma os movimentos mais ocultos, de maneira a poder libertar-se deles” (Foucault, 1992, p. 160). Neste ponto em específico, eu arrebatava os pontos que costuravam meus lábios e impediam que eu mesmo figurasse no próprio ato escriturário. Creio que isso apenas foi possível por uma relação muito próxima que criei (no sentido de performar) com Caio. Não havia molde, mas o próprio ato escriturário se tornou um, ou uma forma de tangenciar aquilo que a pesquisa dava ou não conta. Intuo que a escrita epistolar seja forma possível de performar os afetos em pesquisa de dimensão afetiva.

Além da literatura, e do ato escriturário em si, o tratamento do *corpus* da pesquisa como *corpus sensível*, “[...] capaz de despertar sentimentos diversos em função dos sujeitos que o compõe, da fragilidade ou vulnerabilidade social, da dificuldade para obtenção de dados, dos dilemas éticos que possam vir a surgir, entre outros” (Pessoa, 2018, p. 22), foi, ao mesmo tempo, tática de tangenciamento e, principalmente, potência para desatar pontos invisíveis e grafar outros em narrativa. Sendo assim, a problematização de minhas experiências singulares de vida figurou nas mesmas páginas que matérias jornalísticas e outros conteúdos que integraram a pesquisa. A escrita, nesse sentido, tornou-se um artefato deliberadamente dialogal, que fez conversar materiais que à

primeira vista seriam arbitrários, mas se costuraram na materialização dos afetos mais cotidianos (Stewart, 2007).

Creio que pesquisar com os afetos seja deixar-se afetar, e surpreender-se, pelas expressões da pesquisa sem forçar movimentos que não se dariam senão pelas potências emergidas da empiria. Um desses movimentos veio de Levinas (1997, 2007, 2011). As teorias do lituano surgiram quando o *corpus* parecia ter exaurido suas próprias possibilidades teóricas. O Rosto proposto pelo filósofo, entretanto, rasgou essa concepção. Segundo ele, por meio da fragilidade desse signo, que não corresponde à plástica da face, mas sim ao índice acústico que repete o mandamento “Não matarás!”, estou sempre em relação ao Outro. “O rosto fala. Fala, porque é ele que torna possível e começa todo o discurso” (Levinas, 2007, p. 71). Obrigó-me, então, a uma responsabilidade ética para com os Outros dispersos cotidianamente pela costura dinâmica que é o circuito de afetos do HIV e da aids.

Esse abrir a boca, descosturar os lábios, deu-se ao mesmo tempo em que Levinas (2007) me ensinou sobre justiça, que, segundo ele, é a atividade de pesar aquilo que nunca poderia ser pesado. Medir os fios da vida que, frente à infinidade do Outro, não deveriam ter tamanho. Isso se dá, todavia, porque quando me encontro triangulado pelo encontro com Outro, por quem fui exclusivamente eleito para fazer viver, e Outrem, obrigó-me a criar e me submeter a aparatos institucionais para parametrizar essa relação.

A relação interpessoal que estabeleço com outrem, também a devo estabelecer com outros homens; logo, há necessidade de moderar este privilégio de outrem: daí a justiça. Esta, exercida pelas instituições, que são inevitáveis, deve ser sempre controlada pela relação interpessoal inicial (Levinas, 2007, p. 73).

O amor levinasiano, que exerço na tentativa desenfreada para que o Outro não morra, não se fez apenas indicativo de tratamento dos sujeitos no campo. Tampouco somente modo de escrita respeitosa. Descobri, na costura da pesquisa, que ela mesma era reivindicação, por isso política, por meio de minha narrativa, possível ao desatar os pontos que cruzavam a carne de meus lábios, de que eu fosse Outro. Que minha vida tivesse importância e, portanto, fosse respeitada e reconhecida como vida, assim como as outras envoltas, atravessadas e costuradas no circuito de afetos do HIV e da aids. Isso é indício de que pesquisar-costurar afetivamente é também modo de se posicionar politicamente no mundo, em relação aos fenômenos dos quais o fio se pretende conhecer e à costura que se deseja apreender. Descosturar para costurar, descosturar para que a costura seja honesta e demonstre suas próprias limitações, costurar novamente uma outra coisa - escritura - e, como faço aqui, ocasionalmente dar a ver com que pontos a trama foi constituída.

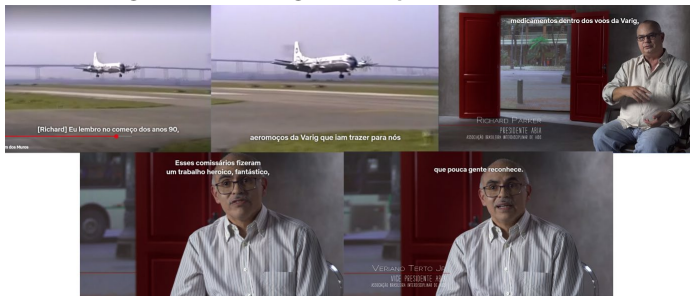
PONTO FINAL ARBITRÁRIO OU EPIFANIA TARDIA E ABERTURA À IMPREVISIBILIDADE DOS ARREMATES

Essa provocação de costurar sem moldes, mas tangenciar a costura de forma que ela seja possível, traz desafios consideráveis. O primeiro deles de ordem ética. Comentei brevemente a impossibilidade de seguir com o desejo inicial de pesquisar em grupos exclusivamente constituídos por pessoas que vivem com HIV. Dilemas como esse, pelo que vi, são comuns às pesquisas com os afetos. Depois, a dificuldade de grafar de modo performático os afetos apreendidos no campo (Moriceau; Mendonça, 2018). Por último, entre tantos possíveis, discorro sobre aquele que se colocou mais ao fim do processo: a imprevisibilidade do *corpus sensível* (Pessoa, 2015, 2018).

Não foi e não é desejo esconder minhas intenções. Nem por isso, as interferências no *corpus* podem limitá-lo, contrariar os rumos que a própria pesquisa se dá — sim, na pesquisa com os afetos, a empiria ganha centralidade e um tipo de vida própria. Embora meu projeto inicial tenha mudado bastante, uma aspiração permaneceu: não queria levantar uma história médica da aids, que por tantas vezes foi e é repetida à exaustão, reduzindo o corpo das pessoas que vivem com HIV ou a artefatos biológicos ou a grupos de risco. Entretanto, em uma das dezenas de vezes em que assisti à *Carta para além dos muros*, notei que, por volta dos 50 minutos de filme, havia certa virada narrativa. Isso contrariou minhas expectativas e furoi meus dedos.

Carta para além dos muros retrata que, do fim da década de 1980 até 1996, ano em que Caio Fernando Abreu morreu e o Congresso Nacional aprovou a lei que garante acesso universal aos medicamentos antirretrovirais pelo Sistema Único de Saúde (SUS), funcionários da Varig, maior companhia aérea do Brasil à época, contrabandearam remédios para atender a pacientes brasileiros. A partir desse ponto, quase nenhuma referência à “guerra contra a aids”. Havia, sobretudo, narrativas baseadas na farmacologia relacionada ao vírus e em tecnologias de prevenção.

Figura 2 - Caso Varig em *Carta para além dos muros*



Fonte: montagem do autor

Considereei a percepção dessa virada narrativa como epifania tardia de pesquisa. E também como traição de meu próprio desejo. Nesse ponto, recorri a outra tática metodológica, baseada na etnografia de tela (Rial, 2004), que denominei Imersão Afetiva: assisti à *Carta para além dos muros* mais algumas vezes, tomando nota de elementos filmicos e narrativos que mais me afetavam. Apesar da inspiração etnográfica, esse procedimento se afasta da decupagem proposta pela etnografia de tela, pois em detrimento de aspectos mais técnicos, concentrou-se nas textualidades (Abril, 2018) e afetações. Isso rendeu documento anexado à dissertação, que contém links para as cerca de 400 capturas de tela do longa que ilustram cada frame descrito. Também exigiu outras percepções teóricas, Preciado (2018) especialmente, para quem, a partir da invenção da pílula e do advento da pornografia, estabeleceu-se nova fase do capitalismo, denominada farmacopornográfica. Para ele,

A tecnologia estabeleceu sua autoridade material transformando os conceitos de psiquismo, libido, consciência, feminilidade, masculinidade, heterossexualidade, homossexualidade, intersexualidade e transexualidade em realidades tangíveis, que se manifestam em substâncias químicas e moléculas comercializáveis em corpos, em biótipos humanos, em bens tecnológicos geridos pelas multinacionais farmacêuticas. O sucesso da indústria tecnocientífica contemporânea consiste em transformar nossa depressão em Prozac, nossa masculinidade em testosterona, nossa ereção em Viagra, nossa fertilidade ou esterilidade em Pílula, *nossa aids em triterapia*, sem que seja possível saber quem veio primeiro: a depressão ou o Prozac, o Viagra ou a ereção, a testosterona ou a masculinidade, a Pílula ou a maternidade, *a triterapia ou a aids*. Este *feedback* performativo é um dos mecanismos do regime farmacopornográfico (Preciado, 2018, p. 37, grifos nossos).

Sendo assim, em detrimento de minhas intenções, o *corpus* denotou certa mediação do corpo das pessoas que vivem com HIV pela farmacologia. É como se as vidas dessas pessoas, a minha inclusa, só

fosse possível (narrativamente e biologicamente) se mediadas pela droga. Nesse contexto, estão incluídas as tecnologias de testagem, também os medicamentos antirretrovirais e aqueles destinados à prevenção: Profilaxia Pós-exposição (PEP) e Profilaxia Pré-exposição (PrEP). Tudo isso foi possível a partir da chegada do Efavirenz em 1996, medicamento que constituiu meu primeiro tratamento e deu status de cronicidade à infecção pelo HIV (Butturi Junior, 2019).

A partir dessa epifania, também realizei uma espécie de experimento de relação do meu corpo com as drogas. Dei-me conta que, em 2010, na ocasião do diagnóstico, fui orientado por um médico a não ler a bula dos antirretrovirais. E, realmente, eu nunca havia lido. Portanto, nesse experimento, ao consumir as drogas, li e tomei nota do que continha ali. Resgatei também memórias de violência sofrida em instituições médicas e outras textualidades possíveis a partir da relação do corpo que vive com HIV com as instituições científicas. Colocou-se, ali, um paradoxo: as drogas que me mantinham vivo, me faziam “sujeito de”, também sujeitavam os corpos das pessoas que vivem com HIV à violência. *Como pode um corpo ser reconhecido como vivo se apenas mediado pela tecnologia farmacológica?*

Não tenho resposta. Ou pelo menos a pesquisa que tentei não conseguiu encontrá-la a tempo. Quiçá outra característica da pesquisa com afetos: para mergulhar no campo, deixar-se afetar, é preciso tempo. Também demanda tempo o ato escriturário com os afetos. Essa performance, não sendo pretensiosamente neutra, custa ao costureiro-pesquisador. Ora, não se performa afeto se o que há, naquele momento, é um não se afetar. É preciso esperar. O que não espera, entretanto, é o rigor científico, com todas as estruturas que o mantém. Por isso intuo que, para toda pesquisa, e especialmente para aquelas afetivas, pelas razões que citei acima, as “conclusões” são relativamente arbitrárias. A

pesquisa não necessariamente é arrematada na finalização de uma dissertação (ou qualquer outra costura).

Por fim, e com a mesma sensação com a qual “terminei” a dissertação, a de dedos furados pela agulha que enredou a costura-pesquisa, deixando sangue que faz viver a própria pesquisa pelas páginas, entrego este retalho — mais um enunciado costurado no limiar entre movimentos expressivo e biológico, movido a sangue, mas também ele próprio cinesia de expressão não arrematada. Mas informo: este fragmento poderá, apesar de supostamente finalizado, ser desfiado mais adiante, em outra costura-narrativa que o descostura para coisa nova emergir. Isso é, para mim, pesquisar-costurar com os afetos.

REFERÊNCIAS

- ABRIL, Gonzalo. Prólogo. In: LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto; ALZAMORRA, Geane. **Textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2018.
- BESSA, S. B. **Os perigosos**. Rio de Janeiro: Aeroplano, Abia, 2002.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTTURI JUNIOR, Atilio. O HIV, o ciborgue, o tecnobiodiscursivo. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 58, n. 2, p. 637-657, 2019.
- CARTA para além dos muros. Direção: André Canto. Produção: André Canto. [São Paulo]: Descoloniza Filmes, 2019. Disponível em streaming, Netflix em 04 mai. 2020. (92 min), son., color.
- CLOUGH, Patricia: Introduction. In: CLOUGH, Patricia e HALLEY, Jean (eds.). **The Affective Turn**: Theorizing the Social. Durham: Duke University Press, 2007.
- DANNER, Leno Francisco. Pela crítica implacável à modernização travestida como guerra ao terror. Prefácio. In: OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier de. **Guerra ao terror**: da biopolítica à bioguerra. Porto Alegre: Fi, 2014.

FOUCAULT, Michel. A escrita de si. In: **O que é um autor?** Lisboa: Passagens. 1992.

LÉVINAS, Emmanuel. **De outro modo que ser ou para lá da essência**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2011

_____. **Dios, la muerte y el tiempo**. Madrid: Anaya, 2005.

_____. **Ética e infinito**. São Paulo: Edições 70, 2007.

_____. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Tradução de Pergentino Stefano Pivatto et al. Petrópolis: Vozes, 1997.

MENDONÇA, Carlos M. C.; MEDEIROS, Ettore S. de; SILVA, Mauro Sérgio F. da. Textualidades e dimensão afetiva como método investigativo: pesquisador afeta(n)do no aplicativo de encontro gay Grindr. In: MARTINS, Bruno Guimarães; MOURA, Maria Aparecida; PESSOA, Sônia Caldas; VIANNA, Graziela Mello (orgs.). **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

MORICEAU; Jean-Luc. **Os Afetos na Pesquisa Acadêmica e na Comunicação Organizacional**. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte: 21 a 24 de novembro de 2017. 16 horas.

MORICEAU, Jean-Luc; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. In: CARDOSO FILHO; DUARTE; MENDONÇA. **Comunicação e sensibilidade**: pistas metodológicas. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, 2018. p. 78-98.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Carta da ONU. São Francisco: ONU, 1945. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91220-carta-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas>. Acesso em: 04 jun. 2023.

PESSOA, Sônia Caldas. **Estética da diferença**: contribuições ao estudo da deficiência e das redes sociais digitais como dispositivos de mise en scène. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 2015.

PESSOA, Sônia Caldas. **Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência**: experiências e partilhas. Belo Horizonte: Selo PPGCOM UFMG, 2018.

PRANDI, Reginaldo. O candomblé e o tempo: concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 47, p. 43-58, 2001.

PRECIADO, Paul B. **Texto junkie**: sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECISAMOSFALARSOBREISSO. Página. Instagram: precisamosfalarsobreisso. Disponível em: <https://www.instagram.com/precisamosfalarsobreisso/>. Acesso em: 05 jun. 2023.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SALVINO, Matheus Henrique da Silva; PESSOA, Sônia Caldas. Redes de afetos HIV/Aids: modos de estar, agir, afetar e afetar-se. In: **XIII Seminário Nacional de Mídia, Cultura e Cidadania (Semic)**, 2019, Goiânia. Anais de artigos completos XIII Seminário Nacional de Mídia, Cultura e Cidadania (Semic). Goiânia: PPGCOM/FIC/UFG, 2019. v. U. p. 337-354.

SONTAG, Susan. **AIDS e suas metáforas**. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SPINOZA, Benedictus de. **Ethica/Ética**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STEWART, Kathleen. **Ordinary Affects**. [Durham]: Duke University Press, 2007.

WALDBY, Catherine. **Aids and the body politic**. Nova York: Taylor & Francis e-Library, 2005.

11

PESQUISA AFETIVA A PARTIR DA DOR: NOTAS SOBRE TEMPO E RECONHECIMENTO NAS GRAFIAS DE VIDAS EM SOFRIMENTO

Patricia Prates ¹

*O coração nos acontece
Na amargura, no desamor, na melancolia
Na relva, no púlpito, nos chinelos aguardando o rodopio
Na espera, na Ágora, na folia. Mesmo quando esmorece
O coração nos acontece e segue sendo a nossa polia.
(Pati Prates)*

Quando eu recebi o convite para escrever um capítulo de livro inspirado em minha dissertação de mestrado, não estava muito certa sobre como retornar a ela. Eu já era outra: mais capaz de reconhecer minhas fraquezas e forças e, pouco a pouco, mais consciente das possibilidades e das ferramentas para construir um olhar e um modo de ser ao mesmo tempo valente e sereno comigo mesma e com o mundo. O percurso trilhado e as trocas que aconteceram durante a feitura da minha dissertação permanecem conservando a energia que movimenta seus efeitos em mim. Recentemente, diante de uma nova experiência aflitiva e impactante (um homem foragido da justiça invadiu minha casa enquanto eu estava sozinha), consegui lidar de uma forma diferente com o choque e a rememoração das lembranças de violência que vivi e que abordei no percurso do meu mestrado. O conhecimento dos traumas e dos modos de violência pelo contato com as minhas próprias e com outras experiências de violência, durante o meu mestrado,

¹ Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), comunicóloga e jornalista formada na mesma universidade, integrante do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências. Atualmente, cursa especialização em Direitos Humanos. Contato: patriciapratescosta@gmail.com

ampliou minhas fontes de cura. Nesse sentido, irei apresentar um pouco desse percurso acadêmico – que trabalhou com violência, gênero, experiência e afetos – e começar uma exploração afetiva para trazer alguns desses afetos embrionários que começam a mobilizar-se em mim e a me fazer pensar em novos fluxos de ações.

A minha dissertação *“Grafias da vida entre o dano e a cura: o reconhecimento da violência e as potências do dizer-se nas mídias sociais”*² tentou criar uma escritura sensível³ através do meu envolvimento com os relatos e fragmentos narrativos escritos por mulheres que, assim como eu, vivenciaram a violência de gênero⁴ em relações de proximidade⁵. A partir da minha exposição, contato e afetação com os fios e rasgos afetivos (em comum ou em estranhamento) incrustados nos testemunhos e comentários através dos quais mulheres diziam de si e de suas experiências de danos e abusos nas mídias sociais⁶, esforcei-me para

² A dissertação *“Grafias da vida entre o dano e a cura: o reconhecimento da violência e as potências do dizer-se nas mídias sociais”* (2022) de minha autoria pode ser baixada gratuitamente através do link: < <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/47751> >.

³ Entendo o “sensível” a partir do conceito do filósofo Levinas que o pensa em termos daquilo que é sentido ou percebido numa relação de alteridade, ou seja, o sensível se dá na gênese da relação humana que começa do necessário direcionamento ao outro (LEVINAS, 1998). Acredito que essa espécie de porosidade ao outro é o que nos dá o material para percebermos a nós mesmos e ao outro, para aprendermos a olhar e a entender pelo gesto de nos abrimos a sermos olhados e compreendidos por esse outro que nos funda (PRATES, 2022, p. 24 apud LÉVINAS, 1998, p. 274), de modo que “a sensibilidade é o acolhimento primordial, é a fruição e a linguagem original da vulnerabilidade” (PRATES, 2022, p. 24).

⁴ Compreendo que a violência de gênero é estruturada numa construção de mundo em que uma profunda desigualdade entre os gêneros é operacionalizada para sustentar uma divisão que, dentre outros aspectos, subalterniza, prejudica e causa danos ao que se construiu como constituidor do feminino. Levo em conta ainda que: “A violência de gênero pode ser definida pelo estabelecimento de agressões, quer sejam físicas, psicológicas, sexuais, materiais ou simbólicas contra um sujeito em situação de vulnerabilidade em razão de sua orientação sexual ou de sua identidade de gênero” (PRATES, 2022, p. 18).

⁵ Tomo por relações de proximidade aquelas em que há algum grau de familiaridade ou intimidade entre as partes. No caso da violência de gênero, essa proximidade seria entre agressor e vítima, como nas situações em que a violência se dá no âmbito doméstico como entre cônjuges ou entre pais e filhos, ou ainda, em outros âmbitos, como no trabalho, na vida escolar ou acadêmica, em relações de amizade ou de afinidades, etc.

⁶ Para pensar mídias sociais de uma forma mais ampla e densa, optei pelo conceito de Recuero, Bastos e Zago (2015) que colocam as mídias sociais como ecossistemas sociais complexos em que as pessoas

elaborar reflexividades cuidadosas com essas vivências tão dolorosas e complexas dos contextos de violência contra a mulher. Trilhar um caminho de pesquisa que pudesse expressar as experiências fortemente traumáticas da violência de gênero e responder ao entrecruzamento de vulnerabilidades só foi possível pela orientação generosa, articulada e acolhedora da professora, Sônia Caldas Pessoa, que também me direcionou ao encontro de trocas e apontamentos decisivos com os colegas grupo de pesquisa Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidades⁷ e me colocou em frente às observações e comentários valiosos dos professores indicados por ela nos exames de qualificação e defesa. Esse trabalho foi desenvolvido com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) através do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM/UFMG), concentrado na área de Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, linha de pesquisa Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades.

Friso que a minha dissertação é parte da minha existência e foi construída no turbilhão de uma fase em que eu também enfrentava violência de gênero num grau muito intenso e lidava com os impactos penosos e debilitantes que situações-limite como essas causam em que

se relacionam e criam fluxos de conteúdo incorporando a pluralidade das interações mediadas pelos suportes digitais. Assim, podemos pensar mídias sociais como formas de esferas públicas ou pelo conjunto de elementos e relações que aproximam redes de públicos, seja por laços ou discussões, levando em conta a interpenetração das conversações *on-line* e *off-line* (PRATES, 2022, p. 27 apud RECUERO; BASTOS; ZAGO, 2015).

⁷ O Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências, é coordenado pelas professoras do Departamento de Comunicação Social da UFMG, Sônia Caldas Pessoa e Camila Mantovani. O Grupo é vinculado à linha de pesquisa Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades (CTV), do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (FAFICH/UFMG) e registrado no diretório de grupos de pesquisa do CNPq. O Afetos empreende o desenvolvimento de pesquisas no campo das relações sociais e comunicação, articulando reflexividades especialmente a partir das experiências e situações que possam dar a conhecer potências da vulnerabilidade. Endereço eletrônico do Grupo: <<http://www.fafich.ufmg.br/afetos/>>.

as sofre. E, como parte da minha existência, esse movimento de pesquisa que enredou a construção da minha dissertação ainda existe e mobiliza-me, adquirindo novas camadas e reorientações, o que tentarei expor nos próximos tópicos, deambulando por entre os desassossegos dos questionamentos e dos afetos emergentes a partir dela.

Muitos desses novos afetos e reflexões ainda estão nascendo, mas torço para que, ao compartilhá-los, eles possam ser multiplicados caso reverberem na vida ou no olhar de quem chegar a este texto.

DICAS PARA LER TEXTOS CIENTÍFICOS

Antes de começar minhas reflexões, deixo algumas dicas para quem não está habituado com o texto acadêmico. Acredito que os textos científicos têm algumas barreiras de acesso como a falta de mais debates nos meios populares ou as normas de padronização textual que são utilizadas, coisas que nem sempre fazem parte do nosso cotidiano. Para facilitar a compreensão, tenho essas dicas a quem possa ajudar:

- ❖ **Notas de rodapé:** trata-se de um comentário adicional do autor localizado ao final da página referindo-se à palavra, frases ou termos do texto indicado por um pequeno número na frente.
- ❖ **Citação:** é o texto literal ou comentado de um outro autor que é usado para colaborar com as ideias e discussões propostas pelo pesquisador em sua própria publicação. Pode aparecer recuado com uma letra menor à direita ou com a indicação da citação direta entre aspas, ou ainda, de forma indireta com uma reescrita da ideia conforme as palavras do pesquisador e a indicação da autoria da ideia que foi apropriada.
- ❖ **Conceitos:** são ideias ou compreensões sobre algum assunto ou artefato que um autor desenvolve – estabelecendo características, dados e/ou relações – e que as defende, principalmente, no meio científico.
- ❖ **Referências:** São as notas para identificar quem escreveu sobre os conceitos e reflexões utilizadas no texto que não são exclusivas do pesquisador. Possuem

pelo menos o sobrenome do autor e o ano da publicação no corpo do texto e o detalhamento da obra utilizada no último tópico chamado “referências”.

- ❖ **Contato:** Nem todos os autores e publicações oferecem uma forma de contato fácil aos leitores. Particularmente, gosto de sempre deixar o meu e-mail porque é a forma mais organizada que utilizo para interações como dúvidas, colaborações ou trocas de ideias. Disponham.

Vale introduzir que as notas que se seguem derivam de um modo de fazer e escrever pesquisa centrado nos afetos⁸ e que conta com alguns expoentes no Brasil como Sônia Caldas Pessoa, Carlos Magno Camargos Mendonça, Camila Mantovani, Ângela Marques e Juarez Guimarães Dias (autores que também me motivaram e influenciaram). Nesse sentido, para um maior aprofundamento na compreensão da pesquisa afetiva recomendo fortemente a leitura dos livros “*Afetos: Teses e argumentos*” e “*Afetos: pesquisas, reflexões e experiências em 4 encontros com Jean-Luc-Moriceau*”, disponíveis gratuitamente através do Selo PPGCOM/UFGM⁹.

O RECONHECIMENTO DA DOR

Eu comecei meu percurso acadêmico movida por uma inquietação que eu ainda não chamava de afeto. Há exatos 10 anos eu iniciava meu bacharelado em Comunicação Social na UFGM, mas só alguns anos depois é que fui começar a compreender as vivências violentas de um relacionamento de proximidade amoroso em que eu estava engolfada.

⁸ No contexto das pesquisas afetivas em comunicação, os afetos podem ser entendidos como “[...] uma variação contínua nos modos de sentir e de experimentar o vivido. Eles não são o oposto das ideias, eles as envolvem. [...] Eles são a possibilidade para fortalecer o pensamento, em ato [...]” (MENDONÇA, 2020). Na composição da nossa vida, alguma força nos mobiliza, nos envolve sensivelmente e nos provoca uma ação de pensar, sentir, fazer, reagir, significar, perceber, sentir. Afetos são as forças moventes das nossas relações, interações e construções significativas que, tanto ao movimentar aspectos das humanidades, como ao mover-se em nós ou através das nossas reações, são capazes de nos constituir e transformar. Os afetos compõem a cinética do nosso mundo.

⁹ Site do Selo PPGCOM/UFGM:< <https://seloppgcomufmg.com.br/> >.

No meio acadêmico, eu procurei por espaços que pudessem compartilhar uma lente de mundo diferente da que eu tinha. Apesar de naquela época eu estar absolutamente confusa, humilhada e desorientada pelas agressões que eu sofria no meu relacionamento, algo em mim, como um instinto de sobrevivência, procurava uma direção outra, um território social em que eu pudesse aportar.

Acabei encontrando um grupo de pesquisas – o Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativas e Experiências¹⁰ – que estava trabalhando com narrativas de violência contra a mulher no meio jornalístico e foi justamente esse grupo que me recebeu como integrante e em que me senti acolhida. Quando, dentre as atividades dessa equipe, eu integrei a realização de entrevistas com mulheres em situação de violência, mais do que uma lente, eu encontrei um espelho. Eu nunca havia me visto como uma mulher sofrendo violências por parte do cônjuge. Realizar aquelas entrevistas, direcionaram meu olhar para o que eu mesma estava vivendo através da escuta dos relatos de outras mulheres.

O interessante é que, mesmo antes de conseguir nomear que a situação em que eu estava chamava-se de violência, eu sentia muita dor e tristeza. Tudo em mim doía, meu corpo degradado e machucado por todo tipo de exploração sexual e tortura, deformado por lesões de intervenções estéticas perigosas e flageladoras, meu corpo solitário pelo isolamento, hipervigilante pelo controle de tudo o que eu fazia ou deixava de fazer, amedrontado pelas cenas dantescas de destruição de móveis e objetos, deprimido pelas ofensas, desmoralizações e humilhações diárias... Essa lista não é capaz de enumerar, nem de dar forma ao estado de destruição físico, psíquico e emocional que eu estava. Mas, à época, eu não percebia

¹⁰ Link para o endereço do website do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: Narrativas e Experiências: < <https://www.tramas.fafich.ufmg.br/> >.

nada disso, eu não chamava essa dor de violência, eu chamava de insuficiência, de inadequação, de incompetência minha em não dar conta de cuidar daquele homem e sustentar aquela relação amorosa. Eu me sentia culpada e mal-agra-decida por não conseguir satisfazer o homem que “sabia o que era melhor para mim porque eu era muito nova”. E assim, eu ia me entendendo como uma jovem que não dava conta de atender às demandas da vida, sejam elas escolares, acadêmicas, familiares ou amorosas. A minha rotina era de agressões diárias seguidas de pequenos momentos de pedidos de desculpas e demonstrações de carinho. Viver uma vida de violências dentro de relações que envolvem nosso amor ou admiração, é como tentar segurar uma construção desmoronando com os próprios braços. E é claro que eu não dava conta e me sentia péssima. E quanto mais eu acreditava que estava sendo medíocre, mais eu tentava agradar e servir, falhando continuamente por melhores que fossem minhas intenções.

Foi apenas quando participei das entrevistas com mulheres vítimas de violência de gênero pelo grupo de pesquisa que eu participava à época, que percebi que o que doía em mim, também doía nelas. E percebi, que todos os nomes que eu e essas mulheres dávamos para aquela dor, além de nos ser comum, também nos era próprio.

[...] *Me duele el dolor, me duele el dolor*

Me duele de tanto doler

Me duele el dolor, me duele el dolor

Me duele de tanto doler

Ay, ay, ay, ay, ay, ay, ay, ay, ay, ay

Ay, ay, ay; ay, ay, ay, me duele, me duele

Ay, ay, ay, ay, ay, ay, ay, ay, ay, ay

Comienza por las venas el dolor que frena

Que no fabrica ya lo que se necesita

Pa' demoler la fragilidad de esta mujer que calla

Su desconocida facultad

(Canção Los Senos de Fémina¹²)

Tempos depois, ainda no percurso da graduação, escrevi o trabalho de conclusão de curso “*Quando os homens falam: masculinidades e modos de dizer em Papo de Homem*”¹³ que prosseguia com essa inquietação interna despertada pelo trabalho com mulheres, que como eu, viveram ou saíram de relações abusivas e violentas. Eu me perguntava o porquê de sofrermos tantas agressões. Questionava se o que dá outorga para os homens nos agredirem estava mudando, e, se, pelo menos os homens que se apresentavam como um tipo mais arejado e atento às desigualdades, entendiam o tamanho do sofrimento e da destruição que a posição de ser mulher na nossa sociedade nos craveja. Mas eu percebi, que, ao procurar pistas sobre como a violência contra a mulher acontece, mais importante do que me perguntar sobre “quando os homens falam”, era procurar por “quem nos escuta”.

Minha dissertação seguiu o caminho dos afetos para ouvir a mim mesma e o que outras mulheres diziam de si ao falar dos danos que sofrem em suas relações de proximidade. Entre 2020 e 2022, durante o período do meu mestrado, eu passei a acompanhar com mais atenção as conversações das mulheres que estabeleciam mídias sociais para falar da violência contra a mulher. Eu frequentei grupos nas redes sociais, observei páginas e perfis, assisti vídeos e me associei a fóruns de discussão, participando das trocas e dos relatos sempre que era atraída por algum ponto que me era sensível. E eu pude realmente me compreender em diversas situações de abuso, validar minhas dores,

¹² Link com o endereço de uma apresentação do grupo Fémina com a canção *Los Senos* para a iniciativa musical chamada **Quando os homens falam: masculinidades e modos de dizer em Papo de Homem**. So far: < <https://www.youtube.com/watch?v=-aoW6neiJh4> >.

¹³ PRATES, Patricia. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social-Jornalismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

conhecer dificuldades ora que eu não imaginava, ora que era exatamente as que eu tinha, e, aprender possibilidades novas de cuidados com os impactos de anos sofrendo violências. Isso não acontecia quando eu acompanhava narrativas jornalísticas sobre violência contra a mulher, também não aconteceu quando estive na polícia, ou com advogados. Todos assinalavam que o que eu vivia estava enquadrado na Lei Maria da Penha¹⁴, mas não compreendiam como era essa violência em funcionamento, o que ocorria em suas múltiplas camadas e como eram estabelecidos mecanismos insidiosos para a minha permanência. Esses homens, em sua grande maioria, estavam interessados em ouvir apenas os “fatos”, nada além dos “fatos”. No entanto, o que pude perceber pesquisando a violência a partir da experiência e dos afetos de quem a viveu é que esses danos à mulher não são apenas físicos, eles desmantelam nossa dignidade de existência e abalam nosso senso de realidade e o nosso equilíbrio psíquico. As violências, progressiva e caoticamente desintegram os bons sentidos na apreensão de si mesma e desorganizam a estabilidade dos arranjos sadios de realidade:

O abuso, em suas diversas formas, como golpes físicos, manipulações, inferiorizações e humilhações, repreensões, proibições e outras formas de controle geram uma ambiência distorcida sobre o que se considerar como adequado para a realidade e para si mesma. A internalização dos maus tratos nas dinâmicas violentas das relações abusivas interfere no processo de coerência entre as informações e formas de conhecimento de si mesma e do mundo. Normalmente, nosso cérebro possui um quadro de referências emotivas, morais, informativas etc, vinculado à percepção da realidade vivida que dá previsibilidade, coerência e integridade à nossa cognição. Ou seja, a cognição humana depende da nossa capacidade de criação, composição e organização de representações mentais e processos de

¹⁴ A Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher. A íntegra do seu texto pode ser acessada através do link: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm >.

figuração que utilizam nossas sensações, memórias, sentimentos e pensamentos. (Prates, 2022, p. 111)

Entender como a violência realmente se dá demanda escutar o que as mulheres têm a dizer, respeitando que as formas através das quais apreendemos e revelamos os processos dos danos e das agressões vividas não seguirão as normatividades narrativas dos sistemas sociais hegemônicos porque a própria violência é dissociativa, disforme e imprevisível:

Esse processo de dissonância que altera continuamente os efeitos de realidade na vida da mulher é uma ponte para o esgotamento. O homem que pratica entre as muitas formas de violência, o abuso emocional e psicológico, acaba por reforçar padrões de inutilidade e humilhação, mudando a ordem das relações de causa e efeito de sua violência diária. Um dia ele chegará com presentes, no outro mal conversará com a mulher, no outro a repreenderá por fazer algo de um modo, no outro a elogiará por esse mesmo comportamento e sempre estará retorcendo a percepção da vítima[...] (Prates, 2022, p. 112).

Nesse sentido, as conversações das mulheres nas mídias sociais da violência trouxeram-me experiências sonares: formas de sentir e de apreender o agressor, o mundo e a si mesma quando a visibilidade é ruim e as correntes são fortes e traiçoeiras, composições de cura que conseguem ter êxito porque são capazes de localizar e navegar a partir dos nossos fragmentos e gemidos narrativos, dos nossos silêncios e outras tantas partes submersas.

Essas mídias sociais contribuem para possibilidades de rearranjos existenciais na medida em que permitem um verdadeiro reconhecimento entre mulheres que sofrem ou sofreram violência de gênero; isso porque, a dor, o sofrimento, a melancolia e tantos outros afetos, não são vetados de se movimentar livremente e de serem escutados. Quando o reconhecimento pertence a um conjunto de

concepções tidas como universais, ele deixa escapar as possibilidades de validação de modos e aspectos de existência que ainda não estabeleceram uma base de aceitação através das lutas sociais, uma vez que:

Ser reconhecido implica, antes de qualquer coisa, em uma modulação nas perspectivas de como se é conhecido, classificado e catalogado dentro de processos sociais vigentes nos quais o indivíduo, assim como sua relação de pertencimento a grupos e comunidades, é entendido pelas instâncias já estabelecidas de poder. (Martino, Marques, 2021, p. 9)

Martino e Marques apontam que a Teoria do Reconhecimento é limitada pelo seu próprio quadro normativo que estabelece condições para a “reconhecibilidade”, uma vez que o imaginário moral do reconhecimento avalia as formas de vida desigualmente:

O resultado dessa discussão é a proposição de uma situação ideal na qual as disputas de reconhecimento antecedem a constituição de um cenário de conversação: o reconhecimento do outro deve existir previamente em relação ao início de qualquer debate, ancorado na percepção do outro como igual, dotado de uma mesma moral racionalizada – e racionalizável – que permita a elaboração de algum tipo de acordo mútuo de respeito à alteridade. (Martino, Marques, 2021, p. 13)

Para mim ficou bastante evidente que as escritas de quem está no meio de uma situação de violência se dão numa temporalidade bastante diferente das temporalidades normativas que estamos mais habituados a validar. A cadência da dor, do desamparo, do trauma e de todos os seus aspectos aflitivos ou regenerativos tem seu próprio tempo – não linear, fragmentado e muitas vezes desconexo caso confinado sob uma lógica narrativa normativa. Conforme Lapoujade:

Participamos do movimento daquilo que está sendo feito na medida em que nos emocionamos com aquilo, emoção. É que a emoção não é um afeto que reage à presença ou à ausência de alguma coisa, o que é próprio de todos os

afetos ditos “temporais”; é um afeto que se emociona com a passagem do tempo ou com o movimento dos seres como tais. (Lapoujade, 2017, p. 21)

Durante as vivências violentas e os acionamentos dos recursos sociais disponíveis para seu enfrentamento – como a investigação policial, o processo legal, o acompanhamento médico – temporalidades múltiplas e por vezes contraditórias se encavalam. As exigências narrativas e performativas das temporalidades normativas por vezes atropelam as de quem está sofrendo uma experiência de violações, agressões e abusos. Rancière (2021), ao refletir sobre as modernidades em conflito, repensa a narrativa do tempo político “não mais como uma linha esticada entre um passado e um futuro, mas como um conflito sobre as distribuições das formas de vida” (Rancière, 2021, p. 11).

Conforme aponta Rancière (2021), as narrativas normativas trazem uma unicidade discursiva que remetem a uma racionalidade ficcional estabelecida como uma dramaturgia comum tanto à reivindicação da ciência da história quanto à sua denúncia. O tempo na violência desenvolvimento temporal orientado pelo impacto emocional, físico, patrimonial, psicológico, do trauma em que não é possível fixar nenhum encadeamento no curso das agressões. O tempo para Rancière:

[...] como princípio de realidade (é apenas a partir de um ponto situado no tempo que pensamos em categorias atemporais), como princípio de racionalidade (o que temos diante de nós como realidade bruta é compreendida apenas uma vez que é articulado em um encadeamento temporal de causas e efeitos); e como ator que restitui certa justiça: para uns esse ator recusará as realidades pretensamente objetivas e categorias ditas eternas; para outros, recusará as promessas ilusórias que se quis vê-lo cumprir. (Rancière, 2021, p. 14)

No caso da experiência de violência, somos reconhecidas pelo enquadramento na Lei Maria da Penha, na medida protetiva, no transtorno de estresse pós-traumático ou no trauma complexo. No

entanto, esses instrumentos sozinhos são insuficientes para construir um conhecimento humano capaz de reverberar e fazer a diferença nos reparos que precisamos conceber e nas possibilidades de existência que temos de inaugurar. Nesse sentido, não somos verdadeiramente reconhecidas, porque nossos afetos são relegados à desimportância quando na verdade são estruturantes tanto do estar em violência quanto do procurar uma saída disso tudo para si mesma. Por exemplo, o reconhecimento da situação de violência não significa que lhe será reconhecida a vastidão e profundidade do dano e lhe restituído o direito à cura. Os processos legais, ironicamente, não tomam os sujeitos como processos. Uma medida protetiva nos atuais moldes, muitas vezes “protegem” a vítima de existir fora da sua casa e trabalho, e terminam por ser mais uma vez elas que carregam as penas em suas próprias existências. A situação de violência é reconhecida, mas nós mulheres não. Não somos realmente escutadas.

Uma experiência interessante que mostra um reconhecimento possível em grupos que vivem algo distante da norma foi o acompanhamento da antropóloga, Veena Das à vida de pessoas que tiveram suas famílias dizimadas e massacradas por questões religiosas e políticas. Das trabalha a partir dos distúrbios comunais da Índia¹⁵ se colocando na vida cotidiana das localidades onde os tumultos da Partição da Índia e do Massacre dos siques¹⁶ ocorreram. Para fazer essa

¹⁵ A Partição da Índia foi um acontecimento histórico em que se deu a divisão territorial da Índia no ano de 1947. A Índia se torna independente da Inglaterra e é dividida em duas nações através de critérios religiosos, sendo que o território habitado majoritariamente hindus e siques foi institucionalizado como a Índia e, os territórios majoritariamente muçulmanos, foram incorporados ao Paquistão. Índia, Paquistão e seus grupos religiosos têm se enfrentado desde então numa série de conflitos violentos.

¹⁶ O Massacre dos siques foi uma série de ataques violentos de multidões antissique aos seguidores da referida religião em resposta ao assassinato de Indira Gandhi, primeira-ministra da Índia. Os sikhs lutavam pela criação de mais um estado independente para os seguidores de sua religião e em 1984, quando ameaçaram negar à Índia o fornecimento de energia e alimentos da sua província, o Punjab, Indira ordenou a invasão de um santuário sikh. A governante foi morta por dois seguranças pessoais

etnografia, Das conta que tinha de caminhar por dentro das fissuras e vácuos que pudesse encontrar no Estado, muitas vezes tendo de utilizar de dissimulação e camuflagem para se inserir no cotidiano das pessoas sem ser vigiada pelo Estado. Seu modo de trabalho a colocava numa atenção intensificada do ordinário envolto por situações traumáticas de violência social. Das caminha pelos processos coletivos de nomeação da violência “Nomear a violência não reflete apenas as lutas semânticas — reflete o ponto em que o corpo da linguagem se torna indistinguível do mundo; o ato de nomear constitui uma enunciação performativa” (DAS, 2020, p. 274). Ela explica a sua experiência ao acompanhar a elaboração lenta, sutil e vaporosa da dor e do luto na vida de quem experienciou o massacre:

Foi no registro do imaginário que a questão sobre o que constituiria a paixão daqueles que ocupavam essa zona indescritível e inaudita ganhou forma. [...] A zona entre duas mortes que as mulheres precisaram ocupar não permitia nenhum discurso, pois que palavras “certas” poderiam ter sido ditas contra o mal que lhes foi feito? Em vez disso, começamos a pensar na dor como entendimento e reconhecimento; a negação da dor do outro não diz respeito a falhas do intelecto, mas a falhas de espírito. No registro do imaginário, a dor do outro não pede apenas um lar na linguagem, mas também busca um lar no corpo.[...] Não que haja uma continuidade sem costuras entre a margem distante e a margem do dia a dia em que a violência e dor se encontram, mas podemos compreender as sutis transformações que ocorrem apenas quando nos movemos de uma margem para outra, se temos em mente a complexa relação entre falar e ouvir, entre construir um mundo em que os vivos possam habitar com suas perdas e construir um mundo em que os mortos possam encontrar um lar. (Das, 2020, p. 90-91)

Conforme Das em leitura de Nussbaum, “Há um tipo de saber que funciona pelo sofrimento porque o sofrimento é o reconhecimento apropriado do modo como a vida humana, nesses casos, é” (Das, 2020, p.

praticantes do siquismo que se revoltaram contra a decisão da primeira-ministra de invadir o santuário em Amritsar.

113 apud Nussbaum, 1986). Conforme Prates, “Nomear a dor, dar expressão a esse conhecimento da experiência também ajuda a reconhecer a complexidade das estruturas de dominação, é uma estratégia de resistência e transformação” (Prates, 2022, p. 38). Quando você toma parte de algo como na escuta, surge daí uma responsabilidade, uma implicação em fazer ou não fazer algo a respeito. Você sabe. Sabe essa dor, sabe esse vazio e desamparo, sabe a falta de recursos, de um lugar para recomeçar, sabe da perseguição, sabe das sequelas físicas, financeiras e psicoemocionais, sabe da frustração vindas dos encaminhamentos de conciliação, “O corpo não traslada, mas muito sabe, adivinha, se não entende” (Guimarães Rosa, 1986, p. 28). E quando se sabe, não há como alegar desconhecimento. Fazer nada ou fazer algo é, de forma explícita, é a sua decisão diante do outro.

No entanto, as condições para que o direito ao reconhecimento seja conferido são assimétricas e muitos grupos não são reconhecidos, especialmente aqueles que fogem das matrizes de inteligibilidade hegemônicas. Conforme Martino e Marques, isso ocorre porque as operações de reconhecimento, em certos casos, “não se resumem a uma mera inclusão em quadros de sentido dominantes, exigindo uma complexa e lenta operação de criação de outro imaginário, de outra forma de vida, na qual a experiência desses sujeitos e grupos possa ser valorizada como relevante” (Martino, Marques, 2021, p. 17).

Na vida de quem sofre violência, quando o medo e o desespero se tornam seu modo de sobreviver e acaba se tornando o seu modo de perceber e agir em todo o mundo, temos de reconhecer o tamanho dessa destruição e o quanto tudo isso nos marca. A dor, os desabafos, as idas e voltas, os silêncios são os mecanismos que conseguimos para elaboração do trauma da violência que vivemos. É a partir do reconhecimento da dor que os danos começam a ser nomeados.

Existem diversas modalidades de escritos autobiográficos, podendo o indivíduo assumir práticas que coloquem suas vivências, memórias e percepções em oferecimento ao outro. Retornamos com frequência às histórias que nos fundam. O contar-se envolve memórias e esquecimentos, numa série de mediações inscritas e mobilizantes do tráfego de relações e de construções sociais, políticas, econômicas, culturais, etc. Contamo-nos numa coletividade (isso reverbera, mesmo que de uma amiga para uma outra) situando um espaço tempo. Essas práticas estão associadas às leituras de mundo que conhecemos e às possibilidades de criação de novas formas e espaços de existência.

Em muitas situações, os discursos normativos apagam os processos de elaboração do trauma nas vítimas, esvaziando-as de seus modos, tempos e espaços de existência na lida com o absurdo e inapreensível da violência. A recusa na escuta das emergências afetivas que tentam movimentar o pesado grilhão da relação abusiva destitui-nos de espaço de existência quando nossas histórias de vida, fragmentos narrativos, silêncios e sentimentos são ignorados e jogados na vala da desimportância. Chegamos esgotadas, a fim de requerer um significado para o nosso futuro e, nos espaços onde a norma opera, não somos verdadeiramente ouvidas e reconhecidas. Onde podemos encontrá-lo se não pudermos exercitar as grafias para a nossa vida até encontrar uma que nos sirva?

Na minha pesquisa, ao trabalhar com o emaranhado de afetos da violência contra a mulher, percebi que uma das mais frequentes reclamações compartilhadas pelas mulheres era a de não serem ouvidas e levadas a sério. Seja no contexto familiar, de amizade, jurídico ou médico, ficou evidente a grande dificuldade de terem suas emoções, percepções e aflições validadas. A pesquisa afetiva traz uma abertura ao sensível que é fundamental para ver esse povo. ao trabalhar com afetos,

temos uma mudança naquilo que normalmente chamamos de objeto de pesquisa, passamos a ter um corpus sensível. Conforme Pessoa (2021):

Parece-me que nas encruzilhadas da pesquisa, o corpus sensível (PESSOA, 2015), afeta, de modo direto e talvez inequívoco, o gesto epistemológico do pesquisador, exige dele posicionamentos e escolhas que tragam a centralidade da investigação para os sujeitos, tanto os pesquisados quanto os pesquisadores. Por vezes, a reivindicação de sujeitos em situações de vulnerabilidades se torna tão premente, no limiar entre a existência e a sobrevivência literal, que exige do pesquisador um afastar-se para um reposicionar-se. [...] É um equilíbrio da tensão entre a suportabilidade do pesquisador do ser afetado pelas suas próprias experiências e pelo corpus sensível e a responsabilidade de afetar os outros. (Pessoa, 2021, p. 60)

O caminho metodológico, analítico e de escrita não se faz mais ancorados por formas relativamente estáveis de conhecimento como categorias e sistemas de causa e efeito do mundo, mas pelo movimento que os afetos são capazes de impulsionar quando mobilizados. Nesse sentido, trabalhar em um corpus sensível (Pessoa, 2021) englobaria fazer parte de materiais e relações que despertam nossos sentimentos e afecções. O corpus sensível traz premissa a de colocar nossos afetos em trabalho e nos fazer pensar, de nos transformar e de nos levar a descobrir, um pouco mais, os afetos de que somos capazes. Somos instados a sermos atravessados por um conhecimento que não se emoldura, que se dá pelo contato com a troca de vivências, trocas, testemunhos, relatos, histórias de vida, memórias e experiências grafadas em objetos, gestos, lacunas, narrativas e silêncios. Ao nos exigir alguma resposta, o outro nos convoca a reinventarmos nossa própria subjetividade:

Neste sentido, ao estarmos diante do outro através de sua narrativa testemunhal, estaríamos frente ao enorme desafio de conjugar responsabilidade e integridade e não apenas sinceridade. Estaríamos no enfrentamento de um dilema ético da escuta sem imposição, sem

direcionamento para fins de investigação, do acolher o outro que está diante de nós sem julgá-lo e sem sufocar a sua voz ainda que sob o pretexto de potencializá-la. Mais do que respostas, tentamos equalizar em nós os anseios pela acolhida de existências possíveis e que introduzem incertezas nas formas de distribuição sensível dos elementos da experiência, para além daquelas normatizadas socialmente. (Marques; Pessoa; Martino. 2022. p. 32)

O reconhecimento do dano e das estratégias de cuidado de si nas falas de mulheres em situação de violência de gênero não só me fizeram reconhecer a violência que eu própria vivia, como me enredou numa busca por esse irrompimento afetivo que trouxe à existência novos possíveis para aquilo das vivências traumáticas que não se conforma nas narrativas hegemônicas do mundo. A partir da dor – do seu testemunho e do seu indizível – que normalmente é invalidada na construção do real, pude caminhar pelo absurdo e pelo esgotamento que o tempo da violência instaura. Por todo esse percurso, acredito e defendo que é preciso acolher as intensidades e agitações dos afetos como forças da experiência constitutiva do indivíduo, como o limiar entre o si mesmo e os fluxos do vivido, e que só quando acolhidos e validados podem nos ajudar a manejar esse tipo de conhecimento que envolve a violência.

ENTRE O DANO E A CURA

Quantas vezes mais haveria de morrer? Afogar em semanas um corpo ansioso, mutilado de vivências traumáticas e bons sentidos engolidos frios. Quantas vezes mais haveria de tentar queimar como nas coivaras tudo o que pudesse ajudar a brotar a lavoura de bem-quereres quando viessem as chuvas.

Sim, a chuva haveria de vir. Mesmo no sertão mais árido, em algum momento, ela sempre vem e enverdece tudo o que parecia morto, inerte e arrasado.

A cura nos conhece desde o primeiro sopro de vida ao abrir um pulmão comprimido por meses no ventre materno. Nascer: deixar gritar, doer, emergir, desapossar. Advogar para si o direito de berrar em meio a um mar de lágrimas para poder, enfim, respirar.

E ouvir um tango antigo, cansada como quem um dia se aquietou no colo materno e cheirou pela primeira vez – calma e apaixonadamente – o odor da própria existência.

A cura nos reconhece.

Ela crepita os afetos de que se é capaz.

REFERÊNCIAS

DAS, Veena. **Vida e Palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

LAPOUJADE, David. **Potências do tempo**. São Paulo: n-1 edições, 2017.

LEVINAS, Emmanuel. **Descobrimdo a existência com Husserl e Heidegger**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

MARTINO, Luís Mauro Sá; MARQUES, Ângela. **Reconhecer a vida e a experiência do outro**: tensionamentos epistêmicos, normativos e identitários. Brasília: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, v. 24, jan-dez, p. 1-22, 2021.

MENDONÇA. Carlos M. C. **Estudos em Textualidades Midiáticas I**: Texto, gênero e performance (Fala do professor na disciplina). Belo Horizonte, PPGCOM/UFMG, maio, 2020.

PESSOA, Sônia C. **Inquietações que nos movem**: argumento e polifonia em pesquisa de dimensão afetiva. In: Afetos: teses e argumentos, (Orgs: PESSOA, Sônia C; MARQUES, ÂNGELA S; MENDONÇA, Carlos M. C). Belo Horizonte: SELO PPGCOM/UFMG, 2021.

MARQUES, Ângela S; PESSOA, Sônia C; MARTINO, Luís Mauro S. **Relatos, histórias e testemunhos**: modalidades da produção de narrativas autobiográficas a partir de seu contexto político e situacional. Campo Mourão: Revista NUPEM, v. 14, n.32, p.22 - 40, 2022.

PRATES, Patricia. **Grafias da vida entre o dano e a cura**: o reconhecimento da violência e as potências do dizer-se nas mídias sociais. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **Tempos modernos:** arte, tempo, política. São Paulo: n-1 edições, 2021.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; Gabriela, ZAGO. **Análise de Redes Sociais para Mídia Social.** Porto Alegre: Sulina, 2015.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão:** veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

CIÊNCIAS DA DANÇA: O FLUXO DAS DIFERENÇAS EM ENSAIO ESPIRAL

Graziela Andrade ¹

FAZER DANÇAR A UNIVERSIDADE

Je suis danseuse. Je crois qu'on apprend par la pratique. Qu'il s'agisse d'apprendre à danser en pratiquant la danse ou d'apprendre à vivre en pratiquant la vie, le principe est le même. Dans un cas comme dans l'autre, il s'agit d'accomplir un ensemble particulier des gestes, physiques ou intellectuels, par lesquels adviennent une forme d'aboutissement, une conscience de soi, une satisfaction de l'esprit².

Martha Graham

[Afecção #1: Dancei por outros campos, na universidade andei pelas bordas até entrar em cena no curso de Dança. Campo de pertencimento, acontecimento, assentamento, conhecimento. Espaço em criação, construção. Coragem para fluir.]

Gostaria de iniciar este texto falando da Dança, assim mesmo, com esse “D” maiúsculo que costumamos usar para reforçar nosso lugar enquanto campo de conhecimento, enquanto área pertencente a universidade, às ciências, ao saber – porque este ainda é um esforço, muito necessário para nós, que fincamos os pés nos *campus* há tão pouco tempo.

¹ Graziela Andrade é doutora, professora de Licenciatura em Dança na Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, está em formação no método somático *Spiral Praxis* que será objeto de seu pós-doutoramento no próximo ano. Seu projeto de pesquisa conta com o apoio da FAPEMIG.

² Eu sou uma dançarina. Eu acredito que aprendemos pela prática. Trata-se de aprender a dança praticando a dança, ou aprender a viver praticando a vida, o princípio é o mesmo. Tanto em um caso como em outro, trata-se de realizar um determinado conjunto de gestos, físicos ou intelectuais, através dos quais ocorre uma espécie de acontecimento, uma autoconsciência, uma satisfação do espírito. (Graham, 1991, pág. 9, tradução nossa)

É certo, a história da Dança remete a nossa própria existência, como curiosamente demonstra Bourcier (p.3, 2001), *“uma vez que o primeiro documento que apresenta um humano indiscutivelmente em ação de dança tem 14.000 anos”*. É fato também que se subestima sua importância para a humanidade, uma vez que como nas palavras da mestre Graham, *dançar é uma prática da vida, um conhecimento de si no próprio ato da existência*. Ao longo da história a cultura ocidental foi acondicionando a Dança em seu lugar cênico, de gestos técnicos esperados, da alta performance corporal, da estética do espetáculo. Mas, a dança nunca se rendeu a estar em um só lugar. Afinal, mover-se é sua essência.

É bem recente o tempo em que ela ocupa as universidades e nesses espaços produz saberes artísticos-científicos-educativos que lhe são próprios e que carecem de reflexões, nomeações e muita prática. A Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi o primeiro curso superior de Dança no Brasil, fundado em 1956. Levaram-se outros 29 anos até que um segundo curso fosse criado no Paraná, seguido pela formação de dupla habilitação – bacharelado e licenciatura – da UNICAMP, em 1984 (Wosniack, 2017).

Mas, foi apenas na primeira década do novo século – a partir do programa REUNI, que ampliou e reestruturou as universidades federais no Brasil – que os cursos de Dança ganharam fôlego de existência em diversas regiões do país:

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC), existem no Brasil, em 2015, 49 cursos superiores de dança em atividade, sendo que 34 deles são com habilitação em Licenciatura, objetivando a formação de professores de dança que poderão atuar no sistema educacional brasileiro. Há aproximadamente dez anos, o MEC reconhecia apenas 15 cursos de licenciatura em dança em todo o país (...). (Molina, 2015, p.22)

Trata-se de uma chegada cheia de enfrentamentos, que partem de muitos lados – político, educacional, estrutural, artístico, pedagógico, científico, curricular, social, etc. Um crescimento exponencial como esse, é altamente relevante para o campo, na mesma proporção em que nos apresenta uma imensidão de desafios próprios aos encontros entre as artes e as ciências.

O curso de Licenciatura em Dança da UFMG, por exemplo, surgiu a partir da iniciativa de uma comissão de professores que, em 2005, solicitou ao diretor da Escola de Belas Artes a criação de uma comissão para levar adiante a empreitada (Alvarenga, 2018), contando com um chamamento público aos artistas da cidade. Belo Horizonte é um polo de excelência na criação e produção artística em dança, abrigando diversas companhias públicas e privadas, além de grupos de danças populares e escolas livres e, portanto, a presença na Universidade era um desejo latente para alguns, ao mesmo tempo, até hoje incompreendida por outros, como aponta Alvarenga (2018, p.15):

Faço essa colocação porque tenho me surpreendido com a grande desinformação em relação à função das licenciaturas voltadas para a formação de professores de dança, entre importantes profissionais da área artística (dança) que, sem compreenderem o real significado do seu ensino na Educação Básica, voltam-se contra essas licenciaturas e os profissionais que a elas se dedicam, deixando transparecer, ora velado, ora explícito, o preconceito sobre a formação docente em Dança em nível superior; alguns até sentindo-se ameaçados no exercício do seu trabalho fora desse campo e excluídos como possíveis docentes da graduação em Dança. Na fala de muitos, transparecem modos tradicionais de pensar e de entender o trabalho com a Dança, localizado tão somente na formação profissional do intérprete ou naturalizada nas práticas cotidianas das tradições populares.

O curso, que foi criado em 2010 na modalidade licenciatura, enfrenta desafios político-estruturais para além daqueles internos ao campo de conhecimento. Embora tenha sido criado com a previsão da

construção de uma sede própria, ficou, até o ano 2023, abrigado no prédio de Teatro onde o corpo docente - que conta com apenas 8 professores concursados -, se dividia para ministrar todo o currículo no período noturno, realizar pesquisas, projetos de extensão, criações e ocupar os cargos administrativos que lhe cabem. Ainda sentimos, junto aos discentes, os reflexos dos últimos quatro anos de total descaso do governo com a universidade e do enfrentamento da pandemia, onde todas as nossas aulas práticas foram suspensas e, mesmo em 2023, continuamos no esforço das reposições. Nossa luta se renova com a conquista de um galpão reformado que nos abriu duas novas salas e com o retorno da obra de construção do nosso prédio. Sabe-se que essa não é uma realidade só de nosso curso e que a luta política é ainda longa pela valorização de nosso fazer, mas seguimos corajosamente, recebendo alunos sempre movidos pela *paixão*.

Temos no Brasil um cenário inteiro em construção enquanto a Dança segue acontecendo, ocupando meandros, como água que se derrama. Entre tantos desafios, aquele para qual nossa atenção se voltará neste momento diz respeito aos modos de produção de conhecimento da área, a criação, nomeação e legitimação de nossas próprias epistemologias. Neste sentido, faço lembrar do convite urgente que Katz (2012, p. 96,) faz ao campo da Dança:

O argumento básico desse convite é a certeza de que a monstrificação de certos assuntos (como a epistemologia, por exemplo) necessita ser desmanchada pelos que se interessam em resgatar a dança do puxadinho das artes cênicas no qual ela ainda se encontra confinada. Precisamos da epistemologia porque, como se sabe, a dança é dependente de um fazer e será necessário **defender a experiência como apta a produzir conhecimento** – o que não é tão simples quanto parece a quem não tem familiaridade com as discussões filosóficas sobre o conhecimento. (grifo nosso)

A pesquisa em Dança no Brasil³, quer seja na universidade ou na criação e produção artística externa, parece não encontrar seu eixo. Ainda segundo Katz, exemplo disso são os editais de cultura, dos quais ainda somos extremamente dependentes, e que exigem dos artistas a configuração de projetos que seguem os modelos científicos da pesquisa universitária, embora não sejam assim desenvolvidos. Os relatos de Fortin e Grosselin (2014), sobre a formação da pós-graduação em Dança da Universidade de Montreal nos fazem compreender que a questão é mais ampla, a medida em que elas apontam que, por outro lado, os artistas-pesquisadores tendem a deixar de lado a subjetividade de seu fazer artístico, a fim de melhor se adequar as formalidades que são esperadas pelo imaginário universitário.

De fato, a pesquisa em Dança abraça a complexidade que envolve o ato de pensar em epistemologias nas quais o fazer subjetivo é o próprio objeto, e o corpo é o ser do conhecimento. Envolve, igualmente, o ato de engendrar uma ciência que não se cola a modelos tradicionais de construção do saber. Isso porque a Dança não se desloca do corpo, não pode ser isolada, nem mesmo pode se repetir. É efêmera, instável e intrincada ao sujeito por natureza. E, como nos lembra Lepecki (2012, p. 45), há uma dimensão política na Dança que incute uma potência epistêmica, naquilo que elas partilham:

De fato, a capacidade imanente da dança de teorizar o contexto social onde emerge, de o interpelar e de revelar as linhas de força que distribuem as possibilidades (energéticas, políticas) de mobilização, de participação, de ativação, bem como de passividade traria para essa arte uma particular força crítica. Pode-se dizer assim que, para além daqueles traços que

³ Vale ressaltar que este não é um “privilegio” nosso. Fortin e Gosselin (2014) reportando a experiência docente no curso de pós-graduação em Estudos e Práticas Artísticas na Universidade do Quebec em Montreal (UQAM), relatam que os alunos de doutorado tendem a deixar de lado a subjetividade e a percepção, que lhes cabem profissionalmente, em direção a um modelo positivista de pesquisa, ao qual confiam a respeitabilidade que aspiram perante o ambiente universitário.

partilharia com a política (a efemeridade, a precariedade, a identificação entre produto do trabalho e ação em si, a redistribuição de hábitos e gestos, o aumento de potências), a dança operaria também como uma *epistemologia ativa da política em contexto*.

Trata-se, nessa citação, da noção de coreopolítica em que Lepecki (2012) parte do espaço considerando o vazio político-coreográfico dos urbanitas – nós, seres urbanos em trânsito estimado pelas cidades, enredados pela coreopolícia⁴. Neste contexto, a Dança seria capaz de operar a face real da política; não a da politicagem e a da sujeição; mas sim, aquela na qual se apresentam reais possibilidades de emergência dos sujeitos.

É importante ressaltar a precisão da proposta dessa articulação em que a Dança deixa de ser apenas um agente da política, ou seja, algo a partir do qual se faz política, mas ao contrário ela é o próprio acontecimento político. Ela é em si capaz de tornar visível o sujeito na perspectiva de sua singularidade gestual, de seus desejos e possibilidades de movimento. Diverge, portanto, à frenética circulação de cidadãos disciplinado que passam pelas cidades em função de algo – ir, vir, fazer, comprar, levar, buscar, correr, etc. – movimentos nos quais o propósito é exterior, tem direcionamento e objetivo externo ao corpo. Move-se para alguma coisa, a fim de realizar algo, de forma previsível, massiva e ininterrupta.

Em contraponto, a Dança está em si mesma é movimento sem fim (finalidade), sem objetividade. Diz-se aqui de uma **dança-episteme** que em seu ato de existência nos faz saber do meio em que opera de modo sempre efêmero e, portanto, precário, parcial, latente, incompleto.

⁴ O termo também apresentado por Lepcki (2012) não será objeto de apreciação neste texto, mas diz respeito aos modos de cerceamento físico que a polícia imprime, àqueles que buscam atuar no espaço urbano fora do previsto. Os artistas da performance, por exemplo, são muitas vezes interrompidos em suas ações artísticas por “forças da lei”.

Nesse sentido, podemos aqui recordar um texto menos circulado do filósofo Giorgio Agamben (2011), no qual ele apreende a Dança a partir de uma ontologia do gesto, para então compreendê-la como pura medialidade⁵. Pertencente ao entre, sendo meio sem fim, a Dança é compreendida como fonte inesgotável de revelação do sujeito dançante. É diante deste Ser intermediário que ela é capaz de tornar visível-volátil – pois que sempre parcial – linhas de força e tensionamento entre o possível e o real, entre a potência e o ato, entre sujeição e sujeito:

Entre a possibilidade e a realidade efetiva da qual ela resulta, a dança registra um ser intermediário em que potência e ato, meio e fim se equilibram e se exibem, cada qual a seu turno. Esse equilíbrio que os revela um ao outro não é uma negação, mas uma exposição mútua, não é uma interrupção, mas a oscilação recíproca da potência no ato e do ato na potência (Agamben, 2011, p.194, tradução nossa)

Este ser intermediário, latente ao sujeito que Dança, integra o corpo ao espaço e à linguagem e, neste movimento “*a ausência de objetivo se faz caminho, a falta de fim torna-se meio, pura possibilidade de se mover, política integral* (p.194)”. O sujeito que Dança e “faz” a Dança acontecer emerge desses meandros. Lembremos: a Dança se pauta pelo fazer. Depois de muito suor, saltará desse complexo trampolim o “artista-professor-pesquisador” que desejamos formar em nossas licenciaturas – considerando que os saltos só acontecem depois de muito dobrar e esticar os joelhos!

O que sabemos? Como sabemos? Como sabemos que sabemos? Como transmitimos o que achamos que sabemos? Para quem e, afinal, para quê é esse saber? São perguntas que emergem do espaço que as Ciências da Dança ocupam agora nas Universidade. Pés enraizados, membros expandidos, centro contraído e irradiante, cabeça livre para o

⁵ Para acompanhar essa discussão ver Andrade (2017)

movimento, convite aceito. Estamos prontos para *defender a experiência como apta a produzir conhecimento* (Katz, 2012).

FACES DA EXPERIÊNCIA

" Dansons, dansons, sinon nous sommes perdus!"

Pina Bausch

[Afecção #2: Paris foi um mergulho no movimento da existência que, mais de 10 anos depois, deixa fresca na memória do corpo a sensação de, em uma tarde qualquer, assistir ao filme de Pina Bausch e correr pelas ruas pra dar conta de exalar a potência dançante que me tomou.]

Com Merleau-Ponty o corpo ganha outra cena na filosofia. Interessado que estava em uma dimensão pré-reflexiva, ou seja, que antecederse o intelectualismo e aquilo que pensamos e nomeamos sobre o mundo – é para o corpo que o filósofo se dirige.

Suas críticas iniciais voltam-se para as filosofias da consciência que consideram o mundo a partir do pensamento do mundo; às ciências que, por sua vez, não se implicam no que observam fazendo *uma espécie de sobrevoo absoluto* (2000); e, à teologia que tem um Ser absoluto como ponto de partida para compreensão dos outros seres. Deus, homem, natureza, materialismos, subjetivismo, nenhuma categoria daria conta do conhecimento, pois “o mundo não é o que penso, mas o que vivo, estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável” (Merleau-Ponty, 1971, p.14).

A proposta de aderência corpo-mundo é guia para o pensamento merleau-pontyano, interessa-lhe voltar às próprias coisas, emaranhadas e intrincadas como são, através de um algo originário, anterior ao pensamento. No início de suas reflexões a percepção seria esse ponto de passagem a partir do qual o corpo sensível-senciente é nosso próprio modo de ser no mundo. Mais tarde, na obra póstuma “O Visível e o

Invisível” (2000), o fenômeno originário passa a ser a experiência, *poder ontológico último*, abertura para o mundo. É por vias da experiência que o filósofo irá forjar o elemento carne⁶, enquanto tecido do mundo.

Longe de discorrer sobre a fabulosa obra do filósofo francês, interessa-nos aqui destacar que a experiência em Merleau-Ponty tem um caráter ontológico que diz respeito ao nosso modo de existir no e com o mundo, sempre emaranhados e em diferenciação. Ela é ao mesmo tempo, originária, reflexiva e atual, na medida em que não se encerra, está em *continuum*, e é a partir dela que elaboramos nosso entendimento de mundo e, conseqüentemente de corpo – corpo-mundo, feito estofos um do outro. Portanto, compreende-se que o corpo é nosso modo de estar no mundo, enquanto a experiência é da ordem da alteridade, é aquilo que garantirá a diferença entre os corpos vivos, que os tornará individuais na abertura ao mundo. É o exercício daquilo que ainda não foi submetido a separação sujeito-objeto. “A experiência ganha assim papel fundamental nas articulações merleupontyanas, pois, doravante, é nosso modo de ser e existir no mundo” (Andrade, 2017, p.85). Da ordem do movimento, da ação, do acontecimento: a experiência modula a carne.

De outro ponto de vista, o professor de filosofia da educação da Universidade de Barcelona Jorge Larrosa (2014) não sugere a ontologia como princípio de sua discussão, mas amplia a noção de experiência – especialmente no contexto da educação. Ele reúne em um livro cinco ensaios sobre experiência, não na intenção de formular um conceito sobre o tema e, sim, ao contrário, de torná-la indeterminada, esvaziada e sem garantias dos sentidos que a linguagem possa lhe conferir.

⁶ Para acompanhar, com maior profundidade, a apresentação e discussão sobre as noções de corpo, carne e experiência em Merleau-Ponty, ver capítulo 3 da referência Andrade (2017).

Porque os conceitos determinam o real e as palavras abrem o real. E a experiência é o que é, e além disso mais outra coisa, e além disso uma coisa para você e outra coisa para mim, e uma coisa hoje e outra amanhã, e uma coisa aqui e outra coisa ali, e não se define por sua determinação e sim por sua indeterminação, por sua abertura. (Larrosa, 2014, p.43)

Afiando a palavra, ele segue este exercício de abertura reivindicando sua legitimidade em vários aspectos, procedendo argumentos lógicos minuciosos. Com estima e cuidado ao brilhante trabalho do filósofo contemporâneo e suas proposições de leitura, não pretendemos aqui fazer uma revisão da palavra e nem mesmo incorrer no erro de torná-la, nas palavras do autor, “uma moda”, “um fetiche”, “um imperativo” (Larrosa, 2014, p.45). Nosso esforço será de mantê-la livre, viva, solta e independente como quer Larrosa e ainda: dançante.

Isso dito, iremos nos aproximar de – digamos –, duas faces da palavra que regalam a reflexão aqui em ensaio. A primeira delas diz respeito ao modo como a ciência moderna se apropria da experiência:

Na ciência moderna o que ocorre com a experiência é que ela é objetivada, homogeneizada, controlada, calculada, fabricada, convertida em experimento. A ciência captura a experiência e a constrói, elaborada e expõe segundo seu ponto de vista, a partir de um ponto de vista objetivo, com pretensões de universalidade. Porém com isso elimina o que a experiência tem de experiência e que é, precisamente, a impossibilidade de objetivação e a impossibilidade de universalização. **A experiência é sempre de alguém, subjetiva, é sempre daqui e de agora, contextual, finita, provisória, sensível, mortal, de carne e osso, como a própria vida.** A experiência tem algo da opacidade, da obscuridade e da confusão da vida, algo da desordem e da indecisão da vida. Por isso, na ciência, tampouco há lugar para a experiência, por isso a ciência também menospreza a experiência, por isso a linguagem da ciência tampouco pode ser a linguagem da experiência. (Larrosa, 2014, p.40, grifo nosso.)

Eliminar a subjetividade para “purificar” a experiência é uma esperança que a ciência herdou dos modelos positivistas e que, já

sabemos bem, é bastante temerário. E, complexificando mais a questão, é preciso lembrar que, embora o tempo histórico das obras de Merleau-Ponty (1908-1961) e Larrosa não seja distante, entre eles há uma revolução digital, que altera por completo a relação entre corpos-mundo e, conseqüentemente, nossos modos de experiência, em todos os âmbitos. A experiência passa a ser mediada inúmeras vezes por dispositivos ou, como quer Agamben (2009) ela deixa de existir e, nesse ponto, será necessário trazer à questão essa discussão, antes de retomarmos a segunda “face” da experiência em Larrosa que retomaremos em seguida.

CONTRADISPOSITIVOS

“Até hoje ainda não cheguei em um lugar comum, onde a dança se dança, sem interferências de modelos, ou correções e bem sei que é preciso insistir e avançar mesmo que o exército seja o de Brancalione.”

Dudude Hermann

[Afecção #3: O corpo nunca se reduz às tecnologias, mas é sim forjado por elas. Por uma década talvez tenha me perguntado: que escapes a dança pode nos dar?]

Prevendo e anunciando aqueles que seriam os esquemas de docilidade mais “elegantes” no final do último século, Foucault⁷ (2000) sugeriu as mudanças na escala, no objeto e nas modalidades de controle que, não por sorte, hoje presenciamos. Na era digital surgiram novos dispositivos⁸ que permitem a sujeição constante e minuciosa do corpo e suas forças, promovendo um aumento do domínio de cada um sobre seu próprio corpo, em prol de sua utilidade, eficácia e obediência. Confirmaram-se as análises do autor no sentido em que:

⁷ Lembrando que Michel Foucault viveu entre 1926 e 1984, na França.

⁸ Ver em referências as discussões anteriores.

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder” está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). (Foucault, 1999, p.164)

De lá pra cá, com base, principalmente, em um discurso de segurança e liberdade, cresceram exponencialmente os regimes de controle e vigilância, tornados mais invisíveis, sutis, eficazes “elegantes” e, portanto, aceitos. Não irei aqui desdobrar essa questão, mas peço apenas que você leitor se imagine embarcando em um voo internacional, do momento em que chega ao aeroporto até a entrada no país de destino. Por quantos dispositivos de controle passa seu corpo nesta viagem? Quantos rastros seus são deixados no espectro informacional das redes? A quem interessam essas informações? Para onde vão? E quem tem acesso a elas?

Assistimos, nas últimas décadas, à emergência de múltiplos dispositivos, bem mais potencializados em suas configurações digitais, e que agora propagam velozmente uma lógica perversa de promoção do exercício constante de obedecer, suportado pela própria ideia de liberdade. Dá-se ao sujeito a falsa sensação global de conexão e de ampliação dos modos de estar no mundo, enquanto é nele mesmo que se provoca a fratura e é dele mesmo que se escapa.

Eis a nova característica dos dispositivos, eles não produzem novas subjetividades, senão novas ausências. Como querem Scramim e Honesko (2009), que entendem os dispositivos como máquinas de produzir sujeitos e ao mesmo tempo sujeitá-los, governando-os – há um deslocamento nessa lógica. Os dispositivos tradicionais (confissão,

prisão, escola, etc.) prometiam um ciclo completo de subjetivação em que um novo sujeito se constituía na negação do antigo.

Mas, nos atuais, não se constata a produção de um sujeito real senão um espectral, resultante de uma indiferenciação entre subjetivação e sujeição. *“Aquele que se deixa capturar no dispositivo “telefone celular”, qualquer que seja a intensidade do desejo que o impulsionou, não adquire, por isso, uma nova subjetividade, mas somente um número através do qual pode ser, eventualmente, controlado [...]”* (Agamben, 2009, p.15).

Os sujeitos da sociedade contemporânea parecem pulverizados entre os milhares de dispositivos, agora globais, que o abarcam. Este é o paradoxo que Agamben (2009) denuncia: quanto menos subjetividades, tanto mais dispositivos são criados para promover a sujeição dos indivíduos ao poder. Sendo muitos, não somos coisa alguma, senão um espectro informacional diluído nas redes.

Em consonância com os sujeitos, um ato de desincorporação também ronda os novos modelos de dispositivos, esses mesmos nos quais imergimos, profunda e essencialmente, ao sermos encarados, lembrando aqui a pandemia da qual não falamos mais, por um vírus que se alastrou por nossos corpos e se tornou dispositivo de descontrole mundial, assim evocando inúmeros outros dispositivos – desde máscaras ao exército – para a retomada do controle da “vida normal”. Um vírus que sequer toca o chão, promove e faz-nos migrar para outra topografia: a das redes. É certo, algo se rompeu, rachou. Mas, o fato é que imediatamente fomos capturados pela avalanche de dispositivos que nos cercam e insistem em nos sujeitar.

Relembro esse cenário catastrófico para afirmar que é um ato de sobrevivência encontrar de novo o chão, o suporte primeiro que nos sustenta em pé. É preciso empurrá-lo, ter peso e deixar de orbitar pelo

mundo sem corpo/sujeito. Agamben (2007) nos convoca a profanar, entendendo a profanação enquanto contradispositivo. O autor nos lembra que profanar opõe-se a sacralizar que diz daquilo que é subtraído do uso comum humano. Assmann (2007) na apresentação do livro *Profanações* (2007), de Agamben, resume bem as ideias do autor a este respeito na apresentação do livro em questão:

Profanar — conceito originalmente romano — significa tirar do templo (fanum) onde algo foi posto, ou retirado inicialmente do uso e da propriedade dos seres humanos. Por isso, a profanação pressupõe a existência do sagrado (sacer), o ato de retirar do uso comum. Profanar significa, assim, tocar no consagrado para libertá-lo (e libertar-se) do sagrado. Contudo, a profanação não permite que o uso antigo possa ser recuperado na íntegra, como se pudéssemos apagar impunemente o tempo durante o qual o **objeto esteve retirado do seu uso comum**. (Assmann In Agamben, p.8, 2007, grifo nosso)

A provocação é existencial. É tomar de volta o corpo, a dança, a política, a educação, a experiência. É desencantar, inclusive a experiência! Inclusive a dança! É promover um contágio profano para nos devolver, coletivamente, o desejo de alteridade, de diferença, de Ser. O objeto retirado do uso comum aqui é nosso próprio corpo e sua liberdade. Somos nós, enfim. Nós que nos tornamos um corpodispositivo, em meio a tantos outros. Um corpodispositivo eficiente, manipulável, editável, configurável, consertável compatível e, por sorte, ainda capaz de resistir.

DANÇAR PARA PROFANAR A EXPERIÊNCIA

Então talvez morrer fosse isso, não estar mais, deixar as coisas correndo sem estar presente em nada, e isso era imensamente pior que não existir. Para minha filha, morto ficou sendo aquele que não consegue participar, uma coisa que dói o tempo todo, principalmente quando você dá bom dia apenas aos vivos.

Mariana Salomão Carrara

[Afecção #4: Me tornei pesquisadora de paralisia cerebral! – gritei com ódio para a imagem da figura que me estripou o útero e endureceu a vida]

Munidos do desejo e da esperança dos contradispositivos, voltemos agora à experiência em Larrosa (2014), mais precisamente ao ponto onde ele diz que, embora sua obra contemple o universo da Educação, as artes se interessaram por seus “cantos”:

(...) tratei de construir a experiência como uma categoria vazia, livre, como uma espécie de oco ou de intervalo, como uma espécie de interrupção, ou de quebra, ou de surpresa, como uma espécie de ponto cego, como isso que nos acontece quando não sabemos o que nos acontece e sobretudo como isso que, embora nos empenhemos, não podemos fazer com que nos aconteça, porque não depende de nós, nem de nosso saber, nem de nosso poder, nem de nossa vontade. (...) E penso que nas artes acontece algo parecido. Tanto se pensarmos na criação (e a criação é, ela mesma, uma categoria vazia, livre, quer dizer, um mistério quanto na recepção (através, por exemplo, das diferentes elaborações de uma experiência estética), trata-se sempre e algo que não se pode definir nem tornar operativo, mas sim que, de alguma maneira, só se pode cantar. (Larrosa, 2014, p.12-13)

A experiência, senão absoluta, me parece algo do qual podemos sim nos aproximar no ato de criação em Dança. É possível *cantar* a Dança. E é importante frisar que na Dança, a criação não diz respeito apenas ao exercício da produção cênica, ao contrário, ela integra metodologias de ensino-aprendizagem e processos pedagógicos, colaborando com os estudos de movimento, com a consciência de si e auxiliando nas descobertas das potências corporais do sujeito que dança. Mas, a Dança são muitas. Vamos aqui tratar de um contexto específico e bastante presente no campo das Danças contemporâneas. Trata-se das técnicas e modelos de educação somática que veem se consolidando como meios de investigação do corpo e do movimento autoral, singular – sendo inclusive um lugar de encontro entre as artes e a saúde.

Foi em 1976 que Thomas Hanna propôs e nomeou como somático um campo que abrange múltiplas abordagens e práticas terapêuticas e educativas com premissas em comum. A origem está em sua reinterpretação de dois termos gregos soma, que compreende o corpo em sua completude e *somatikos*, que vai dizer do corpo vivido, experienciado. Assim, as abordagens consideradas como somáticas têm em comum o fato de considerarem corpo-mente de forma indissociável e que tem capacidade de autorregulação interna. Dessa forma somos plenamente implicados em nosso fazer e em nossos processos de conhecimento – quer sejam de nós mesmos ou do mundo em nosso entorno.

Do contexto inaugural de Hanna, Fernandes (2014) nomeia os seis pioneiros das abordagens somáticas, embora eles mesmos não tenham assim se proclamado. São eles: François Delsarte, Emile Jaques-Dalcroze, Bess Mensendieck, Rudolf Laban, Moshe Feldenkrais e Mathias Alexander. De lá pra cá o campo se multiplicou bastante, especialmente com os discípulos desses primeiros estudiosos e esses desdobramentos estão em continuidade. Em termos de organização e classificação atuais do assunto, Fernandes (2014) considera que temos o grande campo agora chamado de Educação Somática, a partir da criação do *International Somatic Movement Education and Therapy Association* (ISMETA, Estados Unidos) e do *Regroupement pour l'Education Somatique* (Québec). Técnicas, métodos e abordagens somáticas fariam parte desse grande guarda-chuva. No Brasil, temos Klauss Vianna entre os representantes de técnicas somáticas, embora, entre os estudiosos do artista, não haja consenso quanto ao uso do termo “técnica” como definidora de seu trabalho.

Dentre os métodos e técnicas somáticas contemporâneas gostaria de relatar algo de meu processo de aprendizado com o *Spiral Praxis* e sua

versão *Adapted Spiral Praxis*, direcionada às pessoas com deficiências. Foi no “grito” relatado acima que se deu minha virada de pesquisa, ou ao menos minha consciência dessa mudança de perspectiva em minha atuação acadêmica. Até o nascimento de minha filha caçula, em 2018, minhas pesquisas em Dança voltavam-se para as relações entre corpo e tecnologias. Após o diagnóstico de paralisia cerebral, abandonei o campo da pesquisa para os cuidados intensivos com meu bebê. Foi a partir do confronto mediado pelo Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, que percebi a pesquisa que eu já vinha fazendo - na trilha inconformada por distintas abordagens da deficiência. Para além de minha experiência pessoal, o que desejo marcar aqui é a virada afetiva que tomou o lugar da maratona efetiva – capacitista – que vínhamos seguindo, eu e toda a família, com nossa filha.

Enquanto artista e bailarina, o treinamento com variadas técnicas somáticas já dizia respeito ao meu corpo e modo de atuação. Para minha filha, o primeiro contato foi com o já reconhecido método Feldenkrais, facilitado pelo bailarino e treinador Alex Dias. A mudança de comportamento foi notável desde as primeiras semanas, em princípio pela alegria da descoberta. Helena demonstrava mais atenção e engajamento à proposta, o olhar era mais atento, a compreensão mais clara e a felicidade incontrolável – ao ouvir a voz do treinador, antes mesmo das sessões, ela gargalhava e já buscava pegar os pés, como vinha aprendendo. Ficou claro para mim que ela havia enfim se tornado sujeito de seu aprendizado. A abordagem sensível considerara sua capacidade de compreender seu próprio aprendizado, uma escuta dos desejos expressos a seu modo e, ainda, seu tempo dilatado de estar e agir no mundo.

O corpo soma, na deficiência, apresentou-se assim como um caminho complementar de tratamento para além das abordagens

médica e de reabilitação que já conhecíamos. Destacou-se também como um caminho de pesquisa quando, em meu exercício materno, encontrei o *Spiral Praxis* e, mais precisamente, quando estive com seu fundador, Yuji Oka, pela primeira vez.

De família originalmente japonesa, Oka é canadense e vive em Toronto onde está sua sede, o *Spiral Movement Center*. É graduado em física e em dança, e iniciou seus estudos corporais na intenção de aprimorar sua própria performance técnica. Em 30 anos de estudo acabou fundando seu próprio método, registrado no ISMETA, e desenvolveu a versão adaptada para pessoas em situação de deficiência.

É curioso notar que sua trajetória é assim marcada por intersecções entre as ciências exatas, as artes cênicas e a tradição oriental, o que, pessoalmente, pude perceber a partir das práticas que envolvem: massagem, meditação, movimento improvisado e uma teoria precisa no direcionamento dessas ações. No entanto, é importante dizer que apenas inicio a minha formação em *Spiral Praxis* e que, portanto, o relato que trago, diz mais respeito às experiências que vivi, do que à teoria em si. Em certa medida, esse caminho é propício ao que temos afirmado, quer seja, o conhecimento não se desvincula da prática, ao contrário vem dela, vem das experiências vividas.

E essas experiências foram transformadoras, não na condição física de minha filha que enfrenta grandes desafios motores, mas na sua condição de corpo-sujeito na deficiência – não “para além” ou “apesar de” – pois ao estar com alguém, Oka não parte de algo errado que precisa ser reconhecido e tratado, ele propõe uma conexão dialógica, sensível, tônica, intensa que apresente a possibilidade de uma caminhada comum, implicada, na qual possam juntos fazer descobertas. É necessário haver confiança no processo o que nem sempre é simples, claro.

Na primeira semana de intensivo em que estivemos juntos - em 2 sessões diárias, com cerca de 1 hora cada - Oka, basicamente, fazia massagens, muito profundas, em Helena. Confesso que fiquei intrigada. O esforço para chegar até ali havia sido imenso, envolvendo inclusive uma campanha colaborativa para a viagem e tudo se resumiria às massagens? O pensamento crítico e capacitista, por vezes, me tomava.

Mas, convidada a participar das práticas e das meditações da equipe fui me aquietando, controlando a ansiedade, entregando-me ao processo. Envolver a família e auxiliá-la na compreensão e, posteriormente, na manutenção do trabalho é algo primordial na visão de Oka. E certo dia ele afirmou: agora Helena está pronta para o movimento. Ela não ia querer se mover com o corpo retesado, isso não seria prazeroso para ela. Para se mover ela precisa querer.

Foi quando me dei conta de que, diante da maratona de terapias que percorríamos, a última coisa que pedia a minha filha era para que ela relaxasse, para que não se esforçasse mais, para que, ao menos por instantes, ela pudesse ser quem ela é, sem que alguém dissesse que era preciso ser de outra maneira. Foi uma mudança de perspectiva, bastante desconcertante até. Até então, a cada médico e terapeuta que visitávamos, recebíamos todos os tipos e volumes de tarefas e instruções, que invariavelmente nos colocariam em um lugar de falha e frustração. Ainda que tivéssemos todo o suporte necessário, seria impossível para nós e, para Helena, com apenas 3 anos de idade, seguir todas as orientações, por vezes, contraditórias aliás, dos profissionais da área.

Reconheço a importância das terapias para minha filha, e encontrei bons profissionais em nosso caminho, não se trata de uma coisa ou outra. O fato é que a lógica de acesso capitalista, a apropriação da saúde no Brasil pelos perversos planos privados e os modelos

operantes de eficiência e competência, deixam de lado as questões humanas mais fundamentais, deixam em desamparo as famílias e fazem da reabilitação um calvário a ser vencido pelos que persistirem. Há questões políticas e sociais muito profundas a serem enfrentadas em nosso país quanto aos sujeitos em deficiências e isso é profundamente entristecedor, além de mitigar as forças de quem já batalha, diariamente, pela simples existência.

Pessoalmente, encontrei certo refúgio no *Spiral Praxis*, digamos que fui realmente afetada pelo encontro potencial, como quer Spinoza (2008) em sua *Ética*. E isso pode ou não ser significativo para outras pessoas. Na minha história, diante do meu caminho, com as pesquisas sobre o corpo, com a Dança e com a criação artística, o acolhimento e a profunda crença na potência corporal – inclusive nos aspectos que não conhecemos –, fez girar perspectivas, na própria relação ensino-aprendizado. Oka diz: *“Quando trabalho com uma criança com deficiência, não ensino a ela um movimento específico, como fazem os fisioterapeutas tradicionais. O que eu tento fazer é ajudá-la a aprender como se tornar consciente de uma experiência de movimento e moldá-la continuamente* (2022)⁹. O foco está, portanto, na relação entre os corpos e na maneira em que se afetam, ou não.

De ordem do sensível, do tocante, do corpóreo, do subjetivo e do afeto, o método traz em si certo vazio, na medida em que não tem resultados enquanto finalidade. A meu ver, neste ponto, ele tange à experiência, tal qual temos discutido até aqui. A experiência que propõe aberturas e não um fim. A experiência que é em si o acontecimento, sem promessas de desdobramentos. A experiência que diz respeito ao fluxo, ideia primordial na concepção do *Spiral Praxis*.

⁹ Em entrevista concedida a própria autora, em abril de 2022, em Toronto/Canadá.

Um dos fundamentos da técnica é compreender e alcançar um estado elevado de consciência no qual o fluxo acontece. Longe de qualquer caráter místico isso se dá a partir de repetidas práticas de caráter meditativo, que nos desvelam camadas cada vez mais profundas de consciência. O toque é também condutor nesses processos, especialmente no *Adapted Spiral Praxis* – direcionado às deficiências – onde um diálogo tônico é facilitador e vai em encontro do fluxo.

No entendimento de Oka, o que tem de especial em uma forma espiral é o fato dela integrar dualidade e pertencer ao lugar do “entre”. É na esfera desse “entre” que ele propõe uma atuação dinâmica e não linear, a partir de inúmeras modulações dialéticas que podem partir, por exemplo, da energia, da velocidade, do espaço, do tempo, enfim, são múltiplas propostas de ação que levariam a um aprendizado, como ele nos explica na bela metáfora abaixo:

Em vez de aprender de maneira linear e mecânica, um movimento é explorado de modo que esteja em um estado constante de fluxo espiral. Gosto de pensar que esse processo de exploração é semelhante ao modo como um pássaro voa em círculos no céu. Nenhum dos círculos é exatamente o mesmo. Cada círculo é um pouco diferente do anterior e há uma grande variação. O pássaro está se conectando com muitas coisas – o vento, a terra, seu objeto de interesse e seu próprio corpo. Nosso processo de aprendizagem é semelhante. Não alcançamos o entendimento sobre nada até que tenhamos circulado em torno disso e digerido nossa experiência. Não é um caminho reto, mas um caminho que se expande à medida que circulamos em nossas explorações. (Yuji Oka, 2022, entrevista concedida a autora)

Oka, encontrou um estado de fluxo na Dança, em seus treinos para aprimoramento da técnica. Um estado que o fazia sentir livre e consciente de um modo expandido no espaço. Este estado foi o ponto de partida dos seus estudos onde se questionava como levar o outro a isso que ele nomeou de fluxo. Bailarinos experimentam essa sensação no

momento em que deixam de pensar no movimento que precisam executar e simplesmente dançam, deixam o movimento acontecer, prazerosamente. Esse fluxo, para Oka, está entre pontos dialéticos, nem corpo, nem mente, mas, **corpomente**. Nem hipertonia, nem hipotonia, apenas o tônus necessário, alcançado nas propostas que ele chama de interação dialética.

Assim, podemos pensar o fluxo também em sua possibilidade heterotópica. O “entre” onde a Dança e as ciências se imbricam, se afetam e transformam. Lugar de encontro indizível, lugar da experiência? Sigo circulando nesta grande espiral pela qual fui atravessada, afetada. Voo em círculo para alcançar o aprendizado e fazer reverberar esse conhecimento prático na universidade, na Dança e nas deficiências¹⁰.

[Afecção #5: Deixar fluir, encontrar o desejo movente. Promover encontros. Dividir o aprendizado e aprender, sempre.]

Graziela Andrade é mãe da Isadora e da Helena. Desdobra-se entre os fazeres da maternidade – incluindo a atípica – o trabalho como professora e pesquisadora do curso de licenciatura em Dança da UFMG e a criação artística entre a Dança, as artes plásticas e a literatura infantil. Iniciou em 2023 a formação em *Spiral Praxis*, fruto de um projeto de pesquisa apoiado pela FAPEMIG e pretende seguir seus estudos em um pós-doutorado que terá curso em 2024. Seu desejo, com esse movimento, é ampliar o acesso a outras perspectivas de percepção, sensibilidade e cuidados para pessoas em situação de deficiências, suas

¹⁰ Para acompanhar a pesquisa, fomentada pela Fapemig, que vem sendo desenvolvida em grupo a partir dessa formação, acesse os canais de *Instagram* e *Youtube do Spiral Praxis BR*. @spiralpraxisbr e <https://www.youtube.com/@spiralpraxisbrasil>

famílias e pessoas interessadas. Acompanhem a pesquisa atual em:
 @spiralpraxisbr e <https://www.youtube.com/@spiralpraxisbrasil>

REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, A.L. de. A Licenciatura para Dança na Escola de Belas Artes da UFMG: Nem tudo são flores, mas já é possível construir um belo buquê. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**. 8, 16 (nov. 2018).
- ANDRADE, Graziela. **Corpografia em dança**: da experiência do corpo sensível entre a informação e a gestualidade. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, 2013
- ANDRADE, Graziela. Corpodispositivo experimenta: pequeno quiasma do gesto sonoro. In: **Corpo e Cultura digital**. Diálogos interdisciplinares. Belo Horizonte, 2018. Ed. Quixote+Do, p.121-130.
- AGAMBEM, Giorgio. **Profanações**. Trad. Selvino J. Assmann. Boitempo Editorial, 2007.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- AGAMBEM, Giorgio. Le geste et la danse. In: MACEL, Christine; LAVIGNE, Emma (Org.). **Danser sa vie: écrits sur la danse**. Paris: Éditions du Centre Pompidou, 2011, p. 189-194.
- BOURCIER, P. **História da dança no Ocidente**. (APPENZELLER, M. Trad.). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001
- FERNANDES, C. Pesquisa Somático-Performativa. In: **Art Research Journal**. Vol.1/1 (jul./dez. 2014), pg.76-85.
- FERNANDES, C. Quando o Todo é mais que a Soma das Partes: somática como campo epistemológico contemporâneo. **Revista Brasileira de Estudos da Presença**, vol. 5, núm. 1, pp. 9-38, 2015. Universidade Federal do Rio Grande do Sul

- FORTIN, S.; GOSSELIN, P. Considerações metodológicas para a pesquisa em arte no meio acadêmico. **ARJ** – Art Research Journal: Revista de Pesquisa em Artes, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 1–17, 2014.
- FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução Raquel Ramallete. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GRAHAM, Martha. **Mémoire de la danse**. Traduit par Christine Le Boeuf. Actes Sud, 1992.
- KATZ, Helena. Pesquisa em Dança: Entre a circularidade viciada e o mapa de navegação. **Revista Dança**. v. 1 n. 1, 2012.
- LARROSA, Jorge. **Tremores**. Escritos sobre experiência. Trad. Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2014.
- LEPECKI, André. Coreopolítica e coreopolícia In: **ILHA**, v. 13, n. 1, p. 41- 60, jan./jun. 2012
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. Tradução Reginaldo di Piero. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o Invisível**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MOLINA, Alexandre **José. Experiência artística no ensino superior em dança**: ativações para um currículo encarnado / Alexandre José Molina. UFBA, Tese. Salvador, 2015.
- SCRAMIM, S. & HONENSKO, V. Apresentação. In: AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó: Argos. 2009
- STRAZZACAPPA, Márcia. O ensino de dança: dos cursos livres à universidade. In: STRAZZACAPPA, Márcia (Org.). **Entre a arte e a docência**: a formação do artista da dança. Campinas: Papirus, 2006 (p. 11-14).
- WOSNIAK, Cristiane do Rocio. A Universidade e a Formação do Artista-Docente Da(Na) Dança. **O Teatro Transcende**, [S.l.], v. 22, n. 1, p. 03-18, dez. 2017

SOBRE AS ORGANIZADORAS E O ORGANIZADOR

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É Jornalista (UFMG/2002) e Doutora em Ciência da Informação (UFMG/2011). Possui experiência no mercado de produtos e serviços de valor agregado para Telefonia Celular (2003-2006) e no desenvolvimento de estudos de usabilidade (2007-2011) e pesquisas de mercado (2005-2011). Foi professora visitante na Escola de Ciência da Informação da UFMG (2012-2013) e atuou na Fapemig como bolsista do Programa de Comunicação Científica, Tecnológica e de Inovação (PCCT/2014-16). É co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências. Seus interesses de pesquisa abrangem: Comunicação Organizacional; Estudos de Usabilidade e Acessibilidade; Mobilidades; Mídias Móveis; Divulgação Científica; Corpo; Deficiência e Tecnologia. Atualmente, é diretora adjunta e coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG. Contato: camilam@ufmg.br.

Luiz Alex Silva Saraiva

Professor Associado do Departamento de Ciências Administrativas e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. É bolsista de produtividade do CNPq. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/UFMG). Atualmente é Coordenador (2023-2025) do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, onde também foi Subcoordenador (2019-2021). Foi membro fundador e Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBE0), à qual é filiado e onde tem coordenado Grupos de Trabalho em diversas edições do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBE0). É também filiado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), onde foi membro do Comitê Científico da Divisão Estudos Organizacionais (2013-2014) e atualmente coordena o Tema de Interesse Estudos Organizacionais e Cidades (2021-2023), à Associação

Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (Esocite.BR), onde coordenou um Grupo de Trabalho Estudos Feministas de Ciência, Tecnologia e Sociedade: Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia, Classe e Deficiência no Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (2021), e à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Membro do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). Membro do Conselho Editorial da Editora UFMG. Diretor das séries 'Estudos Organizacionais e Sociedade' e 'Comunicação, Discursos e Experiências', ambas na Editora Fi. Fundador e Editor-Chefe da Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, tem sido editor convidado em outros periódicos brasileiros (Gestão & Planejamento, Cadernos EBAPE.BR, Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, Revista de Administração de Empresas), sendo Membro do Corpo Editorial Científico de dezenas de periódicos e eventos científicos nacionais e internacionais. Publicou os seguintes livros: Afeto da, na e para a universidade – volume 1 (Fi, 2023), Estudos organizacionais e sociedade - volume 1 (Fi, 2023), Discursos e Organizações (Fi, 2022), Diferenças e territorialidades na cidade (Barlavento, 2020), História, práticas sociais e gestão das/nas cidades (Barlavento, 2020), Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário (Barlavento, 2019), Energia, organizações e sociedade (Massangana, 2018), Fundamentos de administração: um convite ao mundo dos negócios (SEBRAE Minas, 2017), Gestão estratégica das empresas (SEBRAE Minas, 2017), Sete pecados capitais nas organizações (UFBA, 2014), Identidade nas organizações (Juruá, 2010), Análise do discurso em estudos organizacionais (Juruá, 2009), Organizações Familiares: Um Mosaico Brasileiro (UPF, 2008), Simbolismo Organizacional no Brasil (Atlas, 2007), Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas (Saraiva, 2006). Atua como Professor, Pesquisador, Extensionista, Gestor e Orientador em perspectivas interdisciplinares reflexivas com foco organizacional relacionadas a Cidades, Tecnologias, Diferenças e Vida Social Organizada. Contato: saraiva@face.ufmg.br.

Sônia Caldas Pessoa

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG). Bolsista de Produtividade do CNPq (Bolsa PQ). Professora visitante no Institut Mines-Télécom (França), entre agosto de 2023 e julho de 2024, com bolsa Capes-Print. Co-coordenadora da Rádio Terceiro Andar, do Laboratório de Experimentações Sonoras (FAFICH/UFMG) e do Afetos: Grupo de

Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências. Em 2018 recebeu o Prêmio O Erasmus+, programa da União Europeia para os domínios da Educação, da Formação, da Juventude e do Desporto para o período de 2014 a 2020, com vista a apoiar a execução da Agenda Política Europeia para a justiça social, a inclusão, o crescimento e emprego. Doutora em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras (FALE) da UFMG (2015). É autora do livro *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Foi Bolsista do CNPq em doutorado sanduíche na Université Paris Est-Crèteil: Le Céditec (Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communication), Paris, França (2013/2014) e bolsista da Capes no Brasil (2012/2015). Mestre em Linguística pela Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2005). Foi Diretora científica adjunta da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) na gestão 2017/2020. É sub-coordenadora do GT Estudos Radiofônicos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Coordena projetos financiados pelo CNPq, Capes e Fapemig. É idealizadora do Blog Tudo Bem Ser Diferente (<https://tudobemserdiferente.wordpress.com>), que aborda a educação inclusiva, compreendendo as diferenças, as deficiências e a diversidade. O blog foi criado para compartilhar desafios e narrativas sobre a inclusão da partir da experiência com o filho Pedro, que morreu aos 9 anos, em 2016, com hidrocefalia. Contato: soniacaldaspessoa@gmail.com.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Abraão Filipe Marques de Oliveira

Graduado em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente, é mestrando em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa “Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades”, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem como interesses de pesquisa racialidades, dimensões de gênero e sexualidade (em perspectiva interseccional) e atravessamentos entre midiaticização e fenômenos religiosos (em especial, evangélicos pentecostais). Contato: abfilipe@gmail.com

Ângela Cristina Salgueiro Marques

Professora Associada do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. É co-autora dos livros *Apelos solidários* (Intermeios, 2017 – com Angie Biondi); *Diálogos e Dissidências: Foucault e Rancière* (Appris, 2018 – com Marco Aurélio Prado); e *Ética, Mídia e Comunicação* (Summus, 2018 – com Luis Mauro Sá Martino). É organizadora dos livros *Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas* (SELO PPGCOM, 2018) e *Imagens e Alteridades* (SELO PPGCOM, 2019). É tradutora das seguintes obras do filósofo Jacques Rancière: *O trabalho das Imagens* (Chão da Feira, 2021) e *O método da cena* (Quixote + Do, 2021). Integra os grupos de pesquisa MARGEM (UFMG); DIZ (UFV) e Grupo de Pesquisa Corpo, imagem e sociabilidade (UTP). Pesquisadora colaboradora do Grupo LITEM, Université Évry Val d’Essonne, Institut Mines-Télécom et Université Paris-Saclay. Este trabalho resulta de uma colaboração científica entre os autores, iniciada em 2014. Agradecemos o apoio do CNPq (Bolsa de Produtividade em Pesquisa) e da Fapemig. Contato: angelasalgueiro@gmail.com.

Aline Melo de Oliveira

Mestranda na linha de Comunicação, Territorialidade e Vulnerabilidades no PPGCOM da Universidade Federal da Minas Gerais (UFMG). Possui graduação em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É coordenadora de comunicação do Instituto de Pesquisa em Direito e Tecnologia do Recife - IP.rec.

Possui experiência na comunicação de projetos de ciência, principalmente ciências do mar. Tem interesse nas áreas de Jornalismo sobre ciência e meio ambiente, Divulgação Científica, Tecnologia, Política, Movimentos Sociais e Fotografia Ambiental. Contato: alinemelow15@gmail.com

Camila Maciel Campolina Alves Mantovani

Professora do Departamento de Comunicação Social da UFMG e do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social (UFMG). É Jornalista (UFMG/2002) e Doutora em Ciência da Informação (UFMG/2011). Possui experiência no mercado de produtos e serviços de valor agregado para Telefonia Celular (2003-2006) e no desenvolvimento de estudos de usabilidade (2007-2011) e pesquisas de mercado (2005-2011). Foi professora visitante na Escola de Ciência da Informação da UFMG (2012-2013) e atuou na Fapemig como bolsista do Programa de Comunicação Científica, Tecnológica e de Inovação (PCCT/2014-2016). É co-coordenadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiência. Seus interesses de pesquisa abrangem: Comunicação Organizacional; Estudos de Usabilidade e Acessibilidade; Mobilidades; Mídias Móveis; Divulgação Científica; Corpo; Deficiência e Tecnologia. Atualmente, é diretora adjunta e coordenadora do Núcleo de Comunicação e Design do Espaço do Conhecimento UFMG. Contato: camilam@ufmg.br.

Elisângela Prado Furtado

Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora da Fundação Dom Cabral. Coordenadora Pedagógica da FDC – Educação Social Dom Cardeal Serafim. É líder da área temática Universidade, Sociedade e Estado na Contemporaneidade da Divisão de Estudos Organizacionais do Encontro da Anpad (EnANPAD). É coordenadora adjunta da área Temática Administração Pública, Governo, Estado e Sociedade e Terceiro Setor (ENANGRAD) desde 2020. É filiada à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), à Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO) e à Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (ESOCITE.BR). É professora, cientista, pesquisadora, orientadora em temáticas relacionadas aos Estudos Organizacionais, Diversidade, Equidade e Inclusão, Sustentabilidade, ESG, Universidade, Movimentos Sociais, Sistemas de Produção e Disseminação de Conhecimentos. Contato: elisangela.furtado@fdc.org.br.

Graziela Andrade

Graziela é mãe de duas crianças, uma delas deficiente. Professora adjunta na Universidade Federal de Minas Gerais, no curso de licenciatura em Dança, tendo atuado também no programa de pós-graduação da Escola de Belas Artes. Realiza em 2024 seu pós-doutorado, em parceria com a Unirio, com o tema: Primeira pessoa: práticas enativas para estados de fluxo na paralisia cerebral. Doutora em Ciências da Informação pela UFMG, em cotutela com a Universidade Paris-Est, na área de linguagens. É também multiartista atuando nas áreas da Dança, Artes plásticas e Literatura infantil. É membro do corpo diretor da Associação Nacional de Pesquisadores em Dança (ANDA). Nos últimos 10 anos, suas pesquisas voltaram-se para as relações dos corpos com as tecnologias contemporâneas e espaços urbanos. Atualmente, interessa-se por refletir sobre as epistemologias da dança através das abordagens somáticas e, especialmente, no contexto das pessoas em situação de deficiências. Contato: graandrade@gmail.com

Igor Ramon Lopes Monteiro

Mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Graduação em Filosofia. Pesquisas em temas ligados a Direitos Humanos, Política e Democracia. A partir de reflexões interseccionais e perspectivas *queer*, tem trabalhado na esfera da educação e da segurança pública. Atualmente integra a equipe de coordenação executiva do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da UFMG. Contato: lopes.igm@gmail.com

Luiz Alex Silva Saraiva

Professor Associado do Departamento de Ciências Administrativas e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais. É bolsista de produtividade do CNPq. Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS/UFMG). Atualmente é Coordenador (2023-2025) do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, onde também foi Subcoordenador (2019-2021). Foi membro fundador e Presidente da Sociedade Brasileira de Estudos Organizacionais (SBEO), à qual é filiado e onde tem coordenado Grupos de Trabalho em diversas edições do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais (CBEO). É também filiado à Associação Nacional

de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD), onde foi membro do Comitê Científico da Divisão Estudos Organizacionais (2013-2014) e atualmente coordena o Tema de Interesse Estudos Organizacionais e Cidades (2021-2023), à Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e das Tecnologias (Esocite.BR), onde coordenou um Grupo de Trabalho Estudos Feministas de Ciência, Tecnologia e Sociedade: Gênero, Sexualidade, Raça/Etnia, Classe e Deficiência no Simpósio Nacional de Ciência, Tecnologia e Sociedade (2021), e à Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC). Membro do Conselho Curador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (IPEAD). Membro do Conselho Editorial da Editora UFMG. Diretor das séries 'Estudos Organizacionais e Sociedade' e 'Comunicação, Discursos e Experiências', ambas na Editora Fi. Fundador e Editor-Chefe da Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, tem sido editor convidado em outros periódicos brasileiros (Gestão & Planejamento, Cadernos EBAP.E.BR, Revista Eletrônica de Ciência Administrativa, Revista de Administração de Empresas), sendo Membro do Corpo Editorial Científico de dezenas de periódicos e eventos científicos nacionais e internacionais. Publicou os seguintes livros: Afeto da, na e para a universidade – volume 1 (Fi, 2023), Estudos organizacionais e sociedade - volume 1 (Fi, 2023), Discursos e Organizações (Fi, 2022), Diferenças e territorialidades na cidade (Barlavento, 2020), História, práticas sociais e gestão das/nas cidades (Barlavento, 2020), Cidades e estudos organizacionais: um debate necessário (Barlavento, 2019), Energia, organizações e sociedade (Massangana, 2018), Fundamentos de administração: um convite ao mundo dos negócios (SEBRAE Minas, 2017), Gestão estratégica das empresas (SEBRAE Minas, 2017), Sete pecados capitais nas organizações (UFBA, 2014), Identidade nas organizações (Juruá, 2010), Análise do discurso em estudos organizacionais (Juruá, 2009), Organizações Familiares: Um Mosaico Brasileiro (UPF, 2008), Simbolismo Organizacional no Brasil (Atlas, 2007), Terceiro Setor: Dilemas e Polêmicas (Saraiva, 2006). Atua como Professor, Pesquisador, Extensionista, Gestor e Orientador em perspectivas interdisciplinares reflexivas com foco organizacional relacionadas a Cidades, Tecnologias, Diferenças e Vida Social Organizada. Contato: saraiva@face.ufmg.br.

Marcelle Jardim Veríssimo

Mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa "Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades". Bacharel em Publicidade e Propaganda também pela UFMG, foi bolsista FAPEMIG do Grupo de

Pesquisa Afetos: Comunicação, Discursos e Experiências. Dedicar seus estudos atuais a temas associados à acessibilidade e vulnerabilidades, em recortes de deficiências, corpo, gênero e etnia, sob a ótica de narrativas de vida e relatos de si. Realiza vivência profissional complementar como Assistente Sênior em empresa de tecnologia, concluindo o quarto ano de experiência no setor, com foco na entrega de tarefas em Redação Publicitária, Copywriting, Gerenciamento de Mídias Sociais e Comunicação Interna (Endomarketing). Participa como facilitadora de projetos sociais dentro da empresa atual, voltada para a promoção de discursos interseccionais em grupos de afinidade, focados em cinco pilares: orgulho e consciência negra; apoio, criação de redes de suporte e valorização da segurança psicológica para mulheres da instituição; movimentos pela liberdade dos corpos; debates sobre barreiras e inclusão de pessoas com deficiência e vivência de colaboradores LGBTQIAPN+. Fez parte de Movimentos de Empresas Juniores (CRIA UFMG) e de projetos sociais para produção de bandas musicais independentes e autorais em Belo Horizonte, Minas Gerais. Contato: marcelleverissimo15@gmail.com

Marco Aurélio Máximo Prado

Professor Associado do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFMG. É Doutor e Mestre em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Realizou estágio doutoral junto ao Departamento de Sociologia da City University of New York (CUNY) e pós-doutoral na Cátedra de Estudos Brasileiros na University of Massachusetts/Amherst pela Fundação Fulbright.). É coautor do livro *Diálogos e Dissidências: M. Foucault e J. Rancière* (Appris, 2018) com Ângela Cristina Salgueiro Marques, autor do livro *Ambulare* (SELO PPGCOM, 2018) e de vários artigos científicos, bem como organizador por dossiês temáticos em diferentes revistas científicas. É editor auxiliar da Revista *Psicologia Política* e foi presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). É bolsista produtividade CNPq e conta generosamente com o apoio da Fapemig, CNPq, e fomentos de pesquisa nacionais e internacionais. Contato: mamprado@gmail.com.

Maria Aparecida Moura

Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), doutorado em Comunicação

e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e Pós-doutorado em Semiótica Cognitiva e Novas Mídias pela Maison de Sciences de l'Homme (2006-2007). Realiza atualmente um doutorado em Sociologia pela UFMG. É membro do Comitê assessor de Comunicação e Informação no CNPq. Coordena o Laboratório de Culturas e Humanidades digitais (LabCult/PPGCI/UFMG). É a Coordenadora adjunta do GT 12 da ANCIB - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades. Atua nos programas de pós-graduação em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG) e Ciência da Informação (PPGCI/UFMG) como membro permanente. Integra a Rede de Direitos Humanos da UFMG e a Comissão coordenadora da Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG. Foi Diretora de Gestão de Documentos e Arquivos do Arquivo Nacional no Ministério de Gestão e Inovação do Serviço Público (MGI) (2023-2024); Diretora da Universidade de Direitos Humanos (UDH) (2020-2022); diretora de governança informacional da UFMG (DGI/UFMG) sendo a autoridade responsável pelo cumprimento da LAI e pela Ouvidoria Geral da UFMG (2014-2018) e coordenadora de Políticas de inclusão Informacional da UFMG - CPINFO (2010-2014). Tem experiência na área de Ciência da Informação, Comunicação e Educação, com ênfase em tecnologias da informação e na produção de conteúdos relacionados aos direitos humanos e à preservação, registro e difusão da cultura popular e dos saberes tradicionais brasileiros. Seu escopo e interesses de estudos abrangem: Semiótica aplicada aos estudos informacionais, organização da informação: fundamentos teóricos, mediações e aplicações, análise de redes sociais (ARS) aplicadas aos estudos Informacionais, linguagem, gêneros digitais e formação discursiva, cultura informacional, organização da informação em ambientes colaborativos; identidade e cultura popular. Site: <https://mamoura.eci.ufmg.br/>. Contato: mamoura@eci.ufmg.br

Maria Fernanda de Oliveira Ruas

Graduada em Comunicação Social - Jornalismo, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atualmente, é mestranda em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa “Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades”, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tem como interesses de pesquisa temáticas como racismo estrutural, racismo institucional, discussões de gênero e interseccionalidade. Contato: amaferuas@gmail.com

Matheus Salvino

Mestre em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela mesma Universidade. Foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e integra o Afetos – Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências e pesquisa relações de sexualidade e alteridades, fenômenos relacionados ao HIV e à aids, além de narrativas em ambientes digitais. Vive com HIV desde 2010 e já dirigiu ONGs dedicadas ao atendimento de pessoas que vivem com HIV, também participou de movimentos pastorais e sociais voltados às causas das juventudes. É professor e já lecionou nos cursos de MBA em Marketing e Vendas e Pós-graduação em Gestão de Diversidade e Inclusão da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e Pós-graduação em Mídias Digitais da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC). Contato: mat.salvino@gmail.com

Patrícia Pedras dos Santos

Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Federal de Minas Gerais. Pesquisou na graduação o tema da diversidade nas organizações com foco no público LGBTQIA+. Atua no mercado de coworkings e gestão de comunidades. Sua experiência envolve marketing on e offline, produtos digitais, gestão de equipes e projetos, eventos e sucesso do cliente. Contato: patriciapedras98@gmail.com

Patrícia Prates Costa

Mestra em Comunicação Social na linha de pesquisa Comunicação, Territorialidade e Vulnerabilidades pelo PPPGCOM/UFMG, bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela UFMG, especialista em Direitos Humanos e pesquisadora do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências. Seus interesses acadêmicos estão voltados para a interseção entre a comunicação e os afetos, com especial atenção às relações entre práticas autobiográficas, gênero e experiência. Contato: patriciapratescosta@gmail.com

Rafael Souza e Silva

Graduando em Jornalismo na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista do projeto “Eu existo e me movo: experiências e mobilidade de pessoas com deficiência”, coordenado pela professora Sônia Caldas Pessoa e que teve financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Contato: souza.rafael568@gmail.com

Rafaela Cristina de Souza

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Sociais. Graduada em Jornalismo com Formação Complementar Aberta em Letras pela mesma instituição. Possui interesse na área de Comunicação e Esporte e integra o Grupo de Pesquisa em Comunicação e Culturas Esportivas (Coletivo Marta/UFMG - <https://coletivomarta.org/>) desde 2022, contribuindo com pesquisas na área de Comunicação, Gênero e Esporte, especialmente sobre a (in)visibilidade do futebol de mulheres na mídia tradicional e sobre a ausência de mulheres na comunicação esportiva no Brasil, a partir de uma perspectiva interseccional. Atualmente, além dessas temáticas, pesquisa como novos coletivos de torcedores se manifestam contra questões como racismo, machismo e LGBTfobia no futebol, dedicando-se especialmente ao contexto de Belo Horizonte. Contato: souzacrafaela@gmail.com

Rennan Lanna Martins Mafra

Mestre e Doutor em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é docente efetivo do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV), além de credenciado junto ao Programa de Pós-graduação Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É coordenador do Pólen – Laboratório de Experimentação em Comunicação e Organizações, e desenvolve pesquisas movidas por um gesto ético, estético, político e existencial. Acredita na educação como forma de ampliação de horizontes, a partir da construção de espaços pedagógicos de confiança à emergência de leituras acontecimentais sobre ser e estar no mundo. Contato: rennan.mafra@ufv.br

Rita Cristina da Silva

Bacharela em Comunicação Social - Jornalismo pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), pesquisadora vinculada ao DIZ - Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença e ao Pólen - Laboratório de Experimentação em Comunicação e Organizações. Foi bolsista de iniciação científica do projeto de pesquisa "AS ORGANIZAÇÕES MODERNAS E O CONTEMPORÂNEO: tensões entre diferenças, comunicação e acessibilidade afetiva", contemplado pelo Edital PIBIC/UFV 2021-2022/II, com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Contato: ritacristina1205@gmail.com

Sônia Caldas Pessoa

Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e professora permanente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM/UFMG). Bolsista de Produtividade do CNPq (Bolsa PQ). Professora visitante no Institut Mines-Télécom (França), entre agosto de 2023 e julho de 2024, com bolsa Capes-Print. Co-coordenadora da Rádio Terceiro Andar, do Laboratório de Experimentações Sonoras (FAFICH/UFMG) e do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiência. Em 2018 recebeu o Prêmio O Erasmus+, programa da União Europeia para os domínios da Educação, da Formação, da Juventude e do Desporto para o período de 2014 a 2020, com vista a apoiar a execução da Agenda Política Europeia para a justiça social, a inclusão, o crescimento e emprego. Doutora em Estudos Linguísticos pela Faculdade de Letras (FALE) da UFMG (2015). É autora do livro *Imaginários sociodiscursivos sobre a deficiência: experiências e partilhas*. Foi Bolsista do CNPq em doutorado sanduíche na Université Paris Est-Crèteil: Le Céditec (Centre d'étude des discours, images, textes, écrits, communication), Paris, França (2013/2014) e bolsista da Capes no Brasil (2012/2015). Mestre em Linguística pela Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (2005). Foi Diretora científica adjunta da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) na gestão 2017/2020. É sub-coordenadora do GT Estudos Radiofônicos da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós). Coordena projetos financiados pelo CNPq, Capes e Fapemig. É idealizadora do Blog Tudo Bem Ser Diferente (<https://tudobemserdiferente.wordpress.com>), que aborda a educação inclusiva, compreendendo as diferenças, as deficiências e a diversidade. O blog foi criado para compartilhar desafios e narrativas sobre a inclusão a partir da experiência com o filho Pedro, que morreu aos 9 anos, em 2016, com hidrocefalia. Contato: soniacaldaspessoa@gmail.com.



A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org

Quando consideramos o impacto dos afetos na pesquisa, no ensino e na extensão universitária, deparamo-nos com uma mobilização que altera a maneira como vemos, percebemos e pensamos as coisas. Essa mobilização nos conecta com o outro de maneira profunda, tornando-nos vulneráveis e permitindo que as interações nos transformem, modificando nosso pensamento e nossa capacidade de agir no mundo. Afinal, trabalhar com os afetos em pesquisa, configurando metodologias ou formas de produzir novos saberes, significa alterar quadros de interpretação e produção de sentido, tornando visível, e/ou legível, não apenas conceitos, mas também formas de vida. Nesse contexto, parece-nos fundamental manter um diálogo contínuo com pesquisas, projetos e práticas que busquem não apenas consolidar o conhecimento existente, mas também explorar novas perspectivas e abordagens. As dinâmicas turbulentas que, atualmente, nos atravessam, sejam as crises socioambientais, as guerras e/ou as microagressões cotidianas, e que incidem mais fortemente sobre sujeitos vulneráveis, exigem da ciência agilidade, sensibilidade e criatividade para pensar métodos de investigação que consigam lidar com questões complexas e desafios sociais. Acreditamos, portanto, numa universidade que incentive uma formação não apenas técnica, mas também cidadã, reconhecendo e desempenhando o seu papel como agente de transformação social, comprometida com a garantia de direitos e deveres. Esperamos que este livro possa ser uma fonte de inspiração para novas reflexões e possibilidades, incentivando uma contínua experimentação dos afetos na universidade e de suas reverberações em nossa jornada acadêmica e pessoal.

PROEX

PRÓ-REITORIA
DE EXTENSÃO



PROGRAD

PRÓ-REITORIA
DE GRADUAÇÃO



UFMG

UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS



editora *fi*.org

